



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARIANA BORBA DE OLIVEIRA

PARAÍBA AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS DE AUTONOMIA E  
REPRODUÇÃO CAMPONESA

JOÃO PESSOA – PB

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MARIANA BORBA DE OLIVEIRA**

**PARAÍBA AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS DE AUTONOMIA E  
REPRODUÇÃO CAMPONESA**

Tese apresentada como requisito à obtenção do título de doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação do Professor Dr. Josias de Castro Galvão.

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Linha de pesquisa: Cidade e campo: espaço e trabalho

JOÃO PESSOA – PB

2021

“PARAÍBA AGROECOLÓGICA: ELEMENTOS DE AUTONOMIA E  
REPRODUÇÃO CAMPONESA”

por

Mariana Borba de Oliveira

Dissertação de Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**  
Orientador



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Amanda Christinne Nascimento Marques**  
Examinadora interna



Prof. Dr. **Anieres Barbosa da Silva**  
Examinador interno



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Maria de Fátima Ferreira Rodrigues**  
Examinadora externa



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Valéria de Marcos**  
Examinadora externa

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

O48p Oliveira, Mariana Borba de.

Paraíba agroecológica : elementos de autonomia e  
reprodução camponesa / Mariana Borba de Oliveira. –  
João Pessoa, 2021.  
271 f. : il.

Orientação: Josias de Castro Galvão.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Agroecologia - Paraíba. 2. Questão agrária –  
Brasil. 3. Movimento socioterritorial. I. Galvão, Josias de Castro.  
II. Título.

UFPB/BC

CDU 631.95(813.3) (043)

## AGRADECIMENTOS

Aos camponeses e camponesas de todo o Brasil, que produzem comida de qualidade para nos alimentar; em particular, agradeço aos que, de forma cordial, acolheram minha pesquisa, dividindo conhecimentos e projetos de vida.

À minha família, pelo incentivo e pela torcida, em especial à minha mãe, Lívia Helena Borba.

A Josias de Castro Galvão, pela orientação do trabalho e pela amizade construída.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

Aos professores da banca examinadora, Valéria, Fátima, Anieres e Amanda, pela disponibilidade em debater e contribuir para a tese.

Às companheiras e aos companheiros do Gestar: Laboratório de Estudos do Território, da Cultura e Etnicidade, em especial, à professora Fátima Rodrigues.

Às companheiras e aos companheiros do Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS.

Aos integrantes da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba, em especial, às amigas Amália, Élide e Maristela; e aos amigos Marenilson e Manoel.

Aos técnicos da ASPTA, em especial a Ana Elisa.

À Comissão Pastoral da Terra, em especial, a Irmã Tânia, Luiz Sena, Rogério, Cecília, Antônio Cleides e Marcelo.

Ao Gilmar, do MST.

Às amigas e aos amigos da Geografia, em especial, a Nirvana, Mara, Luanna, Áurea, Kátia, Diego, Marcos Aurélio, Salomé, Lairton, Yure, Carlos Augusto, Saulo, Victor, Rafaela, Jorginho, Thiago, Nielson, Wilma, Pablo, Emy, Patrícia, Maria do Socorro, Micaele e Glória.

Às amigas, Rose, Luana, Gitana, Andrea, Mirleide, Fernandinha, Talita, Pollyana, Luciana, Joelma, Janaína, Ivana, Kedna, Carla e Jéssica, pelo carinho e incentivo constante.

Ninguém nasceu neste mundo para sofrer e virar santo  
Deus nos fez para gozar mais do que derramar pranto  
mas na panela do povo só tem farofa de ovo  
quando almoço não janto  
E todo trabalhador ao teto vai ter direito  
a um salário compatível pelo que faz ou foi feito  
Quem lavrar terra é dono não haverá abandono  
para quem tiver defeito  
Contestação não é crime onde há democracia  
só ao cidadão pertence a sua soberania  
Do poder coercitivo Jesus foi subversivo  
na versão da tirania  
eu sou dono do meu passe faço arte sem patrão  
Só quem tem capacidade deve ser oposição  
por que lutar pelos fracos  
é tatear no buraco da densa escuridão.

Raimundo Santa Helena - Poema "Cartilha do Povo"

## RESUMO

Compreendemos a agroecologia enquanto movimento socioterritorial construído a partir de uma epistemologia decolonial e promovido por diversos setores da sociedade que buscam uma alternativa contra o avanço do agronegócio sobre os recursos naturais e sobre os direitos sociais inerentes à reprodução da vida. Neste trabalho, analisamos a práxis agroecológica na Paraíba, a partir das políticas públicas e das experiências locais que se articulam em redes, garantem processos que fortalecem a produção agroecológica e ampliam a autonomia camponesa. Portanto, defendemos a tese de que, na contemporaneidade, a práxis agroecológica constrói arranjos territoriais favoráveis à reprodução da classe camponesa, e esta, na medida em que produz comida de qualidade, fortalece o projeto de soberania alimentar de forma ampla, beneficiando toda a população, como defendido pelos movimentos sociais do campo e pela Reforma Agrária. Utilizamos dados quantitativos e qualitativos para analisar a construção do Movimento Agroecológico na Paraíba; algumas políticas públicas de apoio à agroecologia; as experiências de produção e comercialização agroecológicas que privilegiam a venda direta ao consumidor; e a estratégia dos bancos de sementes crioulas, que preservam o patrimônio genético e cultural do campesinato. Concluimos que a agroecologia fortalece as pautas históricas da classe camponesa e amplia o debate da questão agrária brasileira, contribuindo para a transformação da terra em território camponês. As experiências estudadas são fundamentadas na cooperação entre os sujeitos que resistem à monopolização do território pelo capital e foram fortalecidas nas últimas décadas por políticas públicas. Essas políticas foram construídas a partir da participação dos movimentos e organizações sociais nos espaços de tomada de decisão do governo federal. Desta forma, a reprodução camponesa (enquanto condição de autonomia e soberania alimentar) está condicionada à organização da classe camponesa em torno da agroecologia e é capaz de materializar as pautas e os valores ecossocialistas em busca do bem viver.

**Palavras chave:** Questão agrária; agroecologia; movimento socioterritorial; Paraíba.

## ABSTRACT

We understand Agroecology as a socio-territorial movement built on a decolonial epistemology and promoted by various sectors of society that seek an alternative against the advance of agribusiness over natural resources and the social rights inherent in the reproduction of life. In this work, we analyze agroecological praxis in Paraíba, based on public policies and local experiences that are articulated in networks and guarantee processes that strengthen agroecological production and expand peasant autonomy. Therefore, we defend the thesis that, in contemporary times, agroecological praxis builds territorial arrangements favorable to the reproduction of the peasant class, and this, as it produces quality food, strengthens the project of food sovereignty, broadly, benefiting the entire population, as defended by rural social movements and Agrarian Reform. We use quantitative and qualitative data to analyze the construction of the Agroecological Movement in Paraíba; some public policies to support Agroecology; the agroecological production and commercialization experiences that favor direct sales to the consumer; and the strategy of Creole seed banks that preserve the genetic and cultural heritage of the peasantry. We conclude that Agroecology strengthens the historical agendas of the peasant class and expands the debate on the Brazilian Agrarian Question, contributing to the transformation of land into peasant territory. The studied experiences are based on cooperation between subjects who resist the monopolization of the territory by capital and have been strengthened in recent decades by public policies. These policies were built based on the participation of social movements and organizations in the decision-making spaces of the federal government. In this way, peasant reproduction (as a condition of autonomy and with food sovereignty) is conditioned to the organization of the peasant class around Agroecology, and is capable of materializing the eco-socialist agendas and values in search of good living.

**Key Words:** Agrarian issue; agroecology; Socioterritorial Movement; Paraíba.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cortes orçamentários no ano de 2018	120
Figura 2 - Selo SISOrg por auditoria	124
Figura 3 - Selo SISOrg por SPG	124
Figura 4 - Declaração de Cadastro de Produtor vinculado a OCS	125
Figura 5 - Reportagem de janeiro de 1962 do jornal <i>A União</i>	138
Figura 6 - Reportagem de fevereiro de 1962 do jornal <i>A União</i>	138
Figura 7 - Reportagem de abril de 1962 do jornal <i>Diario de Pernambuco</i>	139
Figura 8 - Recorte do jornal <i>Diario de Pernambuco</i> de setembro de 1962	139
Figura 9 - Pauta da reunião da Rede de Agroecologia da CPT Litoral	153
Figura 10 - Dia de Campo do projeto Algodão Agroecológico em Consórcios Agroalimentares, Prata-PB, jun. 2019	181
Figura 11 - Movimentação de sementes nos BSCs	241

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Entrevista realizada com Tânia Maria de Souza na sede da CPT, em João Pessoa	141
Foto 2 - Apresentação por Gilmar da sua área produtiva no Assentamento 1º de Março, Pitimbu-PB	143
Foto 3 - Momento da entrevista com Gilmar no Assentamento 1º de Março, Pitimbu-PB	144
Foto 4 - Reunião da Rede Agroecológica do Litoral vinculada à CPT em João Pessoa	153
Foto 5 - Assembleia de criação da ECOBORBOREMA no município de Alagoa Nova	157
Foto 6 - Reunião da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano, Cajazeiras-PB	174
Foto 7 - Oficina de Rearticulação da Feira Agroecológica do município de Aparecida-PB. Aparecida, 25/05/2016	175
Foto 8 - Mutirão para construção da Barragem Base Zero. Assentamento Angélicas II, Aparecida-PB	176
Foto 9 - Entrega do certificado à Rede Borborema de Agroecologia. Dezembro de 2016	180
Foto 10 - I Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande-PB	188
Foto 11 - II Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande-PB	188
Foto 12 - III Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande-PB	189
Foto 13 - IV Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Conde-PB	189
Foto 14 - Irrigação por gotejamento. Assentamento Mandacaru, Sumé-PB	196
Foto 15 - Cisterna Calçadão. Sítio Pitombeira, Sumé-PB	197
Foto 16 - Minhocário. Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB	197
Foto 17 - Visita de intercâmbio na parcela de Marcos Trajano. Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB	199

Foto 18 - Dessalinizador solar de água. Sítio Luíz Gomes, Caraúbas-PB	200
Foto 19 - Sal retirado da água pelo dessanilizador. Sítio Luíz Gomes, Caraúbas-PB	200
Foto 20 - Estufa Geodésica. Assentamento Novo Salvador, Jacaraú-PB	201
Foto 21 - Banco de Sementes. Sítio Bento, Boqueirão-PB	202
Foto 22 - Silo na propriedade Sítio Bento. Boqueirão-PB	203
Foto 23 - Momento da entrevista com Dona Josefa. João Pessoa-PB	206
Foto 24 - Horta de Dona Josefa. Assentamento Padre Gino, Sapé-PB	206
Foto 25 - Barreiro na propriedade de Dona Josefa. Assentamento Padre Gino, Sapé-PB	207
Foto 26 - Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA. João Pessoa	215
Foto 27 - Feira Agroecológica da ECOSUL. João Pessoa	216
Foto 28 - Feira Agroecológica do Ponto de Cem Réis. João Pessoa	216
Foto 29 - Feira Agroecológica de Jacaraú. Jacaraú	217
Foto 30 - Feira Regional na Praça da Bandeira. Campina Grande	217
Foto 31 - Feira Agroecológica de Remígio. Remígio	218
Foto 32 - Feira Agroecológica de Monteiro. Monteiro	218
Foto 33 - Feira Agroecológica de Cajazeiras. Cajazeiras	219
Foto 34 - Feira Agroecológica de Sousa. Sousa	219
Foto 35 - Fachada da Bodega Agroecológica. Soledade-PB	222
Foto 36 - Interior da Bodega Agroecológica. Soledade-PB	222
Foto 37 - Carne de caprino comercializada na Bodega Agroecológica	223
Foto 38 - Fachada da Sede do CASACO e da Tenda Agroecológica. Boqueirão	224
Foto 39 - Interior da Tenda Agroecológica. Boqueirão	224
Foto 40 - Bodega Agroecológica. Jacaraú	225
Foto 41 - Produtos processados e comercializados na Bodega Agroecológica. Jacaraú	226
Foto 42 - Quitanda da Borborema de Arara	228
Foto 43 - Quitanda da Borborema de Solânea	228
Foto 44 - Produtos do roçado à venda no Encontro de Guardiões e Guardiãs de Sementes da Paixão do Polo da Borborema	229

Foto 45 - Produtos Do Roçado à venda no Encontro de Guardiões e Guardiãs de Sementes da Paixão do Polo da Borborema	229
Foto 46 - Momento da demonstração do teste de transgenia do milho. Campina Grande-PB	236
Foto 47 - Resultado do teste das tiras imunocromatográficas. Campina Grande-PB	236
Foto 48 - 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão	239
Foto 49 - Apresentação da pesquisa Raças de Milho das Terras Baixas da América do Sul	243
Foto 50 - Feira de Sementes da Paixão. Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão	243
Foto 51 - Feira de Sementes da Paixão. Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão	244

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Municípios que possuem assentamentos rurais no estado da Paraíba	148
Mapa 2 - Territórios rurais e da cidadania da Paraíba	163
Mapa 3 - Núcleos de Agroecologia na Paraíba	170
Mapa 4 - Feiras Agroecológicas e Pontos Fixos de Comercialização na Paraíba	231
Mapa 5 - BSCs no Território da Borborema	240

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Chamadas públicas de apoio aos NEAs 2010

133

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diagnósticos realizados pela ASPTA entre 1993 e 2008 no Território do Polo da Borborema	156
Quadro 2 - Orçamento dos Territórios da Cidadania da Paraíba	164
Quadro 3 - Diretrizes para ações e projetos nos Territórios da Cidadania da Paraíba	165
Quadro 4 - Lotes de ATES do estado da Paraíba	167
Quadro 5 - Instituições contempladas pelas chamadas públicas de apoio aos NEAs e NERAs na Paraíba	169
Quadro 6 - Atividades do projeto Ecoforte/IFBDS	172
Quadro 7 - Certificações por auditoria no estado da Paraíba	177
Quadro 8 - Certificações por SPG no estado da Paraíba	179
Quadro 9 - Organismos de Controle Social (OCS) do estado da Paraíba	182
Quadro 10 - Feiras Agroecológicas da Paraíba	212
Quadro 11 - Número de casos de intoxicação por agrotóxico na Paraíba	233
Quadro 12 - Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba	238

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro de 2009 a 2019	77
Gráfico 2 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro por ramo e segmento em 2019	78
Gráfico 3 - Crescimento da indústria de agrotóxicos no Brasil de 2018 para 2019	79
Gráfico 4 - Crescimento no número de registro de agrotóxicos no Brasil entre 2005 e 2019	79
Gráfico 5 - Consumo de agrotóxico pela agricultura brasileira em 2017	81
Gráfico 6 - Estrutura fundiária do Brasil em 2006	87
Gráfico 7 - Estrutura fundiária do Brasil em 2017	87
Gráfico 8 - Número de cadastro de produtores em Organismo de Controle Social (OCS) por ano	184

## LISTA DE SIGLAS

AAFAM - Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

ABRACEN - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento

ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados

ABRASCO - Associação Brasileira da Saúde Coletiva

ACEPAC - Associação Agroecológica de Certificação Participativa do Cariri Paraibano

AGB - Associação Brasileira de Geógrafos

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AJOJAPRE - Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis

APAM - Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro

APFAS - Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé

APN - Agentes de Pastoral Negros

APOAVANTE - Associação dos Produtores Orgânicos de Origem Animal e Vegetal do Assentamento Novo Taipu

APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ARCAFAR-Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Agricultura Familiar

ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

ASA - Articulação do Semiárido

ASBRAN - Associação Brasileira de Nutrição

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ASSEMA - Associação dos Assentados do Assentamento Mandacaru

ATES - Assessoria Técnica Ambiental e Social à Reforma Agrária

AVAL - Associação Comunitária Vicente de Assis Ferreira de Avicultura Alternativa do Cariri Ocidental Paraibano

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BSC - Bancos de Sementes Comunitários

CAAASP - Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CAC - Camponês a Camponês

CANAÃ - Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Sertão Paraibano

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASACO - Associação de Lideranças, Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano

CBA - Congresso de Agroecologia

CCAA - Centro de Ciências Agrárias e Ambientais

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CECAF - Central de Comercialização da Agricultura Familiar

CENTRAC - Centro de Ação Cultural

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CF - Constituição Federal

CFN - Conselho Federal de Nutricionistas

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CIAF - Centros Integrados de Agricultura Familiar

CIAPO - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

CNAPO - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

CNATER - Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CNPA - Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

COAGRE - Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura

COASP - Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais

CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária

CONFETRAF - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CONTRAF - Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

COOPTERA - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária do Estado da Paraíba

COP3 - Conferência das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação

CPO/PB - Comissão de Produção Orgânica da Paraíba

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

CTA - Centros de Tecnologia Alternativa

CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DHANA - Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DPDAG - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

DRPA - Diagnósticos Rápidos e Participativos de Agroecossistemas

EBBA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

ECOBORBOREMA - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema

ECOSUL - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano

ECOVÁRZEA - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba  
EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária  
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia  
FAEAB - Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil  
FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FAZER - Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil  
FBB - Fundação Banco do Brasil  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar  
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil  
FENACELBRA - Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
FIAN - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar  
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz  
FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana  
FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana  
FRETAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GAO - Grupo de Agricultura Orgânica  
GATE/GTZ - Centro Alemão para Tecnologias Alternativas  
GESTAR - Laboratório de Estudos do Território, da Cultura e Etnicidade  
GMO - Genetically Modified Organism  
GT - Grupos De Trabalho  
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico  
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool  
IAF - Fundação Interamericana

IBD - Instituto Biodinâmico de Certificações  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
IFBDS - Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social  
IFOCS - Inspetoria Federal de Obras contra as Secas  
IFPB - Instituto Federal da Paraíba  
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
IMS - Instituto Marista de Solidariedade  
INCA - Instituto Nacional de Câncer  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
INSA - Instituto Nacional do Semiárido  
INT - Instituto Nacional de Tecnologia  
INTERPA - Instituto de Terras da Paraíba  
IOCS - Inspetoria de Obras contra as Secas  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados  
LOSAN - Lei nº 11.346/06 de Segurança Alimentar e Nutricional  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia  
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC - Ministério de Educação e Cultura  
MMC - Movimento de Moradia do Centro  
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas  
MMM - Marcha Mundial de Mulheres  
MMTR - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste  
MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos  
MNPR - Movimento Nacional da População de Rua  
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPP - Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD - Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NAESP/IFPB - Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

NEA - Núcleos de Estudos em Agroecologia

NEDET - Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial

NERA - Núcleos de Extensão Rural Agroecológica

NOVIB - Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento

OAC - Organismo de Avaliação da Conformidade

OCS - Organismo de Controle Social

ODM - Objetivos do Milênio

OEPA - Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária

OIA - Organização Internacional Agropecuária

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável

PIMC - Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um milhão de Cisternas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAR - Perspectiva Transdisciplinar e Participativa

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor

PASPP - Programa de Ação Social e Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras-PB

PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas

PDHC - Projeto Dom Helder Câmara

PEASA - Programa de Estudos e Ações para o Semiárido

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Integração Social

PIVAS - Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PL – Projeto de Lei

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMA - Programa Mundial de Alimentos

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUMA - Programa das Nações Unidas e Meio Ambiente

POAB - Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PROHORT - Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSA - Peste Suína Africana

PT - Partido dos Trabalhadores

PTA - Projeto de Tecnologia Alternativa

PTC - Programa Territórios da Cidadania

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RBA - Rede Borborema de Agroecologia

REBRINC - Rede Brasileira de Infância e Consumo

RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde

RENAS - Rede Evangélica Nacional de Ação Social

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SAF - Sistema Agroflorestal

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SEAP - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDURB - Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município de João Pessoa

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa

SFA/PB - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

SIDRA - Censo Agropecuário IBGE

SINITOX - Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas

SISOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SOCLA - Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia

SPG - Sistemas Participativos de Garantia

STPOrg - Subcomissão Temática de Produção Orgânica

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UBEE - União Brasileira de Educação e Ensino

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UF - Unidade Federativa

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNICAFES - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	25
<b>Método, Teoria Crítica e Geografia: fundamentos para análise da questão agrária brasileira</b>	36
<b>CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO, QUESTÃO AGRÁRIA E AGROECOLOGIA</b>	44
<b>1.1 O debate clássico sobre a questão agrária e o campesinato</b>	45
<b>1.2 A nova tradição dos estudos camponeses e o campesinato na agroecologia</b>	49
1.2.1 Mais alguns fundamentos da agroecologia	57
<b>1.3 Agroecologia enquanto movimento socioterritorial e socioespacial</b>	59
<b>1.4 A tese da recriação do campesinato brasileiro</b>	62
<b>1.5 A questão agrária brasileira: disputa territorial e processos de resistências</b>	68
1.5.1 A nova face da questão agrária brasileira: o agronegócio e a reprodução ampliada do capital pela disseminação de agrotóxicos e transgênicos	76
1.5.2 O agronegócio faz crescer a fome no mundo e a solução está na agroecologia	84
<b>CAPÍTULO 2 - CONQUISTAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL</b>	95
<b>2.1 Surgimento e trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil</b>	96
2.1.1 A Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA	107
<b>2.2 As políticas públicas de apoio à agroecologia no Brasil: panorama e desafios</b>	110
2.2.1 Da Lei dos Orgânicos à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO	122
2.2.2 A dimensão agroecológica na extensão rural e no meio acadêmico e científico	131
<b>CAPÍTULO 3 - AGROECOLOGIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA NA PARAÍBA: INSURREIÇÃO OU UTOPIA?</b>	135
<b>3.1 A luta pela terra e a recriação do campesinato como precedentes da agroecologia na Paraíba</b>	136

<b>3.2 A agroecologia faz da terra território: Movimento Agroecológico e reprodução camponesa</b>	150
<b>3.3 Panorama das políticas públicas de apoio à agroecologia na Paraíba</b>	162
3.3.1 – A atuação da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba - CPO/PB	176
<b>CAPÍTULO 4 - PARAÍBA AGROECOLÓGICA: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA, A SOBERANIA ALIMENTAR E A SUSTENTABILIDADE</b>	191
<b>4.1 Notas sobre autonomia, tecnologias sociais e gênero nas experiências agroecológicas da Paraíba</b>	192
4.1.1 Sem feminismo, não há agroecologia: apontamentos sobre o protagonismo das mulheres a partir do trabalho de campo	203
<b>4.2 Circuitos curtos da economia camponesa: feiras agroecológicas e os pontos fixos de comercialização</b>	207
4.2.1 Colhendo os frutos da luta pela terra: as feiras agroecológicas da Paraíba	208
4.2.2 As experiências dos pontos fixos de comercialização agroecológica	220
<b>4.3 Os camponeses enquanto guardiões da agrobiodiversidade: resistência ao uso de agrotóxicos e transgênicos na Paraíba</b>	232
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	246
<b>REFERÊNCIAS</b>	250
<b>APÊNDICE</b>	265

## INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da questão agrária na Paraíba, considerando o viés da resistência ao modo de produção capitalista estabelecida pela práxis<sup>1</sup> agroecológica. Tem como tema central a reprodução da classe camponesa, cuja produção e a comercialização de alimentos saudáveis está em harmonia com a preservação da natureza e prima pela autonomia e soberania alimentar das famílias camponesas. Como veremos, a agroecologia praticada nos territórios, tem muito do que trata a dialética da ecologia dos saberes, do ecossocialismo e do ecologismo dos pobres, que colocam a dimensão ambiental, desse modo, a natureza, no centro da discussão da luta de classes e das transformações sociais.

Nesta perspectiva, estabelecemos a hipótese de que, na contemporaneidade, a práxis agroecológica constrói arranjos territoriais favoráveis à reprodução da classe camponesa, e esta por sua vez, na medida em que produz comida de qualidade para alimentar a sociedade, desestabiliza a cadeia do setor agrícola capitalista, pois não utiliza insumos químicos, faz uso de tecnologias compatíveis com a realidade local e retira de cena a figura do atravessador.

O século XX consolidou o paradigma do crescimento econômico que tem a agricultura capitalista como um dos seus principais motores, pois uniu a agropecuária à indústria, formando novos segmentos produtivos que se expandiram no espaço nacional e internacional. Desta forma, foi viabilizado o processo de reprodução ampliada do capital no campo, através do aumento da produção de mercadorias, de sua circulação e a monopolização do território (OLIVEIRA, 1981, 1990). O descaso com as questões socioambientais, étnico-raciais e de gênero, característica inerente ao capitalismo, foi intensificado com o arranjo do agronegócio do século XX, que, desde então, possui uma cadeia técnica, científica e industrial bastante arrojada e uma ideologia cada vez mais excludente, geradora de espoliação e concentração de renda, de terras e de águas.

A natureza, fonte inesgotável de riqueza para o capital globalizado, está cada vez mais em disputa, e o espaço agrário, as florestas, o subsolo e a biodiversidade da América Latina são considerados estratégicos para a provisão de reservas das nações hegemônicas,

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o conceito de práxis na perspectiva de teoria – ação política libertadora do homem e transformadora da realidade social, contida no pensamento de Paulo Freire e Antônio Gramsci, que, a partir da tradição do materialismo histórico e dialético, relaciona-o à educação, instrumento primordial na luta por emancipação.

ao mesmo tempo em que seus territórios enfrentam sérios problemas socioambientais como a fome,<sup>2</sup> o trabalho em condições análogas à escravidão, a grilagem de terras, a violência, a destruição da biodiversidade, entre tantos outros.

A Revolução Verde, ciclo de inovações tecnológicas no meio rural, gestada no século XX, constitui relevante estratégia dos capitalistas para expandir o modo de produção capitalista no campo. Alicerçada na expansão da indústria, no controle dos meios de produção do campo (terra e trabalho) e na exploração insana da natureza, encontra um cenário favorável no espaço agrário latino-americano, organizado para acumulação e concentração de riquezas. Pensada pelos Estados Unidos após a II Guerra Mundial, a Revolução Verde expande-se para a Europa através do Plano Marshall e rapidamente se dissemina para o restante do mundo, constituindo-se como projeto de dominação territorial. Esse período representa:

Uma importante ruptura da agricultura como a coprodução de pessoas e natureza. Os fertilizantes químicos tomaram o lugar da biologia do solo, adubo e conhecimento dos camponeses. Os conglomerados industriais substituíram os campos, pastos, capim e feno. O acasalamento natural desapareceu, enquanto a inseminação artificial e, mais tarde, as transferências de embrião e a seleção computadorizada do melhor macho reprodutor começaram a dominar. A luz elétrica substituiu a luz solar em grande parte da horticultura de hoje, enquanto, nos celeiros de galinha, um período de 24 horas hoje em dia possui duas noites e dois dias para acelerar o crescimento das aves. A energia solar se tornou menos importante e foi cada vez mais deslocada pela energia fóssil. Tudo isso indica uma queda no papel da natureza, sem contar se considerarmos a reengenharia daquilo que sobra da natureza por meio, por exemplo, de modificação genética. (PLOEG, 2016, p. 65-66).

O maior argumento ideológico da modernização da produção agropecuária foi sua capacidade técnica para aumentar a produção agrícola e com isso ser a solução do problema da fome no mundo. Contudo, veremos que agricultura moderna nem sempre é sinônimo de aumento da produção agrícola, mas sim do capital financeiro das empresas, e que a produção agrícola do agronegócio não representa produção de alimentos, nem tão pouco foi capaz de alimentar o planeta. A introdução de um pacote tecnológico baseado no uso intensivo de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos e transgênicos para aumentar a produção aprimorou um modelo agroexportador centrado nas monoculturas; degradou as terras, tornando-as menos produtivas e mais dependente de insumos; e favoreceu a concentração de terras e de capital, cada vez mais internacionalizado, que polui e devasta.

---

<sup>2</sup> Vale salientar que a fome é considerada pela FAO o maior problema solucionável do mundo (FAO, 2012).

Ao invés de alimentar, a Revolução Verde e o agronegócio violam a soberania alimentar dos territórios e aumentam a fome no mundo (CONTI, 2013; FAO, 2012; MACHÍN SOSA *et al.*, 2013).

Organizações políticas internacionais como a FAO/ONU e nacionais como o CONSEA, responsável por uma luta histórica e pela elaboração de políticas públicas ligadas à erradicação da fome no Brasil, asseguram que o problema da fome no mundo só será resolvido com a produção camponesa e ecológica. A práxis agroecológica no Brasil está diretamente ligada à teoria crítica ecossocialista e à bandeira política levantada pelos movimentos sociais do campo, sobretudo a luta pela terra e pela convivência com o semiárido. Veremos de que modo a agroecologia aprimora os sistemas produtivos locais e melhora a qualidade de vida das famílias, cria estratégias de venda direta para a produção camponesa, resgata e conserva a biodiversidade das sementes crioulas e raças nativas, e organiza, política e socialmente, o campesinato. A semente revolucionária da agroecologia foi plantada na Paraíba, na década de 1990, e encontra solo fértil no meio urbano e no cenário político nacional entre 2003-2016, período em que o país foi governado pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Dessa forma, a agroecologia é interpretada, neste trabalho, como movimento socioterritorial capaz de fortalecer a autonomia camponesa e transformar o próprio campesinato, através da pedagogia de sua práxis.

A contradição histórica existente entre reprodução camponesa e o modo de produção capitalista se traduz, na contemporaneidade, numa *nova questão agrária* estabelecida entre a agroecologia e o agronegócio. Dessa forma, reverter a lógica hegemônica de dominação da natureza e a sujeição social promovida pela cultura imperialista do agronegócio implica realizar uma revolução processual, que necessita de mudança na práxis da reprodução do homem moderno e perpassa o ato de produzir alimentos e alimentar-se. Gramsci afirma que a estrutura econômica não é imóvel e absoluta, e “ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela...” (GRAMSCI, 1999. p. 157). Assim, a produção camponesa e a mudança no padrão de produção, distribuição e consumo de alimentos através da agroecologia pode transformar toda a lógica do regime alimentar que oprime os territórios rurais e também urbanos (MCMICHAEL, 2016).

Investigamos os processos de reprodução e territorialização dos camponeses<sup>3</sup> da Paraíba pelo viés da resistência ao modo de produção capitalista, estabelecida pela práxis agroecológica, que objetiva emancipar os sujeitos em relação à dependência do mercado capitalista (insumos, consumo de alimentos e comercialização), relacionando a reprodução social à soberania alimentar e à preservação da natureza. A produção agroecológica na Paraíba está relacionada à história de luta e resistência dos sujeitos expropriados da terra, suas reivindicações e estratégias de sobrevivência. Assim, a consciência crítica acerca da necessidade de organização política e transição agroecológica surge na década de 1990, depois de os camponeses conseguirem a terra de trabalho e de reprodução da vida por meio da Reforma Agrária.

Defendemos a tese de que, na contemporaneidade, a práxis agroecológica constrói arranjos territoriais favoráveis à reprodução da classe camponesa, e esta, na medida em que produz comida de qualidade, fortalece o projeto de autonomia camponesa e soberania alimentar de forma ampla para toda a população, como defendido pelos movimentos sociais do campo e pela Reforma Agrária, num movimento contrário à reprodução ampliada do capital,

Dessa forma, fomos movidos a responder à seguinte questão central: como a agroecologia fomenta transformações territoriais e cria espaços de resistência ao capitalismo agrário?

Para problematizar a questão central, foram desdobradas as seguintes questões secundárias: a) Como pensar a agroecologia enquanto fundamentação teórica para o debate da questão agrária brasileira?; b) Como se caracterizam a territorialidade e a territorialização camponesa de base agroecológica na Paraíba?; c) O que se tem feito para possibilitar a transformação das estruturas produtivas e organizacionais do campo paraibano a partir da problemática agroecológica?

O **objetivo geral** da tese é: analisar a práxis da agroecologia na Paraíba, a partir da criação de espaços e estratégias de reprodução e resistência camponesa e de combate ao capitalismo agrário.

Os **objetivos específicos** da tese são: 1) Problematizar a questão agrária e a reprodução do campesinato brasileiro pelo viés da agroecologia; 2) Caracterizar o Movimento Agroecológico no Brasil e o papel das políticas públicas de apoio à reprodução camponesa e à transição agroecológica; 3) Debater o papel da agroecologia

---

<sup>3</sup> Os sujeitos da pesquisa, os camponeses, serão discutidos no primeiro tópico do capítulo seguinte.

na dinamização e transformação territorial no espaço agrário paraibano; e 4) Demonstrar os elementos de autonomia, soberania alimentar e sustentabilidade da (re)produção agroecológica a partir das experiências nos territórios da Paraíba.

A fundamentação teórica adotada para análise da problemática sobre a questão agrária brasileira indica a necessidade de construir um novo arranjo territorial fundamentado na Reforma Agrária e na agroecologia, ancorado por políticas públicas e práticas sociais que priorizem a reprodução da vida (alimentos de qualidade, respeito à biodiversidade, à cultura camponesa, etc.) em detrimento da reprodução do capital (*commodities*). O projeto da agroecologia, defendido pelos movimentos sociais, setores da sociedade civil e alguns governos, sobretudo da América Latina, propõe construir uma soberania territorial, com o controle dos meios de produção pelos camponeses (terra, água, sementes) e a criação de cadeias produtivas de alimentos (produção, circulação e consumo)<sup>4</sup> que se oponham às novas faces do capitalismo agrário (privatização da água, uso intensivo de agrotóxico e transgênicos, biopirataria, estrangeirização de terras, produção de orgânicos pelo agronegócio, etc.). A agricultura camponesa de base agroecológica é um entrave para a reprodução do capital, que se amplia à medida que crescem as áreas plantadas de monoculturas, o uso de maquinários, agrotóxicos e sementes transgênicas, e também a partir da produção orgânica, que utiliza o discurso verde e saudável para se favorecer economicamente com a oferta desses produtos à classe média e alta da sociedade, chegando a ter um sobrepreço entre 20% e 150%.

Pensar as experiências agroecológicas na ciência geográfica é pensar a transformação e a reprodução do espaço geográfico através da autonomia dos territórios rurais, do uso da terra e da água como bem comum para a reprodução da vida, da equidade de raça e de gênero e do direito da própria natureza em se reproduzir. O desenvolvimento local se torna ferramenta para o combate à lógica imperialista de desenvolvimento para acumulação. Portanto se torna imprescindível, nesta pesquisa que demonstra a tese, tratar da luta pela terra no Brasil; da formação educativa, ecológica e solidária do campesinato; do protagonismo feminino numa concepção endógena de produção do/no campo; do modo de vida para viver bem, alicerçado em uma forma de organização que está conectada com tudo ao redor; e das redes de apoio, tecnologias sociais e políticas públicas. Dessa forma, as experiências estudadas representam não só uma alternativa à

---

<sup>4</sup> Categorias de análise utilizadas pelo materialismo histórico dialético. Cf: MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução e Introdução Florestan Fernandes 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

monopolização da terra, mas também uma forma de valorizar a territorialidade camponesa em toda a sua dimensão cultural, pois demonstram claramente um sistema de vivências que garante, em primeiro lugar, a reprodução da vida.

No contexto de novas formas de expansão e dominação do capital agrícola, é urgente agregar a bandeira ecológica à questão agrária, enquanto proposta popular de autonomia, emancipação e soberania dos territórios. Caso contrário, estaremos em disputa com o latifúndio por um lado e fomentando a sujeição do trabalho camponês ao capital agroindustrial por outro. Continuar a produzir monoculturas em assentamentos rurais e consumir os insumos do agronegócio é entregar o patrimônio natural e cultural e a saúde, mais uma vez, ao capital globalizado.

O recorte empírico da pesquisa foram algumas experiências, agentes de dinamização e políticas públicas que transformam o espaço agrário paraibano a partir da práxis agroecológica. Foi dada ênfase aos seguintes aspectos: ao papel das políticas públicas na territorialização da agroecologia no estado; às tecnologias sociais para a produção agroecológica, principalmente as de captação de água para a autonomia hídrica dos camponeses em busca da convivência com o semiárido; às estratégias de venda direta da produção camponesa, como é o caso das Feiras, Tenda, Bodega, Bodega, e Quitandas Agroecológicas; e aos Bancos Comunitários de Sementes – BSCs, que, através do estoque e trocas de sementes, viabilizam a autonomia do camponês em relação às sementes crioulas ou sementes da paixão, ameaçadas pela transgenia.

As referidas experiências não funcionam de forma isolada e independente umas das outras, muito pelo contrário, são experiências em redes, que exigem uma conexão e uma reciprocidade entre elas. Observamos também uma enorme rede de colaboradores que dinamizam essas experiências, a que Neves (1998) denomina de mediadores sociais, que são os técnicos, assessores, consumidores, pessoas públicas e políticos. Os grupos que conhecemos se definem como agroecológicos e nos apresentaram metodologias fecundas de produção, comercialização, organização política e formação pedagógica, o que nos remete à ênfase dada por Shanin (2008) à importância das sociedades camponesas nas soluções das crises modernas. Há muito a aprender com a resiliência e a inovação do modo de vida e das estratégias de reprodução camponesa na atualidade. A escolha das experiências estudadas se deu pela importância que estas exercem na Paraíba, constatada a partir da nossa experiência em pesquisa e extensão no estado e da nossa participação nos espaços de discussão e construção de políticas públicas voltadas a agroecologia e

produção orgânica, como é o caso da Comissão de Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB,<sup>5</sup> que trataremos com detalhes no Capítulo 2 deste trabalho.

No que se refere aos procedimentos metodológicos da pesquisa, destacamos os seguintes:

- Pesquisa bibliográfica e documental de publicações científicas, relatórios e outros documentos em portais e bibliotecas nacionais e internacionais, assim como de modo presencial no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Trabalho de campo para observação e realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionário com camponeses, lideranças políticas, gestores públicos, técnicos e outros atores e sujeitos envolvidos na pesquisa;
- Participação em reuniões e eventos das organizações estudadas e da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba CPO-PB;
- Participação em projetos de Pesquisa e Extensão ligados à Universidade Federal da Paraíba - UFPB e à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

O levantamento bibliográfico e documental teve grande importância na construção do estado da arte da temática estudada, que resultou na elaboração dos primeiros questionamentos do projeto da tese e na construção da fundamentação teórico-metodológica da pesquisa. A pesquisa bibliográfica e documental se constitui como a primeira atividade da pesquisa e nos acompanhou por todo o percurso, pois os temas de interesse foram se alargando à medida que avançávamos no trabalho. A pesquisa foi realizada em portais especializados, como Scielo Brasil, e nos periódicos da CAPES; nas bibliotecas virtuais e banco de dados da CPT, do MST, da FAO, do IBGE, do INCRA, do MAPA, do IICA, do IPEA, do Instituto Kairós e do CEPEA; nos endereços do Senado e Congresso Federal e também, de modo presencial, no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. As principais temáticas pesquisadas foram: método em pesquisa qualitativas; modo de produção capitalista; dialética; materialismo histórico; marxismo e geografia; questão agrária e campesinato; autonomia camponesa; ecologia política; abordagem decolonial; ecossocialismo; território e territorialidade camponesa; redes; circuitos curtos de comercialização; sustentabilidade; bem viver; certificação de

---

<sup>5</sup> De acordo com a Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015, as CPOs têm a finalidade auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede de produção orgânica dos setores público e privado e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

produtos orgânicos; trabalho de campo na geografia; fome; segurança alimentar e nutricional; soberania alimentar; agrotóxicos; transgênicos; agronegócio; *commodities*; biodiversidade; agroecologia; sementes crioulas; desenvolvimento local, entre outros.

As fontes documentais, principalmente estatutos, regimentos, atas de reuniões e relatórios de pesquisa e de extensão, foram disponibilizadas pelos coordenadores dos projetos da UFPB, da UFCG e da UEPB; pelas organizações de camponeses, assessorias e também pela CPO-PB, e foram todas de suma importância para a pesquisa, pois nos aproximaram das realidades e experiências estudadas.

A metodologia do trabalho de campo é essencial para a pesquisa qualitativa em geografia. Destacamos algumas leituras realizadas que tratam da importância do trabalho de campo para a ciência geográfica, entre eles estão: Lacoste (2006), Kayser (2006) e De Marcos (2006), que contribuíram diretamente para a nossa percepção e o nosso olhar em campo. O trabalho de campo, ou a investigação empírica, é tratado pelos respectivos autores como instrumento indispensável (mas não suficiente) para comprovação das ideias estabelecidas pelo pesquisador, os quais alertam para o compromisso de retorno da pesquisa para com os sujeitos envolvidos e pesquisados. Dessa forma, o geógrafo Yves Lacoste destaca a importância de se estabelecer uma harmonia entre teoria e prática, bem como de se informar sobre a realidade empírica e o problema investigado; e nos diz que:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica, que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local, é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (LACOSTE, 2006, p. 91).

Já De Marcos (2006, p. 110) enfatiza que a pesquisa precisa ter uma função social, que “é necessário que o momento da pesquisa se transforme também em ação educativa, e que o conhecimento produzido pelo cientista seja restituído às comunidades, de modo a permitir, a um só tempo, o aumento da consciência que possuem de si próprios e de suas capacidades de iniciativas transformadoras” sendo a devolutiva da pesquisa um compromisso firmado com os sujeitos e as instituições que dela participaram.

Um dos objetivos do trabalho de campo foi a conversa com os camponeses, que chamamos comumente de entrevista, e a aplicação de questionários que pudessem nos oferecer informações sobre suas práticas, modo de vida e também sobre suas dificuldades. Contudo, a rigidez com a qual os roteiros de entrevista e os questionários, muito importantes e utilizados nas pesquisas quantitativas e qualitativas, são conduzidos pode

gerar um certo distanciamento do pesquisador, transformando aquele sujeito e sua história em mera informação a ser coletada. Desta forma, procuramos elaborar instrumentos para conduzir as entrevistas de forma que não limitassem o diálogo, principalmente com os camponeses e as lideranças, pois acreditamos que a confiança de uma conversa pode ser fragilizada com a frieza de um questionário. Sobre essa problemática, De Marcos (2006, p. 114) afirma que:

[...] a única maneira de garantir que este depoimento seja verdadeiro é conquistando a confiança dos sujeitos da pesquisa. Infelizmente, muitas pesquisas são feitas desconsiderando estas questões. Ainda é uma prática entre tantos pesquisadores chegar à área de estudo com questionários longuíssimos construídos em gabinete, “metralhar” os “objetos de estudo” com suas perguntas, muitas vezes, incompreensíveis e ir embora. Do pesquisador e do estudo que ele realizou, muitas vezes, a comunidade não tem mais notícias. Ora, diante da repetição destas situações, a comunidade aprende a não mais confiar em estranhos e, aos poucos, vai construindo suas próprias defesas: ora se fecha aos próximos pesquisadores e impede a realização de novas pesquisas, ora prepara um discurso “pronto”, “empacotado” como os questionários aplicados, para ser “respondido” ao próximo pesquisador que ali chegar.

De acordo com Mattalo e Pádua (2004), a entrevista é a técnica de coleta de informações mais utilizada no trabalho de campo e possibilita a análise de dados quantitativa e qualitativamente, podendo ser anotada ou gravada. Na entrevista semiestruturada, o pesquisador organiza as questões sobre o tema, mas considera que o entrevistado fale livremente no decorrer da entrevista, e isso no nosso caso ocorreu bastante, alterando positivamente o percurso da entrevista. As entrevistas para esta pesquisa foram gravadas e contaram com roteiros específicos para cada sujeito entrevistado (em apêndice). Dessa forma, as entrevistas contribuíram de forma ímpar para atingir os objetivos específicos da pesquisa, as quais foram realizadas com: Tânia Maria de Souza, coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra – CPT na Paraíba; Gilmar Felipe Vicente, liderança do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST na Paraíba; Maristela Amaral Macedo, secretária da CPO-PB e técnica do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA; Alane Maria Silva de Lima, camponesa e coordenadora do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas; Joelma Mota e Josefa Mota, camponesas do Assentamento Padre Gino e vinculadas à Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea. Algumas falas de técnicos e camponeses também foram registradas em eventos e utilizadas nesta pesquisa.

A caderneta de campo, instrumento simples, mas muito eficaz, nos acompanhou em todas as atividades; e, junto com a observação, os registros fotográficos e as gravações das falas nos eventos públicos foram muito importantes durante toda a pesquisa.

Foram realizadas visitas aos seguintes locais: nove feiras agroecológicas do estado; diversas unidades de produção camponesa; algumas sedes de associações; o escritório da Comissão Pastoral da Terra - CPT do Litoral (João Pessoa) e do Sertão (Cajazeiras), onde funciona também o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social (IFBDS); e o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizado em Sapé-PB. Além das visitas, participamos das seguintes atividades: reuniões de formação e de discussão política com os camponeses que compõem a Rede de Feiras Agroecológicas da Várzea e a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano; atividades de extensão do projeto Ecoforte, que contribuiu para o desenvolvimento de tecnologias sociais junto aos camponeses do Alto Sertão da Paraíba; eventos políticos, como a Festa Regional das Sementes Crioulas de 2018; Encontro de Avaliação da Rede de Sementes Crioulas da Paraíba de 2019; todos os Encontros Estaduais dos Organismos de Conformidade Social - OCS e dos Sistemas Participativos de Garantia - SPG da Paraíba; e outros eventos importantes promovidos pela Comissão da Produção Orgânica da Paraíba - CPO-PB.

A oportunidade de participar de três experiências como professora e pesquisadora durante o período do doutoramento contribuiu para a aproximação com os sujeitos e as experiências estudadas, para o acesso às informações e a possibilidade de uma vivência junto à problemática levantada. Foram elas: o período em que estive como professora substituta do curso de licenciatura em Geografia da UFCG do campus de Cajazeiras, entre 2015 e 2017, quando tive a oportunidade de fazer parte da equipe de um projeto de pesquisa Universal<sup>6</sup> intitulado: *A produção agroecológica certificada como indutora da sustentabilidade e do desenvolvimento da agricultura familiar no estado da Paraíba*, que desenvolveu indicadores de sustentabilidade para agroecologia de forma participativa com algumas organizações de camponeses e com a Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO-PB; e de dois projetos de extensão<sup>7</sup> com o Programa de Estudos e Ações

---

<sup>6</sup> O projeto *A produção agroecológica certificada como indutora da sustentabilidade e do desenvolvimento da agricultura familiar no estado da Paraíba* foi coordenado pelo professor Josias de Castro Galvão, recebeu auxílio financeiro do CNPq, através da Chamada Universal MCTI/CNPq N° 14/2014, e teve vigência de 36 meses, de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2018.

<sup>7</sup> Os projetos foram *A produção agroecológica certificada como indutora da sustentabilidade e do desenvolvimento da agricultura familiar no estado da Paraíba – PB*, executado em 2015; e o *Apoio à certificação participativa de produtos agroecológicos do Alto Sertão Paraibano*, executado em 2016.

para o Semiárido – PEASA/UFCG, em que colaborei com a formação de camponeses relacionada ao associativismo e ao Sistema Participativo de Garantia – SPG. Durante a vigência dos projetos, conheci a dinâmica da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano, quando tive a oportunidade de vivenciar a realidade do campesinato no semiárido, até então por mim desconhecida, e acompanhar o trabalho de assessoria à respectiva rede desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT de Cajazeiras e pelo Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social - IFBDS.

Destaco ainda os trabalhos de campo em conjunto com os membros da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO-PB, na qual atuo como colaboradora desde 2012, sendo um importante instrumento metodológico para a pesquisa, por reunir importantes organizações que discutem e fomentam a agroecologia no estado. Durante o período de doutoramento, tive a oportunidade de visitar, para fins de controle social do cadastro da produção orgânica, unidades produtivas agroecológicas em todo o estado, o que possibilitou o conhecimento da dinâmica agroecológica em diversos territórios. A participação nos encontros estaduais e a preparação e realização de várias Semanas dos Orgânicos, além da participação nas reuniões ordinárias, também foram momentos importantes para estreitar os laços de confiança e proximidade com os sujeitos da pesquisa e realizar a coleta de dados para a tese.

Deste ponto, partimos para apresentar a estrutura que compõe a pesquisa e, conseqüentemente, a demonstração da tese. Além da parte pré-textual e da introdução, o trabalho está composto pelo Capítulo 1, intitulado “Campesinato, questão agrária e agroecologia”, que trata da questão agrária e dos sujeitos da pesquisa, os camponeses. É apresentada a discussão teórica sobre a recriação do campesinato e da questão agrária brasileira. É destacado também o papel do sujeito camponês na agroecologia. Abordamos a importância da apropriação da agroecologia pela classe camponesa na contemporaneidade, enquanto expressão do ecossocialismo, que busca alternativas para a questão agrária latino-americana e brasileira.

No Capítulo 2, que está intitulado “Conquistas e desafios do Movimento Agroecológico no Brasil”, contextualizamos a agroecologia enquanto movimento socioterritorial que busca estabelecer arranjos territoriais pautados na autonomia, na soberania alimentar e na sustentabilidade. Demonstramos nele um pouco da trajetória da

---

Ambos foram coordenados pelo professor Josias de Castro Galvão e contaram com o apoio financeiro do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido – PEASA/UFCG.

agroecologia no Brasil e as políticas públicas de apoio à classe camponesa que estão fundamentadas na agroecologia.

No Capítulo 3, intitulado “Agroecologia e reprodução camponesa na Paraíba: insurreição ou utopia?”, abordamos a recriação camponesa através dos assentamentos rurais na Paraíba e a agroecologia enquanto instrumento de retomada do poder do território pela classe camponesa. Destacamos o cenário das políticas públicas de apoio à agroecologia e a produção agroecológica do estado.

No Capítulo 4, intitulado “Paraíba agroecológica: caminhos para a autonomia, a soberania alimentar e a sustentabilidade”, analisamos algumas experiências de produção e comercialização agroecológicas, e a preservação da biodiversidade na Paraíba, enfatizando a ajuda mútua, o associativismo e a conservação da biodiversidade como elementos da práxis agroecológica.

### **Método, Teoria Crítica e Geografia: fundamentos para análise da questão agrária brasileira**

“A atualidade da teoria crítica se evidencia não pela sua capacidade de preservar uma escola de pensamento, mas ao contrário, por sua capacidade de renovação, reformulação e autocrítica.”

(FREITAG, 1990, p.105)

Bachelard (1996, p. 17-19) considera que o conhecimento de uma dada realidade é permeado por desafios e incertezas, e que “o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno (...)”. Desta forma, o método de análise é “o esforço para atingir um fim, investigação, estudo; caminho pelo qual se chega a um determinado resultado; programa que regula antecipadamente uma sequência de operações a executar, assinalando certos erros a evitar” (LALANDE *apud* OLIVEIRA, 1998, p. 17). O método é, portanto, “um percurso escolhido entre outros possíveis” (OLIVEIRA, 1998, p. 17) “para ajudar a construir uma representação adequada das questões a serem estudadas (OLIVEIRA, 1998, p. 22).

O surgimento do método está relacionado ao surgimento da ciência moderna (séculos XVI e XVII), que cria leis gerais e sistematiza a razão instrumental para estabelecer a “desvinculação da produção do saber da órbita eclesiástica”. A ciência moderna, no seu surgimento, estabelece um modelo científico-natural de leis invariáveis

que, quando aplicadas ao conhecimento sobre a sociedade, se limita à “observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos” (LOWY, 2000, p. 17). Dessa forma, o positivismo ignora o condicionamento histórico social da realidade e a dialética do próprio conhecimento, e isso basta para politizar o método e associá-lo à ideologia conservadora e burguesa que se constitui para suprir as necessidades técnicas e ideológicas da expansão capitalista (LOWY, 2000; MARX; ENGELS, 1984).

Lowy (1989, p. 15) enfatiza que o método de pesquisa positivista é limitado em relação às especificidades metodológicas das ciências sociais, que são: 1) O caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens; 2) A identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento; 3) O fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em um jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais; 4) As implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter consequências diretas sobre a luta de classes.

Dessa forma, a presente pesquisa é guiada pelo materialismo histórico e dialético, método científico desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, cuja concepção materialista da história conduz as ciências sociais a um conhecimento crítico da realidade a partir da história. Nesta interpretação, o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência, a realidade social deixa de ser considerada como uma condição natural e passa a ser percebida como produto de uma realidade anterior, condicionada principalmente por condições econômicas (divisão do trabalho, formas de propriedade, relação homem-natureza) e por isso passível de ser transformada (MARX; ENGELS, 1984). O materialismo histórico e dialético interpreta a realidade concreta a partir dos acontecimentos históricos e suas consequências socioespaciais, criticando tanto o idealismo (sistema filosófico de Hegel), que discute ideias sem o esforço de transformar o mundo real, não havendo lugar para a práxis; quanto o materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach, que rompe com a religião e o idealismo hegeliano, mas “não faz nenhuma crítica às condições de vida atuais. Nunca chega, portanto, a conceber o mundo sensível como a totalidade da atividade sensível viva dos indivíduos que o constituem”, justamente condição “onde o materialista comunista vê a necessidade e, ao mesmo tempo, a condição de uma transformação” (MARX; ENGELS, 1984, p. 29-30).

O divisor de águas entre o marxismo vulgar e o marxismo dialético foi a contribuição sobre a lógica da contradição. Para Lênin, Marx teria avançado na elaboração do método científico, “a partir de Hegel e Feuerbach, levando da dialética idealista para a dialética materialista” (FRESU, 2016, p. 249). Engels, na obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, usa o termo materialismo histórico para designar a concepção:

Dos roteiros da história universal, que vê a causa final e a causa propulsora decisiva de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na consequente divisão da sociedade em diferentes classes e nas lutas dessas classes entre si. (ENGELS, 1999, p. 29).

O método marxista denuncia o caráter conservador e capitalista do método positivista, que rompe com o conhecimento metafísico para alargar as relações de poder sobre o espaço e se utiliza da técnica para ter um maior controle da natureza e subordinação social para fins de acumulação capitalista (LOWY, 1989; FREITAG, 1990). Dessa forma, o materialismo histórico e dialético não nega por completo o raciocínio lógico e os instrumentos de pesquisa da ciência moderna em si, pois ele próprio se utiliza dessas ferramentas investigativas. Contudo é importante destacar que:

Enquanto para a teoria tradicional a *necessidade* do trabalho teórico significa o respeito às regras gerais da lógica formal, ao princípio da identidade e da não contradição, ao procedimento dedutivo ou indutivo, à restrição do trabalho teórico a um campo claramente delimitado, a noção de *necessidade* para a teoria crítica continua presa a um juízo existencial: libertar a humanidade do jugo da repressão, da ignorância e inconsciência. Esse juízo preserva, em essência, o ideal iluminista: usar a razão como instrumento de libertação para realizar a autonomia, a autodeterminação do homem. (FREITAG, 1990, p. 41).

Portanto, o teórico neutro se distancia do objeto e o interpreta como algo externo, e o método crítico sugere uma relação orgânica entre sujeito-objeto, “procurando colaborar na intervenção e no redirecionamento do processo histórico em favor da emancipação dos homens em uma ordem social justa e igualitária” (FREITAG, 1990, p. 42).

Dessa forma, utilizamos o materialismo histórico e dialético para interpretar a problemática tratada na tese, no sentido de entender a construção do espaço geográfico (dimensão concreta da realidade) pelo movimento contraditório da reprodução do modo de produção capitalista, que, ao longo da história, produz espaços de acumulação e

territórios de resistência. O método busca interpretar a realidade objetiva (materialismo), a partir da sua interação com o meio, e seus processos históricos condicionantes, que são dinâmicos (dialética). Compreende-se que a produção do espaço geográfico se dá a partir das contradições históricas produzidas pelo capital de forma desigual e combinada, com fins de dominação e acumulação, em que se estabelece a luta de classes entre capitalistas e camponeses. E a agroecologia é ferramenta de resistência camponesa e de transformação da realidade.

No caminhar da construção teórica como instrumento de análise, fomos influenciados pelo pensamento de Antônio Gramsci, italiano e membro fundador do Partido Comunista italiano, que construiu seu pensamento alicerçado no papel central da política para transformação da sociedade, contribuindo com o materialismo histórico e dialético para uma interpretação mais abrangente de política, cujo papel seria o de mediar as relações da base (relações econômicas) e da superestrutura (relações culturais, ideológicas, jurídicas e políticas) rumo à transformação socialista (GRUPPI, 1991). Nesta perspectiva, interpretamos que as experiências estudadas só existem porque houve antes um processo de consciência política dos sujeitos, o que fez com que os camponeses se organizassem politicamente para lutarem e construíssem relações de cooperação e solidariedade que promovam sua reprodução social.

Gramsci desenvolve o conceito de hegemonia a partir da tese de hegemonia do proletariado de Lênin e diz ser necessária uma nova organização política e orientação ideológica e cultural direcionada à hegemonia dos grupos subalternos para superar as contradições sociais do modo de produção capitalista. “Portanto, a revolução é entendida por Gramsci – e ele continuamente o repete – como reforma intelectual e moral” (GRUPPI, 1991, p. 2). Para Gramsci, o capitalismo não controla apenas a economia, mas, e principalmente, as iniciativas autônomas e culturais da sociedade, e isso retroalimenta seu sistema econômico de acumulação e desigualdades.

Dessa forma, o materialismo histórico e dialético é instrumento para analisar a questão agrária brasileira, a partir da produção do espaço geográfico por diferentes sujeitos e agentes de territorialização (camponeses, capitalistas do agronegócio e Estado), que exercem diferentes papéis, de acordo com o lugar que ocupam na estrutura de classe formada pelo capitalismo. A dialética revela as contradições e forças opostas (luta dos contrários) que dificultam o avanço da territorialização das conquistas (mudança dialética) e dos benefícios sociais tanto para o campesinato como para toda a sociedade (mudança qualitativa/paradigmática).

A teoria crítica parte do materialismo histórico enquanto método de análise da realidade e assume um posicionamento crítico inclusive ao próprio marxismo. Diferentes correntes de pensamento são formadas e contemplam a crítica ao determinismo econômico<sup>8</sup> do marxismo; ao reducionismo da teoria eurocêntrica de classes sociais (que reconhece apenas a burguesia e o proletariado); e a centralidade da categoria trabalho na luta de classes.<sup>9</sup>

Dessa forma, a análise dos problemas da América Latina a partir de uma teoria crítica importada da Europa, mesmo marxista, sempre será uma análise parcial e distorcida da realidade, que não discute questões estruturais referentes à colonialidade do poder e a relação centro-periferia do capitalismo (QUIJANO, 2005). Na busca por uma teoria genuína, Quijano (2005, p. 126) diz que “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. (...) tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”.

Na perspectiva de construir um pensamento crítico a partir da história e da espacialidade das populações dos países da Ásia, África e América Latina, surgem duas correntes de pensamento: o pós-colonialismo, que se consolida a partir da difusão dos estudos subalternos; e o argumento decolonial, de origem mais recente e que radicaliza o argumento pós-colonial por meio das epistemologias do sul e do giro decolonial (BALLESTRIN, 2013; SANTOS; MENESES, 2009).

O pós-colonialismo é considerado como um “conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais” e tem como referência a

---

<sup>8</sup> A influência do positivismo no interior da II Internacional gerou uma concepção evolucionista dos sistemas de produção econômica pelo marxismo, que concebia a passagem do capitalismo para o comunismo de forma natural a partir do controle sobre os meios de produção, e subestimava o papel dos sujeitos na tomada de decisões e a preocupação com a questão ambiental, por exemplo (FREITAG, 1990; LOWY, 2000, 2014). Os teóricos da escola de Frankfurt, fundadores da chamada Teoria Social Crítica, ligados ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt na Alemanha, que se opuseram à razão instrumental da ciência moderna positivista, acusam o marxismo ortodoxo e partidário do stalinismo e da II Internacional de recair sobre o mesmo problema de análise do positivismo. A escola de Frankfurt se propõe a repensar o método marxista no sentido de abranger e compreender as novas tendências históricas, a fim de superar as contradições inerentes às relações de poder das classes dominantes (tanto no capitalismo quanto no socialismo), e teve importantes trabalhos relacionados a cultura, estética, psicanálise e ação comunicativa, desenvolvidos principalmente por Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas. Em todos os estudos, a transformação da realidade material/econômica estava ligada a ações contínuas e culturais, e a base econômica foi relativizada (FREITAG, 1990).

<sup>9</sup> Para Quijano, “a teoria eurocêntrica sobre as classes sociais é reducionista: refere-se única e exclusivamente a um único dos meios do poder: o controle do trabalho e dos seus recursos e produtos. (...) todas as outras instâncias da existência social onde se formam relações de poder entre as pessoas não são consideradas em absoluto ou são consideradas apenas como derivativas das ‘relações de produção’ e determinadas por elas. (...) o poder não se reduz às relações de produção, é uma malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controle do trabalho, da natureza, do sexo, da subjetividade e da autoridade” (QUIJANO, 2009, p. 99-100).

transformação epistemológica das ciências sociais: Franz Fanon (1925-1961) – psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia; Aimé Césaire (1913-2008) – poeta, negro, também nascido na Martinica; Albert Memmi (1920- ) – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica; e Edward Said (1935-2003), crítico literário de origem palestina, intelectual e militante da causa (BALLESTRIN, 2013, p. 90-92).

Dentro do movimento do pós-colonialismo, merece destaque o Grupo de Estudos Subalternos, que surge na década de 1970, na Índia – com a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano. “O termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antônio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p. 92-93). Inspirado no grupo indiano, surge em 1992, nos Estados Unidos, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, formado por intelectuais latino-americanos e americanistas. É dentro dessa escola de pensamento que se problematiza a limitação epistemológica dos grupos de estudos subalternos, pois não há ruptura com autores eurocêntricos (tendo os principais expoentes: Foucault, Derrida, Gramsci e Guha), e se coloca a necessidade de construir uma teoria que, de fato, contemple a problemática latino-americana. Assim, o grupo latino foi desagregado em 1998 e deu origem ao Grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013).

Ballestrin (2013) defende que, “mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado”, possuindo um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade no sentido de romper com a dependência teórica, política e econômica das ex-colônias (BALLESTRIN, 2013, p. 91-92).

As epistemologias do sul e o chamado giro decolonial valorizam e constroem uma teoria crítica a partir dos saberes da América Latina e apontam caminhos para construir uma epistemologia que valorize o saber popular e ancestral dos territórios em constante diálogo com o conhecimento científico, e só assim poderá romper com a colonialidade do poder, do saber e do ser, que sustenta a hegemonia do capitalismo e continua a impor formas organizativas de exploração aos países periféricos. A teoria da dependência, tratada por André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, Milton Santos, Vânia Bambirra e Aníbal Quijano, entre outros, é um exemplo da discussão

precursora no sentido de auxiliar o estudo das contradições do modo de produção capitalista na América Latina (BALLESTRIN, 2013).

Na constituição do sistema-mundo moderno colonial, diferentes grupos e classes sociais se afirmaram como os colonizadores da Europa central só para exemplificar de modo sucinto; e outros foram submetidos e negados, como é o caso dos indígenas, negros e camponeses da América Latina. A teoria crítica da América Latina insere a questão territorial, ou para alguns a questão ambiental, mas considera as relações de poder sobre os bens da natureza (a terra, a água e os minérios) e sobre os sujeitos que vivem no território (indígenas, camponeses, negros, mulheres e jovens) como temas centrais na análise das relações e na luta de classes no seio do capitalismo, e não apenas derivadas de relações de produção de mercadorias (BALLESTRIN, 2013; PORTO GONÇALVES, 2004, 2012; QUIJANO, 2009).

A teoria ecossocialista, que tem como marco histórico o “Manifesto Ecossocialista Internacional”, divulgado no III Fórum Social Mundial, que aconteceu em Porto Alegre-RS, em 2003; e a teoria do ecologismo dos pobres, desenvolvida por Martinez Alier e que interpreta a luta camponesa por terra e água essencialmente como ambientalista ou ecologista na prática, se constituem uma renovação do projeto socialista. De acordo com Lowy (2014), a abordagem do ecossocialismo se caracteriza como uma proposta radical que visa atacar a raiz do capitalismo, ou seja, a apropriação da natureza para fins de acumulação, e se distingue tanto das variantes produtivistas do socialismo no século XX (da social-democracia e do comunismo stalinista) quanto daquele ambientalismo que se acomoda e/ou negocia com o modo de produção capitalista. Apresenta-se como proposta “que almeja não só a transformação das relações de produção, do aparelho produtivo e do padrão de consumo dominante, mas sobretudo [a construção de] um novo tipo de civilização (...)” (LOWY, 2014, p. 9-10).

Desde Milton Santos, a teoria crítica na ciência geográfica brasileira, que tem forte influência do materialismo histórico e dialético, busca a renovação da análise marxista a partir do estudo do saber e da práxis popular, incluindo temas de investigação como raça e gênero e a dimensão ecológica nas contradições territoriais engendradas pelo capitalismo. Assim, concordamos com Porto Gonçalves (2004) que afirma que a questão agrária perpassa e está diretamente ligada com a questão ambiental e ao modo como a produção capitalista se apropria da terra e da natureza. O desafio ambiental apontado por Porto Gonçalves é justamente o de (re)construir uma racionalidade para o uso da natureza, principalmente pela agricultura. É justamente na defesa de um paradigma latino-

americano e contra-hegemônico de saberes e de uma práxis transformadora do espaço geográfico pelo campesinato e pela agroecologia que este trabalho se insere.

O território para o campesinato é “um espaço de organização política, mobilização, (in)formação, luta, resistência e atuação contra-hegemônica em projetos de desenvolvimento territorial” (SAQUET, 2019, p. 85). E a práxis da agroecologia é a “unidade teoria-prática, empiria-dedução, pensar-fazer, juntamente com a politização, no nível de consciência e da vida cotidiana feita de ações e reações, concretudes e abstrações. A práxis significa *ação política* para mudar a sociedade reflexivamente” (SAQUET, 2019, p. 97). Assim:

Nessas resistências, re-existência, as epistemes e o território, onde a questão da terra tem um lugar central, ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam superá-la. (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 51).

Desta forma, analisamos, à luz das ferramentas teórico-metodológicas da geografia crítica, a contribuição da agroecologia para a reprodução e a territorialização do campesinato enquanto classe social, além da importância disto para se estabelecer um modo de vida mais democrático, equitativo e de bem viver.

## CAPÍTULO 1

### CAMPESINATO, QUESTÃO AGRÁRIA E AGROECOLOGIA

“A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta. A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. A autodeterminação começa pela boca.”

(Eduardo Galeano, no prefácio do livro *As veias abertas da América Latina*)

Este capítulo aborda a problemática da questão agrária a partir das contradições engendradas pelo capitalismo no campo, tendo em vista que a questão agrária é um problema que não se esgota na questão fundiária. Para isso, discutimos a evolução do conceito de campesinato em várias correntes de pensamento, com destaque para o entendimento do campesinato enquanto classe social e modo de vida, e para a conceituação do campesinato pela abordagem agroecológica.

Concordamos em absoluto com Shanin sobre a importância histórica do camponês e a relevância em se estudar o campesinato na contemporaneidade, como forma de enfrentar os grandes problemas estruturais do capitalismo (fome, migrações, desemprego, crise energética, mudanças climáticas, conflitos territoriais entre tantos outros). “Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Nós não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais a maior parte da população está envolvida” (SHANIN, 2008, p. 28-29).

Após discutida a relação entre campesinato e agroecologia, tratamos da questão agrária e da recriação camponesa por meio da Reforma Agrária no Brasil e da agroecologia enquanto movimento socioterritorial protagonizado pelos camponeses, que tem como elemento central o valor de uso dado à natureza pelo trabalho camponês, e isso perpassa pela forma como produzem, distribuem e consomem o alimento. Dessa forma, a práxis camponesa fundamentada na agroecologia, que referenciamos neste trabalho como práxis agroecológica, constrói alternativas de reprodução camponesa e enfrentamento à hegemonia do modo de produção capitalista no campo.

Assim as perguntas geradoras deste capítulo são: como o campesinato pode ser entendido na atualidade? Qual é a questão agrária brasileira? Qual arranjo territorial é

possível de ser construído pela reprodução camponesa e pela agroecologia? Como a produção e o consumo de alimentos agroecológicos podem combater o agronegócio? O campesinato e a produção agroecológica são capazes de alimentar o mundo?

### **1.1 O debate clássico sobre a questão agrária e o campesinato**

O debate teórico sobre a questão agrária na modernidade permeia a discussão sobre a permanência (ou não) do campesinato enquanto classe social no capitalismo e a evolução da conceituação do sujeito camponês. Dessa forma, torna-se necessário abordar a interpretação do conceito de campesinato a partir da chegada do modo de produção capitalista na agricultura. São várias as correntes de pensamento que adotam diferentes elementos para a análise e partem de diversos tempos históricos e espaços geográficos, debatendo se o campesinato coexiste com o capitalismo ou foi incorporado pelo modo de produção capitalista.

Destacamos duas dessas análises: a corrente de pensamento do marxismo agrário, também chamado de ortodoxo, que interpreta a questão agrária e o destino do campesinato a partir do contexto da Europa (sobretudo Rússia e Alemanha) do século XIX; e o narodnismo russo, que tem como objeto de estudo o campesinato da Rússia do século XIX e influencia o narodnismo marxista.

No capítulo IV do livro intitulado *A Questão Agrária*, cuja 1ª edição foi publicada em 1889, Kautsky diz que o modo de produção capitalista, fundamentado pela ciência moderna e pelas mudanças tecnológicas, tende a especializar a produção das explorações agrícolas e faz surgir uma divisão do trabalho também na economia camponesa, ou seja, a produção agrícola passa a ter as especialidades e especificidades próprias do setor industrial. Assim o campesinato tenderia a se inserir no mercado de consumo e de trabalho assalariado, deixando de ser autossuficiente em relação aos meios de produção (terra, ferramentas, insumos, etc.) e às necessidades familiares (alimentação, vestuário, objetos domésticos, etc.). O que o autor observa é que o camponês passa a ser “obrigado a comprar não apenas os instrumentos, e instrumentos mais caros que de outrora, mas ainda uma parte de seus gêneros alimentícios que a sua exploração especializada não proporciona, ou não proporciona em quantidade suficiente” (KAUTSKY, 1968, p. 54).

Ao relacionar as inovações tecnológicas, o comércio agrícola e a dependência dos camponeses em relação à indústria capitalista no século XIX, Kautsky diz que:

Empresas especiais se consagram à reprodução e à melhora das sementes e das diversas raças de animais. É a elas que o agricultor compra tudo o que melhor atenda às necessidades imediatas de sua lavoura. (...) quanto mais se desenvolve o comércio tanto mais ele subordina o pequeno camponês. Este não tem elementos para abarcar num lance de olhos o mercado e se enreda mais facilmente em dificuldades. O comércio se transforma numa fonte abundante de opressões para o lavrador. (KAUTSKY, 1968, p. 54-55).

O modo de produção capitalista no campo impôs dificuldades à agricultura camponesa da Europa, o que levou Kautsky e outros teóricos marxistas a formularem a tese do fim do campesinato por meio da proletarização do camponês e da superioridade técnica da grande exploração agrícola, considerando-os como “restos do modo de produção pré-capitalista”. Nesta análise:

A antiga sociedade da família rural, explorando exclusivamente por seu próprio esforço o próprio chão, é substituída nas grandes empresas agrícolas por um grupo de operários contratados, os quais, sob o comando do proprietário, trabalham para ele na lavoura, guardam o seu gado, enceleiram sua colheita. O antagonismo de classes existente entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses. (KAUTSKY, 1968, p. 31).

Engels (1981), ao analisar a dinâmica do campesinato na França e na Alemanha, no seio do desenvolvimento capitalista, corrobora a tese de Kautsky e diz que o principal motivo que sustenta a tese do desaparecimento do campesinato é a separação do camponês da terra pelo endividamento, por meio principalmente de hipotecas e arrendamentos.

[...] os impostos, as más colheitas, as partilhas devidas à transmissão de herança, as questões judiciais atiram a um número crescente dos camponeses nos braços dos usurários com o acúmulo das dívidas se generalizando cada vez mais e cada camponês individual se afundando cada vez mais nelas. Numa palavra, nosso pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário. (ENGELS, 1981, p. 63).

Inicia-se assim, na tentativa de frear o avanço do capitalismo, a discussão sobre a adesão do campesinato ao programa agrário socialista (de grandes cooperativas agrícolas e da propriedade coletiva dos meios de produção), colocando em questão a propriedade privada camponesa. No seio da discussão da questão agrária pelos socialistas, estão os que defendem como possível o socialismo com a manutenção da propriedade camponesa (tese do programa francês) e os que defendem a propriedade coletiva dos meios de

produção como único meio para se estabelecer o socialismo (ENGELS, 1981, p. 65-67). Assim, a adesão da população camponesa se torna central para o projeto político socialista, o que faz Engels afirmar que:

Não podemos ganhar a massa de pequenos camponeses da noite para o dia, senão prometendo-lhes coisas que sabemos perfeitamente que não poderemos conseguir. Na verdade, temos que lhes prometer não apenas proteger sua propriedade a todo custo contra a corrente de todos os poderes econômicos, como também liberá-los das taxas que os oprimem [...] Não libertaríamos o camponês; não faríamos mais do que conceder-lhe um momento para respirar antes de ser enforcado. Não temos o menor interesse em ganhar o camponês da noite para o dia, para, em seguida, se não pudermos realizar o prometido, ele nos dar de novo as costas no dia seguinte. Em nosso partido, não há lugar para o camponês que queira que tornemos eterna sua propriedade [...] (ENGELS, 1981, p. 72-73).

No pensamento de Engels, as transformações ocorridas no campo levariam ao processo irreversível de proletarização do camponês, o que de alguma forma o conduziria a somar à luta do proletariado urbano em relação à coletivização dos meios de produção rumo à transformação socialista, e tal interesse político reforça a construção teórica sobre o fim do campesinato. Considerado como “desconfiado” e “apegado à propriedade da terra”, o camponês só aceitaria o socialismo quando não houvesse mais condições de reproduzir no seu pedaço de terra. De modo contraditório, para a teoria socialista, o desenvolvimento do capitalismo no campo acabaria por favorecer o projeto coletivo, sendo as empresas agrícolas capitalistas precursoras das cooperativas socialistas. Assim:

O regime capitalista estabelece as condições preliminares da grande exploração cooperativa. Não apenas cria um exército privado dos meios de produção. Dá forma, também, à produção social, suscitando e exasperando a luta de classe entre capitalistas e assalariados. [...] Não é por intermédio dos que possuem, mas dos que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. [...] só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente como hoje – à grande produção cooperativa. (KAUTSKY, 1968, p. 145).

Dessa forma, Kautsky rejeita a ideia de continuidade da economia familiar camponesa no modo de produção capitalista, no contexto da Europa do século XIX, e a partir de uma metodologia economicista, emprega conceitos de capital, valor, lucro, mais valia, sem levar em consideração o valor de uso dos recursos naturais e a separação da figura do proprietário dos meios de produção do trabalhador. Isso o leva a considerar, entre outras coisas, a produção agrícola essencialmente como mercadoria e a terra como

capital, que objetivam lucro e valor excedente. Claramente as especificidades da economia camponesa não capitalista, o trabalho familiar e a resiliência deixam de ser considerados na análise que interpreta apenas a burguesia e o proletariado enquanto classes sociais. Kautsky é irredutível e declara o fim eminente do camponês no modo de produção capitalista.

Dessa forma, ao exaltar a força produtiva da grande propriedade e a força política (e revolucionária) apenas dos operários, o arcabouço analítico de Kautsky se torna determinista e seus argumentos econômicos e políticos partidários insuficientes para analisar a questão agrária contemporânea no mundo e na América Latina em particular.

Numa perspectiva antagônica à defendida pelo marxismo ortodoxo, está o narodnismo russo, gerado na Europa do século XIX, que defendia que o campesinato seria o protagonista do modelo de desenvolvimento econômico não capitalista requerido para a Rússia. Existem dois pontos de convergência entre as diferentes orientações teóricas e políticas desta corrente de pensamento, são eles: a rejeição à propagação do capitalismo; e o desejo de que a Rússia saltasse a etapa capitalista para atingir uma sociedade mais justa, socialista e sem a desorganização do campesinato (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Vale destacar alguns elementos da práxis intelectual e política do narodnismo russo, são eles: nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo; a possibilidade de frear o desenvolvimento do capitalismo mediante a extensão das relações sociais do campesinato ao conjunto da sociedade; e, por último, o compromisso dos intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver formas de progresso, por meio de cooperação solidária, às quais se incorporem a justiça e a moral (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 23).

Paralelamente ao narodnismo russo, surge um ramo anarquista (anarquismo agrário) que tem como pensadores expoentes Bakunin e Kropotkin, os quais interpretavam o campesinato como classe revolucionária, cujo “ideal de revolução popular e camponesa seria cristalizada numa federação de comunidades rurais livremente unidas”, sendo a comuna russa o meio de encontrar os fatores que pudessem estender a revolução a toda a Europa (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 29). A grande contribuição oriunda do anarquismo agrário foi a elaboração da categoria científica de **apoio mútuo** por Kropotkin, em contraponto ao **darwiniano social** de T. Huxley, que defendia a guerra mútua e a amoralidade como características inerentes ao desenvolvimento da civilização humana (fundamentando historicamente o liberalismo econômico). “A teoria do apoio como fator de evolução faz uma caracterização das diferentes formas históricas de

organização social do campesinato e crítica as intencionadas políticas de extinção das comunidades rurais”. O apoio mútuo “constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potenciar frente a elementos inibidores” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 34-35).

Tanto o narodnismo russo quanto os estudos de Kropotkin e de outros pesquisadores, como é o caso de Chayanov, influenciam a nova tradição dos estudos camponeses que discutem as formas de permanência do campesinato nas sociedades capitalistas, sobretudo a partir do estudo do campesinato da América Latina. Para isso, recuperam elementos da antiga tradição dos estudos camponeses para fundamentar a posição emergente da agroecologia como estratégia de reprodução camponesa na contemporaneidade.

## 1.2 A nova tradição dos estudos camponeses e o campesinato na agroecologia

A nova tradição dos estudos camponeses é impulsionada principalmente pelas obras de Teodor Shanin, que, a partir do resgate dos trabalhos sobre a economia camponesa de Alexander V. Chayanov, debate a problemática camponesa do Terceiro Mundo.

Chayanov diz que é justamente a ausência de fenômenos fundamentais de uma ordem social e econômica capitalista, entre elas a relação capital-trabalho assalariado, que possibilita a (re)existência das propriedades camponesas no modo de produção capitalista, ou seja, o trabalho camponês e sua reprodução são baseados num **sistema econômico não capitalista**, que coexiste com o **sistema econômico capitalista**, mas não está totalmente subordinado a este (CHAYANOV, 1974, p. 262-266). Dessa forma, o estudioso critica a análise da economia moderna que leva em consideração apenas os fenômenos econômicos capitalistas, sendo os sistemas econômicos não capitalistas coexistentes com o modelo hegemônico tidos como insignificantes, e justifica a importância de se analisar a economia camponesa pela importância que representa na vida econômica global (CHAYANOV, 1974).

Chayanov constrói a teoria de **equilíbrio interno**, que trata do equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho, e destaca a autonomia

produtiva da propriedade camponesa, diferenciando a renda territorial ou fundiária<sup>10</sup> (capitalista) da renda da unidade econômica camponesa (produto do trabalho familiar); diferencia o capital que circula na economia campesina daquele, no sentido marxista, que gera valor excedente e lucro; e constrói uma concepção subjetiva de valor (inclusive de valor da propriedade rural) (CHAYANOV, 1974, 1981). Dessa forma, o autor sintetiza sua teoria sobre o equilíbrio interno na circulação de capital na unidade de exploração familiar com as seguintes proposições:

1) Em qualquer nível específico de tecnologia e de situação específica do mercado, qualquer família de trabalhadores capaz de controlar sua extensão de área de trabalho pode aumentar a produtividade de sua força de trabalho, aumentando a intensidade do capital de exploração para o nível ideal para esta família. Qualquer aumento forçado na intensidade do capital de exploração acima do nível ótimo aumenta a fadiga do trabalho e até reduz sua remuneração, pois, por um lado, o aumento das despesas para substituir o capital empobrecido neutraliza o efeito positivo da maior intensificação do trabalho, e por outro lado, a realização econômica desse capital exige que a família que administra a unidade intensifique sua força de trabalho mais do que o permitido pelo equilíbrio de fatores internos. 2) Nem todas as explorações familiares trabalham com a intensidade ideal de capital. Muitas famílias administram suas unidades sem capital adequado e recebem uma remuneração reduzida por seu trabalho. Muitas vezes, essas unidades de exploração, apesar dos esforços que fazem para elevar o capital à sua magnitude ideal, não são bem-sucedidas, pois a renovação do capital, ligada à satisfação das necessidades pessoais por meio do equilíbrio, não pode alcançar a magnitude que pode garantir a reprodução expandida do capital. 3) Em geral, os processos de formação e renovação de capital estão vinculados de maneira equilibrada com outros processos da unidade de exploração familiar (intensidade da força de trabalho, satisfação de necessidades pessoais, etc.), e sua força depende deles. Nos anos ruins, a renovação do capital diminui, o orçamento pessoal é reduzido e a autoexploração da força de trabalho da família é aumentada. Nos anos prósperos, o resultado é a reprodução expandida do capital, juntamente com um aumento no consumo pessoal e uma diminuição na intensidade da força de trabalho. (CHAYANOV, 1974, p. 263).

Em síntese, a teoria do chamado equilíbrio interno trata do equilíbrio entre o trabalho e o consumo da unidade de produção camponesa, que pode ser bastante variável, pois é condicionado por fatores internos (quantidade e qualidade da força de trabalho familiar, qualidade do solo e outras condições de produção) e por fatores externos

---

<sup>10</sup> Ou renda fundiária, categoria de análise da economia política relacionada ao valor extraído da propriedade privada da terra. A classe que se beneficia da renda fundiária são os proprietários da terra em detrimento dos que necessitam pagar para produzir na terra.

(localização da propriedade em relação aos mercados, situação do mercado, etc.). Dessa forma:

Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo o tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos econômicos. (CHAYANOV, 1981, p. 139).

Ao ser questionado<sup>11</sup> acerca do desnecessário esforço empreendido para compreender a natureza da economia familiar camponesa, visto que a propriedade camponesa deveria ser considerada uma **unidade de exploração capitalista** por estar inserida num sistema capitalista mundial, Chayanov não nega que a propriedade camponesa exista dentro de uma economia capitalista, que entende como hegemônica, mas diz também que a economia camponesa não se torna capitalista por isso. “Acreditamos que nossa exploração camponesa é comercial e, portanto, está inserida em um sistema econômico que coexiste com ela através do crédito e da circulação de mercadorias” (CHAYANOV, 1974, p. 265). Assim, considera o campesinato como parte do capitalismo quando o produto do trabalho camponês é transformado em mercadoria e vendido no mercado, na compra de ferramentas e insumos a preços impostos por uma economia capitalista e ao receber empréstimos bancários; e como autônomo no que tange às leis internas da unidade de produção, como o controle dos meios de produção, o equilíbrio interno entre trabalho e consumo e ao produzir para autoconsumo. O autor afirma ainda que o campesinato continuará coexistindo com o capitalismo ao longo da história, como fez com outros modos de produção, pois, por sua condição, se ajusta aos mecanismos da economia mundial. Assim:

Grandes setores da economia nacional, compostos por unidades de exploração familiar, que geralmente são sempre passivas, são arrastados para o sistema capitalista da economia e subordinados aos centros organizacionais do capitalismo. Por sua vez, eles começam a influenciar esses centros com as características peculiares de seu comportamento econômico, e essa influência começa imediatamente a atuar como determinante em certos setores. Em outras palavras, a atual fase do capitalismo, na qual a maioria da indústria e do comércio se baseia em mecanismos que exploram a força de trabalho assalariada, e

---

<sup>11</sup> Por Kurt Ritter e August Skalweit (CHAYANOV, 1974, p. 266).

que uma parte considerável da agricultura se baseia no mecanismo da unidade de trabalho familiar, deve refletir inevitavelmente a influência de ambos os tipos de atividade econômica. (CHAYANOV, 1974. p. 266-267).

Chayanov, Shanin e Moura trazem características indissociáveis ao modo de vida camponês, como o trabalho familiar e a posse da terra, que constituem a tríade: terra-trabalho-família. Moura (1986, p. 54) diz que é “o trabalho familiar que caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas”. Shanin justifica que o campesinato também pode ser interpretado enquanto modo de vida pelo fato das especificidades e costumes da sua reprodução social, que está baseada em relações não capitalistas e no trabalho familiar, e afirma que:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises (...) (SHANIN, 2008, p. 25).

Inspirado na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, Shanin diz que, para caracterizar um grupo social ou modo de vida como classe, é necessário responder à seguinte pergunta: o que eles fazem para defender os seus interesses? E para obter a resposta, analisou o poder de organização política e as reivindicações contemporâneas dos camponeses, como aquelas conduzidas pela Via Campesina e pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST. Reforça, portanto, que o campesinato se configura enquanto classe social no caso brasileiro pela organização e luta por terra e pela soberania alimentar (SHANIN, 2008).

Jan Douwe Van der Ploeg, também defensor da abordagem chayanoviana para o estudo da questão agrária contemporânea, reforça o entendimento do campesinato enquanto classe social ao dizer que os camponeses compartilham um projeto político para atender as suas necessidades por meio das relações de trocas, a partir da reorganização das relações de equilíbrio entre sociedade (campo e cidade) e ecologia (PLOEG, 2016). Ploeg (2008, p. 40) destaca dez características fundamentais que apontam para a condição camponesa, são elas:

(1) A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e

desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva, que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e as perspectivas de futuro, e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações.

O marxismo neochayanoviano e a ecologia fundamentam o neonarodnismo ecológico para a análise das contradições territoriais nas comunidades tradicionais e camponesas na América Latina. O neonarodnismo ecológico, ao resgatar o pensamento marxiano,<sup>12</sup> discute o papel do campesinato na América Latina enquanto sujeito revolucionário, detentor de saberes e dos meios de produção para enfrentar o capitalismo, inclusive na dimensão dos problemas ecológicos do nosso tempo. Dessa forma, influencia a convergência dos interesses dos movimentos sociais do campo, que passam a assimilar a agroecologia como uma dimensão necessária à reprodução camponesa e aos movimentos ambientalistas.

Para Marx (1975 *apud* SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 88, tradução da autora):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O homem encara a própria matéria natural como um poder natural. Põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de agarrar os materiais da natureza de uma forma útil para sua própria vida. Operando por meio desse movimento, transforma a natureza, transforma ao mesmo tempo a sua própria natureza. Desenvolve os poderes que dormem nele e submete ao seu domínio o jogo de forças do mesmo.

Contudo, a forma destrutiva do capitalismo de exploração dos recursos naturais causa uma fratura irreparável entre a sociedade e a natureza, e a necessidade de uma revolução ecológica (FOSTER, 2015). Dessa forma:

(...) a abordagem da relação humano-social com a natureza, profundamente entrelaçada com a crítica, por Marx, da sociedade capitalista de classes, proporciona ao materialismo histórico uma perspectiva única sobre a crise ecológica contemporânea e o desafio da transição. (FOSTER, 2015, p. 84).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/marxismo-e-ecologia-reencontro-necessario/>

Marx contemplou, em suas pesquisas, os problemas ambientais causados pela agricultura industrial e escreveu sobre os limites do uso dos recursos naturais para fins de crescimento econômico, com temáticas sobre o esgotamento do solo, a destruição das florestas e a contaminação das águas (LOWY, 2014; FOSTER, 2015). Contudo, “as ideias ecológicas de Marx foram vítimas da grande divisão que se abriu, nos anos 1930, entre o marxismo ocidental e marxismo soviético”, e de maneira geral, os estudos de Marx serviram muitas vezes às necessidades imediatas do movimento operário (FOSTER, 2015, p. 84). Marx afirma que “o homem socializado, os produtores associados governem o metabolismo humano com a natureza de uma forma racional [...] realizando-o com o menor dispêndio de energia e em condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana”; e também que:

Mesmo uma sociedade inteira, uma nação ou o conjunto das sociedades existentes em certa época, não são proprietários da terra. São simplesmente os seus possuidores, os seus beneficiários e têm de entregá-la em melhor estado para as gerações seguintes como *boni patres* famílias [bons chefes de família]. (MARX, *apud* FOSTER, 2015, p. 84).

A teoria da **ecologia dos pobres**, elaborada por Juan Martínez Alier, constituiu um marco teórico importante para debater o papel central da reprodução social dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e outros atores sociais pobres na conservação dos recursos naturais do planeta. Esses sujeitos, de modo individual ou organizado, participam de conflitos territoriais com o agronegócio e com o Estado neoliberal para defender o território de vida, sem muitas vezes se definirem como ambientalistas. O eixo principal dessa corrente de pensamento “não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das gerações futuras de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje” (MARTÍNEZ ALIER, 2018, p. 34).

Essa perspectiva de análise contempla duas dimensões: a problemática dos conflitos por recursos naturais, cujos recursos são necessários para a reprodução social das populações tradicionais (extrativismo, pesca, agricultura, turismo, etc.), utilizados pelo capital para fins de acumulação, promovendo assim fortes impactos ambientais (monocultura, gado, mineradoras, especulação, etc.); e a dimensão do conhecimento inerente à reprodução dessas populações, cuja preservação e cuidado com a natureza são necessários para sua sobrevivência, sendo esse saber difundido pelas gerações. Dessa

forma, o ecologismo popular ou ecologismo dos pobres são “denominações aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem ampla maioria da população em muitos países” (MARTÍNEZ ALIER, 2018, p. 35).

Ploeg reforça a necessidade de se interpretar a questão agrária para além da sua questão fundiária e diz existir uma questão agrária sempre que as relações entre o modo de fazer agricultura e a sociedade, a ecologia e os interesses, e as perspectivas daqueles que estão envolvidos do outro lado estejam desequilibradas. Nesse sentido, Ploeg conclui que “o equilíbrio entre pessoas e natureza é o primeiro que precisa ser considerado em qualquer análise da agricultura contemporânea. Isso por causa das diversas desconexões criadas entre agricultura e ecologia que resultaram na escalada de uma crise ambiental” (PLOEG, 2016, p. 65). E complementa que “qualquer discussão sobre os caminhos da sustentabilidade precisa necessariamente debater o papel dos camponeses” (PLOEG, 2016, p. 8).

O debate sobre a autonomia do campesinato contemporâneo perante o capitalismo é central na teoria do campesinato na agroecologia e perpassa a posse dos meios de produção pelo camponês e pelo acesso aos mercados. De acordo com Carvalho (2012), a autonomia camponesa é construída a partir da estruturação da unidade produtiva camponesa, sendo necessários alguns elementos indispensáveis, que são: reconhecer-se como classe distinta do proletariado e da burguesia; ter uma consciência política do lugar que ocupa na sociedade; ter a posse dos meios de produção (terra, água, ferramentas e sementes); construir ou otimizar um padrão tecnológico que não seja o fomentado pelo agronegócio, ou seja, uma base de recursos autogerida, (tecnologias sociais, insumos de fabricação própria ou local, etc.), que torne o camponês menos dependente de insumos externos e de origem industrial; e, por último, ter uma relação harmônica com a natureza, existindo uma coevolução<sup>13</sup> social e ecológica, pois sua autonomia dependerá dos insumos que a natureza lhe oferecerá. Assim:

A autonomia camponesa se realiza sobre a criação e o desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada pela família, que proporciona, ao mesmo tempo, um processo de coevolução no modo do uso dos recursos naturais e uma interação com os mercados, superando o padrão tecnológico dominante e reduzindo, nos limites estabelecidos pela correlação de forças econômicas e políticas, as suas

---

<sup>13</sup> Conceito da área das ciências biológicas, mas usado agroecologia para tratar do desenvolvimento social do camponês como parte de um equilíbrio com a natureza.

dependências históricas tanto do capital como dos governos. (CARVALHO, 2012, p. 43).

Ploeg afirma, fundamentado em pesquisas que envolvem espaços e contextos agrários diversos, que a agricultura camponesa é sim capaz de alimentar o mundo e já o faz, visto que a agricultura camponesa “entra em lugares aos quais o capital não tem acesso”, é encontrada em lugares íngremes, áreas alagadas e em clima árido, áreas não atraentes para o retorno médio de uma propriedade capitalista. A sua dinâmica com a realidade local (tanto em relação ao manejo dos recursos naturais como aos mercados) faz com que os camponeses tenham maior resiliência e lidem melhor com a volatilidade do mercado do que a agricultura capitalista, pois os camponeses encontram soluções mais adequadas localmente. A dinâmica da produção camponesa permite um maior rendimento a longo prazo do que a agricultura capitalista, seja pelo aproveitamento dos recursos do local seja pela longevidade e fecundidade da terra e dos animais (PLOEG, 2016, p. 145). Logo:

As fazendas de modelo empresarial são, em geral, maiores do que as unidades camponesas. Elas são mais imponentes e mais mecanizadas – sinais que são quase sempre interpretados como “mais poderosas” e “mais competitivas”. Mas as aparências enganam. Embora um único empreendimento empresarial produza mais do que uma unidade camponesa, mil hectares de terra usados pelas unidades camponesas produzem muito mais do que os mesmos mil hectares usados pelas fazendas empresariais ou capitalistas. (PLOEG, 2016, p. 149).

A problemática da questão agrária em Cuba também exemplifica a superioridade da produção agrícola camponesa em comparação com a produtividade da agricultura fomentada pela Revolução Verde e altamente dependente de insumos industriais. O espaço agrário cubano também foi marcado pela introdução massiva do pacote tecnológico (tratores, colheitadeiras, fertilizantes químicos, agrotóxicos, etc.), o que trouxe aumento da produtividade por um período curto, que logo se manteve estável até a sua baixa.<sup>14</sup> O que marcou a transição da agricultura convencional para o modelo agroecológico em Cuba foi o declínio das relações econômicas com o bloco de países socialistas (venda dos insumos agropecuários e bens alimentícios e compra principalmente do açúcar produzido por Cuba) e o endurecimento do embargo estabelecido pelos Estados Unidos. Assim, como o país vivenciava sua pior crise

---

<sup>14</sup> Isto se deve aos efeitos cumulativos da degradação do solo, provocada pelo uso intensivo de agroquímicos e maquinaria pesada, e aos problemas de rebote de pragas resistentes aos herbicidas (MACHÍN SOSA *et al.*, 2013, p. 43).

econômica, foi obrigado a reverter a lógica produtiva para assegurar a segurança alimentar de sua população. A partir da década de 1990, Cuba investiu não só na organização e disseminação daquelas práticas tradicionais de agricultura camponesa que resistiram por todo o período da modernização da agricultura, como também em ciência e tecnologia para melhorar a produtividade das unidades de produção camponesa. “Dessa forma, ocorreu uma interação positiva entre o resgate da agricultura camponesa e os avanços tecnológicos alternativos provenientes dos institutos de pesquisa” (MACHÍN SOSA *et al.*, 2013, p. 50).

Após mais de 20 anos de transição agroecológica da produção e organização do espaço agrário cubano, com insumos e tecnologias não dependentes do exterior, pesquisas demonstram o aumento da diversificação e da produtividade por hectare, pois “quanto maior o nível de integração agroecológica de um estabelecimento agrícola camponês, maiores serão seus níveis de produtividade, tanto por unidade de área como por quantidade de trabalho investido”. Pode-se afirmar que a soberania alimentar de Cuba se deu pelo investimento em agroecologia e em metodologias de formação, como a denominada **Camponês a Camponês - CAC**.<sup>15</sup> “Não há dúvida de que o bom comportamento do setor camponês se deve, em grande parte, ao êxito da agroecologia, pois sua produtividade supera significativamente a dos setores menos agroecológicos” (MACHÍN SOSA *et al.*, 2013, p. 94).

### 1.2.1 Mais alguns fundamentos da agroecologia

A produção intelectual dos autores Stephen R. Gliessman, Miguel Altieri e Sevilla Guzmán são importantes referências para se estudar a trajetória do conhecimento agroecológico, sua função enquanto estratégia de reprodução camponesa e a consolidação da ciência agroecológica. Os estudos de Gliessman partiram da sistematização de práticas ancestrais de agricultura dos povos indígenas do México e atualmente estão voltados para a integração da abordagem da pesquisa-ação na perspectiva transdisciplinar e participativa (PAR) em agroecologia, tendo como ideia central a necessidade dos

---

<sup>15</sup> O CAC é uma metodologia que se baseia na disseminação do conhecimento do campesinato pelos próprios camponeses. O campesinato do mundo inteiro faz diversas experiências com sua produção e naturalmente troca experiência com outros camponeses, portanto a metodologia que surge na América Central (Guatemala, México, Honduras, Nicarágua) estabelece alguns princípios que auxiliam na organização e compartilhamento do conhecimento dos camponeses (MACHÍN SOSA *et al.*, 2013).

compromissos mútuos assumidos por toda a sociedade, pois “é importante ter os parceiros certos que se alinhem bem com os resultados desejados” (MÉNDEZ *et al.*, 2017, p. 9).

Altieri foi o responsável por sistematizar elementos que conferiram à agroecologia o status de ciência a partir, principalmente, da obra *Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*, tendo também nos seus trabalhos conteúdos políticos que articulam conceitos como soberania alimentar, agricultura camponesa e agroecologia, exercendo forte influência na disseminação da agroecologia na América Latina e no Brasil (ALTIERE, 2004, 2010).

A agroecologia enquanto ciência:

Vem aportando as bases para um novo paradigma científico, que, ao contrário do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador, rompendo com o isolacionismo das ciências e das disciplinas gerado pelo paradigma cartesiano. Na realidade, a partir do início da construção do enfoque agroecológico, nos últimos anos, vem ocorrendo uma “revolução paradigmática” que, associada a outros movimentos de mudança deste início de século, começa a modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura (...). (CAPORAL, COSTABEBER; PAULUS, 2011, p. 53).

Porém, o enfoque da agroecologia não se limita:

A abordar os aspectos meramente ecológicos ou agrônômicos da produção, uma vez que sua preocupação fundamental está orientada a compreender os processos produtivos de uma maneira mais ampla. Isto é, encara os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto. Dito de outro modo, a pesquisa agroecológica preocupa-se não com a maximização da produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo (...). (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 20).

Sevilla Guzmán (2006 *apud* CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 66) defende que a agroecologia apresenta condições para combater a crise de modernidade “mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para o enfrentamento da crise ecológica e social”.

Para a comunidade andina, a agroecologia é:

A ciência que estuda a estrutura e a função dos agroecossistemas do ponto de vista de suas relações ecológicas e culturais. Na sua dimensão política, a agroecologia é considerada um instrumento de mudança social, por isso deixa de ser um fim em si mesma para se tornar uma estratégia para alcançar aquele bem maior, que é a transformação não

só das sociedades rurais, mas também urbanas, sociedades baseadas na autodeterminação dos povos, que criam relações sociais e comerciais justas e equitativas. (CAN, 2011, p. 5, tradução da autora).

Primavesi (2002, p. 7) é enfática ao diferenciar os sistemas agroecológicos de uma agricultura apenas orgânica e diz que:

Na orgânica, você trabalha pelas normas, e as normas não fazem nada mais que trocar um agente químico por um orgânico (...). O grande erro da agricultura orgânica é que, primeiro, continua com toda a visão fatorial, fator por fator, continua combatendo no lugar de evitar. No final, a melhora que se consegue é muito pouca.

Dessa forma, a agroecologia é um eixo transversal de conhecimento que fundamenta uma ciência contra-hegemônica e a práxis do campesinato contemporâneo, que também se ressignifica na dialética da sua reprodução social. A contradição histórica existente entre o modo de vida camponês e o modo de produção capitalista se traduz na contemporaneidade numa **nova questão agrária**, estabelecida entre a agroecologia e o agronegócio.

### **1.3 Agroecologia enquanto movimento socioterritorial e socioespacial**

Fica evidente que a principal categoria de análise utilizada para interpretar a problemática posta neste trabalho é o território, interpretado numa perspectiva multidimensional de relações de poder, materiais ou imateriais, sob o espaço geográfico. Raffestin (1993) nos diz que, a partir de ações ou comportamentos, os sujeitos territorializam o espaço geográfico, concreta ou abstratamente, e formam um sistema territorial através de tessituras (delimitação de limites), de nós (locais de poder, físicos ou abstratos) e redes (comunicação entre os nós, visível ou invisível, que pode ser organizada para manter relações, assegurar funções, etc). Dessa forma:

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Saquet e Spósito (2008, p. 19) nos dizem que “a concepção de Raffestin sobre território e territorialidade é processual, relacional e múltipla, subsidiando a elaboração de ideias em favor da organização política e do desenvolvimento local”. Haesbaert (2005, p. 6775), também fundamentado em Raffestin, nos diz que:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre<sup>16</sup> distingue apropriação de dominação, (...) o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

A territorialidade pode ser definida como as relações dinâmicas que os sujeitos desempenham no território, que, de acordo com Edward Soja, podem ser determinadas por inclusões ou exclusões, sendo a relação com o território uma relação que mediatiza a relação dos próprios sujeitos entre si, “num sistema tridimensional, sociedade – espaço – tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível e compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Dessa forma, a territorialidade é a maneira pela qual as sociedades se reproduzem socialmente num determinado momento e num determinado local a partir das suas necessidades e instrumentos, levando em consideração a sua identidade com o território, inscrita no quadro de produção, da troca e do consumo das coisas. A territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Nessa perspectiva, o conceito de territorialidade camponesa considera as relações socioterritoriais estabelecidas pelos camponeses no espaço geográfico, as quais, por sua vez, são construídas a partir da luta contínua pela permanência na terra. A relação de poder, neste caso, está relacionada aos aspectos do desenvolvimento baseadas numa outra lógica de produção e consumo, antagônica àquela posta pelo modo de produção capitalista na agricultura, mas também relacionada a uma relação de respeito e amor à natureza, de autocuidado e do cuidado mútuo, da religiosidade, do bem viver.

O conceito de **Bien Vivir** teve sua base legal no Convênio nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e nas Constituições Federais do Equador e da Bolívia, que reconhecem e institucionalizam o entendimento da natureza como portadora de direitos (MAMANI, 2010). O bem viver, assim como a agroecologia, estão imersas na proposta

---

<sup>16</sup> Cf: Lefebvre, H. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos. 1986.

epistemológica da Ecologia dos Saberes (SANTOS, 2007), que analisa o processo de reprodução social a partir do conhecimento das comunidades tradicionais da América Latina, excluídas das teorias sociais eurocentristas. Segundo Mamani (2010), o que está posto a partir da análise do modo de vida desses povos é um paradigma comunitário de um modo de vida para viver bem e melhor, alicerçado em uma forma de organização que reflete uma prática cotidiana de respeito, pedagogia, harmonia e equilíbrio com tudo o que existe, através de uma compreensão da vida na qual tudo se encontra interconectado, inter-relacionado e interdependente.

Não estamos intencionados em apresentar uma extensa contextualização teórica ou inventário bibliográfico relacionados a esses conceitos e sim em demonstrar empiricamente a territorialidade camponesa nas experiências estudadas na Paraíba, enfocando: a dimensão política da agroecologia; a organização do trabalho e da comercialização agroecológica, e a autonomia conseguida; a perspectiva da sustentabilidade para o campesinato paraibano; e o compromisso social em promover a agroecologia.

Martin (1997) e Fernandes (2005) contribuem com a discussão sobre território e territorialidade a partir das leituras geográficas acerca das ações dos movimentos sociais e das agências que medeiam interesses territoriais e constroem os conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial. Dessa forma, inserem a discussão sobre a questão territorial (espaço de reprodução social e cultural) nos estudos sobre a práxis dos movimentos sociais. Sendo assim:

A questão territorial ultrapassa a simples busca do lugar e do trabalho, para atingir todas as dimensões do chamado “espaço vivido”.<sup>17</sup> (...) “a tamanha reconversão do espaço e os movimentos reivindicatórios do espaço, para uso do espaço, tornam-se um fenômeno mundial; não se resumem nas reivindicações por trabalho, mas sim também pelo espaço inteiro, pela vida cotidiana”. É nesse contexto que “a questão territorial começa a se colocar para cada um e para todos; coletividades, vilas, regiões, nações” (BECKER, 1988, p. 107 *apud* MARTIN, 1997, p. 3).

Sobre os conceitos de movimento socioterritorial e socioespacial, Fernandes (2005, p. 30, grifo nosso) diz que:

As formas de organização, as relações e as ações **dos movimentos sociais** acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural, etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar

---

<sup>17</sup> Cf: FREMONT, Armand, *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.

uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Assim, as práticas e construções sociais que incidem diretamente na transformação do território, como o movimento dos camponeses e dos indígenas, são denominadas de movimentos socioterritoriais, pois produzem seus próprios territórios a partir das relações específicas em defesa de seus interesses. Já os movimentos socioespaciais são predominantemente aqueles desenvolvidos pelas agências de mediação, geralmente ONGs, coletivos, sindicatos, universidades que produzem espaços políticos e se espacializam, sendo que, para Fernandes, “[...] as organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Portanto, a agroecologia se apresenta para a geografia como movimento socioterritorial e socioespacial por ser um fenômeno que envolve camponeses, universidades, institutos de pesquisa, ONGs, sindicatos e consumidores, portadores de uma concepção epistemológica crítica ao agronegócio e de uma práxis que utiliza o saber popular e o conhecimento científico para transformar o espaço geográfico.

Dessa forma, a agroecologia fortalece o campesinato enquanto classe social e modo de vida ao resgatar elementos da tradição camponesa como cooperação, ajuda mútua e autonomia, e ao inserir tecnologias sociais adaptadas à realidade local. Também pauta e constrói políticas públicas aliadas aos interesses e às necessidades do campesinato.

#### **1.4 A tese da recriação do campesinato brasileiro**

A territorialização do espaço agrário brasileiro se deu com base na exploração da natureza e da força de trabalho dos índios, negros e camponeses. A Lei das Sesmarias surgiu logo depois das Capitânicas Hereditárias, em que “somente doze capitães receberam, por carta de doação, todo o imenso território colonial virgem, para explorá-lo a serviço do monarca” (GALEANO, 1988, p. 73) e foi responsável pela regulação fundiária brasileira no período colonial (1500-1822), através da doação pela coroa portuguesa de grandes porções de terra destinadas à produção agrícola. Segundo a Lei, o

acesso à terra deveria ser proporcional à força de trabalho que se tinha, ou seja, ao número de escravos de cada senhor e sua capacidade de cultivar a terra (MARTINS, 1981).

Desta forma, Martins (1981) afirma que a classe camponesa se organizou no Brasil às margens de um sistema escravista, latifundiário e exportador. A respeito da condição camponesa no Brasil, Martins (1981, p. 38) diz que:

Só posso, pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietários de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial.

Por não ser proprietário de terras e nem escravo, numa economia de base escravista, o trabalho camponês geralmente era empregado em atividades complementares e essenciais das fazendas, mas não estava ligado diretamente à produção de mercadorias, caracterizando um trabalho agregado, cujo pagamento geralmente era a concessão de terras para a família camponesa trabalhar. Foi o caso do trabalho empregue na abertura de novas fazendas de café em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná que necessitava da derrubada da mata e do preparo da terra; e também da produção de gêneros alimentícios pelos camponeses nas fazendas de cana de açúcar no Nordeste do país (MARTINS, 1981).

O campesinato dos séculos XVIII e XIX também era constituído pelos posseiros e os sitiantes. Segundo Martins (1981) os posseiros são aqueles camponeses que usam a terra (posse) mas não têm o domínio (propriedade) sobre ela, e o sitiante seria o camponês proprietário de um pequeno pedaço de terra. Todos esses sujeitos, entendidos enquanto classe camponesa, tinham em comum a dedicação à produção de gêneros alimentícios para o consumo interno e “estavam excluídos de toda e qualquer participação na estrutura de poder de então” (MARTINS, 1981, p. 40).

A Lei de Terras, Lei nº 601, de 1850, foi um marco histórico da chegada do capitalismo na organização espacial do Brasil. Pensada com a intenção de substituir o modo pelo qual os senhores de escravos acumulavam capital, visto que, o regime escravista estava em vias de ser proibido, essa lei condicionou o acesso à terra exclusivamente pela compra e venda (propriedade privada). Desloca-se assim o controle de escravos para o controle de terras (MARTINS, 1981). “O país inventou a fórmula

simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (MARTINS, 2010, p. 10).

Assim, com a abolição da escravidão em 1988, o trabalho do colono (camponês), que agregava toda a família e estabelecia com o proprietário de terra diversas formas de parceria, ganha destaque na economia capitalista. “Na sua fórmula mais geral, o colonato constituiu uma relação de trabalho que procurou preservar aspectos de uma condição camponesa modificada, mediante a produção direta, pelo colono, dos meios de vida, combinada com a exploração do trabalho pelo fazendeiro” (MARTINS, 2010, p. 105).

Segundo Martins (1981), a tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, e no campo não foi diferente.

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador. (MARTINS, 1981, p. 160).

Desta forma, para que exista a reprodução do modo capitalista de produção na agricultura, primeiro o capitalista precisa pagar em dinheiro ao proprietário para utilizar a terra que vai produzir mercadoria a ser vendida no mercado. Assim, a renda da terra no capitalismo se diferencia da renda da terra no período escravista (pré-capitalista), que se caracterizava pelo que era pago pelo camponês ao proprietário de terras, seja em dias de trabalho ou em gêneros produzidos. No capitalismo, entre a riqueza gerada pelo trabalho e a transformação desta em renda da terra, existe a mediação do capitalista (MARTINS, 1981).

É importante destacar que a terra produz renda mesmo quando não está produzindo, é a especulação. “A medida que cresce a necessidade de se ter terra para produzir ela se valoriza. Por isso o monopólio da terra é importante para o capitalismo”. A terra também produz renda mesmo sem estar alugada e nem cultivada para fins capitalistas, como é o caso da terra do camponês proprietário de terra, que trabalha na maior parte do tempo com a mão de obra familiar (MARTINS, 1981, p. 166).

Para a tese de recriação do campesinato, é condição para a reprodução camponesa no capitalismo, a sujeição da renda da terra ao capital. Tendo em vista que os camponeses também são proprietários ou têm a posse da terra, a sujeição não se dá pelo arrendamento da terra e sim pela inserção da mercadoria produzida pelo camponês na dinâmica do mercado capitalista, no consumo dos insumos industriais e no pagamento dos juros bancários. “Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital. O que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital (...) estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1981, p.175), assim, parte da riqueza gerada pelo trabalho camponês não fica com a família, segue para pagamento de dívida e juros bancário e compra de insumos que já foram inseridos na produção para criar dependência.

Desta forma, “a propriedade não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é uma fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação”. Não podendo esquecer que “o modo capitalista de produção não se circunscreve à produção; ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadoria por dinheiro e de dinheiro por mercadoria (...) Na produção a mais valia é produzida e só na circulação ela se realiza” (MARTINS, 1981, p.170 – 171).

Assim, o capitalismo “permite” a reprodução social dos camponeses como proprietários de terra, que possuem certa autonomia em relação ao seu trabalho, mas o subordina de diferentes formas, como: condições de preço para comercialização da sua produção (lei da oferta e procura); aquisição de insumos, como ferramentas, máquinas, agrotóxicos, sementes no mercado capitalista; necessidade de trabalho assalariado sazonal para se manter na terra; em alguns casos o arrendamento das suas terras ao agronegócio para o plantio de monoculturas; produção de monoculturas para venda à indústria capitalista; dependência e endividamento junto aos bancos, etc. (MARTINS, 1981; CARVALHO, 2005; ALMEIDA, 2006).

A permanência do camponês no espaço agrário brasileiro também é tratada por Moura (1986), que afirma que as relações não capitalistas são essenciais e condição necessária para que o capital se desenvolva no campo, visto que é a agricultura camponesa que alimenta a sociedade capitalista, já que o capitalismo agrário não tem como objetivo produzir alimentos. “A agricultura, ao mesmo tempo que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais

baixo, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa” (MOURA, 1986, p. 64). Pode-se dizer que este argumento é compartilhado por Galeano (1988, p. 15) quando o autor diz que “o capitalismo central pode dar-se o luxo de criar e acreditar em seus próprios mitos de opulência, mas os mitos não são comíveis [...]”.

Almeida (2006), ao tratar da relação entre reprodução capitalista e reprodução camponesa, diz que não devemos reduzir “[...] essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital, que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital” (ALMEIDA, 2006, p. 24). Dessa forma, o camponês constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista” (CARVALHO, 2005, p. 171).

Nessa perspectiva, a agroecologia, enquanto movimento aglutinador, contribui para que a renda da terra e do trabalho seja apropriada pela família camponesa, na medida em que cria possibilidades de autonomia, como iremos verificar no decorrer deste trabalho.

No Brasil, existe uma corrente do pensamento<sup>18</sup> que reconhece a importância da produção familiar de alimentos, mas não a classifica como camponesa, e justifica tal posicionamento pelas relações que a produção estabelece com o mercado capitalista, denominando-a de **agricultura familiar**. O termo foi oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; e posteriormente foi fortalecido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, ainda em vigência.

Segundo Fernandes, o termo **agricultura familiar**, no Brasil, tem o intuito de integrar o camponês ao capitalismo. Ao assimilar apenas a dimensão da produção agropecuária do campesinato e integrá-la numa política pública que de maneira geral serve ao agronegócio, o camponês é subjugado à lógica capitalista. Desta forma, o autor afirma que:

---

<sup>18</sup> Entre os trabalhos desta corrente de pensamento, estão: ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Hucitec; ANPOCS: Editora da Unicamp, 1992; VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991; VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005.

[...] os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses (...) é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integralidade entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital [...]. É consentir a integração subserviente ao capital e aceitar a expropriação, a miséria e a fome como uma “determinação natural”, e não como uma determinação do capital. (FERNANDES, 2001, p. 36).

Shanin destaca que é um erro recorrente se tentar enquadrar o campesinato num formato único de agricultura familiar a partir de parâmetros da economia capitalista. O autor afirma que a reprodução camponesa obedece a outra lógica de desenvolvimento e, por isso, assume especificidades distintas em diferentes tempos históricos e regiões do globo, sendo impossível descrever o camponês sem considerar a estrutura de sociedade em que está inserido. Dessa forma, estudar o campesinato significa compreender a combinação de vários elementos e sua capacidade de desempenhar inúmeras atividades, “porque se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato” (SHANIN, 2008, p. 34). Sobre a definição conceitual de campesinato, o teórico diz que:

[...] o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo [...]. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial do seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla. (SHANIN, 1980, p. 75).

Portanto, é evidente que o termo **agricultura familiar** integra uma intenção estratégica por parte de um Estado neoliberal, que restringe o campesinato à escala econômica de produtor de mercadorias, criando políticas públicas específicas para incentivar a produção nos moldes industriais. Dessa forma, o conceito de agricultura familiar simplifica a complexidade das dimensões do sujeito camponês e inclui num mesmo arranjo teórico o camponês e o pequeno produtor capitalista (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Enfatizamos, que neste trabalho, optou-se por usar o conceito de **camponês** para tratar do sujeito que reproduz seu modo de vida a partir da exploração da sua propriedade com o trabalho familiar, geralmente com a ajuda mútua da comunidade, utilizando tecnologias de baixo custo, com estratégias de produção e comercialização que buscam autonomia frente ao capitalismo. O campesinato estudado geralmente está ligado a

movimentos e organizações sociais do campo e é guardião de um conhecimento específico de experiências vividas com a natureza mantidas por várias gerações. Eventualmente, utilizamos também o termo agricultura ou agricultor familiar para discutir os números e os dados oficiais relacionados à produção agrícola e às políticas públicas ligadas aos sujeitos camponeses.

A tese da recriação do campesinato serviu de método para analisar a questão agrária no Brasil e na Paraíba, sendo fundamental para que pudéssemos entender os sujeitos e as experiências estudadas como frutos de um campesinato recriado pelos movimentos sociais, pela Reforma Agrária e pela agroecologia.

### **1.5 A questão agrária brasileira: disputa territorial e processos de resistências**

O espaço agrário brasileiro apresenta dois projetos territoriais e suas respectivas nuances, sendo um voltado para fins de acumulação capitalista, que se adapta às necessidades do mercado cada vez mais globalizado, que é o agronegócio; e outro que utiliza os recursos naturais do território para se reproduzir socialmente, tendo que se reinventar à medida que o projeto de acumulação e destruição avança, é o campesinato. Nesta tese, tratamos da subordinação do espaço agrário brasileiro ao sistema agroalimentar hegemônico, construído pelo agronegócio, e de como o campesinato resiste, sobretudo, através da luta pela terra e das experiências agroecológicas. Portanto, à medida em que o capital avança sobre os recursos naturais dos territórios e sobre os direitos sociais inerentes à reprodução humana, a reprodução camponesa através da agroecologia se torna condição para sua existência de forma autônoma e sustentável.

A construção histórica dessa dicotomia inicia-se com o processo de colonização do Brasil pelos países europeus no século XVI, sobretudo Portugal, que, através da exploração, do extermínio e da conquista dos territórios dos povos indígenas, deu início à formação do território brasileiro e a um abismo social entre a classe dominante e a dominada. O processo de colonização é a parte mais importante do projeto de expansão capitalista europeu, pois a partir de formas de acumulação primitiva como a escravidão de índios e africanos, a exploração de recursos naturais abundantes e as monoculturas, obteve-se o fluxo econômico que possibilitou a revolução industrial do continente (ANDRADE, 2004; GALEANO, 1988). Desde então, podemos pensar em espaços de reprodução da vida e espaços para reproduzir o capital.

Ao tratar da história da América Latina, Galeano (1988) praticamente constrói um inventário dos 500 anos de exploração do continente pela Europa e depois pelos Estados Unidos, que determinaram e ainda determinam transformações territoriais no Terceiro Mundo para incorporá-lo à engrenagem universal do capitalismo a partir da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Galeano aguça a abordagem crítica desta tese ao dizer que o “desenvolvimento desenvolve desigualdades” e que “o conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas”. A ideologia do capitalismo corrompe parte da sociedade latino-americana, como os proprietários de terras e meios de produção, considerados “dominantes para dentro, dominadas de fora”, que se tornam cúmplices das opressões e “não têm o menor interesse em averiguar se o patriotismo resultaria mais rentável do que a traição ou se a mendicância é realmente a única forma possível da política internacional” (GALEANO, 1988, p. 14-15).

Ribeiro (2006) nos traz uma valiosa reflexão acerca da formação do território e do povo brasileiro e diz que essa formação foi marcada pela subordinação dos povos nativos, não só na dimensão material/econômica, incluindo assim as imbricações étnico-culturais nas relações de poder e os processos imateriais na formação das classes sociais. Ribeiro (2006, p. 27) levanta diversas frentes em que a subordinação aconteceu:

Predominantemente no biótico, como uma guerra bacteriológica travada pelas pestes que o branco trazia no corpo e eram mortais para as populações indígenas. No ecológico, pela disputa de território, de suas matas e riquezas para outros usos. No econômico e social, pela escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção, que articulou os novos mundos ao velho mundo europeu como provedores de gêneros exóticos, cativos e ouros. No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África e os europeus aqui querenciados.

Warren Dean se refere aos colonizadores como invasores, relata que o uso dos recursos da Mata Atlântica se constituía como fonte de lucro fácil, sendo explorada de forma criminosa e devastadora, pois “até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os campos de cana-de-açúcar teriam eliminado uns mil quilômetros quadrados de Mata Atlântica” (DEAN, 2002, p. 96).

Com a modernização conservadora, iniciaram-se no Brasil mudanças na base produtiva e a integração aos mercados internacionais, sendo o Estado brasileiro o principal mediador deste processo, em favor de uma elite agrária e de uma burguesia

industrial. Dessa forma, o modo de produção capitalista se consolidou no campo e estabeleceu fortes mudanças no espaço agrário brasileiro, passando a concentrar ainda mais a terra nas mãos de poucos proprietários, com a rápida substituição dos sítios dos camponeses pela expansão das monoculturas, sendo uma parte dos camponeses inserida na lógica das relações de trabalho capitalista, e a outra parte foi vítima da migração para à cidade.<sup>19</sup> Foi criada uma demanda industrial para a produção de alimentos com a inserção de máquinas, agroquímicos e transgênicos na produção, o que também provocou, e ainda provoca, danos irreversíveis à natureza. Essa nova dinâmica no campo, iniciada no século XX, vem provocando intensos episódios de violência e de conflitos agrários (AZEVEDO, 1982; GUIMARÃES, 1977; MARTINS, 1988; OLIVEIRA, 2005; RANGEL, 2000).

Ao tratar da dinâmica produtiva nas fazendas de café paulistas no início do século XX, Martins traduz claramente os motivos que levaram à expropriação dos camponeses das terras que ocupavam com suas famílias. “A agricultura intercalar do colono aparecia como desperdício, como uso antieconômico de terra que devia ser destinada à produção de café, uma vez que os cultivos de subsistência exigiriam ruas mais largas no cafezal e menor número de cafeeiros por área plantada” (MARTINS, 2010, p. 107).

Em relação à territorialização do capitalismo na Zona da Mata nordestina, Galeano (1988, p. 74-75) nos diz:

O açúcar arrasou o Nordeste. A faixa úmida do Litoral, bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais, da Bahia até o Ceará. Esta região de matas tropicais converteu-se, como diz Josué de Castro, em regiões de savanas. Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas (...) A abundância e prosperidade eram, como de costume, simétricas à miséria da maioria da população, que vivia em estado crônico de desnutrição.

As usinas de açúcar e álcool intensificam o avanço do capital em direção ao território camponês, e as medidas protecionistas do governo federal em favor dos usineiros nordestinos após a queda do valor do açúcar, ocasionada pela forte industrialização do centro sul, que passou a plantar a cana e concorrer com o Nordeste,

---

<sup>19</sup> José de Souza Martins trata dos dilemas e do sofrimento causado pelas migrações de camponeses indígenas e trabalhadores rurais durante o processo de tecnificação da agricultura no Brasil em várias obras, mas em especial no texto “O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”, em Não há terra para plantar neste verão, publicado pela Vozes em 1988.

levaram ao agravamento do quadro de injustiças (ANDRADE, 1988). Os principais incentivos às usinas de cana-de-açúcar foram: a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, que estabeleceu quotas de produção para diferentes estados da federação brasileira na tentativa de igualar a produção do Nordeste ao Centro Sul do país; a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em 1959, na tentativa de reverter o quadro de desigualdades regionais, promovendo a industrialização do Nordeste e o combate à seca; e os incentivos do Programa Nacional do Alcool - Proálcool na década de 1970, política que objetivava estimular a produção do álcool, visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos, e concedia empréstimos de alto valor a prazos extensos para os empresários que se dispusessem a investir em destilarias (ANDRADE, 1988; MOREIRA; TARGINO, 1997).

Assim, desde o período colonial, a formação socioespacial do Brasil apresenta três características essenciais: a grande concentração fundiária, cuja marca é o latifúndio; a exploração dos trabalhadores; e o uso predatório dos recursos naturais, motivado principalmente pelas atividades agrícolas monocultoras e pela mineração (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 1990). Os problemas da questão agrária brasileira se intensificaram na medida em que a terra se concentrou cada vez mais sob o domínio de uma elite agrária disposta a preservar seus benefícios políticos e econômicos. Dessa forma, para a classe trabalhadora do campo, conseguir terra para cultivar e dela viver se tornou um dilema constante na história do Brasil. A instabilidade e a precariedade da produção familiar são frutos da concentração das terras, da dificuldade para implantar um sistema produtivo diversificado que garanta a alimentação da família e das migrações temporárias a que são submetidos os camponeses. Desta maneira, o espaço agrário brasileiro atualmente é formado por uma elite agroindustrial, latifundiária e burguesa; e por uma classe camponesa protagonista do processo de resistência e luta pela terra.

O Estado brasileiro atua em favor do interesse capitalista desde nossa colonização, assumindo o papel de financiador das transformações socioterritoriais engendradas pelo capital e de mediador das pautas sociais, a partir da formulação de políticas públicas que, de alguma maneira, atende às reivindicações dos movimentos sociais e do movimento agroecológico. Na fase neoliberal, a atuação do Estado brasileiro no sentido de fortalecer o agronegócio se traduz na expansão das fronteiras agropecuárias e na liberação do uso de agrotóxicos e transgênicos. Portanto, o cenário político que fundamenta a questão agrária brasileira se traduz na opção de desenvolvimento adotada pelo Estado brasileiro,

que historicamente privilegiou os interesses de uma elite agrária, latifundiária e conservadora e que atualmente está a serviço do agronegócio e das multinacionais, relativizando as reivindicações dos camponeses por terra e trabalho, sendo assim sendo conivente com o genocídio de populações tradicionais e com a devastação dos recursos naturais.

As contradições socioespaciais estabelecidas pelo capitalismo no campo brasileiro geram um cenário de dominação, expropriação, exploração e degradação por parte dos capitalistas; e de resistência por parte dos trabalhadores, camponeses e comunidades tradicionais. Como afirma Oliveira, “se por um lado, a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente, os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 141).

As lutas pela sobrevivência e por território iniciadas pelos indígenas e quilombolas, no Brasil, influenciam os movimentos sociais de luta pela terra que se organizam para pautar o direito de produzir na terra para viver. A partir de 1950, acende a demanda por Reforma Agrária no Brasil, iniciada em 1850 com o surgimento da Lei de Terras,<sup>20</sup> e tem como sujeitos da reivindicação moradores, colonos, posseiros, foreiros e rendeiros (MARTINS, 1981).

As Ligas Camponesas do Nordeste foram a primeira organização de camponeses a lutar por Reforma Agrária no país e contaram com o apoio de diversos setores da sociedade. As Ligas nasceram em 1955, no Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, a partir da organização de camponeses em associações, e logo se disseminaram pelo Nordeste, principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Bahia e Paraíba. Entre esses estados, destaca-se a Paraíba, sobretudo o município de Sapé, onde foi fundada, em 1958, a Associação dos Lavradores Agrícolas de Sapé, conhecida como Liga Camponesa de Sapé, que, a princípio, contava com 227 camponeses, mas que, nos anos de 1960, chegou a ter perto de 10 mil associados (ANDRADE, 1986; MARTINS, 1981).

A Liga Camponesa de Sapé surgiu com o agravamento das condições de vida do camponês, o processo de modernização dos engenhos e a expansão do plantio de cana-de-açúcar no litoral do Nordeste. Segundo Benevides:

Dentro da lógica do capitalismo, a violência do processo de expulsão do morador e do foreiro, com a conivência do aparelho repressivo do

---

<sup>20</sup> A Lei de Terras, de 1850, regulamenta o acesso à terra pela compra, o que impossibilita o acesso dos camponeses pobres.

Estado, é explicada e justificada pela resistência dos camponeses. Entre 1960 e 1961, as Ligas Camponesas da Paraíba ganharam impulso político quando os líderes camponeses decidiram lançar um manifesto em que anunciavam a 1ª Conferência Estadual dos Camponeses do Estado. (BENEVIDES, 1985, p. 64).

Ainda segundo Benevides, nesse período, o país encontrava-se no auge do populismo, que se estendeu entre a queda do Estado Novo e o golpe militar de 1964, e que tinha como maior objetivo o programa de industrialização nacional, utilizando-se da chamada “conciliação conservadora” para equilibrar os interesses da classe dominante e as reivindicações sociais, sendo um cenário favorável à Reforma Agrária. Decorrente desta conjuntura política, o grupo da Várzea aumentou as pressões para o enfraquecimento do movimento na Paraíba e, no dia 2 de abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, foi assassinado. As tensões sociais no campo paraibano, que a essa altura já se refletiam também na área urbana, foram abafadas com o golpe militar no dia 1º de abril de 1964. Tal fato concretizou os interesses das oligarquias rurais de todo o Nordeste de impedir um projeto de Reforma Agrária, que levaria o país a um outro formato de desenvolvimento, democratizando o uso da terra (BENEVIDES, 1985).

O processo de redemocratização brasileira, que culminou na elaboração da Constituição de 1988, permitiu uma reorganização dos movimentos sociais para reivindicar direitos básicos à vida, entre os quais, a função social da terra<sup>21</sup> para a produção de alimentos. A Constituição Federal de 1988 “coloca como um dos limites ao direito de propriedade a função social (da terra) que está chamada a cumprir. Essa deverá estar conectada diretamente aos princípios fundamentais (...), dentre eles a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana” (RODRIGUES; MUNIZ, 2017, p. 101).

Desde então, o acesso à terra pelos camponeses pobres e sem terras no Brasil se deu, na maioria das vezes, por meio da pressão dos movimentos sociais, das ocupações de terras e da violência. O que se convencionou a chamar de luta pela terra se torna condição para a recriação do campesinato brasileiro, expropriado dos seus meios de produção pelo capitalismo agrário. Nesta perspectiva:

A luta do campesinato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, (o camponês) está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria

---

<sup>21</sup> A Constituição Federal de 1988, aborda a função social da terra em seu título II que trata dos direitos e garantias fundamentais e no título VII como princípios da ordem econômica e financeira.

que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. Nessas duas perspectivas, o movimento camponês adquire dimensão nacional e põe em causa os interesses prevaletentes no Governo, no Estado. (CARVALHO, 2012 p. 143).

#### Os camponeses do século XX:

Lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrarem na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

Merece destaque na organização da luta pela terra no Brasil a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. A CPT é uma instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB para atuar nas questões agrárias e assume característica de movimento social do campo de grande importância na luta pela terra. Trataremos com mais detalhes sobre o trabalho da CPT no decorrer deste trabalho.

O MST surgiu na região Sul e rapidamente se territorializou pelo Brasil, ocupando os latifúndios improdutivos e reivindicando a posse da terra. Sobre as inúmeras estratégias e metodologias adotadas pelo MST, Fernandes diz que:

Por meio dessas ações dos trabalhadores, podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfrentamento aos latifundiários às diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde, etc. (FERNANDES, 2001, p. 37).

De acordo com Oliveira, o acampamento é a ferramenta de luta pelo direito à terra e ao trabalho liberto. “A terra [é] que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço

do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão, reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista” (OLIVEIRA, 2007, p. 137).

O INCRA registrou em 2019, no Brasil, 9.394 assentamentos que ocupam uma área de 88.276.525,781 hectares. Contudo, nos moldes como a Reforma Agrária é realizada no Brasil, a conquista da terra se torna apenas o primeiro passo para a garantia da reprodução social da família e do seu modo de vida.

No caso da política pública da Reforma Agrária no Brasil, existe a correlação de forças entre os latifundiários e empresários do meio rural de um lado e os camponeses de outro, que é mediada pelo Estado brasileiro, o qual se mostra conservador em manter o caráter rentista da propriedade rural em detrimento da sua função social de produtora de alimentos. Carvalho afirma que o projeto de Reforma Agrária do Brasil (desde a década de 1950 até os dias atuais) possui um caráter predominantemente fundiário, que privilegia (mesmo que subjetivamente) o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em detrimento das demandas das populações camponesas em manter seu modo de vida e preservar o meio ambiente, pois não prioriza uma mudança na matriz produtiva depois de assentar os camponeses, estes continuam a consumir os insumos do agronegócio. Muitas vezes o movimento da Reforma Agrária está imerso numa contradição, pois luta por uma autonomia camponesa mas está fundamentado numa corrente de pensamento ideológica ortodoxa, que acredita na transformação social através da eliminação do latifúndio, da incorporação das tecnologias modernas da produção com uso de maquinários e insumos químicos, no produtivismo e no assalariamento agrícola (CARVALHO, 2013).

Dessa forma, o modo de vida camponês, interpretado com a ampla pauta dos extrativistas, das comunidades ribeirinhas, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das quebradeiras de coco, das comunidades de fundo de pasto, entre outras formas de reprodução social, não é considerado pelo Estado brasileiro e tem dificuldade de se efetivar nos territórios.

Consideramos que as respostas à crise do capitalismo estão no modo de vida das populações tradicionais, numa epistemologia que leva em consideração o saber popular para a reprodução da vida e a preservação da natureza. O que emerge da resistência ao modo de produção capitalista é um paradigma contra-hegemônico de desenvolvimento comunitário para viver bem, alicerçado em uma forma de organização que está interconectado, inter-relacionado e interdependente com tudo ao redor. Povos, aldeias e comunidades existem dentro do capitalismo e podem representar outra possibilidade,

trazendo um sistema de vivência que garante a reprodução da vida (MAMANI, 2010; PORTO GONÇALVES, 2004, 2015; SAQUET, 2019).

Essas formas autônomas e comunitárias de organização estão cada vez mais ameaçadas por novos desenhos de dominação da natureza, em que a sujeição da ciência aos interesses do mercado é o elemento central para o aprofundamento da crise ecológica e social necessária à reprodução do modo de produção capitalista.

#### 1.5.1 A nova face da questão agrária brasileira: o agronegócio e a reprodução ampliada do capital pela disseminação de agrotóxicos e transgênicos

O Brasil do século XXI, com todo o potencial científico e energético que possui, ainda tem uma economia dependente de suas *commodities*,<sup>22</sup> que representam 50% das vendas do Brasil para outros países, e entre os principais produtos estão: soja, petróleo, minério de ferro, carnes, celulose, açúcar e café,<sup>23</sup> portanto, somos ainda um país economicamente dependente do setor primário e da exploração dos recursos naturais, o que nos remete ao esclarecimento feito por Quijano (2005) quando afirma que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade.

A cadeia produtiva do agronegócio brasileiro envolve principalmente o cultivo de grãos (soja, café e milho), frutas e sucos, cana-de-açúcar, algodão e proteína animal. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) afirma que o Brasil é o maior exportador de café, açúcar e suco de laranja do mundo; e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA)<sup>24</sup> aponta que o PIB do agronegócio<sup>25</sup> foi de R\$ 1,5 trilhão em 2019, o que compreende 21,4% do PIB nacional. **O Gráfico 1 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro de 2009 a 2019** - demonstra que a participação do agronegócio no PIB brasileiro se mantém na média dos 20%.

---

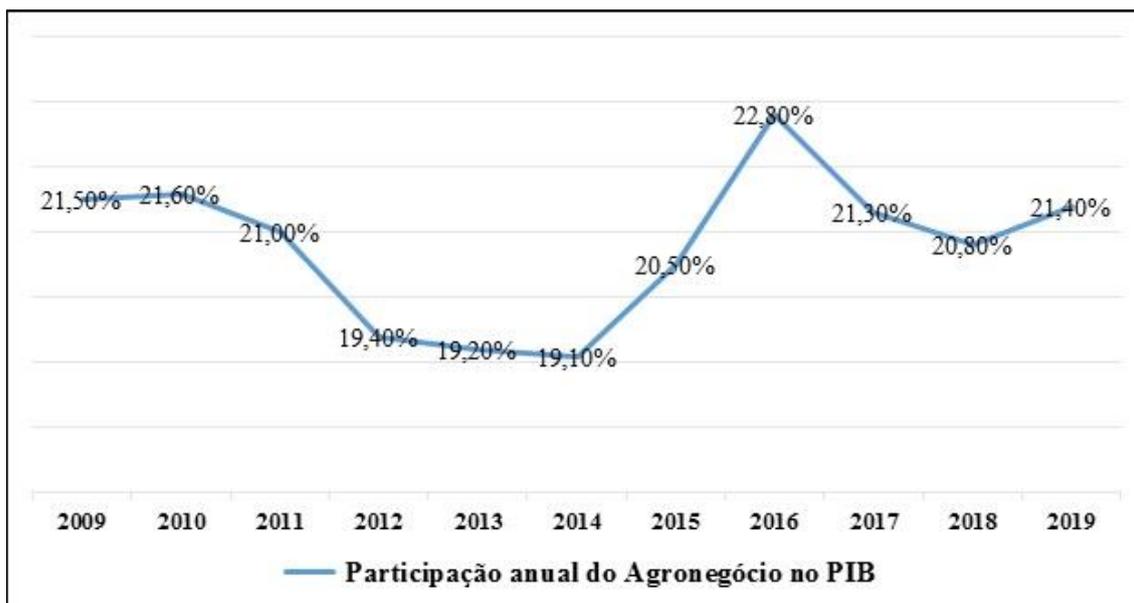
<sup>22</sup> Produtos primários que são negociados globalmente nas bolsas de valores.

<sup>23</sup> Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34576](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34576)

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

<sup>25</sup> O PIB do agronegócio brasileiro considera a riqueza gerada pela produção de insumos para a agropecuária, produção agropecuária primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A renda, por sua vez, se destina à remuneração dos fatores de produção (terra, capital e trabalho).

**Gráfico 1** - Participação do agronegócio no PIB brasileiro de 2009 a 2019

Fonte: CEPEA, 2020.

O **Gráfico 2 - Participação do Agronegócio no PIB brasileiro por ramo e segmento em 2019** - demonstra que, do total movimentado pelo agronegócio no Brasil, em 2019, 42,3% foram oriundos do setor de serviços; 30% foram do setor industrial; 22,6%, da agropecuária; e 5,1%, do setor de insumos. O setor de serviços corresponde à toda a cadeia de serviços necessária ao funcionamento dos empreendimentos, como transporte e comércio (dos produtos agropecuários, *in natura* e processados, e também dos insumos), seguros, imobiliário, eletricidade, água e esgoto, serviços de informação, serviços de aluguel e manutenção, serviços prestados a empresas, alojamento e alimentação. O setor industrial corresponde a toda a indústria de base agrícola ou pecuária, como biocombustíveis, vestuário, moagem e fabricação de amiláceos, conservas de frutas, legumes e outros vegetais, de açúcar e de bebidas. O setor da agropecuária corresponde aos produtos *in natura*. E o setor de insumos corresponde a maquinários, agrotóxicos e fertilizantes (CEPEA, 2020).

**Gráfico 2** - Participação do agronegócio no PIB brasileiro por ramo e segmento em 2019



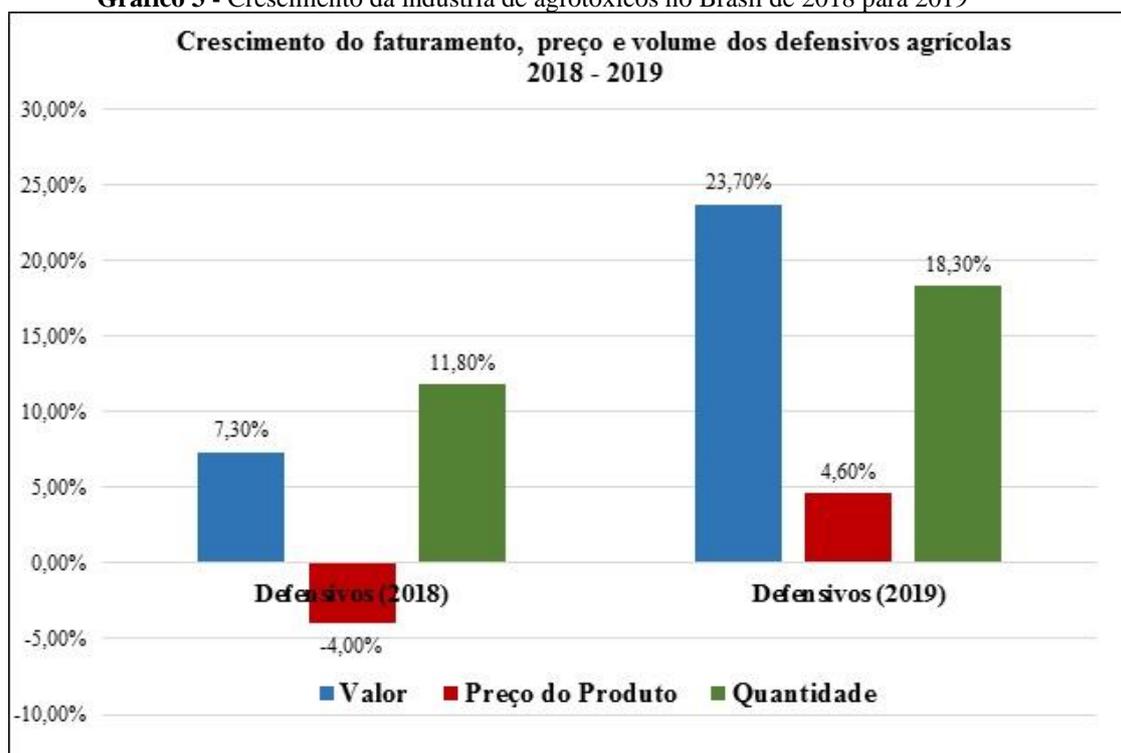
Fonte: CEPEA, 2020.

O crescimento do PIB do agronegócio brasileiro em 2019 foi de 3,81%, devido à pecuária, que cresceu 23,71%,<sup>26</sup> e dos elos industriais (insumos e agroindústria), já que o ramo primário agrícola recuou 13,95% em 2019, pois, mesmo com o aumento do volume produzido, houve o aumento dos custos de produção e redução de preços no mercado de produtos importantes, como algodão, café, mandioca e soja. Os serviços também tiveram um recuo de 2,06% em 2019 (CEPEA, 2019). Em relação aos insumos do agronegócio (fertilizantes e corretores de solo; agrotóxicos; máquinas agrícolas, rações e medicamento para animais), o ramo dos defensivos (agrotóxicos) foi o que mais cresceu, tendo um aumento de 23,74% no faturamento; 4,60% nos preços praticados; e 18,30% na quantidade produzida. De acordo com o próprio relatório do CEPEA (2020, p. 2-3), o crescimento da indústria de agrotóxico pode ser justificado pela ampliação da área plantada de grandes culturas, mas principalmente “pelo recorde de registros de novos produtos: 474 no total” e pela “redução da oferta de defensivos advindos da China, em virtude das políticas de mitigação da poluição e regulamentação do setor naquele país”, o que indica o posicionamento favorável do Estado brasileiro frente às investidas da indústria internacional de agrotóxicos.

<sup>26</sup> De acordo com o relatório do CEPEA, o desempenho do PIB do ramo pecuário em 2019 é decorrente da demanda aquecida por carne no mercado externo em decorrência da peste suína africana (PSA), o que fez elevar os preços e o volume de produção.

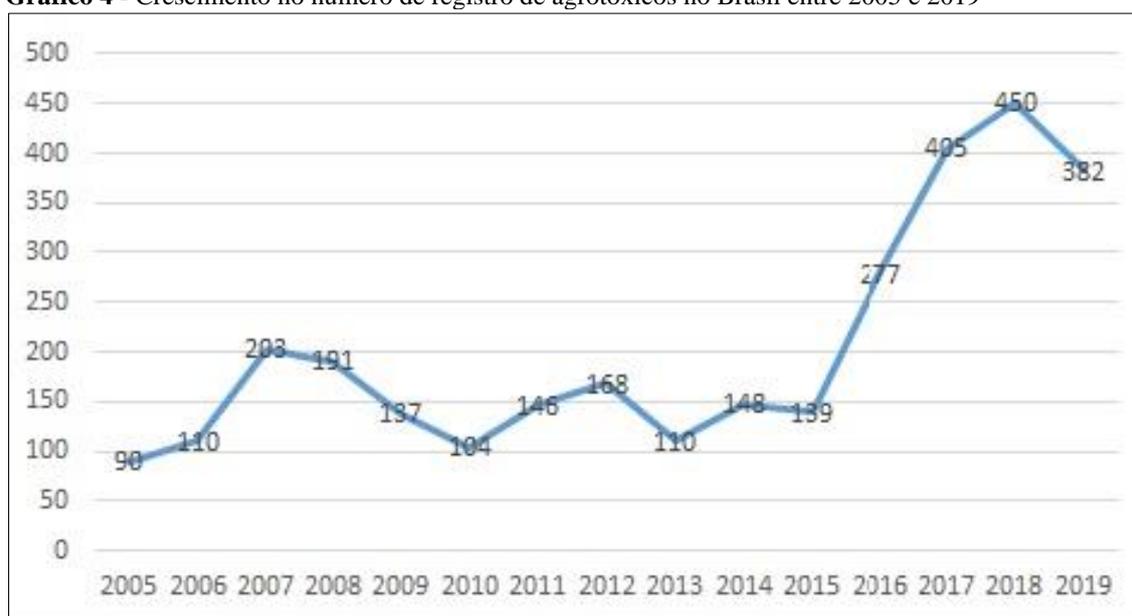
O **Gráfico 3 - Crescimento da indústria de agrotóxicos no Brasil de 2018 para 2019** - demonstra o crescimento da indústria de defensivos (agrotóxicos) de 2018 para 2019; e o **Gráfico 4 - Crescimento no número de registro de agrotóxicos no Brasil entre 2005 e 2019** indica o crescimento no número de registros de agrotóxicos realizados pelo MAPA entre 2005 e 2019.

**Gráfico 3 - Crescimento da indústria de agrotóxicos no Brasil de 2018 para 2019**



Fonte: CEPEA, 2020

**Gráfico 4 - Crescimento no número de registro de agrotóxicos no Brasil entre 2005 e 2019**



Fonte: MAPA, 2019.

Dados dos Censos Agropecuários revelam que são as grandes culturas do agronegócio aquelas que mais movimentam o setor de agrotóxicos em volume utilizado, contudo, a agricultura familiar<sup>27</sup> também se tornou dependente de toda essa estrutura, devido ao projeto de desenvolvimento do capital agroindustrial implantado na agricultura brasileira, inclusive no setor de créditos, e se tornou uma grande consumidora de agrotóxicos.

Dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017 demonstram o crescimento do número absoluto de estabelecimentos que declararam o uso de agrotóxicos e a diminuição relativa do uso pela agricultura familiar. Vale ressaltar que houve uma mudança de metodologia que traz uma redução considerável no questionário do Censo Agropecuário 2017, decorrente de um corte de 50% do orçamento previsto para a pesquisa, o que dificultou a análise territorial relacionada às variáveis quanto ao uso de agrotóxicos. No Censo de 2006, existiam doze tabelas com combinações de indicadores que relacionavam o uso de agrotóxico na produção a intoxicações, principais produtos utilizados, área dos estabelecimentos, área da lavoura, nível de instrução do agricultor, equipamentos, destino das embalagens, orientação técnica recebida, entre outras especificidades. Já no Censo de 2017, existem apenas duas tabelas que tratam do uso de agrotóxico na produção brasileira. Várias instituições, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA),<sup>28</sup> o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA),<sup>29</sup> a Associação Brasileira de Geógrafos (AGB)<sup>30</sup> e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência<sup>31</sup> se posicionaram contra a mudança e enfatizaram a perda de dados para a ciência brasileira em específico para aquelas pesquisas relacionadas à agricultura familiar.

Os dados oficiais do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017 demonstram que apenas 25% dos responsáveis pelos estabelecimentos rurais do país afirmaram utilizar agrotóxico na produção, tendo os agricultores familiares uma participação considerável nesse universo. **O Gráfico 5 - Consumo de agrotóxico pela agricultura brasileira em 2017** - demonstra tal afirmativa a partir dos dados do Censo de 2017:

---

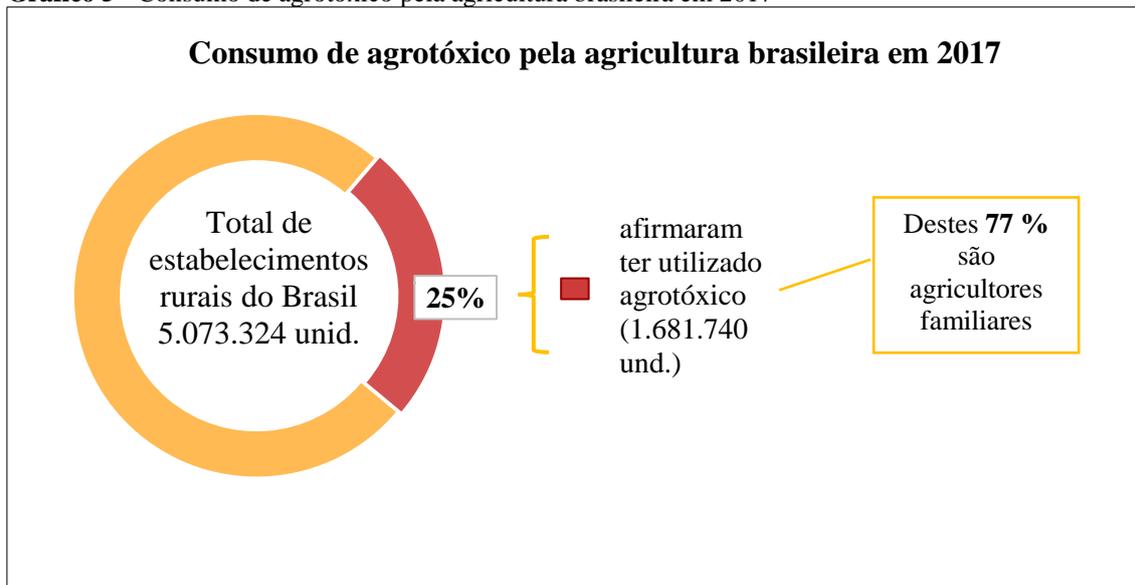
<sup>27</sup> Utilizamos o termo agricultura familiar neste recorte pois é o termo utilizado pelo Censo Agropecuário/IBGE, que considera a atividade econômica de base familiar desenvolvida em área total de, no máximo, 4 módulos fiscais, cujo valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2017/04/06/censo-agropecuário-que-realidade-do-campo-brasileiro-se-quer-mostrar/>.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/consea-pede-ao-ibge-a-manutencao-de-questionario-original-do-censo-agropecuário>.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2019/04/nota-agb-anpege-censo.pdf>.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/SBPC%20para%20IBGE.pdf>.

**Gráfico 5 - Consumo de agrotóxico pela agricultura brasileira em 2017**

Fonte: IBGE, SIDRA - Censo Agropecuário, 2017. Tabela 6852 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, uso de agrotóxicos, origem da orientação técnica recebida, forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento, grupos de área de lavoura e grupos de área total.

Três cultivos (soja, milho e cana-de-açúcar) são responsáveis por 72% de todo o agrotóxico comercializado no Brasil (BOMBARDI, 2017). De acordo com a Associação Brasileira da Saúde Coletiva - ABRASCO, o Brasil utiliza 4,5 kg/ha/ano de agrotóxico e 64% dos alimentos estão contaminados por resíduo de agrotóxico (CARNEIRO *et al.*, 2015). No entanto, Bombardi (2017) mostra um índice de consumo de 8,33 kg/ha/ano entre os anos de 2012 e 2014. O Brasil se tornou um país promissor em relação aos investimentos destas empresas justamente pela política de isenção de impostos<sup>32</sup> e pela flexibilização na legislação de registro de agrotóxico. De acordo com dados do MAPA, nos últimos anos (2018/2019), foi liberado um total de 832 registros de agrotóxicos, existindo ainda inúmeros pedidos em andamento.

Historicamente sabemos que o Estado brasileiro foi e é o motor do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Londres (2011) destaca alguns incentivos que foram determinantes para a consolidação desse modelo de agricultura no Brasil, são eles: a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, que vincula a obtenção de crédito agrícola à obrigatoriedade da compra de insumos químicos (agrotóxicos) pelos agricultores; a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas no âmbito do II

<sup>32</sup> O Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o Decreto nº 7.660/2011 e a Lei Federal nº 10.925 são os instrumentos que asseguram os benefícios fiscais ao mercado de agrotóxico no Brasil, com a redução de 60% da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e isenção de pagamento do PIS/PASEP.

Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 1975, que proporcionou recursos financeiros para a criação de empresas nacionais e a instalação no país de subsidiárias de empresas transnacionais de insumos agrícolas; o marco regulatório defasado e pouco rigoroso que vigorou até 1989 e que facilitou o registro de centenas de substâncias tóxicas, muitas já proibidas em países desenvolvidos; incentivos e isenções fiscais, como o convênio ICMS 100/97, que chega a amortecer em 60% o imposto, a isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a isenção da cobrança do PIS (Programa de Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Sobreira e Adissi (2003) afirmam que o agrotóxico é hoje o componente técnico mais presente nas propriedades agrícolas, superando a mecanização, os adubos e as sementes especializadas. E atinge negativamente a saúde de três elementos do sistema produtivo: o ecossistema, os trabalhadores e os consumidores. O Estado e as corporações desconsideram os aspectos socioculturais e ambientais da agricultura camponesa e se omitem em relação aos danos ao não realizarem fiscalização e monitoramento dessas substâncias de forma eficaz.

Já os incentivos disponibilizados pelo Estado aos sujeitos que promovem uma agricultura camponesa - produtores dos alimentos básicos à nossa sobrevivência – estão desconectados da necessidade do agricultor e são considerados incipientes e muitas vezes inacessíveis. Os trabalhos de Wesz Junior *et al.* (2014), Jordão *et al.* (2019) e Rodrigues (2011), que são de diferentes áreas do conhecimento e estudam diferentes realidades brasileiras, tecem várias críticas ao PRONAF, como a dificuldade no acesso, o endividamento e o medo dele, a desconexão entre a demanda da unidade familiar e os itens financiáveis, a priorização da produção de *commodities*, a mecanização e a homogeneização dos gêneros financiáveis pelo programa. Dessa forma, o PRONAF, mesmo destinando seus recursos à agricultura familiar, parece servir à lógica produtivista do agronegócio em detrimento da lógica camponesa de produção de alimentos. Assim, as políticas públicas para a agricultura familiar, de maneira geral, não revelam uma intencionalidade no sentido de um desenvolvimento rural e agrícola mais sustentável econômica, ambiental e socialmente para os territórios camponeses (CAPORAL; PETERSEN, 2012; WEID, 2006).

O mercado de “defensivos agrícolas” constitui um oligopólio dominado por seis grandes marcas: a Bayer, empresa alemã que recentemente comprou a Monsanto por US\$

63 bilhões,<sup>33</sup> a Syngenta (Suíça), a Zeneca/Novartis (Suíça), a DowDuPont (EUA),<sup>34</sup> a Basf (Alemanha) e a Milenia (Holanda/Israel) (BOMBARDI, 2011; CARNEIRO *et al.*, 2015), que fortalecem a dependência da agricultura em relação aos insumos industriais, sobretudo de agrotóxicos, e mais recentemente das sementes e patentes de transgênicos. É importante destacar que, com a “unificação das indústrias químicas em grandes corporações transnacionais, o ramo dos produtos que geram doenças, notadamente os agrotóxicos, articulou-se comercialmente ao ramo dos produtos que curam, os medicamentos”. Dessa forma, não se torna surpresa que essa articulação seja responsável pelo fato de o maior consumidor mundial de agrotóxicos (o Brasil) assistir também ao crescimento vertiginoso do consumo de medicamentos (CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 32-33).

É importante destacar que é na Europa onde estão localizadas as sedes das principais empresas do mercado mundial de agrotóxicos, responsáveis por quase metade desse comércio no mundo. No entanto, é também na Europa que há uma preocupação crescente a respeito da segurança em se consumir produtos que tenham recebido agrotóxicos, e há décadas pesquisas científicas denunciam seus riscos. Cabe destacar que em torno de 30% dos agrotóxicos consumidos no Brasil são proibidos na União Europeia. Bombardi (2017) afirma que as empresas europeias que fabricam essas substâncias transferiram os produtos mais perigosos para mercados mais permissivos, como o Brasil. Nesta perspectiva, é impossível problematizar o consumo de agrotóxico no Brasil sem relacioná-lo a uma questão da geopolítica colonial, que explora e destrói os territórios do Hemisfério Sul em detrimento da acumulação do capital da Europa Central e dos EUA há cinco séculos.

A cadeia de insumos químicos do agronegócio se fortalece com a inovação científica das sementes transgênicas, ou *Genetically Modified Organism (GMO)*, que também possui a falácia do progresso e, neste caso, promete aumentar a produtividade e diminuir os custos de produção por possibilitar o maior controle de pragas. Contudo, a maioria das sementes transgênicas é resistente aos agrotóxicos específicos da própria empresa que a vende, o que faz o uso de herbicidas e fungicidas aumentar, sendo um elo

---

<sup>33</sup> A Bayer se torna a maior empresa do mercado com a compra da Monsanto iniciada em 2016 e concluída em 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bayer-conclui-a-compra-da-monsanto-por-us-63-bilhoes.ghtml>.

<sup>34</sup> Diz respeito a fusão das empresas Dow Chemical e DuPont, finalizada em 2017. Disponível em: [https://www.dupont.com.br/news/dowdupont\\_-conclui-fusao-com-sucesso.html](https://www.dupont.com.br/news/dowdupont_-conclui-fusao-com-sucesso.html).

essencial na cadeia de dependência química da agricultura industrial (CARNEIRO *et al.*, 2015).

No Brasil, a regulamentação do plantio de transgênicos envolveu uma série de indecisões e conflitos. As primeiras sementes transgênicas chegaram ao Brasil na década de 1990 de forma ilegal,<sup>35</sup> e a prática foi regulamentada pela Lei nº 8.974, de 1995, considerada a primeira lei de biossegurança do Brasil; e pelo Decreto nº 1.752/1995, que criou a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)<sup>36</sup> (CAMARA *et al.*, 2013). De acordo com dados da CTNBio, responsável por atestar a segurança no uso dos organismos geneticamente modificados no Brasil, havia, até 2018, um total de 79 sementes de transgênicos liberadas no Brasil, sendo soja (16), milho (44), algodão (16), feijão (1), eucalipto (1) e cana-de-açúcar (1). Atualmente, no Brasil, 96,5% da produção de soja é transgênica, 88,4% da produção de milho é transgênica e 78,4% da produção de algodão é transgênica (BOMBARDI, 2017).

Toda a pujança da indústria de agrotóxicos e transgênicos na agricultura brasileira não seria possível sem o apoio do Estado e de um processo político-ideológico de cooptação popular e desmobilização política pautada em valores neoliberais, entre os quais o consumo de produtos industrializados. “Apesar do clamor dos ambientalistas e de alguns setores populares mais atentos à sanidade dos alimentos, é possível sugerir que, mantida a atual tendência dominante, é muito provável que estejamos no caminho da barbárie” (CARVALHO, 2012 *apud* CARNEIRO *et al.*, 2015, p. 103).

Diante do exposto, indagamo-nos: toda essa produtividade de fato alimenta o mundo?

### 1.5.2 O agronegócio faz crescer a fome no mundo e a solução está na agroecologia

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e com a Organização Mundial da Saúde (OMS), atestam que, pelo terceiro ano consecutivo, houve um aumento no número de famintos no mundo, o qual

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/primeiros-graos-soja-transgenica-chegaram-brasil-forma-ilegal-decada-25321/>.

<sup>36</sup> Até 2018, a CTNBio autorizou 100% dos pedidos de liberação a ela submetidos.

subiu de 815 milhões de pessoas, em 2016, para quase 821 milhões de pessoas em 2017.<sup>37</sup> Ainda de acordo com a FAO, outros indicadores, além da fome, como a subnutrição, a insegurança alimentar e a obesidade, são de suma importância para monitorar os dados sobre a alimentação no mundo.

O relatório *The state of food security and nutrition in the world 2019*<sup>38</sup> atesta que 2 bilhões de pessoas no mundo enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave, compreendida como a dificuldade em acessar alimentos de modo contínuo e permanente e de boa qualidade, tendo como referência a necessidade de aporte calórico diário de 2000 quilocalorias por pessoa adulta. É importante destacar que a fome e a obesidade estão bastante ligadas, pois a população de baixa renda é obrigada a comprar produtos baratos, muitas vezes industrializados e menos nutritivos, e isso a leva a uma série de problemas de saúde. A desnutrição ao longo do ciclo da vida, a desnutrição materna, o baixo peso ao nascer e o nanismo infantil podem aumentar o risco de sobrepeso na vida. O relatório citado informa que o número de obesos também tem aumentado no mundo, sendo os países com maior prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave os que tendem a apresentar taxas mais altas de obesidade adulta.

E onde estão essas pessoas? A FAO declara que a fome e a insegurança alimentar grave estão presentes principalmente na América Latina, Caribe e África. Na América Latina, a estatística de desnutrição saltou de 7,6% em 2016 para 9,8% em 2017. Contraditoriamente, a América Latina e o Caribe são ricos em recursos naturais e possuem a maior extensão de terra arável do mundo. Sua superfície agrícola aumentou 34% nos últimos 50 anos, enquanto a área coberta por florestas reduziu em 9% desde 1990, sendo este declínio um sinal das pressões exercidas pela agricultura capitalista sobre a natureza. O mesmo relatório indica que a solução para a fome, a desnutrição e a obesidade passa pela consolidação dos sistemas alimentares sustentáveis e pela produção familiar, por fornecerem produtos diversificados e saudáveis, favorecerem os circuitos curtos de economia local e pela eficiência na gestão dos recursos naturais (FAO; OPAS, 2017).

Dados da *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil*, realizada pelo IBGE, apontam que 36,7% dos domicílios particulares brasileiros (25,3 milhões) enfrentam algum grau de insegurança alimentar. Na região Nordeste, apenas (49,7%) dos domicílios informaram ter condição de acesso pleno e

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>.

regular aos alimentos. Se compararmos aos resultados do levantamento anterior acerca do tema, realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD em 2013, vemos um agravamento do cenário de insegurança alimentar no Brasil, visto que os dados demonstraram que 22,6% famílias brasileiras, das quais 38,1% das famílias na região Nordeste e 36,5% das famílias residentes no estado da Paraíba, enfrentavam algum tipo de insegurança alimentar.

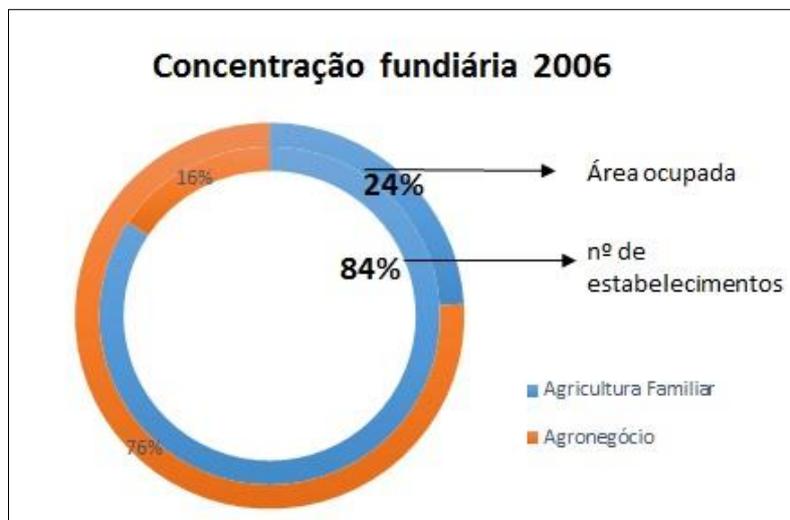
Pesquisadores do Departamento de Nutrição da UFPB constataram que, no universo investigado de 4.533 famílias em 14 municípios da Paraíba,<sup>39</sup> 11,3% apresentaram grau de insegurança alimentar grave, 17,6% de insegurança moderada e 23,6% de insegurança leve; e que as áreas rurais são as que apresentaram pior situação (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008). Um estudo mais recente, que investigou a insegurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de 5 anos atendidas pela Estratégia da Saúde da Família e residentes na Região Metropolitana de João Pessoa, aponta dados alarmantes de prevalência de insegurança alimentar em 63,9% das famílias, sendo 44,6% em grau moderada/grave, e 15%, grave (PEDRAZA *et al.*, 2020).

Dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmam a permanência da injustiça territorial brasileira, que é centenária, ao demonstrar que a maioria dos estabelecimentos rurais do Brasil (3.897,408 unidades), de um total de 5.073,324 unidades, é da agricultura familiar e ocupa apenas 80.891,084 hectares de um total de 351.289,816 hectares, ou seja, apenas 23% da área produtiva do país. Ao comparar com os dados do Censo de 2006, que traz um total 5.175.636 estabelecimentos, sendo 4.366.267 da agricultura familiar que ocupavam uma área de 80.102,694 hectares de um total de 333.680,037 hectares, ou seja, 24% da área produtiva do país, constata-se que o número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar diminuiu, enquanto a área produtiva do país aumentou, o que demonstra que a estrutura fundiária está ainda mais concentrada. Seguem o **Gráfico 6 - Estrutura fundiária do Brasil em 2006** e o **Gráfico 7 - Estrutura fundiária do Brasil em 2017**, que demonstram a afirmativa.

---

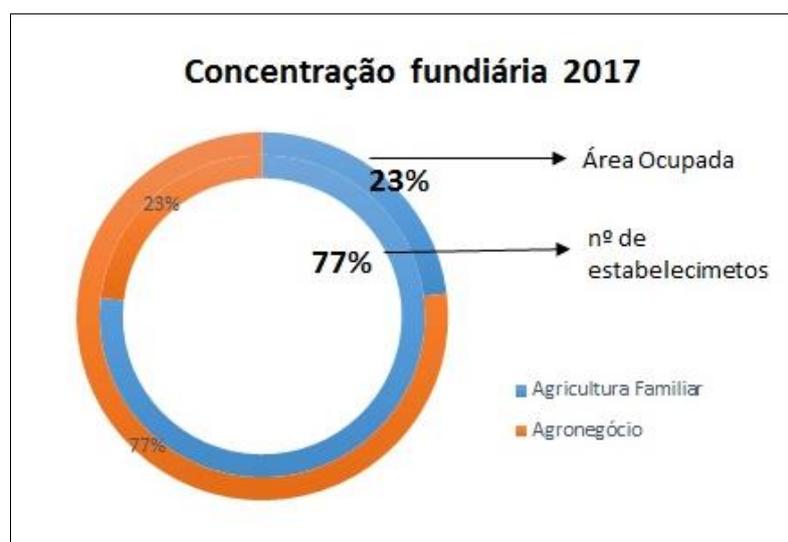
<sup>39</sup> Os municípios escolhidos para participar do estudo foram aqueles selecionados pelo Governo Federal em 2003 para iniciar o programa Fome Zero, são eles: Umbuzeiro, Bananeiras, Aroeiras, Picuí, Nova Floresta, Cacimba de Dentro, Boqueirão, Bernardino Batista, Esperança, Areial, Queimadas, Itabaiana, Araruna e São José dos Ramos.

**Gráfico 6** - Estrutura fundiária do Brasil em 2006



Fonte: IBGE, SIDRA - Censo Agropecuário, 2006.

**Gráfico 7** - Estrutura fundiária do Brasil em 2017



Fonte: IBGE, SIDRA - Censo Agropecuário, 2017.

A estrutura fundiária concentrada é um indicador de que há injustiça social em determinado território. Dessa forma, a má distribuição de terras é um dos maiores problemas estruturais do Brasil, sendo responsável por boa parte dos problemas ambientais e pela pobreza extrema em que se encontram milhões de brasileiros.

Em 1964, Josué de Castro, médico e geógrafo, já alertava para a relação do latifúndio monocultor com a fome; e na sua obra *A geografia da fome*, denunciou “a deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera” (CASTRO, 1984, p. 29). A partir do estudo da fome na América Latina, o pesquisador

traçou um perfil epidemiológico da população, acusando a forma capitalista da monocultura como a principal geradora da fome no continente. Afirmou que “toda monocultura é o maior obstáculo anteposto à organização racional de uma comunidade agrícola progressista” (CASTRO, 1984, p. 99). Destacou ainda que a monocultura “é uma grave doença da economia agrária, comparada por *Guerra y Sanchez* à gangrena que ameaça sempre invadir o organismo inteiro, e por *Grenfell Price* ao câncer, com o desordenado crescimento de suas células se estendendo impunemente por todos os lados” (CASTRO, 1984, p. 117 grifo do autor).

Segundo Santos (1994), o projeto da modernidade iniciado no século XVI e consolidado no século XX, que se fundamenta no modo de produção capitalista e na ciência positivista, tinha a promessa de liberdade, igualdade, paz e extinção da fome. Contudo, o paradigma científico do progresso instala também uma crise, pois é falho para muitos, e as crises que, em algumas análises, são necessárias à reprodução do modo de produção capitalista estão mais latentes a cada dia. Dessa forma:

(...) a modernização científico-tecnológica e neoliberal se alastra hoje, paradoxalmente, na mesma medida em que alastra sua crise, certificada por aquilo que parecem ser as suas consequências inevitáveis: o agravamento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto em nível nacional quanto em nível mundial; e a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta. (SANTOS, 1994, p. 81-82).

Essa contradição da modernidade foi o que despertou Marx para as críticas ao capitalismo, pois já podia ser sentida na Europa, em meados do século XIX. Marx afirmou que:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas de que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário [...] Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia [...] Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material. (MARX, *apud* BERMAN, 1995, p. 19).

Nesta perspectiva, referenciamos mais uma vez Galeano (1988, p. 15), quando o autor diz que:

Os países opressores se tornam cada vez mais ricos em termos absolutos, pelo dinamismo da disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico.

Portanto, a partir de dados que tratam da fome, da insegurança alimentar e da concentração de terra no Brasil, evidencia-se a farsa do agronegócio, que prometeu a eliminação da fome no mundo. Dados e pesquisas sobre os danos à saúde que envolvem intoxicações, suicídios, câncer e inúmeros problemas ambientais endossam a crítica ao modelo de agronegócio que se instala no mundo e no Brasil.<sup>40</sup>

O discurso capitalista global enaltece o agronegócio desde a Revolução Verde como responsável pela oferta de alimentos e variados produtos à sociedade de consumo.<sup>41</sup> Contudo sabe-se que o agronegócio é um dos principais motores do desenvolvimento econômico do mundo, baseado na produção de *commodities* e na movimentação da indústria de maquinários, insumos e agrotóxicos, o que provoca grandes transformações destrutivas no espaço agrário em ritmo acelerado. Além de não produzir comida, o agronegócio brasileiro é responsável por uma dívida pública que chegou, em 2019, a R\$ 600 bilhões de reais, ou seja, 1/3 do PIB, sendo R\$306 bilhões o valor devido às instituições bancárias ligadas ao Banco Central e o restante devido a instituições não bancárias que também financiam a atividade agrícola no país, como *tradings* e cooperativas, sendo aproximadamente 5% desta dívida de responsabilidade de agricultores familiares.<sup>42</sup> Vale salientar que constantemente o Estado brasileiro recebe solicitação dos ruralistas e sofre pressão dos deputados federais ligados ao agronegócio para o perdão da dívida do setor.<sup>43</sup>

---

<sup>40</sup> Destacamos três obras, entre tantas que denunciam os malefícios do modelo fundamentado na Revolução Verde, são elas: *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, lançado em 1962 nos Estados Unidos, que foi uma referência teórica para o movimento ambientalista e tratou de forma crítica o uso de substâncias químicas perigosas pela agricultura, principalmente o DDT; o *Dossiê ABRASCO - um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*, publicado em 2015 pela Expressão Popular; e o *Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*, publicado em 2017 e elaborado pela geógrafa Larissa Mies Bombardi, que trata do caso brasileiro na conjuntura do mercado internacional de agrotóxicos. O Instituto Nacional de Câncer (INCA) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida também fazem alertas a partir de dados de pesquisas científicas sobre o risco em relação ao consumo de agrotóxicos no Brasil.

<sup>41</sup> Veja o caso recente do discurso midiático do agronegócio no Brasil que cria o slogan “Agro é *tech*, agro é pop, agro é tudo”, vinculado à campanha de marketing “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” promovida pela Rede Globo em rede nacional.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/divida-de-produtores-rurais-chega-r-600-bilhoes-aponta-estudo.html>.

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/ruralistas-se-articulam-para-obter-perdao-bilionario-das-dividas-do-funrural>.

A partir da formulação do conceito de soberania alimentar, o campesinato da América Latina questiona a transformação de alimentos em *commodities*, reguladas pelo mercado capitalista global, por colocar em risco o abastecimento alimentar das populações, bem como a qualidade e a diversidade biológica dos alimentos. A agroecologia surgiu na década de 1990, na América Latina, tendo como preocupação fundamental a garantia da soberania alimentar e o fortalecimento da resistência camponesa frente ao avanço das empresas internacionais sobre os recursos naturais das comunidades rurais e indígenas. A Via Campesina define que sua práxis de produção camponesa é fundamentada na agroecologia da seguinte forma:

Agricultura camponesa agroecológica que nós praticamos é peça fundamental na construção da soberania alimentar e para a defesa da Mãe Terra, princípios éticos de vida baseados na justiça social e na dignidade dos povos. Em outras palavras, nossa produção agroecológica de alimentos é direcionada para vida das pessoas - nossas comunidades, povos e nações - em vez de produzir biomassa de celulose, agrocombustíveis ou produtos de exportação para outros países. (VIA CAMPESINA, 2015, p. 2).

A Via Campesina destaca que, para se avançar no projeto da agroecologia, é necessária uma organização política dos camponeses e um processo educativo comprometido com a construção do conhecimento pelo próprio campesinato, dessa forma:

Muitas de nossas organizações têm trabalhos de recuperar, coletar, compartilhar e ensinar esse conhecimento da ciência agroecológica camponesa, por meio de processos locais e grupos comunitários, escolas formais e informais, e processos de intercâmbio horizontal, como o sistema de agricultor para agricultor, da família a família, de comunidade a comunidade e de organização a organização, além de vídeos, cápsulas e programas de rádios comunitárias, panfletos, publicações, brochuras e outras formas de compartilhar e transmitir conhecimentos sobre agroecologia de forma criativa e utilizando metodologias alternativas. (VIA CAMPESINA, 2015, p. 8).

A Via Campesina,<sup>44</sup> na Declaração do Fórum Internacional sobre Agroecologia de 2015,<sup>45</sup> reforça o argumento de que a agroecologia é capaz de oferecer alternativas para a crise estabelecida no mundo pelo agronegócio.

O sistema alimentar industrial é um potencializador chave das múltiplas crises climáticas, alimentares, ambientais, de saúde pública e outras. Os acordos de comércio livre e de investimento corporativo, a resolução de litígios entre estados e investidores, e soluções falsas, como os mercados de carbono e o aumento da financeirização de terras e alimentos, etc., contribuem para agravar ainda mais essas crises. A agroecologia, em um quadro de soberania alimentar, nos oferece meios para percorrer um caminho coletivo para sair dessas crises.

Organizações políticas internacionais, como a FAO/ONU; e nacionais, como o CONSEA, responsável por uma luta histórica e pela elaboração de políticas públicas ligadas à erradicação da fome no Brasil, asseguram que o problema da fome no mundo e no Brasil só será resolvido com a produção camponesa e ecológica. O último relatório da FAO, intitulado *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables*,<sup>46</sup> argumenta que o aumento dos investimentos em agricultura sustentável, a partir de estratégias e planos de produção agroecológica, além de diminuir drasticamente a fome e o problema da desnutrição no mundo, possibilitaria a longo prazo uma economia em relação aos gastos com saúde associados à má alimentação e a diminuição em até 3/4 na emissão de gases que provocam o efeito estufa.

O CONSEA alertou, em 2018,<sup>47</sup> que pesquisas<sup>48</sup> indicavam o risco de o Brasil voltar a integrar a lista dos países que compõem o mapa da fome no mundo, o qual denuncia aqueles países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável. A Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,<sup>49</sup> realizada em Brasília-DF, de 3 a 6 de novembro de 2015, cujo tema foi

---

<sup>44</sup> Os movimentos que fazem parte da Via Campesina do Brasil são: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

<sup>45</sup> Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2015/11/CUADERNO%207%20LVC%20ESPANOL.compressed.pdf>.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.fao.org/publications/card/en/c/CA9692ES/>.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-curto-caminho-de-volta-ao-mapa-da-fome>.

<sup>48</sup> Disponível em: [http://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1533917201ActionAid\\_RelatorioAnual\\_2017Low.pdf](http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1533917201ActionAid_RelatorioAnual_2017Low.pdf).

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20carta%20politica%205cnsan.pdf>.

“Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar”, defendeu que, para garantir a segurança alimentar e nutricional, é necessário: aproximar a produção e o consumo de alimentos; estabelecer pontes entre o urbano e o rural; valorizar a agrobiodiversidade, os alimentos *in natura* e regionais; ter respeito à ancestralidade negra e indígena, à africanidade e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais; e viabilizar o resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Isso, por sua vez, só é possível com políticas de Estado, sobretudo, de distribuição de terras, de crédito para a produção camponesa e de abastecimento alimentar nas cidades.

Dessa forma, o direito humano à alimentação, garantido pelo artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e pela Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, está diretamente relacionado aos direitos territoriais, como o da função social da terra tratada, no artigo 186 da CF, que tem como pauta a necessidade da Reforma Agrária, a defesa dos direitos originários dos índios sobre suas terras e a manutenção dos seus costumes, bem como a titulação das terras da população negra remanescente de quilombos. Essa é uma dívida histórica do Estado brasileiro e que também está assentada na Constituição. A Constituição Federal de 1988 “coloca como um dos limites ao direito de propriedade a função social (da terra), que está chamada a cumprir. Essa deverá estar conectada diretamente aos princípios fundamentais (...), dentre eles a democracia, a cidadania e a dignidade da pessoa humana” (RODRIGUES; MUNIZ; 2017, p. 101). Portanto não há produção de alimentos sem a posse da terra e sem a territorialidade camponesa.

No Brasil, a discussão acerca da soberania alimentar e da agroecologia está diretamente ligada à necessidade de assegurar a terra para a reprodução da vida e produção de alimentos, portanto, de se efetivar uma Reforma Agrária popular. Thomáz Júnior (2006) defende que o debate acerca da Reforma Agrária deva ser feito tanto pelo campo quanto pela cidade, visto que a necessidade de alimentação é de todos e remete a pensarmos na produção em suas várias faces, inclusive no que estamos apoiando ao nos alimentarmos. Tanto a produção quanto o consumo passam a politizar-se e assim:

(...) a Reforma Agrária e a soberania alimentar podem sim catalisar as ações dos movimentos sociais e demais setores organizados em direção à construção de novos referenciais de sociedade, produto de embate de classes, das disputas ideológicas, partidárias e acadêmicas em torno de um modelo de sociedade que se quer construir (...) Não acreditamos que as soluções vindas do Estado ou somente ações dirigidas pelas

políticas públicas serão capazes de cumprir com esses papéis. (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 121).

O Censo Agropecuário de 2006 demonstrou a importância da produção camponesa do ponto de vista quantitativo e qualitativo na ocupação de terras, na mão de obra e na oferta de alimentos à população brasileira. Apesar de possuir uma área menor de cultivo e pastagem, a agricultura familiar é a principal fornecedora dos alimentos básicos para a população brasileira. É responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 59% da carne de suínos e 50% da carne de aves consumidas no Brasil. É importante destacar que a agricultura familiar ocupa uma quantidade muito maior de mão de obra por hectare, que é de 15,3 pessoas por 100 ha, enquanto o agronegócio ocupa 1,7 pessoa por 100 ha (IBGE, 2006). De acordo com Barbosa e Mitidieiro Júnior (2017, p. 149), fundamentados na análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006 da Paraíba, a agricultura familiar, “ainda dispondo de pequenas porções de terras, emprega quase 90% da mão de obra na atividade agropecuária, produz a imensa maioria dos gêneros alimentícios e gera mais renda que as médias e grandes propriedades somadas”.

Portanto, a questão agrária brasileira na contemporaneidade envolve a clássica problemática da estrutura fundiária concentrada, a exploração da classe trabalhadora e a destruição da natureza, com violência e apoio do Estado; também acompanha o movimento do capital financeiro e monopolista,<sup>50</sup> com o crescimento do mercado de agrotóxicos e transgênicos, buscando controlar os meios de produção com a finalidade de causar uma dependência ainda maior aos camponeses. Assim, consideramos ser urgente problematizar o sistema agroalimentar hegemônico, que padroniza os alimentos e o consumo, destrói a autonomia e a soberania dos territórios, e nega o direito básico à alimentação saudável para a população do campo e da cidade, sendo um dos maiores elos da acumulação do capital globalizado.

---

<sup>50</sup> O capital financeiro é a “relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata” (HILFERDING, 1985). “O capital financeiro, portanto, é um refinamento do estudo da economia de crédito, que tem como pano de fundo e elemento indispensável as economias de escala, as novas tecnologias, os arranjos societários por detrás das forças concentradoras associadas à segunda Revolução Industrial. A dominância do sistema bancário seria a epítome desse capitalismo organizado, o qual, na visão do autor (refere-se a HILFERDING, 1985), atenua a concorrência, acentua a formação de cartéis e trustes; enfim, modifica a dinâmica da concorrência, interfere no quadro político e redesenha o capitalismo. (COUTINHO, 2013, p. 19).

Nesta perspectiva, o modo de produção (distribuição, circulação e consumo)<sup>51</sup> dos alimentos se apresenta na nossa análise com forte caráter político e transformador do espaço geográfico. O projeto de soberania alimentar e territorial da agroecologia, defendido pelos movimentos sociais, setores da sociedade civil e governos, sobretudo da América Latina,<sup>52</sup> é uma proposta de retomar o controle da produção frente à hegemonia do capitalismo no campo e das novas faces da questão agrária (controle do patrimônio genético das sementes, estrangeirização de terras, uso intensivo de agrotóxicos, conflitos étnico-raciais e de gênero, etc.), tornando-se estratégia para a construção de um novo arranjo territorial para o espaço agrário brasileiro e para a erradicação da fome.

A agroecologia, através da sua práxis, é considerada um movimento socioterritorial e também socioespacial que se fundamenta num paradigma latino-americano crítico e contra-hegemônico de desenvolvimento, que, através da construção do conhecimento com base em elementos locais (econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais), possibilita, com ou sem a participação do Estado e com ênfase na participação popular, transformações territoriais com vista a garantir o bem viver das populações camponesas e da sociedade como um todo. Dessa forma, o campesinato e a agroecologia têm assumido a bandeira da ecologia popular e de soberania alimentar para disputar espaços com o agronegócio.

---

<sup>51</sup> Categorias de análise utilizadas pelo materialismo histórico dialético. Cf: MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução e Introdução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

<sup>52</sup> Destaca-se o papel da Via Campesina na defesa da soberania alimentar e da agroecologia. A Via Campesina é um movimento internacional que articula 150 organizações em 70 países e se considera como um “movimento autônomo, pluralista e multicultural, político em sua demanda por justiça social, independente de qualquer partido político, econômico ou outro tipo de afiliação”. Cf: VIA CAMPESINA. *¿Quién somos?: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo*. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>

## CAPÍTULO 2

### CONQUISTAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

“Eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente, para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome.”

(Luís Inácio Lula da Silva, discurso de posse na Presidência da República em 2003)<sup>53</sup>

A crise socioambiental relacionada ao paradigma de desenvolvimento rural pautado na Revolução Verde, que se instala mundialmente, promove uma resistência em diversos setores da sociedade que pautam e constroem formas mais justas e sustentáveis de produção e de relacionamento com a natureza, envolvendo principalmente três dimensões: a produção de alimentos saudáveis a partir de fundamentos e normas da produção orgânica; a preservação e a distribuição dos recursos naturais para promoção de um desenvolvimento local sustentável; e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais.

É nessa perspectiva que se insere a trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil e a construção de políticas públicas que visam apoiar a transição agroecológica e a produção orgânica. O aumento dos recursos públicos destinados para estes fins está ligado ao crescimento mundial do mercado dos produtos orgânicos, que hoje faz parte da cadeia do agronegócio, e também às reivindicações dos movimentos sociais que foram incorporadas à política de combate à pobreza e à fome, protagonizada pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT a partir de 2003.

As políticas públicas são estudadas por diversas áreas do conhecimento, justamente pelo caráter multidisciplinar existente na sua concepção, implantação e monitoramento. A geografia interpreta as políticas públicas enquanto instrumento de territorialização do espaço e as estuda principalmente com o objetivo de compreender as transformações territoriais determinadas ou influenciadas por elas. As políticas públicas exercem uma enorme variedade de tipos e níveis de controle territorial, ou seja, de relações de poder, o que determina ou fortalece “múltiplos territórios”, sejam aqueles

---

<sup>53</sup> Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos\\_selecionados\\_lula.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/505-discursos_selecionados_lula.pdf).

relacionados ao poder econômico dos mercados capitalistas, ou político-funcionais do Estado, ou o poder popular geralmente pautado nas necessidades de reprodução social ou de identidade cultural (HAESBAERT, 2004, 2005).

Dessa forma, temos o objetivo de responder neste capítulo às seguintes questões: como o movimento agroecológico surgiu e está constituído no Brasil? Como são construídas as políticas públicas para o setor e de que forma contribuem para a reprodução camponesa de base agroecológica no Brasil? Quais os principais desafios do movimento agroecológico e da práxis camponesa?

## **2.1 Surgimento e trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil**

A agroecologia no Brasil surgiu a partir de duas sementes: uma ligada aos arranjos locais de resistência camponesa, construídos sobretudo pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, vinculadas à Igreja Católica, as quais, em plena ditadura militar brasileira, estimulavam, a partir de grupos locais, a consciência crítica e a organização do povo; e outra ligada ao movimento de agricultura alternativa, que é fragmentado em várias experiências,<sup>54</sup> sobretudo originadas na Europa a partir da década de 1960, e se preocupa com os impactos ambientais e os problemas de saúde ocasionados, principalmente, pelo uso de agrotóxicos.

De acordo com Martins (1981), a preocupação inicial da Igreja Católica com o campesinato brasileiro e com a questão agrária, nas décadas de 1950 e 1960, era evitar a migração do campo para a cidade e assim diminuir a agitação comunista do proletariado urbano. “As propostas que nascem dessas interpretações são, portanto, propostas destinadas a criar uma classe de camponeses que servisse como barreira de contenção da maré vermelha. Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada” (MARTINS, 1981, p. 88).

A mudança no direcionamento político acontece a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs<sup>55</sup> na década de 1960, consideradas “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres, ou bispos”. Dessa forma, a dimensão socialista da Igreja se concretiza num

---

<sup>54</sup> Caporal (1998) traz um panorama das principais formas de agricultura alternativa, dentre elas estão: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura biológica e agricultura ecológica.

<sup>55</sup> Frei Betto, intelectual e militante das causas sociais e dos direitos humanos, estima que estavam ativas no final da década de 1970 cerca de 80 mil Comunidades Eclesiais de Base no Brasil (BETTO, 1985).

trabalho de base que consistia em construir, junto com os camponeses, a percepção da vida e do tempo como movimentos históricos para a transformação da realidade, “cuja base é a história de um povo (Israel) e a práxis libertadora de um homem, Jesus de Nazaré” (BETTO, 1985, p. 15). Durante o período da ditadura militar, o processo de resistência camponesa foi conduzido prioritariamente pelas CEBs, constituindo assim um embrião do Movimento Agroecológico no Brasil, por discutir questões ligadas ao direito à terra, à organização do trabalho e à alimentar.

A partir de uma consciência crítica e uma organização sócio-política daqueles que não possuíam poder nem voz, “a Comunidade Eclesial de Base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer formas de organização popular autônomas, desvinculadas do Estado e da Igreja”, sendo “na zona rural que as comunidades de base mais se proliferaram. O homem do campo – pequeno agricultor – boia-fria – assalariado rural, encontra na igreja seu principal referencial ideológico” (BETTO, 1985, p. 8-9). De acordo com Monteiro e Londres (2017, p. 55):

Muitas lideranças que emergiram das CEBs cumpriram papéis importantes na construção de movimentos sociais de abrangência nacional e na renovação do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Grande parte das organizações não governamentais (ONGs) hoje dedicadas à promoção da agroecologia tiveram suas origens ligadas aos grupos constituídos pelas CEBs, com apoio da CPT.

Monteiro e Londres (2017) também destacam que muitas das técnicas de manejo orgânico da produção, das tecnologias sociais, da organização do trabalho coletivo (associativismo, mutirão, etc.), assim como o estímulo à produção para o autoconsumo das famílias, hoje amplamente difundidas pela agroecologia, já eram promovidas pelas CEBs como forma de manter o homem no campo.

Os arranjos locais construídos pelas CEBs deram origem a inúmeras organizações sociais que foram e ainda são responsáveis por importantes avanços no campo da resistência camponesa e da agroecologia, como é o caso das organizações ligadas à Articulação do Semiárido – ASA, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Rede ASPTA, pioneiras do movimento agroecológico no Brasil (MONTEIRO; LONDRES, 2017; SILVA, 2008).

A Comissão Pastoral da Terra – CPT foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975, para atuar nas questões agrárias em defesa do camponês e do trabalhador rural, e logo adquiriu característica de movimento social,

materializando a Teologia da Libertação, na luta pela terra, decorrente de uma opção pelos pobres (BETTO, 1985). A CPT, que surgiu como mediadora de conflitos agrários, logo se inseriu na luta pela terra. Ao longo da década de 1990 e anos 2000, adensa-se o processo de luta pela terra no Brasil e a CPT, que ajudou a conquistar muitos assentamentos rurais nesse período, começa a se preocupar com os camponeses que estavam enfrentando muitos problemas para produzir, pois a maioria das terras dos assentamentos eram áreas muito degradadas pela monocultura e pelo uso intensivo de agrotóxicos, o que dificultava a permanência das famílias nas terras. Dessa forma, a CPT, fundamentada nos ensinamentos das CEBs, começa a se comprometer com a produção nos assentamentos, para que houvesse uma diversificação e assim fosse garantida a alimentação da família camponesa e a comercialização do excedente. Assim, a produção:

(...) precisava ser saudável, com respeito ao meio ambiente numa convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos. Nesta lógica, foi sendo trabalhada a produção orgânica, a agroecologia, o resgate das sementes tradicionais ou crioulas. (CPT, 2010).<sup>56</sup>

Atualmente a CPT atua em todos os estados do Brasil, prestando apoio aos camponeses na ocupação das terras improdutivas como forma de pressionar o Estado por Reforma Agrária, na assessoria jurídica, nas denúncias de casos de violência, no apoio para a transição agroecológica e para a comercialização direta, na articulação com universidades e institutos de pesquisa, etc. De acordo com Peterson e Almeida (*apud* MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 55), “a CPT cumpriu um papel político importante de apoiar essa reorganização dos movimentos sociais e de incentivar a constituição das entidades de assessoria”. Veremos como se deu a atuação da CPT em relação à transição agroecológica dos camponeses recém-assentados a partir do estudo de caso da Paraíba no capítulo 3.

O aspecto destrutivo do crescimento econômico como paradigma de desenvolvimento fez emergir em todo o mundo, a partir da década de 1960, movimentos de contestação da lógica capitalista. Como exemplo, estão o movimento da contracultura, surgido nos Estados Unidos; e os movimentos ambientalistas (FREITAG, 1990; PORTO GONÇALVES, 2004). O mito do crescimento econômico como única via de desenvolvimento estava sendo colocado em questão, e os problemas ambientais tomaram

---

<sup>56</sup> Texto retirado na página inicial da CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em outubro de 2020.

conta da agenda política mundial. A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e os problemas ambientais culminou em diversas conferências, relatórios e acordos<sup>57</sup> que envolveram sobretudo as nações mais desenvolvidas do mundo.

O termo **desenvolvimento sustentável** como modelo de desenvolvimento foi criado nesse contexto. De acordo com Guerra *et al.* (2002, p. 25-26), o conceito de desenvolvimento sustentável é ambíguo e gera, pelo menos, dois conjuntos de interpretações: a dos ecologistas, que assumem o termo como forma de limitar o desenvolvimento econômico e, portanto, diminuir os impactos ambientais, não costumando levar em consideração as relações sociais e econômicas da limitação de crescimento nem a realidade das nações pobres; e um outro conjunto que se utiliza do conceito de desenvolvimento sustentável enquanto estratégia de crescimento econômico a partir de um discurso “verde”, criando mecanismos para garantir as relações econômicas que movem o mercado capitalista. Dessa forma, a teoria crítica afirma que essa proposta do desenvolvimento sustentável obedece às manobras políticas voltadas para a permanência das contradições do modo de produção capitalista, em explorar os países pobres, e não possui o interesse de viabilizar mudanças concretas (LEFF, 2001, 2009; MARTÍNEZ ALIER, 2018). Contudo, a preocupação com a sustentabilidade territorial fundamentada numa racionalidade ambiental é legítima e necessária, e “constrói-se através da legitimação de novos princípios produtivos e direitos sociais” (LEFF, 2009, p. 308).

Dessa forma, paralelamente à organização social protagonizada pelas CEBs e pela CPT, na década de 1980, cresceu a preocupação com a questão ambiental no Brasil, principalmente relacionada aos impactos ambientais provocados pela Revolução Verde, como a perda da biodiversidade, o desmatamento e a contaminação do solo e da água pelos agrotóxicos. Esta crítica ao modelo de produção agrícola foi protagonizada sobretudo pelos profissionais das ciências agrárias (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

---

<sup>57</sup> Entre ações em nível global que trataram das questões ambientais estão: o relatório *Os limites do crescimento*, elaborado pelo Clube de Roma em 1972; a criação do *Programa das Nações Unidas e Meio Ambiente – PNUMA* durante a Conferência da ONU em Estocolmo, também em 1972; e o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, que foi concluído em 1987 pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituída pela ONU e mundialmente conhecida por oficializar o termo *desenvolvimento sustentável*.

A pressão social para controlar a utilização de agrotóxicos na agricultura se intensifica na década de 1980, no Brasil, devido aos graves problemas causados pelo uso dessas substâncias.

Os casos de intoxicação de trabalhadores rurais, as constatações de resíduos em alimentos, as contaminações do solo e de coleções de água, além dos novos conhecimentos sobre a toxicologia das substâncias químicas utilizadas, constituem fatores que contribuem de forma significativa para a construção de um novo entendimento a respeito das implicações do uso de agrotóxicos. (ALVES FILHO, 2002, p. 57).

Importantes conquistas relacionadas à luta contra os agrotóxicos foram alcançadas nesse período, entre elas estão: a obrigatoriedade da emissão do receituário agrônomo,<sup>58</sup> a partir de 1980, para compra de agrotóxicos; a proibição do uso, em meados dos anos 1980, dos venenos organoclorados;<sup>59</sup> e a aprovação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989,<sup>60</sup> conhecida como Lei de Agrotóxicos. A referida lei adota oficialmente o termo **agrotóxico** em detrimento de defensivo agrícola e reúne as informações de um conjunto de portarias e regulamentos dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, dispondo sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins (BRASIL, 1989). Tiveram destaque nessa mobilização a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil - FAEAB e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB (ALVES FILHO, 2002; MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

Vale destacar que, mesmo com o avanço dos aspectos legais que regulam o consumo de agrotóxico, na prática, a realidade é bem diferente. Alves Filho (2002) utiliza dados de consumo dos agrotóxicos no Brasil para comprovar a ineficácia dos métodos de controle e seu distanciamento da ideia inicial, que seria regular o uso. De acordo com o

---

<sup>58</sup> Essa prescrição técnica atua como instrumento legal obrigatório para a compra de agrotóxico, intermediando o acesso dos agricultores aos pontos de vendas desses produtos, sendo emitida pelo engenheiro agrônomo. Em 1978, o serviço de extensão rural do Rio Grande do Sul implantou pioneiramente o receituário agrônomo na sua dinâmica de trabalho, que contou com o apoio do Banco do Brasil, que, a partir de então, começou a exigir o documento para conceder os créditos agrícolas. Após a iniciativa do Banco do Brasil e de pressões vindas dos movimentos de combate ao uso de agrotóxico, o Ministério da Agricultura, através da Portaria nº 347, de 1 de novembro de 1980, instituiu oficialmente a normativa em todo o Brasil (ALVES FILHO, 2002).

<sup>59</sup> Primeiro pesticida moderno, largamente utilizado após a II Guerra Mundial e tendo o uso proibido no Brasil desde 1985.

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm).

autor, as principais irregularidades são: excesso de receitas expedidas por um mesmo profissional, numeração incorreta do receituário e ausência de assinatura, o que demonstra falhas na fiscalização dos conselhos profissionais (CREAs) e das Secretarias de Agricultura dos estados. Ocorre, portanto, uma verdadeira banalização do uso do receituário agrônomo (ALVES FILHO, 2002). Nesta perspectiva, Rigotto (2011) afirma que é muito difícil garantir o uso seguro de agrotóxicos no Brasil, pois:

(...) para implementar de forma consequente e responsável o paradigma do “uso seguro” dos agrotóxicos, seria preciso conceber um vultoso e complexo programa, que incluiria a alfabetização dos trabalhadores, a sua formação para o trabalho com agrotóxicos, a assistência técnica, o financiamento das medidas e dos equipamentos de proteção, a estrutura necessária para o monitoramento, a vigilância e a assistência pelos órgãos públicos, as formas de participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões, e muita coisa mais! (RIGOTTO, 2011, p. 50).

Nas décadas de 1980 e 1990, as experiências em agricultura alternativa cresceram no país, e surgiram as primeiras organizações não governamentais – ONGs envolvidas com o tema. Merecem destaque: a atuação do Projeto de Tecnologia Alternativa – PTA, criado em 1983, vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE<sup>61</sup> e que deu origem à Rede PTA em 1988; a criação dos Centros e Tecnologias Alternativas – CTAs, em 1986 e das associações e cooperativas de “profissionais de ciências agrárias, ativistas do movimento ambientalista, profissionais urbanos donos de propriedades no meio rural, e também agricultores familiares, que passaram a exercitar os princípios e as práticas das diversas correntes da agricultura alternativa” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 57; MOURA, 2017).

A Rede PTA envolvia diversas ONGs de atuação local, sindicatos, associações e CEBs, e tinha o objetivo de desenvolver e difundir tecnologias alternativas de produção, tendo o entendimento de que era necessária a valorização do conhecimento camponês para reverter a lógica nefasta da Revolução Verde. Utilizava uma metodologia denominada de **agricultores multiplicadores** ou **agricultores formadores**, que eram os sujeitos que tinham o papel de difundir essas tecnologias em suas comunidades. Com o decorrer das diversas experiências da Rede, percebeu-se que as soluções encontradas tinham um caráter pontual e “tornava difícil visualizar um processo de construção de

---

<sup>61</sup> A FASE, fundada em 1961, é referência no Brasil no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo, e hoje atua em quatro frentes: direito à cidade, justiça ambiental, mulheres e soberania alimentar. Disponível em: <https://fase.org.br/> Acesso em: out. 2020.

sistemas alternativos que respondesse de forma integrada aos problemas e impasses vividos pelos pequenos produtores”. E foi nessa perspectiva que a Rede “criou os Centros de Tecnologia Alternativa (CTA),<sup>62</sup> cujo objetivo era produzir modelos alternativos de produção agropecuária, integrando as várias informações recolhidas das práticas empíricas e das fontes científicas dos centros de pesquisa e das universidades” para depois de adaptados reproduzi-los em outras unidades produtivas (WEID, 1997, p. 16-7 *apud* DIAS, 2004, p. 129; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Contudo, o objetivo dos CTAs não foi alcançado, pois:

Ainda que muitas práticas dos agricultores tivessem sido efetivamente integradas a sistemas de produção, as soluções tecnológicas construídas, na maioria dos casos, embora partissem da realidade dos agricultores, incorporavam pouco do conhecimento dos próprios agricultores no processo de adaptação pelo qual passavam antes de serem integradas a um determinado sistema de produção. Por isso, os sistemas produtivos que incorporavam novas tecnologias geralmente não se adequavam à realidade dos agricultores, por exigirem esforços e investimentos além de suas possibilidades. (WEID, 1997, p. 17 *apud* DIAS, 2004, p. 132).

É importante também considerar que:

Os técnicos das equipes de Tecnologias Alternativas - TA e dos CTAs não dispunham de estudos ou diagnósticos mais aprofundados sobre as diversas condições (agroecológicas, sociais, econômicas, etc.) nas quais estavam inseridos os agricultores para quem levavam as propostas de novos aportes tecnológicos, o que representava um outro tipo de limite à aceitação e ao sucesso das mudanças e das soluções que propunham. (SOTO, 1992 *apud* DIAS, 2004, p. 136).

Na década de 1980, aconteceram também quatro grandes Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – EBBAs, em 1981, 1984, 1987 e 1989, os quais foram os primeiros esforços em construir um movimento de amplitude nacional com o objetivo de articular uma rede de experiências de agricultura alternativa. Participaram dos EBBAs diferentes setores da sociedade, entre eles alguns grupos ligados ao Projeto de Tecnologia Alternativa – PTA e à Comissão Pastoral da Terra, mas a participação maior, sem dúvida, foi das universidades e institutos de pesquisa, que viram nos encontros a oportunidade de construir uma ciência agrônômica alternativa, que fosse capaz de diminuir os impactos

---

<sup>62</sup> Diversos CTAs tiveram apoio financeiro internacional oriundo do Centro Alemão para Tecnologias Alternativas (GATE/GTZ), da Fundação Interamericana (IAF) e da Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (NOVIB); desde a sua constituição, teve a preocupação de se instalar em regiões severamente adversas às práticas agrícolas para contribuir e testar de forma mais efetiva suas alternativas de produção (DIAS, 2004).

ambientais da Revolução Verde (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017). No III EBAA, percebem-se claramente as diferenças metodológicas, ideológicas e políticas entre o grupo que defendia a prioridade de mudanças sociais no campo (como a Reforma Agrária), como também uma maior participação de agricultores nos eventos com o intuito de divulgarem suas experiências e saberes; e o grupo que defendia e se dedicava às transformações nas técnicas de produção, e que tinha o interesse de que o evento se voltasse mais ao perfil acadêmico e científico (DIAS, 2004; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A disputa interna presente nos EBAA's transparece a diferença existente entre as dimensões críticas à Revolução Verde, que Canuto (1998, p. 36) divide em duas abordagens: a clássica e a emergente. Para ele, a abordagem clássica é aquela que se encontra dentro de uma perspectiva técnica e de mercado, comportando-se de forma a deixar em segundo plano o compromisso social. Já as abordagens emergentes assumem a perspectiva do ecologismo popular, “em que as metas de combate à pobreza têm uma grande convergência com a construção de uma sociedade sustentável”.

Nesse período, a partir de uma autocrítica a respeito da abordagem difusionista<sup>63</sup> e do pouco envolvimento popular alcançado, a Rede PTA imergiu numa revisão e qualificação de sua metodologia de trabalho. A renovação epistemológica e metodológica da Rede se tornou importante para todo o Movimento Agroecológico que estava se desenhando no Brasil e se deu a partir de dois momentos: i) na incorporação do conceito de agroecologia, que já estava em construção na América Latina, a partir da participação da Rede PTA no Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável – Clades, em 1989; ii) como consequência do primeiro momento, adotou-se a metodologia dos Diagnósticos Rápidos e Participativos de Agroecossistemas – DRPAs, que passaram a fundamentar o enfoque metodológico da Rede. A atuação da Rede deixou de ser apenas direcionada às tecnologias alternativas de produção e passou a construir projetos de desenvolvimento local, levando em consideração todas as dimensões da vida do camponês (DIAS, 2004; MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Buarque (2002, p. 25) define o desenvolvimento local como:

Um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades

---

<sup>63</sup> Diz respeito a uma abordagem da extensão rural a partir da transferência de tecnologia do técnico para o agricultor, sem considerar o contexto local e o conhecimento do agricultor.

locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Saquet (2019) enfatiza a importância atribuída pela práxis da agroecologia ao **lugar**, enquanto espaço fundamental para repensar a política, o conhecimento, a identidade e o desenvolvimento; e também a importância que adquire a **dimensão territorial**, enquanto espaço de ação. Dessa forma, a agroecologia é capaz de promover um desenvolvimento territorial participativo, dialógico, solidário, ecológico e reflexivo a partir das potencialidades do lugar, e contribui para a construção de um paradigma contra-hegemônico de desenvolvimento.

Na perspectiva de contribuir para os projetos de desenvolvimento local, foi criada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA, cujo propósito era assessorar metodologicamente a Rede PTA, e hoje é referência na articulação e no desenvolvimento de projetos locais e regionais fundamentados na dimensão agroecológica no Brasil e na América Latina. A ASPTA exerce importante função na consolidação da agroecologia no Brasil, tanto com projetos de extensão nas comunidades camponesas como também no âmbito acadêmico e científico com pesquisas e divulgação de importantes obras científicas, inclusive traduzindo publicações de Miguel Altieri e Stephen Gliessman (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Outro movimento importante que é precursor do Movimento Agroecológico é protagonizado pela Articulação do Semiárido – ASA, no sentido de construir um paradigma de convivência com o semiárido brasileiro que garantisse a democratização da terra e da água, o uso sustentável dos recursos naturais e uma pesquisa e extensão rural apropriadas para o bioma da caatinga. De acordo com a Resolução da Sudene nº 107/2017, que estabelece os critérios técnicos e científicos para delimitação do semiárido brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência, a região semiárida é aquela que alcança, pelo menos, um dos seguintes critérios: precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800mm; índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano.

Historicamente esses fatores climáticos e naturais serviram como estratégia para submeter a região Nordeste à lógica capitalista, que expulsou as populações camponesas do seu território, produzindo mão de obra para a indústria crescente do Centro-Sul do

país; e para fundamentar as políticas públicas de combate à seca, que só fortaleceram a estrutura socioeconômica desigual e excludente e o estereótipo de uma região – problemática, pobre e inóspita (COHN, 1978; FERREIRA, 1993; SILVA, 2008).

A política de combate à seca surgiu oficialmente no Brasil com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) em 1909; que se transformou, em 1919, em Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS); e em 1945, em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que se fundamentava em estudos e execução de grandes obras hídricas, de transporte e de comunicação, com destaque para as obras de açudagem,<sup>64</sup> e esteve inserida num contexto que privilegiou as elites agrárias locais e regionais e de total desconhecimento e desvalorização das possibilidades de desenvolvimento próprias do semiárido e da caatinga (SILVA, 2008). No livro *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*, Ferreira (1993) diz que as relações de poder estabelecidas pelas oligarquias rurais coronelistas e a classe política entre 1877 e 1922 constroem na Paraíba uma **indústria da seca** que assume o discurso da solução do problema da estiagem para obter benefícios econômicos, políticos e eleitorais. Celso Furtado enfatiza a ineficácia da política de combate à seca ao constatar que, mesmo depois de meio século de execução de grandes obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos da seca, o número de flagelados que o governo federal teve de assistir na seca de 1958 foi duas vezes maior que em 1932 (COHN, 1978).

A partir do final da década de 1950, com o agravamento da crise regional e da pressão de diversos setores da sociedade civil organizada do Nordeste, principalmente das ligas camponesas, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e urbanos e de parte da Igreja Católica, houve uma tentativa de superar a condição de subdesenvolvimento do Nordeste a partir de um planejamento regional<sup>65</sup> (COHN, 1978; SILVA, 2008; VIDAL 2003). A contribuição intelectual e política de Celso Furtado no contexto de um Estado desenvolvimentista, liderado por Juscelino Kubitschek, fez surgir em 1959 a

---

<sup>64</sup> De acordo com Silva (2008, p. 48), várias são as críticas feitas à política de açudagem e dos projetos de irrigação na Paraíba, dentre elas estão: a açudagem vista como ineficiente, devido à grande evaporação e ao alto custo; a fragilidade da estrutura física dos pequenos e médios açudes, que se rompiam com as enxurradas e não conseguiam acumular água nos anos seguidos de seca; as falhas na função social dos açudes, que estão localizados longe das várzeas e da produção agrícola; e as áreas irrigadas permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários, que mantinham seu interesse principal na pecuária.

<sup>65</sup> Antes da criação da SUDENE, houve tentativas isoladas de inserir pautas sociais na política de combate à seca, foi o caso do projeto de José Guimarães Duque, que, em 1949, sugeriu ao DNOCS a cessão das terras circunvizinhas às grandes barragens para uma pequena agricultura irrigada, que rapidamente foi criticado e impedido pelas oligarquias rurais sertanejas (SILVA, 2008).

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE,<sup>66</sup> que assumiu que o problema da região não é a seca e sim a estrutura econômico-social da região, que amplia os efeitos da estiagem no território. Dessa forma, a solução encontrada foi econômica e se baseou principalmente na industrialização da região, no fortalecimento da capacidade monetária da população do semiárido, através do incentivo da expansão da cultura algodoeira, e na transformação da economia da faixa úmida da região no sentido de produzir e ofertar alimentos aos centros urbanos, contrariando a tradicional economia açucareira (SILVA, 2008).

No entanto, o golpe militar em 1964 transformou a SUDENE em mais um canal de desenvolvimento das grandes empresas nacionais e internacionais atraídas pelos incentivos oferecidos pelo governo, que, a partir de inúmeros programas e projetos, estruturou polos de desenvolvimento industrial e de irrigação da produção agrícola dos latifúndios. A modernização agrícola do semiárido aumentou o abismo social da região, pois concentrou ainda mais a terra e a renda, bem como manteve a dependência em relação a produtos vindos do Sudeste e do Sul do Brasil (SILVA, 2008; VIDAL, 2003).

A ocupação da SUDENE em março de 1993, no Recife, e a divulgação da Declaração do Semiárido<sup>67</sup> durante a Conferência das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação – COP3, ocorrida também no Recife, em 1999, foram marcos históricos para o início da mudança política, inclusive relacionada às políticas públicas para o semiárido. Foi neste contexto que surgiram a Articulação do Semiárido – ASA<sup>68</sup> e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA<sup>69</sup>, instalado em Campina Grande-PB, pioneiros na discussão sobre a necessidade de convivência com o semiárido (SILVA, 2008).

A ASA, que hoje mobiliza mais de 3.000 organizações em 10 estados brasileiros, se define como uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de

---

<sup>66</sup> A lei de criação da SUDENE é de 15 de dezembro de 1959. O novo órgão passou a funcionar em março de 1960 e teve seu primeiro plano quinquenal implementado em dezembro de 1961. É importante destacar que a Superintendência surgiu a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que, sob a coordenação de Celso Furtado, elaborou o documento intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, suporte teórico para a intervenção planejada na região Nordeste (COHN, 1978; VIDAL, 2003).

<sup>67</sup> Redigida por movimentos sociais e ONGs, afirmava que a convivência com as condições naturais do semiárido era possível.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>.

<sup>69</sup> O INSA foi criado pela Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004, como unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do então Ministério da Ciência e Tecnologia, (MCT), na forma do disposto no Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006. Sua missão é viabilizar soluções interinstitucionais para a realização de ações de pesquisa, formação, difusão e formulação de políticas para a convivência sustentável do semiárido brasileiro, a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região. Disponível em: <https://portal.insa.gov.br/sobre-o-insa>.

políticas públicas, o projeto político da convivência com o semiárido. As ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região. A proposta de convivência com o semiárido perpassa um processo de aprendizagem social amplo, de resgate de conhecimento popular e auto-organização das comunidades, tendo como marco histórico o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas, conhecido como P1MC, e o Programa uma Terra e duas Águas, o P1+2,<sup>70</sup> desenvolvidos pela ASA, com o apoio do Ministério da Cidadania. Os referidos programas propiciaram autonomia hídrica para consumo humano, animal e para produção na região.

Nessa perspectiva, a territorialização da agroecologia no semiárido se dá a partir da conquista da terra e da segurança hídrica das comunidades e vem avançando a partir de programas, projetos e metodologias que visam contribuir para o processo de segurança e soberania alimentar a partir de uma base técnica e metodológica da produção diversificada, que se utiliza de insumos locais e tecnologias sociais, do resgate de raças nativas para criação animal e também de processos organizativos, educativos e políticos que fomentam autonomia e protagonismo dos camponeses no território.

Dessa forma, os princípios do Movimento Agroecológico são firmados no Brasil e reúnem tanto debates técnicos sobre a agricultura orgânica quanto pautas sociais dos movimentos populares. A práxis agroecológica no Brasil articula o conhecimento científico e o conhecimento popular, numa dimensão política de transformação territorial, tornando-se um guarda-chuva que abriga também as reivindicações dos consumidores urbanos por alimentação saudável.

### 2.1.1 A Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA

A articulação nacional das experiências e das redes agroecológicas começou a se desenhar no Brasil depois do I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia,

---

<sup>70</sup> Os projetos da ASA, sobretudo o P1MC e o P1 + 2, representam uma verdadeira transformação na qualidade de vida das famílias camponesas do semiárido brasileiro, atestada com inúmeros prêmios nacionais e internacionais, como: o Prêmio Super Ecologia (2002); Prêmio Funasa (2003); Prêmio Objetivos do Milênio – ODM Brasil (2005); Prêmio ANA (2006); 14<sup>ª</sup> Prêmio Cristina Tavares (2008, 2009, 2010, 2012); Prêmio Desafio das Águas (2008, 2009); 1<sup>ª</sup> Edição do Prêmio Josué de Castro (2008); Prêmio Sementes (2009); Prêmio Direitos Humanos (2010); o Prêmio Prata de Política para o Futuro (2017). Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/premios#categoria\\_img](https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/premios#categoria_img).

mobilizado pela ASPTA e pela Embrapa Agrobiologia, que aconteceu em 1999, no Rio de Janeiro; e do Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, promovido pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e pelo Fórum Nacional de Reforma Agrária, que também aconteceu em 1999. Como proposta dos eventos, estava a realização de um grande encontro nacional “capaz de reunir um conjunto amplo de experiências e organizações envolvidas na promoção da agroecologia no Brasil” (MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 65).

O I Encontro Nacional de Agroecologia – ENA aconteceu em 2002, no Rio de Janeiro, e reuniu 1.100 pessoas, sendo 70% do público composto de camponeses e camponesas que desenvolviam experiências agroecológicas. A articulação prévia realizada pelas redes locais e regionais de agroecologia junto aos camponeses foi de suma importância para privilegiar a participação de agricultores e comunidades tradicionais. Torna-se importante destacar a presença, na plenária final do Encontro, de José Graziano da Silva, representando a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à presidente da República. O representante do então candidato se comprometeu em abrir espaços de diálogo com o Movimento e assumiu algumas pautas para o governo. A Articulação Nacional de Agroecologia – ANA surgiu, portanto, como encaminhamento do I ENA (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A Articulação Nacional de Agroecologia – ANA se tornou um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula 23 redes estaduais e regionais que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de 15 movimentos sociais de abrangência nacional. Entre as redes e os movimentos sociais que compõem a ANA estão: a Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Articulação do Semiárido – ASA; o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST; o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FRETAF; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; a Rede Cerrado e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental.<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Informações retiradas do site da ANA. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>  
Acesso em: 01 nov. 2020.

A ANA já realizou, desde a sua constituição em 2002, quatro Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs (Rio de Janeiro-RJ, 2002; Recife-PE, 2006; Juazeiro-BA, 2014; e Belo Horizonte-MG, 2018). Esses encontros nacionais constituem o principal fórum de discussão e decisão das estratégias políticas da ANA. Os ENASs são:

Oportunidades para realização de análises e sínteses coletivas sobre os avanços e desafios do campo agroecológico no país, têm assumido um papel de destaque na afirmação política de um conjunto de segmentos da sociedade identificados com o paradigma agroecológico que se constrói de forma descentralizada em todo o Brasil. (ANA, 2015, p. 7).

Cabe destacar a atuação da ANA na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF.

A Associação Brasileira de Agroecologia – ABA é outro importante espaço de articulação do movimento e surgiu em 2004, no II Congresso de Agroecologia – CBA, como um espaço de discussão e construção do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico. A ABA reúne profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento com o objetivo de divulgar e apoiar ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico em eventos e publicações que mantenham um diálogo constante com a academia e com a sociedade em geral (MOURA, 2017).

A ABA possui oito grupos de trabalho (GTs), que mantêm atividades permanentes junto à Associação, que são: GT Agrotóxicos e Transgênicos; GT Campesinato e Soberania Alimentar; GT Construção do Conhecimento Agroecológico; GT Cultura e Comunicação; GT Educação em Agroecologia; GT Gênero; GT Juventudes; e GT Saúde.

A ABA é responsável pela realização do Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA, que já possui onze edições, e pelas publicações mais importantes sobre a temática de agroecologia no país, que são os Cadernos de Agroecologia e a Revista Brasileira de Agroecologia. É importante destacar que a ABA faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e também atua na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF,

no Fórum de Agroecologia da Embrapa, na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e na Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia - SOCLA.<sup>72</sup>

Desta forma a ANA e a ABA constituem os dois espaços nacionais mais importantes de articulação política e construção do conhecimento agroecológico.

## **2.2 As políticas públicas de apoio à agroecologia no Brasil: panorama e desafios**

É notório que existe uma lógica dominante no incentivo à agricultura industrial no Brasil por meio das políticas públicas, constatada facilmente ao se comparar os planos de investimento para o agronegócio em detrimento dos planos safras para a agricultura familiar. Contudo houve, no Brasil, experiências importantes de políticas públicas de apoio à produção camponesa e agroecológica nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, as quais Caporal e Petersen (2012) definem como “nichos de inovação política”. Tais políticas reconhecem a agroecologia como uma alternativa de reprodução da classe camponesa, implantada pelas organizações de base e pelos movimentos sociais e defendida e articulada principalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, capaz de contribuir com a meta de acabar com a fome no Brasil.

Um Estado nacional é o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo; e governo é um conjunto de programas e projetos que desempenham as funções do Estado por um determinado período. É impossível pensar o Estado fora de um projeto político e de uma teoria social como um todo, e assim as políticas públicas assumem diferentes posicionamentos de acordo com as concepções ideológicas de Estado (HÖFLING, 2001). As políticas públicas são ações do governo que repercutem diretamente na sociedade e, por isso, ao se estudar as políticas públicas, “precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p. 6). “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26). Por essa razão, a ciência geográfica parece privilegiada ao investigar as políticas públicas, justamente por ter o espaço geográfico como objeto de estudo.

---

<sup>72</sup> Informações retiradas do site da ABA. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

Na concepção liberal, o Estado e suas políticas públicas de governo se fundamentam no individualismo e defendem a iniciativa individual como base da atividade econômica. Nesse caso, o Estado é mero “promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados, chamando atenção para os riscos decorrentes da intervenção estatal nas esferas da vida em sociedade”. Para os neoliberais, “as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento (...)” (HÖFLING, 2001, p. 37).

O papel que cabe ao Estado moderno é o de “regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital”, ou seja, é mediador da luta de classes. E as políticas públicas sociais são justamente as ações de proteção em relação às desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo, bem como uma forma de conter as reivindicações da classe trabalhadora (OFFE, *apud* HÖFLING, 2001, p. 37). O intuito é o de preservar o bem-estar social para que as relações inerentes ao modo de produção capitalista continuem a acontecer (por exemplo, deve assegurar as condições materiais de reprodução social da força de trabalho).

Nessa perspectiva, as políticas públicas são instrumentos de territorialização e espacialização, pois o Estado possui importância fundamental como agente orientador e disciplinador da produção do espaço e do território (HAESBAERT, 2004, 2005). No que diz respeito à territorialização do espaço agrário brasileiro, historicamente o Estado nacional foi mediador do processo de acumulação capitalista desde a monopolização do acesso à terra até o processo da modernização conservadora, que direcionou recursos e políticas públicas em favor de uma elite agrária e uma burguesia industrial em detrimento da classe camponesa produtora de alimentos, que abastece o país.

Com a redemocratização do Brasil e a elaboração da Constituição de 1988, institucionalizou-se uma série de direitos sociais e garantiu-se a democracia como o princípio básico da ação política nacional, o que abriu a possibilidade de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, mesmo que parcial. De acordo com Silva (2013, p. 20), dois fatores foram essenciais nesse processo: a descentralização política, que resultou em maior importância para os poderes administrativos locais (estaduais e municipais) na operacionalização de políticas públicas nacionais; e a introdução de mecanismos institucionais de participação social na definição das ações governamentais nas diferentes esferas administrativas.

Nesta perspectiva, as organizações sociais passam a ter um papel fundamental no processo de descentralização das estruturas de poder do Estado no Brasil e no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas nacionais, tanto diretamente como por meio de suas organizações representativas. “A participação social passou a ser considerada um dos elementos fundamentais do projeto de ressignificação do conceito de público na organização política do país” (MILANI, 2008 *apud* SILVA 2013, p. 25).

A partir de 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República, ampliaram-se, no Brasil, os espaços de diálogo com a sociedade civil organizada, o que garantiu a ampliação e a construção, sem precedentes, de políticas públicas voltadas às populações camponesas e tradicionais e à transição agroecológica. Durante os mandatos dos governos federais do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), o Movimento Agroecológico se inseriu em duas grandes políticas que foram: a estratégia de combate à fome; e a política de desenvolvimento territorial rural e da cidadania, ambas fundamentadas em ampla participação da sociedade civil nas ações do governo.

A incorporação da abordagem territorial na formulação e implantação de políticas públicas “auxilia no entendimento dos fenômenos sociais, contextos institucionais e cenários ambientais nos quais ocorrerá a intervenção desejada, de maneira a propiciar meios mais acurados para a definição de diagnósticos e o alcance de metas, parcerias necessárias e instrumentos de implementação” (SILVA, 2013, p. 18). Saquet e Spósito (2008, p. 15-16) nos dizem que, ao se pensar numa perspectiva de desenvolvimento que concilie a produção de mercadorias com a recuperação e conservação do ambiente, valorizando o lugar, é necessário assumir uma abordagem que envolva:

A organização política e o envolvimento dos sujeitos, a formação/educação, o planejamento e a gestão, as redes de cooperação, a valorização das identidades, entre outros processos, [que] são fundamentais na redefinição da produção e de outros aspectos da vida cotidiana, numa concepção de desenvolvimento que envolve, necessariamente, o rearranjo das relações de poder.

Fundamentada nesses preceitos, a política de desenvolvimento territorial foi implantada no Brasil, em 2003, pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e se tornou um modelo de gestão de políticas públicas descentralizadas e participativas. Dessa forma, a partir da abordagem territorial, o Brasil foi regionalizado em territórios rurais inseridos no

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e, posteriormente, em territórios da cidadania, inseridos no Programa Territórios da Cidadania – PTC, sob coordenação da Casa Civil, e que reunia um conjunto de ministérios, ampliando o orçamento e priorizando ações ajustadas às demandas de cada território (SILVA, 2013).

Caniello (2016) aponta uma mudança importante na renda e na qualidade de vida da população brasileira, sobretudo de grupos tradicionalmente excluídos – negros, analfabetos, camponeses e nordestinos, a partir da política territorial. A partir de dados do MDA, Caniello (2016, p. 310) afirma que há 120 Territórios da Cidadania no Brasil:

Abrangendo 1.852 municípios, os quais abrigam 46% da população rural brasileira, isto é, 13 milhões de pessoas. Segundo o MDA, em 2011, o programa beneficiava cerca de dois milhões de agricultores familiares (46% do total), 525 mil famílias de assentados da Reforma Agrária (67%), 210 mil pescadores (54%), 810 comunidades quilombolas (66%) e 317 terras indígenas (52%). A região Nordeste possui cinquenta e seis territórios (47% do total); o Norte, vinte e sete (23%); o Sudeste, quinze (13%); o Centro-Oeste, doze (10%); e o Sul, dez (8%). Entre 2003 e 2015, foram financiados 8.149 projetos de investimento em infraestruturas produtivas, empregando um total de R\$ 2,327 bilhões em recursos do Governo Federal.

A participação popular na política territorial e demais políticas iniciadas em 2003 acontecia por meio de conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, orçamentos participativos, etc. Esses espaços “se concretizaram como instituições participativas, formalmente organizadas e vinculadas à estrutura de Estado, que definem formas variadas de incorporação de cidadãos na deliberação de políticas públicas, principalmente, por meio de suas organizações representativas” (AVRITZER, 2010 *apud* SILVA 2013, p. 26).

Teixeira (2002) destaca a importância da presença da sociedade civil nos espaços de disputa de poder político, sendo esse o diferencial na construção e implementação das políticas voltadas para as questões sociais nos últimos anos. Nesse sentido, os Conselhos, nas suas diferentes esferas (nacional, estadual ou municipal), são ligados ao Poder Executivo e compostos por representantes do poder público e de organizações da sociedade civil, podendo ser de natureza consultiva ou deliberativa, “e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas” (IPEA, 2012, p. 9). De acordo com Behring e Boschetti (2011), os Conselhos aproximam a população e suas organizações locais da implementação efetiva de políticas públicas, o

que propicia um maior equilíbrio de poder entre os atores públicos e privados envolvidos nas ações governamentais.

Os Conselhos tomaram força no Brasil a partir de 2003, no primeiro governo do presidente Lula,<sup>73</sup> o que refletia o seu posicionamento ideológico pautado numa gestão mais democrática e com maior participação da sociedade civil organizada. Destacamos, no âmbito da ampliação das instâncias de participação popular, que incidiu diretamente na dinâmica da agroecologia no Brasil, a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA<sup>74</sup> e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF (MONTEIRO; LONDRES, 2017; MOURA, 2017).

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA<sup>75</sup> foi reativado em 2003, integrando-se ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

---

<sup>73</sup> Principais conselhos instalados ou aperfeiçoados pelos governos de Lula: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Conselho Nacional de Economia Solidária; Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais; Comissão Nacional de Política Indigenista; Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Conselho Nacional da Previdência Social; Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Conselho Nacional de Saúde; Conselho Nacional de Turismo; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil; Conselho Nacional do Meio Ambiente; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca; Conselho Nacional de Segurança Pública; Conselho das Cidades; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; Conselho Nacional de Juventude; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>74</sup> O CONSEA foi criado em 1993, no governo de Itamar Franco, foi suspenso durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e reativado em 2003, no governo de Lula, com o objetivo de contribuir com a Política de Combate à Fome no Brasil e com o Programa Fome Zero. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o CONSEA, através da Medida Provisória nº 870, de 2019, que reorganiza os ministérios e outros órgãos do Poder Executivo.

<sup>75</sup> No último mandato (2017-2019), as seguintes instituições da sociedade civil faziam parte do CONSEA: Agentes de Pastoral Negros (APN), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Cáritas Brasileira, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (Articulação Sul), Comitê da Ação da Cidadania, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA), Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Engajamundo, Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Goiás (Fetraf-GO), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf), Força Sindical, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos

Nutricional – SISAN. O CONSEA conduziu um trabalho histórico a partir de políticas públicas para erradicação da fome no Brasil, com destaque para o Programa Fome Zero,<sup>76</sup> que tirou o Brasil do mapa da fome em 2014<sup>77</sup> (FAO, 2014). De acordo com o art. 2º do Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003, competia ao CONSEA propor e pronunciar-se sobre:

I - as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem implementadas pelo Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e pelos demais órgãos e entidades executores daquela política;

II - os projetos e ações prioritárias da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem incluídos no Plano Plurianual de Governo;

III - as formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo indicações de prioridade; e

IV - a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2003).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN surgiu em cumprimento à determinação legal instituída pela Lei nº 11.346/06, de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, no intuito de reunir um conjunto de programas e ações para garantir a segurança alimentar e nutricional de forma mais eficaz. Entre as diretrizes da PNSAN está a que propõe que as ações e os programas sejam organizados de forma a estruturar sistemas justos de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos, de base agroecológica e sustentáveis.

---

Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), Instituto Alana, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Maniva, Instituto Pólis, Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MTTR-NE), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), ONG Banco de Alimentos, Pastoral da Criança, Rede Amazônia Negra, Rede Brasileira de Infância e Consumo (Rebrinc), Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas), Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (Fian Brasil), Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), Rede IBFAN, Rede FALE, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Via Campesina e Visão Mundial.

<sup>76</sup> Os consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local – CONSADs atuavam como arranjos territoriais que articulavam o poder público e a sociedade civil dos municípios, tendo como principais instrumentos as políticas governamentais em torno da temática da segurança alimentar e nutricional no país (SILVA, 2013).

<sup>77</sup> De 2002 a 2013, caiu em 82% a população de brasileiros considerados em situação de subalimentação. A redução estava incluída entre os *Objetivos do Milênio* da Organização das Nações Unidas – ONU e fez com que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO indicasse a política adotada pelo país como exemplo a ser seguido no tema (FAO, 2014).

Foi nesse contexto que o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, por meio da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que se tornou uma das ações estratégicas do Programa Fome Zero. O PAA estabeleceu a compra de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para doação, merenda escolar ou formação de estoques. Suas diretrizes foram definidas no CONSEA e se referiam a dois pontos básicos: i) aquisição de alimentos diretamente ao segmento familiar; e ii) disponibilização desta oferta de alimentos para atender, de diferentes formas, à demanda adicional por alimentos criada pelas subvenções ao consumo do programa Fome Zero. O PAA é o:

(...) primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluídas aqui as categorias de assentados da Reforma Agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas. (GRISA; PORTO, 2015, p. 163).

Outro exemplo de mercado institucional que favorece a compra diretamente do campesinato é o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Criado no final dos anos 1970, historicamente atendeu principalmente aos interesses da indústria alimentícia, por meio da compra de alimentos industrializados, ofertados por um número restrito de empresas, cuja estrutura operacional apresentava várias distorções:

Sistemas complexos de fornecimento e armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da alimentação escolar, cardápios nacionais padronizados, desconsiderando a diversidade alimentar regional, os deslocamentos e afastamentos entre a esfera da produção e do consumo, o distanciamento da origem rural da alimentação com o produto final consumido nas escolas, etc. (SPINELLI; CANESQUI, 2002 *apud* GRISA; PORTO, 2015, p. 162).

A compra de produtos para alimentação escolar passou por uma importante mudança institucional em 2009, após a Lei nº 11.947/2009,<sup>78</sup> do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, a qual, no artigo 14,

---

<sup>78</sup> Existem dois Projetos de Lei, o PL 3.292/2020, do deputado Vitor Hugo do PSL/GO; e o PL 4.195/2012, do deputado Afonso Hamm (PP/RS), que propõem alterar a Lei nº 11.947/2009. As propostas diminuem a autonomia da escola para compra de produtos de fornecedores locais, retiram a prioridade para a aquisição de alimentos das comunidades indígenas e remanescentes de quilombos e como consequência abrem precedente para uma reserva de mercado para o agronegócio.

obriga que 30% da alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar, priorizando áreas de assentamentos rurais e a produção orgânica.

Desde 2010, o PAA e o PNAE incentivam diretamente a transição agroecológica no Brasil, pois a legislação prevê um acréscimo de 30% no valor pago para produtos orgânicos ou agroecológicos,<sup>79</sup> sendo ambos os programas uma garantia de venda dos produtos da classe camponesa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF<sup>80</sup> foi instituído pelo Decreto Presidencial n° 4.854, de 8 de outubro de 2003, como uma reestruturação do antigo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).<sup>81</sup> De acordo com o regimento interno do CONDRAF, que era vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o objetivo do Conselho era propor diretrizes para formulação e implantação de políticas públicas tendo como foco o desenvolvimento rural sustentável e solidário, a Reforma Agrária e a agricultura familiar, visando especialmente:

- I – superar a pobreza por meio da geração de trabalho e renda, com ênfase no acesso à terra e no fortalecimento da agricultura familiar e preservação dos biomas;
- II – superar as desigualdades de renda, gênero e etnia, inclusive as desigualdades regionais;
- III – subsidiar a formulação de políticas públicas estruturantes, com base nos objetivos e nas metas referentes à Reforma Agrária, ao reordenamento fundiário, à agricultura familiar e às demais políticas

---

<sup>79</sup> A legislação que garante esse benefício é a Nota Técnica da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura NT/COAGRE n° 22/2010, de 2 de junho de 2010.

<sup>80</sup> Até 2018, as seguintes instituições da sociedade civil faziam parte do CONDRAF: Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil – CONAF; Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – CONAFER; Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONFETRAF; Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas – CONAQ; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE; Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA; Pastoral da Juventude Rural – PJR; União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil - Agricultura Familiar – ARCAFAR-Sul; Articulação Nacional de Agroecologia – ANA; Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FAZER; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA; Rede Cerrado; Grupo de Trabalho Amazônico –GTA; e Rede de ONG da Mata Atlântica.

<sup>81</sup> Como principais mudanças na reformulação do Conselho, podemos elencar a paridade entre representantes da sociedade civil e do governo, e a ampliação da finalidade do Conselho, que, além de elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, passa a acompanhar o desempenho de seus programas e estimular e orientar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (IPEA, 2012).

públicas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável e solidário;

IV – propor estratégias de acompanhamento e monitoramento, avaliação e participação no processo deliberativo das diretrizes e dos procedimentos das políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável;

V - acompanhar, monitorar e propor a adequação de políticas públicas federais às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento sustentável e solidário das regiões rurais;

VI - adotar instrumentos de participação e controle social nas fases de planejamento e execução de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento rural sustentável e solidário;

VII - promover a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por meio da orientação e do apoio aos órgãos congêneres e aos conselhos de desenvolvimento rural das esferas públicas municipais, estaduais e distrital;

VIII - acompanhar, monitorar e propor a adequação de políticas públicas federais às necessidades da Reforma Agrária, da reordenação fundiária, da agricultura familiar e da assistência técnica e extensão rural - ATER;

IX - no que se refere à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER:

a) indicar os representantes do Conselho Assessor Nacional especificados nos incisos XXX a XXXVI do § 1º do art. 5º do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014;

b) apresentar sugestões para a definição dos serviços a serem contratados e para a elaboração do contrato de gestão que a ANATER firmará com os órgãos públicos, privados e organizações da sociedade civil para atender o público a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; e

c) acompanhar e propor ações que ampliem o desempenho da ANATER no que se refere a sua atuação junto ao público da agricultura familiar;

X - propor a edição de atos normativos, elaboração e alterações da legislação relacionados ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, à reforma agrária, ao reordenamento fundiário e à agricultura familiar;

XI - coordenar a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - CNATER, em conformidade com o disposto no *caput* do art. 8º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010; e

XII - coordenar em conjunto com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS (BRASIL, 2004).

A discussão da pauta específica da agroecologia dentro do CONDRAF acontecia no Comitê de Agroecologia, que tinha a função de elaborar propostas para submeter ao Plenário do Conselho. O CONDRAF contribuiu bastante, assim como o CONSEA, para a construção da Política Nacional de Agroecologia.

Outra importante conquista do Movimento Agroecológico dentro da conjuntura das políticas públicas foi a ampliação das linhas de crédito do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), especificamente para a agroecologia, a produção orgânica, o semiárido e a conservação ambiental (PRONAF Agroecologia/ PRONAF Semiárido/ PRONAF Florestal). Com essas linhas, o PRONAF passou a financiar a agroecologia em toda a sua complexidade (BIANCHINI, 2015). Contudo, ainda são poucos os acessos ao PRONAF Agroecologia, e isso se dá principalmente pelas dificuldades dos agentes financeiros para operacionalizar esses créditos. Dessa forma, “o aprimoramento dos mecanismos do PRONAF permanece como um desafio para as organizações da sociedade civil empenhadas no aumento de escala e na generalização dos sistemas agroecológicos” (WEID, 2006, p. 20). Ao consultar os valores sobre o acesso ao PRONAF Agroecologia no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil, entre os anos de 2013 e 2017,<sup>82</sup> constatamos que realmente é um dos subprogramas menos acessados, tendo sido beneficiados 663 projetos de investimento e nenhum de custeio, enquanto que o quantitativo geral do PRONAF apoiou 5.473.021 projetos de investimento e 2.689.901 projetos de custeio no mesmo período.

Essa é uma reflexão política importante de ser ressaltada, pois o apoio financeiro à agricultura familiar via PRONAF, mesmo sendo bastante importante para a reprodução camponesa, não está voltado para uma agricultura sustentável ou para a emancipação da classe camponesa em relação ao agronegócio, visto que a maior parte desse apoio está voltada principalmente para a mecanização e o consumo de agrotóxicos e para integração do agricultor às cadeias produtivas das *commodities* dominadas por corporações transnacionais (CAPORAL; PETERSEN, 2012; WEID, 2006).

A partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se o processo de ruptura dos diálogos estabelecidos entre os movimentos sociais e o Estado, bem como o desmonte ou a diminuição no orçamento das políticas públicas descritas. Segundo reportagem do Brasil de Fato,<sup>83</sup> no Projeto de Lei Orçamentária de 2018, do governo de Michel Temer, a política de Reforma Agrária sofreu um corte orçamentário de 95% e outras políticas públicas relacionadas às pautas camponesas e das comunidades tradicionais também sofreram cortes severos. **A Figura 1 - Cortes orçamentários no ano de 2018** - que apresentamos a seguir, foi retirada da referida reportagem:

---

<sup>82</sup> Pesquisa realizada em agosto de 2017 no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil: Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/ptbr/#!/r/micrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcProgSubProgI.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Programa,%20Subprograma%20e%20IF%20exibparametros=true&botoesExportar=true/>.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/05/relatorio-aponta-reducao-de-95-no-orcamento-de-temer-para-a-reforma-agraria>.

**Figura 1** - Cortes orçamentários no ano de 2018



Fonte: Jornal *Brasil de Fato*, 2017.

A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, expedida pelo Presidente em exercício Michel Temer, alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, transferindo suas competências para Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, e também para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Dessa forma, iniciou-se o processo de enfraquecimento das instâncias participativas de políticas públicas, retirando a condição deliberativa e impedindo a realização das Conferências, que tinham o papel de discutir a prioridade em relação às políticas públicas nos territórios e levá-las ao Poder Executivo.

Em 2017, a Política de Desenvolvimento Territorial (Territórios Rurais e da Cidadania) e todas as suas ações nos territórios, que dependiam dos recursos e da estrutura do MDA, também desapareceram. Dessa forma:

O golpe de Estado sofrido pelo Governo da Presidenta Dilma veio interromper de forma violenta a trajetória da política de desenvolvimento territorial, seja pela decisão do governo interino de extinguir o MDA, seja, sobretudo, por afetar profundamente a estratégia de desenvolvimento territorial ao atentar contra o estado democrático

de direito, que é um pressuposto básico do desenvolvimento sustentável com participação social. (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 1).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 92% das famílias agricultoras do semiárido nordestino estavam sem acesso ao serviço de ATER/ATES devido à diminuição dos recursos para essa política (FORTINI, 2020). Visto que os agricultores que recebem os serviços de ATER produzem quase quatro vezes mais do que agricultores desassistidos (SANTOS; BARBOSA, 2018), isso implica dizer que a pobreza rural e a migração para às cidade tendem a aumentar na atual conjuntura política.

O desmonte dos instrumentos e das políticas públicas se intensificou em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República. A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, responsável pelo programa Fome Zero; e o Decreto nº 9.759, de 2019, eliminou por completo a participação popular na tomada de decisões do Governo federal, através da extinção dos Colegiados e Conselhos, inclusive do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Com a Medida Provisória nº 870, de 2019, que reorganizou os ministérios e outros órgãos do Poder Executivo, foram anexados ao MAPA a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca – SEAP e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Essa mudança subordinou a política fundiária e os serviços de proteção ambiental ao espaço de controle do agronegócio, o que se significou, por exemplo, uma diminuição drástica no número de superintendências do INCRA e a paralisação de todas as políticas públicas voltadas à classe camponesa e aos povos e comunidades tradicionais. Um exemplo emblemático foi a paralisação da Reforma Agrária no país, que já vinha sendo feita de forma precária.

A existência de dois planos de desenvolvimento para a agricultura brasileira explicitava uma disputa por políticas públicas entre o agronegócio e a agricultura familiar, e representava uma conquista das lutas e reivindicações dos movimentos sociais e da classe camponesa. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e o Plano Agrícola e Pecuário representam o interesse do agronegócio e estão vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA<sup>84</sup> e ao Plano Safra, vinculado ao extinto MDA, que implementou demandas históricas da classe camponesa.

---

<sup>84</sup> De acordo com Fernandes (2015, p. 385), o MAPA é o Ministério que representa os interesses do latifúndio e do agronegócio e definiu sozinho as políticas agrárias por mais de um século. Já o MDA foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar brasileira.

Toda a política construída com o objetivo de estruturar um modelo sustentável e justo para a agricultura camponesa foi destruída e, mais uma vez, o público da agricultura familiar é enquadrado como potencial para o agronegócio. Nessa perspectiva, entendemos que qualquer política que pressuponha transformações na governança da sociedade e transformações estruturais no espaço agrário brasileiro se dá de forma frágil, sobretudo numa nação conservadora como é o caso do Brasil, pois ameaça os interesses oligárquicos ao gerar novas referências de valores, convívio social e desenvolvimento.

### 2.2.1 Da Lei dos Orgânicos à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO se fundamenta legalmente na Lei nº 10.831, de 24 dezembro de 2003, conhecida como Lei dos Orgânicos; no Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007; e nas suas Instruções Normativas, que instituem as normas de produção e comercialização orgânica no país. De acordo com o artigo 1º da Lei dos Orgânicos:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

Ainda de acordo com a Lei nº 10.831, é considerado sistema orgânico de produção todo aquele que abrange as denominações: ecológico; biodinâmico; natural; regenerativo; biológico; agroecológico; e permacultura. Para sua comercialização, os produtos orgânicos devem ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento (BRASIL, 2003).

O Decreto nº 6.323, a Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, e a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009, criam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISOrg para garantir a qualidade dos produtos agroecológicos e orgânicos do Brasil. Essas legislações aglutinam interesses de diferentes

segmentos: dos grandes produtores de orgânicos e empresas certificadoras, que visam principalmente acessar as grandes redes varejistas e o mercado internacional cada vez mais crescente;<sup>85</sup> e das organizações de apoio à agricultura camponesa de base agroecológica, preocupadas em ampliar uma transição agroecológica e em garantir o direito de vender a sua produção orgânica em feiras e mercados locais, sem ter que pagar os altos custos da certificação por auditoria.

Dessa forma, o SISOrg possibilita a garantia da qualidade orgânica por três mecanismos distintos: (1) por auditoria, ou seja, a certificação tradicional realizada por empresas especializadas,<sup>86</sup> denominadas na legislação de Organismo de Avaliação da Conformidade – OAC; (2) por meio do Sistema Participativo de Garantia – o SPG, formado por consumidores, produtores e assistência técnica, que tem o objetivo de certificar os produtos orgânicos de forma participativa, sem o intermédio das empresas. Neste caso, a entidade responsável pela certificação é denominada na legislação de Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica – OPAC; e (3) por empreendimentos de venda direta da produção aos consumidores, como exemplo estão as Feiras Agroecológicas, não necessitando de certificação. Neste caso, é a própria entidade que produz e comercializa, geralmente uma associação ou cooperativa, a responsável pela procedência e qualidade dos produtos, sendo denominada pela legislação de Organismo de Controle Social – OCS.

Após cumpridas as exigências dos instrumentos legais, tanto os produtos certificados por auditoria quanto os produtos certificados pelo SPG recebem um selo emitido pelo Ministério da Agricultura, além do selo da empresa ou organização que auditou a unidade produtiva. Já as organizações de agricultores que fazem a comercialização diretamente ao consumidor e são isentas de certificação, após o cadastro na Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/ MAPA,

---

<sup>85</sup> O mercado de orgânicos é considerado um dos ramos de maior crescimento do agronegócio, que se utiliza da falácia da economia verde ancorada no discurso do desenvolvimento sustentável para acessar uma classe de consumidores com poder de compra elevado e que se preocupa com maiores níveis de segurança e saúde e menores impactos ambientais. De acordo com o IPEA (2019), a produção e o consumo de produtos orgânicos no mundo têm crescido anualmente mais de 11%, tendo uma perspectiva ainda maior de crescimento da produção para suprir a procura dos consumidores.

<sup>86</sup> No Brasil, as certificadoras precisam estar registradas no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. As certificadoras autorizadas a funcionar no Brasil são: Instituto Biodinâmico de Certificações – IBD; Ecocert Certificadora LTDA; IMO CONTROL do Brasil; Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR; Organização Internacional Agropecuária – OIA; Instituto Nacional de Tecnologia – INT; Instituto Mineiro de Agropecuária; KIWA BCS ÖKO-GARANTIE DO BRASIL LTDA; Savassi Certificação de Serviços Administrativos Ltda; e QS DO BRASIL LTDA.

recebem a Declaração de Cadastro de OCS, e o agricultor recebe a Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS. Todos os grupos e agricultores certificados pelo SISOrg constam no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. A seguir, estão a **Figura 2 - Selo SISOrg por auditoria**, a **Figura 3 - Selo SISOrg por SPG** e a **Figura 4 - Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS**:

**Figura 2 - Selo SISOrg por auditoria**



Fonte: <https://ciorganicos.com.br/>

**Figura 3 - Selo SISOrg por SPG**



Fonte: <https://ciorganicos.com.br/>

**Figura 4 - Declaração de Cadastro de Produtor vinculado a OCS**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA PARAÍBA – SFA/PB  
DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG/SFA-PB

Nº 021690

**Declaração de Cadastro de Produtor  
Vinculado a OCS**

Declaro para os devidos fins que, [REDACTED] CPF [REDACTED] estabelecida na zona rural do Município de Sapé - PB, é produtora familiar orgânica, cadastrada nesta Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário/SFA-PB, sob número 021690, vinculada a OCS – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS AGROECOLÓGICOS DA VARZEA PARAIBANA - ECOVARZEA, estando autorizada a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Cabedelo - Pb, 05 de junho de 2018

[Assinatura]

Chefe da DPDAG/SFA-PB

Fonte: Acervo da autora.

Segundo Fonseca (2009), o Brasil é o país pioneiro em regulamentar os Sistemas Participativos de Garantia. A inclusão do SPG e a dispensa de certificação para venda direta no SISOrg foi mais uma conquista do Movimento Agroecológico, visto que o alto custo da certificação por auditoria impedia que os camponeses acessassem o mercado dos orgânicos e, com isso, utilizassem a denominação orgânicos ou agroecológicos em sua comercialização. Na perspectiva de superar o desafio, foi criado o Grupo de Agricultura Orgânica – GAO, também durante o I Encontro Nacional de Agroecologia – ENA em 2002, para elaborar a proposta de um sistema de certificação participativa, pois as normas de acreditação orgânica no Brasil, até o momento, não reconheciam essa metodologia.<sup>87</sup>

<sup>87</sup> As normas de certificação orgânica no Brasil, até 2007, obedeciam apenas às normas internacionais da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica – IFOAM, padronizadas pelo Guia ISO 65 (FONSECA, 2009a, 2009b).

De acordo com Padilla (2008, p. 72), os principais elementos nos quais os Sistemas Participativos de Garantia se fundamentam são:

- 1) Confianza: Parte del principio de que tanto la producción, como el consumo y la parte técnica desarrollan sus acciones de forma responsable y honesta, con el objetivo de potenciar la Agroecología;
- 2) Participación: Demuestra que la garantía se puede llevar a cabo de forma participativa, esto es, los principios y normas construidos colectivamente pueden ser puestos en práctica y verificados con la implicación efectiva de la producción y sus organizaciones, la parte técnica y las organizaciones locales y regionales de asesoría y consumo;
- 3) Descentralización: Respeta y prioriza las iniciativas y estructuras locales, respetando la organización social de base de cada zona o grupo;
- 4) Formación de red: son procesos sin jerarquías, que buscan establecer conexiones entre los distintos actores de un territorio, a través de directrices y principios comunes construidos colectivamente;
- 5) Transparencia: Las informaciones generadas en el proceso no son confidenciales;
- 6) Revisión externa: Garantiza la presencia de personas y organizaciones no implicadas directamente en el proceso productivo;
- 7) Pedagogía: Se considera fundamental que la garantía contribuya a una mejora en la comprensión de todo el proceso productivo y de comercialización agroecológico por parte de todos los actores que participan.

Os Sistemas Participativos de Garantia SPGs de produtos agroecológicos surgem num mesmo período na Europa e na América Latina, e são construídos a partir de uma aliança entre os produtores e os consumidores, “los grupos de productores, en colaboración con otros actores (consumidores, ONG,...) establecen un sistema propio de verificación, en el que participan todos los actores implicados em el proceso de producción y consumo” e se contrapõem ao tradicional modelo de certificação por auditoria do mercado dos orgânicos (PADILLA, 2008, p. 69).

A primeira experiência com certificação participativa no Brasil foi a da Rede Ecovida, cujo processo serviu de modelo para a legislação em vigor. A Rede Ecovida é composta por núcleos regionais distribuídos na região Sul do Brasil. A proposta de criação de uma rede para uma certificação alternativa começou a ser pensada a partir do impasse a um projeto de normatização e certificação da produção orgânica proposto pelo estado de Santa Catarina sem diálogo com os produtores, no final da década de 1990. Foi a partir de então que ONGs, movimentos sociais e organizações de agricultores se uniram para formular o projeto de uma rede e, no Seminário em Caçador-SC, em 1998, foi homologada a Rede Ecovida de Certificação Participativa (BARBAN, 2010).

Na conjuntura já apresentada de desmonte de políticas públicas e dos espaços de participação popular, a Comissão da Produção Orgânica – CPO, que passa a fazer parte

da estrutura do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISOrg, representa um dos poucos espaços em que ainda se discutem e deliberam ações no âmbito federal relacionadas à agroecologia, justamente pelo enquadramento legal ser o mesmo dos produtos orgânicos, setor do agronegócio vinculado ao MAPA. As CPO são fóruns vinculados à Coordenação de Agroecologia do MAPA, compostas por representantes de segmentos da rede de produção orgânica dos estados ou do Distrito Federal, de entidades governamentais e da sociedade civil.

As atribuições das CPO estão definidas na Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015, do MAPA,<sup>88</sup> as quais, de acordo o artigo 17, são:

- I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica, sugerindo alterações, inclusões e exclusões nos textos normativos;
  - II - propor à STPOrg regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional;
  - III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e, se necessário, atuar como controle social junto às Organizações de Controle Social (OCS);
  - IV - contribuir para elaboração dos bancos de especialistas capacitados a atuar no processo de acreditação;
  - V - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;
  - VI - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica;
  - VII - manifestar-se sobre pedidos de credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), contemplados os aspectos positivos e negativos ou ainda a abstenção de opinião dos membros a respeito da solicitação;
  - VIII - manifestar-se, no momento em que julgar necessário, sobre o acompanhamento de OCS;
  - IX - subsidiar a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) na formulação e gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO);
  - X - subsidiar a COAGRE acerca das prioridades regionais em relação à produção orgânica;
  - XI - colaborar com ações que visem à divulgação, à expansão e ao fortalecimento da produção orgânica nas Unidades da Federação.
- § 1º A manifestação a que se refere o inciso VII deste artigo deverá ser enviado ao OAC solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a primeira reunião ordinária ou extraordinária seguinte ao recebimento da demanda.

---

<sup>88</sup> Substitui a Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-13-de-28-de-maio-de-2015-cporg-e-stporg.pdf/view>.

§ 2º Os membros do setor privado que necessitem de auxílio financeiro para deslocamento de seus representantes devem apresentar solicitação formal, a ser avaliada e autorizada pela CPOrg-UF, de acordo com o planejamento orçamentário. (BRASIL, 2015).

Um diferencial que facilita a participação dos camponeses ou das organizações que representam as suas pautas foi determinado pela mesma IN nº 13, de 2015, em que a coordenação da CPO será de responsabilidade de um membro da sociedade civil eleito democraticamente.

De acordo com a Coordenação de Agroecologia/MAPA, no ano 2013, foram contabilizados 10.064 (dez mil e sessenta e quatro) unidades de produção orgânica em todo o Brasil (PORTAL ORGÂNICO, 2014). Em 2021, constam no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA<sup>89</sup> 24.608 (vinte quatro mil, seiscentos e oito) unidades de produção orgânica no Brasil.

A proposta de construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO passou por ampla discussão da sociedade civil em cinco seminários, que ocorreram nas cinco regiões do país, organizados pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA e pela Articulação do Semiárido – ASA (BRASIL, 2012; TROVATTO *et al.*, 2017). A ANA apresentou ao Governo Federal o documento “Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia” para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e nele foram expressas as seguintes premissas que fundamentaram a elaboração da PNAPO:

- A PNAPO, em suas concepções, instrumentos, mecanismos de gestão e controle social, deve estar orientada para o fortalecimento de uma alternativa sustentável aos padrões atualmente dominantes na organização socioeconômica, técnica e ecológica do desenvolvimento rural brasileiro.
- A efetividade da PNAPO deverá estar intrinsecamente associada ao princípio da função social da terra, através da realização da reforma agrária, da regularização fundiária e do respeito aos direitos territoriais das populações e comunidades tradicionais.
- Políticas existentes direcionadas à produção familiar têm induzido parcelas crescentes desse segmento ao atrelamento subordinado a setores do agronegócio. Por outro lado, as políticas inovadoras existentes são insuficientes, pouco abrangentes e fragmentadas, não se constituindo num corpo coerente de ações públicas voltadas à promoção da agroecologia. A efetividade da PNAPO depende, portanto, não só da reorientação e adequação das políticas para a produção familiar, como

---

<sup>89</sup> O cadastro também nos dá acesso a informações básicas de empresas e produtores como nome, contato e principais produtos comercializados, por região ou município do Brasil. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 30 jan. 21.

também da capacidade de integração e articulação dos organismos públicos encarregados de formular e implementar essas mesmas políticas.

- A PNAPO deve ser um instrumento de desenvolvimento orientado para o reconhecimento e o respeito à diversidade dos contextos ecológicos e socioculturais que caracterizam os modos de vida da agricultura familiar camponesa e das populações e comunidades tradicionais. Daí decorre a centralidade que deve ser atribuída aos territórios rurais como espaços nos quais a política nacional, suas diretrizes e instrumentos devem ser ajustados. A territorialização das políticas é uma pré-condição para que os princípios da agroecologia sejam efetivamente incorporados nas dinâmicas de desenvolvimento rural.
- A PNAPO não é redutível a uma mera política ambiental, nem à promoção de um conjunto de técnicas ou boas práticas. Também não se restringe à promoção de nichos de mercado de poucos agricultores/as para poucos/as consumidores/as. A PNAPO tampouco pode se reduzir a ações compensatórias destinadas a pobres rurais desinseridos dos grandes mercados.
- O conjunto da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais constitui a base social da construção da alternativa agroecológica e, portanto, deve ser a base social e os sujeitos de direitos da PNAPO. Disso resulta que a efetividade da PNAPO em suas concepções e instrumentos deve estar associada ao crescimento em escala da aplicação social da proposta agroecológica como alternativa consistente de desenvolvimento rural.
- A PNAPO deverá incorporar a perspectiva da promoção da autonomia e protagonismo das mulheres agricultoras e dos jovens rurais, contribuindo para a superação das desigualdades de gênero e de geração nos planos sociocultural, político e econômico.
- A PNAPO deve estar orientada para fortalecer a participação e capacidade organizativa e de expressão da sociedade civil, da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, de forma a que incidam ativamente nas instâncias de formulação, gestão, execução e controle social da política. (ANA, 2015, p. 3).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO<sup>90</sup> foi instituída de fato em 2012 pela então Presidenta Dilma Rousseff, em resposta à reivindicação apresentada pelas mulheres do campo, da floresta e das águas durante a 4ª Marcha das Margaridas,<sup>91</sup> realizada em 2011.

<sup>90</sup> A PNAPO foi premiada, em 2018, pelo Future Policy Award como uma das melhores políticas do mundo no apoio à ampliação de abordagens agroecológicas. A iniciativa é coorganizada pela agência das Nações Unidas, pelo World Future Council e pela IFOAM – Organics International e premia as melhores políticas em agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis do mundo. Nesta edição, foram premiadas, além do Brasil, ações na Índia, Dinamarca e Peru. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/premiada-internacionalmente-politica-nacional-de-agroecologia-padece-diante-de-poucos-investimentos-publicos/22944>.

<sup>91</sup> Desde o ano 2000, sempre em agosto, acontece a Marcha das Margaridas, que reúne mulheres camponesas de todo o país que se dirigem a Brasília-DF, com o objetivo de dar visibilidade às reivindicações das mulheres camponesas. O nome da marcha faz alusão à líder sindical paraibana Margarida Maria Alves, que foi assassinada em 1983 por lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Idealizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag,

Inspirado na estrutura da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e no CONSEA, o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, instituiu a PNAPO e criou como instância de gestão a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO. Esta Comissão era formada por representantes do governo e de entidades da sociedade civil, e pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO,<sup>92</sup> composta por representantes dos ministérios que atuavam na política (SAMBUICHI *et al.*, 2017). A PNAPO objetiva:

Integrar, articular, adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012, p. 15).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deu origem ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, que possuiu dois ciclos, sendo o primeiro de 2013 a 2015 e o segundo de 2016 a 2019. As ações do primeiro ciclo do PLANAPO foram articuladas entre dez ministérios e compuseram um conjunto de 79 estratégias e 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos que estavam alinhados ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Os recursos, que foram da ordem de R\$ 2,9 bilhões,<sup>93</sup> acrescidos de R\$ 7 bilhões em crédito rural, se destinaram a investir em: i) produção; ii) uso e conservação de recursos naturais; iii) conhecimento; e iv) comercialização e consumo (TROVATTO *et al.*, 2017; SAMBUICHI *et al.*, 2017).

O PLANAPO II (2016-2019) foi lançado em 2016, ainda no governo da presidenta Dilma, contudo, decorrente do corte nos orçamentos públicos iniciado em 2016, o segundo ciclo do PLANAPO foi comprometido, o que acarretou a fragilização da política de agroecologia. Não conseguimos nenhuma informação consistente nos sites oficiais acerca da execução do PLANAPO II (2016-2019).

---

conta com aproximadamente 16 organizações sociais, entre movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e entidades internacionais. Em 2019, aconteceu a sua 6ª edição. A tese de doutorado de Luanna Louyse Martins Rodrigues, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFPB e intitulada *Terra que brota Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*, trata do envolvimento político e jurídico da classe proprietária de terra no assassinato da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, em 1983.

<sup>92</sup> A CNAPO e a CIAPO também foram extintas em 2019 pela MP 870.

<sup>93</sup> Valor encontrado no site Brasil Agroecológico do Governo Federal. Disponível em: <http://www.agroecologia.gov.br/plano>. Acesso em: 30 jan. 21.

## 2.2.2 A dimensão agroecológica na extensão rural e no meio acadêmico e científico

Segundo Caporal e Petersen (2012), a primeira experiência de uma assistência técnica e extensão rural com enfoque agroecológico aconteceu no estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002, promovida pela EMATER/RS, e subsidiou de certa forma a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, lançada em 2004.

Como forma de atender a uma demanda antiga das organizações sociais do campo por uma assistência técnica eficiente, o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, transferiu a competência relativa à assistência técnica e extensão rural do MAPA para o MDA, e logo depois o Decreto nº 5.033, de 2004, criou a PNATER sob a coordenação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, sendo mais uma experiência do “nicho de inovação política” em construção no Brasil (CAPORAL; PETERSEN, 2012; DIESEL *et al.*, 2015). A partir de então, a PNATER se apresenta como uma proposta de ruptura com o modelo extensionista baseado no difusionismo (teoria da difusão de inovações tecnológicas), que fortalece os pacotes da “Revolução Verde”. A política visa orientar a implantação de novos enfoques metodológicos e de outro paradigma tecnológico, que já estavam presentes nas organizações do Movimento Agroecológico; e construir uma assessoria técnica e extensão rural para subsidiar uma maior autonomia e sustentabilidade aos sistemas produtivos. Dessa forma, objetiva:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2007, p. 9).

Segundo Caporal e Petersen (2012), é na PNATER que a palavra **agroecologia** aparece pela primeira vez em uma política pública nacional e, destacam, como principais conquistas no período de 2004 a 2008: a atuação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural/DATER do MDA, no amplo plano de formação de agentes de ATER, com abrangência nacional, sendo capacitados mais de 16 mil extensionistas, através do enfoque agroecológico; a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que, mesmo com seu histórico de pesquisa na área de *commodities* e transgênicos, desde 2005, investe em pesquisa e publicações sobre manejo agroecológico;

e a ampliação dos cursos em todos os níveis de ensino e as chamadas públicas para pesquisa e ensino na temática da agroecologia.

A partir da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a Lei de ATER, que regulamentou a PNATER e instituiu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, a metodologia da ATER, que estava fundamentada na transição agroecológica, sofreu uma mudança e passou a ficar, de certa forma, subordinada às demandas de outros programas do MDA, como o PRONAF e o Programa Biodiesel. O Movimento Agroecológico interpretou tal medida como um retrocesso político e acusou o governo de Lula e principalmente o de Dilma Rousseff de terem cedido à pressão do agronegócio e da lógica bancária que subsidia o PRONAF (CAPORAL; PETERSEN, 2012; DIESEL *et al.*, 2015). A crítica à Lei de ATER passou a ser relacionada às ações previstas no seu programa, que reforçavam a abordagem difusionista na ação dos profissionais de ATER (CAPORAL; PETERSEN, 2012). Contudo, a Lei de ATER também trouxe uma inovação que beneficiava as pautas agroecológicas, que foi a dispensa de licitação para a contratação de serviços públicos e privados de ATER por meio de chamadas públicas, o que conferia considerável celeridade ao processo e a possibilidade de participação das organizações e dos movimentos sociais para execução dos contratos de ATER (DIESEL *et al.*, 2015).

O PLANAPO I intensificou o apoio aos projetos com abordagem agroecológica na extensão rural das empresas públicas e das ONGs, bem como às pesquisas e extensão das universidades e institutos de pesquisa, que receberam importantes aportes financeiros para investir na construção do conhecimento agroecológico. Uma das diretrizes de ações do PLANAPO era ampliar e integrar as atividades de pesquisa, educação e extensão que já aconteciam nas empresas públicas, universidades e institutos de pesquisa. Dessa forma, através de parceria interministerial ocorrida entre MDA, MAPA, MEC e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, foram criados desde 2003 mais de 100 cursos de Agroecologia; 138 núcleos de agroecologia; e 161 projetos em Extensão Universitária - PROEXT, do MEC. Tal tendência levou o MEC a incluir a formação em Agroecologia em seus catálogos de cursos de nível médio e superior, consagrando a profissionalização na área (CAPORAL; PETERSEN, 2012; MOURA, 2017; TROVATO *et al.*, 2017).

Dessa forma, as instituições públicas e as ONGs exerceram um importante papel na territorialização da agroecologia em todo o Brasil. A partir de 2010, o Governo Federal lançou chamadas públicas, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), para criação dos Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica – NEAs. A partir de 2012, os NEAs passaram a ser incorporados como iniciativa do PLANAPO I, e a linha de financiamento foi ampliada (SAMBUICHI *et al.*, 2017; SOUZA *et al.*, 2017).

De acordo com Sambuichi *et al.* (2017, p. 181), no PLANAPO I:

Estava previsto o apoio a 33 projetos de redes de núcleos de agroecologia (R-NEAs), 150 projetos de núcleos ou centros vocacionais em instituições de ensino e 20 projetos de núcleos de pesquisa em unidades da EMBRAPA e organizações estaduais de pesquisa agropecuária (OEPAS). Para o apoio às R-NEAs, estavam previstos no plano R\$ 18 milhões, enquanto para os projetos de núcleos em instituições de ensino, estavam previstos R\$ 33 milhões. Segundo as fichas de monitoramento, essas iniciativas, em conjunto, executaram R\$ 34,4 milhões (Tabela 10), sendo apoiados cinco projetos de R-NEAs, 138 projetos em instituições de ensino e 25 projetos em instituições de pesquisa.

Souza *et al.* (2017, p. 408) realizaram um levantamento das chamadas públicas de apoio aos NEAs, com o número de projetos apoiados e os recursos a eles aportados. De 2010 a 2016, foram oito chamadas públicas e um montante de R\$ 62.612.000,00. Segue a **Tabela 1 - Chamadas públicas de apoio aos NEAs 2010-2016** - que traz a respectiva informação:

**Tabela 1** - Chamadas públicas de apoio aos NEAs 2010-2016

ANO	Chamadas/ação	Fase	Ministérios	Projetos apoiados	Recursos aportados (R\$)
2010	Carta Convite nº 73/2010	Encerrado	Mapa/MCTI/MEC	27	1.012.000,00
2010	Chamada nº 58/2010	Encerrado	MDA	52	5.400.000,00
2012	Chamada nº 46/2012	Encerrado	Mapa/MCTI/ MEC	22	8.900.000,00
2013	Chamada nº 81/2013	Encerrado	Mapa/MCTI/MEC/MDA/MPA	93	30.000.000,00
2014	Chamada nº 38/2014	Encerrado	MDA	25	2.000.000,00
2014	Chamada nº 39/2014	Encerrado	MDA	19	4.600.000,00
2016	Chamada nº 02/2016	Em contratação	MCTI/Mapa	44	4.074.956,00
2016	Chamada nº 21/2016	Recebimento de propostas	MCTIC/Mapa/MEC/SAF	91 <sup>1</sup>	10.700.000,00
<b>Total</b>				<b>373</b>	<b>62.612.000,00</b>

Fonte: Relatórios dos núcleos enviados ao CNPq (plataforma do CNPq) e Relatório da Consultoria MCTI/IICA (BRASIL 2016 *apud* SOUZA *et al.*, 2017, p. 408).

A política dos NEAs constituiu uma estratégia importante de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com abordagem agroecológica, que possui um grande potencial de crescimento nas instituições públicas. Entretanto, diante do atual cenário

político, muitos dos NEAs tiveram suas atividades descontinuadas ou mantêm suas ações de forma precária a partir do trabalho construído com as organizações sociais.

Reforçamos que a PNAPO, assim com as outras políticas de que tratamos neste capítulo, foram construídas no campo das disputas políticas, mesmo estando inseridas nos governos do PT, e que foram de extrema importância para o fomento, a territorialização, a estruturação e a organização da agroecologia no Brasil, em todas as dimensões. Contudo, de modo geral, a conjuntura política do Brasil não é favorável a um projeto de desenvolvimento rural sustentável que se fundamente na transição agroecológica. Desde o início do governo da presidenta Dilma Rousseff, houve o enfraquecimento do compromisso político do governo com as pautas da classe camponesa e do Movimento Agroecológico, seja pela crise econômica que se instalou no Brasil a partir de 2009 ou pela crise política que dificultou sua governança junto à base dos movimentos sociais.

O projeto de uma transição agroecológica para o espaço agrário brasileiro é um entrave para o avanço do capitalismo no campo, pois em nada se alia aos interesses do agronegócio, visto que possui um claro projeto político de resistência e de emancipação da agricultura camponesa. O desmonte das políticas públicas que se fundamentaram na abordagem territorial e agroecológica só aumenta a dívida histórica do Estado brasileiro para com as populações do campo (e também da cidade, que sofrem com a insuficiência alimentar e com o consumo de veneno). Por fim, constatamos que a aliança entre o Estado brasileiro e o agronegócio está cada vez mais forte com o governo de Jair Bolsonaro, desta vez, sem se preocupar com o direito básico à alimentação, à terra e ao território.

### CAPÍTULO 3

#### AGROECOLOGIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA NA PARAÍBA: INSURREIÇÃO OU UTOPIA?

“A oportunidade de ter uma terra para produzir de forma agroecológica foi o início da vida realmente para minha família. A luta pela terra vivida pelos meus pais nos deu a chance de trabalho, liberdade, estudo, e qualidade de vida.”

(Alane Maria Silva de Lima, pedagoga, assentada da Reforma Agrária e liderança camponesa).<sup>94</sup>

“Um pedaço de terra tem o significado de paraíso para mim, é o resultado da luta, fartura e garantia da saúde da família. A mudança começa com a consciência do cuidado para com o meio ambiente, a importância da coletividade para a produção e para o crescimento pessoal e cidadão de nós camponeses.”

(Josefa Mota, camponesa do assentamento Padre Gino, Sapé-PB).<sup>95</sup>

“Hoje sou assentada da Reforma Agrária em uma área que ocupamos junto com o MST em 1998 e que hoje são dois assentamentos rurais. Eu penso que não dá pra construir soberania e segurança alimentar sem terra, sem camponeses produzindo alimentos. Soberania alimentar é sinônimo de terra e agroecologia. Eu acredito que é a agroecologia que vai garantir que as futuras gerações existam!”

(Roselita Vítor, camponesa do assentamento Queimadas, Remígio – PB e liderança do Polo da Borborema).<sup>96</sup>

Neste capítulo, tratamos inicialmente da luta pela terra na Paraíba e da recriação do campesinato por meio dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, o que garante as condições materiais para que haja um desenvolvimento local fundamentado na transição agroecológica. Posteriormente, contextualizamos o surgimento e a territorialização da agroecologia na Paraíba, através da atuação dos movimentos sociais, das ONGs, e das instituições de ensino, pesquisa e extensão, interpretados como agentes de dinamização agroecológica que ajudaram a conduzir as políticas públicas de apoio à agroecologia no estado. Por fim, discutimos a atuação da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB, com ênfase nos processos de certificação, organização e animação das estratégias de reprodução camponesa de base agroecológica.

<sup>94</sup> Entrevista concedida pela camponesa em novembro de 2020.

<sup>95</sup> Entrevista concedida pela camponesa em novembro de 2020.

<sup>96</sup> Palestra proferida por Roselita durante o lançamento do Informe DHANA 2019: Autoritarismo, negação de direitos e fome, que aconteceu no dia 20/11/2019, no campus I da UFPB, e foi gravada pela autora.

A metodologia utilizada envolve: entrevistas com lideranças de movimentos sociais, através das quais pudemos acompanhar como a agroecologia se torna pauta e prioridade nas discussões e lutas do campesinato paraibano; alguns dados sobre as políticas públicas obtidos em sites oficiais do Governo Federal e Estadual, junto a chamadas públicas e projetos da Assessoria Técnica, Ambiental e Social – ATES – ATES/INCRA, no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, nas atas das reuniões e nos relatórios dos eventos anuais promovidos pela Comissão da Produção Orgânica – CPO/PB, além dos eventos promovidos pelos agentes de dinamização agroecológica de que participamos.

Com esse contexto posto, as perguntas geradoras desse capítulo são: como se deu o surgimento da agroecologia na Paraíba? Quais são as organizações e os agentes de dinamização da agroecologia no estado? De que modo as políticas públicas atuam para o fortalecimento da agroecologia no estado? Quais os principais desafios para o movimento agroecológico?

### **3.1 A luta pela terra e a recriação do campesinato como precedentes da agroecologia na Paraíba**

A configuração do espaço agrário paraibano não difere substancialmente da realidade do Nordeste brasileiro, estando presente um sistema territorial voltado para atender às demandas das *commodities* e da expansão da pecuária, que destrói a natureza e expropria a população do campo de sua terra de trabalho de forma violenta; e um outro sistema territorial fundamentado na reprodução camponesa, que territorializa o espaço através da luta pela terra, da criação dos assentamentos rurais e da agroecologia.

O período da ditadura militar marcou o início do processo de modernização da agricultura na Paraíba e foi de forte repressão às organizações dos camponeses que lutavam para não deixar a terra. A resistência camponesa, nesse período, foi conduzida prioritariamente pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs ligadas à Diocese da Paraíba. Já nas décadas de 1980 e 1990, a organização dos camponeses e a luta pela terra ganhou força no estado com a atuação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (MITIDIERO JÚNIOR, 2008; MOREIRA, 1997; VARELA, 2006).

O movimento de vanguarda que organizou os camponeses na Paraíba foi as Ligas Camponesas, que, como tratado no Capítulo 1 deste trabalho, teve alcance nacional. A

visita ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas,<sup>97</sup> localizado na comunidade Barra de Antas, Sapé-PB, em outubro de 2019, foi uma verdadeira aula sobre a história do Brasil. O acervo de documentos nos aproxima do cenário político agitado da época e deixa clara a importância do movimento liderado em Sapé-PB por João Pedro Teixeira.

As Ligas Camponesas reivindicavam, nas décadas de 1950 e 1960, os direitos sociais dos trabalhadores rurais, até então invisíveis aos olhos da sociedade brasileira. A atuação e articulação política do movimento influenciava a política nacional e havia grandes expectativas de que fosse realizada uma Reforma Agrária durante o governo de João Goulart. A seguir, estão algumas fotos de recortes dos jornais *A União* e *Diário de Pernambuco* que tratam da conjuntura política e espacial durante a atuação das Ligas, que foi combatida com violência<sup>98</sup> pelos latifundiários e desarticulada com o golpe militar de 1964. A **Figura 5 - Reportagem de janeiro de 1962 do jornal *A União*** – destaca a organização dos camponeses para permanecerem em suas terras. A **Figura 6 - Reportagem de fevereiro de 1962 do jornal *A União*** traz uma matéria sobre a apresentação de projeto de Reforma Agrária elaborado por Milton Campos ao Conselho de Ministros de Brasília; e uma outra reportagem em que Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, defende a Reforma Agrária como condição para o desenvolvimento econômico do país. A **Figura 7 - Reportagem de abril de 1962 do jornal *Diário de Pernambuco*** trata da notícia do assassinato de João Pedro Teixeira com três tiros de fuzil, a mando de proprietários rurais de Sapé-PB. A **Figura 8 - Recorte do jornal *Diário de Pernambuco* de setembro de 1962** trata da notícia da tentativa de assassinato de dois líderes das Ligas Camponesas, Assis Lemos e Pedro Fazendeiro.

---

<sup>97</sup> O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas tem suas ações voltadas para a manutenção do patrimônio cultural das Ligas Camponesas e para o trabalho de base com os jovens camponeses da região. O Memorial é coordenado atualmente por Alane Maria Silva de Lima, pedagoga e assentada da Reforma Agrária. A gestão do Memorial conta com a participação de camponeses, professores universitários e representantes da Comissão Pastoral da Terra – CPT. O Decreto nº 32.257, de 14 de julho de 2011, do Governo do Estado da Paraíba, desapropriou uma área de 7ha e a casa onde morou João Pedro Teixeira, onde hoje funciona o Museu das Ligas.

<sup>98</sup> Cf.: O filme *Cabra Marcado para Morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho, trata da história de perseguição às Ligas Camponesas e do assassinato de João Pedro Teixeira. As filmagens foram iniciadas em fevereiro de 1964 e interrompidas 35 dias depois pelo golpe militar, sendo retomadas no início da década de 1980.

Figura 5 - Reportagem de janeiro de 1962 do jornal A União



Fonte: Acervo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Visita realizada em outubro de 2019.

Figura 6 - Reportagem de fevereiro de 1962 do jornal A União



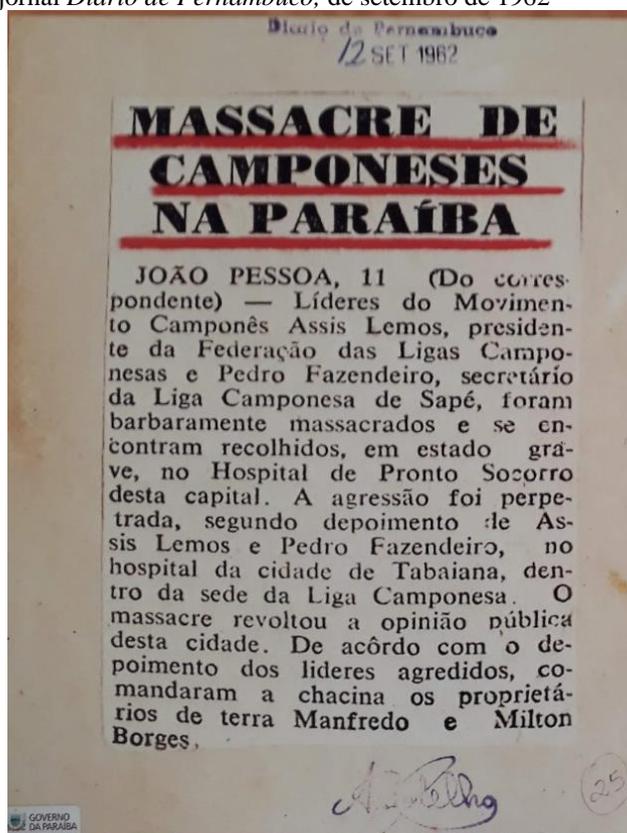
Fonte: Acervo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Visita realizada em outubro de 2019.

Figura 7 - Reportagem de abril de 1962 do jornal *Diario de Pernambuco*



Fonte: Acervo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Visita realizada em outubro de 2019.

Figura 8 - Recorte do jornal *Diario de Pernambuco*, de setembro de 1962



Fonte: Acervo do Memorial das Ligas Camponesas. Visita realizada em outubro de 2019.

Apenas em 2017, com a publicação do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, fruto de uma pesquisa de 4 anos que envolveu diversos voluntários, o Governo do Estado reconheceu oficialmente, como forma de reparação histórica, a perseguição e o assassinato de líderes das Ligas Camponesas por milícias privadas e pelo Estado brasileiro (NUNES *et al.*, 2017).

As usinas de açúcar e álcool intensificaram o avanço da modernização agrícola em direção ao território camponês na década de 1970, o que agravou a questão agrária na Zona da Mata e no Brejo paraibanos. O Programa Brasileiro do Álcool – PROÁLCOOL subsidiou a implantação das usinas e a expansão da área plantada de cana-de-açúcar, o que agravou a expulsão dos camponeses dos seus sítios e os submeteu às péssimas condições do trabalho nos canaviais (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Moreira e Targino (1997), que pesquisaram as contradições do espaço agrário paraibano a partir do processo de modernização da agricultura, dizem que:

(...) a riqueza produzida pela expansão da cana e pelo apogeu do PROÁLCOOL infelizmente não chegou à mesa da classe trabalhadora (...) a expulsão – expropriação dos pequenos trabalhadores de subsistência (moradores, parceiros, foreiros) foi constatada tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana, como naquelas que foram por ela incorporadas mais recentemente. O resultado foi, de um lado, o esvaziamento demográfico da zona rural e, de outro, o aumento das tensões sociais no campo, nas áreas onde a resistência camponesa sobrepujou a força do capital. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 113).

O processo de modernização da agricultura na Paraíba fez mudar o sentido da luta pela terra, que não se restringiu mais à luta para permanecer na terra, ela se ampliou para uma luta para entrar na terra, o que fez crescer os conflitos agrários na Paraíba,<sup>99</sup> os quais estão longe de terminar (MOREIRA, 1997; VARELA, 2006). O estado da Paraíba foi palco de 194 conflitos de terra entre 1970 e 1996; e, em 2019, foi registrado um total de 20 conflitos de terra envolvendo 2.753 famílias; 15 conflitos por água, envolvendo 4.196 famílias; e 3 casos de trabalho análogo à escravidão (MOREIRA, 1997; CPT, 2019). Dessa forma, a política de incentivos estatais à industrialização da agricultura e a construção das grandes obras de irrigação e açudagem agravaram os problemas sociais do Estado, e a luta pela terra se tornou o instrumento da territorialização camponesa.

---

<sup>99</sup> Para um conhecimento mais aprofundado dos conflitos de terra da Paraíba, do final da década de 1970 à segunda metade da década de 1990, ver: MOREIRA, Emília. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Editora da UFPB, v. I e II, 1997. Para um conhecimento sobre os conflitos de terra no Brasil e por UF, consultar os livros *Conflitos no Campo Brasil*, publicados anualmente pela CPT desde 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>.

A partir da entrevista realizada em setembro de 2019 com Tânia Maria de Souza, coordenadora regional da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba, pudemos conhecer um pouco mais sobre a atuação da Igreja Católica na proteção dos direitos e da vida dos camponeses. Segue a **Foto 1 - Entrevista realizada com Tânia Maria de Souza na sede da CPT em João Pessoa:**

**Foto 1** - Entrevista realizada com Tânia Maria de Souza na sede da CPT, em João Pessoa



Fonte: Acervo da autora (set. 2019).

Tânia, natural de Mari-PB, é licenciada em Ciências Agrárias pela UFPB e conhece de perto a realidade da resistência e da luta camponesa. Ela é filha de moradores da Usina Santa Helena, cujas terras são hoje os assentamentos Usina Santa Helena I e II, resultantes da desapropriação iniciada em 1995, onde estão assentadas mais de 200 famílias. Irmã Tânia, como é conhecida, iniciou sua trajetória de militância junto à Comunidade Eclesiástica de Base de Sapé-PB, que era coordenada pelo padre Adriano. Tânia define essa experiência como “um jeito diferente de fazer a vida de igreja”. Nesse sentido, afirma que, “nessas atividades religiosas, houve muita formação política no finalzinho dos anos 70 e início dos anos 80 (...) o processo de formação, foi despertando a mente de todo aquele grupo de jovens, tinha muita discussão, uma formação da consciência da solidariedade, do mutirão (...)”. Tânia também ressalta que as ameaças dos usineiros à CEB eram constantes, pois o grupo era visto como comunista.

Depois da sua formação como missionária no Convento Franciscano em Alagoas, Irmã Tânia foi designada para trabalhar na Paraíba e, em 1992, começou a atuar mais de perto na luta pela terra e por direitos dos camponeses. Tânia destaca a importância do trabalho de Dom José Maria Pires na luta pela terra e na efetivação da Reforma Agrária no estado, mesmo que ainda de forma precária. O então arcebispo criou a Comissão da Promoção Humana,<sup>100</sup> que antecede à Pastoral Rural e à Comissão Pastoral da Terra, que foi criada na Paraíba em 1988. Dom José foi quem iniciou o trabalho de acolher e orientar legalmente os trabalhadores num contexto de violência extrema por parte dos proprietários de terra, que a todo custo vislumbravam o sucesso dos seus projetos de modernização da agricultura. A expulsão dos moradores para plantar cana-de-açúcar no Litoral e no Brejo e para ampliar a área de criação animal no Cariri era realizada constantemente por meio da destruição de plantações e moradias, da violência física e das ameaças.

A luta pela terra no Sertão da Paraíba também é marcada pela ação das CEBs e da CPT, com destaque para a atuação da Diocese de Cajazeiras. A organização dos camponeses se iniciou ainda na década de 1970, mas foi em meados da década de 1980 que se deram as primeiras ocupações de terras públicas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS e a reivindicação, pelos camponeses, das terras da bacia dos açudes públicos que estavam sendo griladas pelos ex-proprietários (SILVA, 2013).

A CPT da Paraíba é vinculada à CPT Nordeste II, que abrange os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Atualmente a CPT possui, na Paraíba, quatro escritórios e equipes, localizados nos municípios de João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras.

Sobre o apoio prestado aos camponeses na Paraíba pela CPT, Moreira e Targino (1997, p. 306) afirmam que:

A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples “apoio à luta”. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infraestrutural (alimentação, transporte, colchões, lona) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando necessário.

---

<sup>100</sup> De acordo com Tânia, por meio do trabalho de Dom José Maria Pires, a Paraíba foi a primeira Diocese da América Latina a criar um centro de defesa dos direitos humanos.

Mitidiero Júnior (2008, p. 398) denomina de **ação territorial da Igreja** o trabalho que é desenvolvido pela CPT. O autor diz que essas ações caracterizam a CPT como movimento social e são mediadas pela práxis decorrente de motivações religiosas, mais especificamente derivadas da tese da **Teologia da Libertação**. Assim:

(...) a ação territorial engendrada pela Pastoral da Terra na Paraíba, a proximidade com os grupos de trabalhadores rurais e camponeses oprimidos produziram contradições que tendem a identificá-la ora como apoio/assessoria aos lavradores em luta, ora como movimento social organizado para a luta pela Reforma Agrária. De uma forma ou de outra, dentro das contradições que caracterizam sua atuação, e como herança de uma Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres desde 1960, a CPT, nesse estado, transforma-se no principal protagonista das lutas do campo.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST também organizou a luta pela terra no estado e implantou muitos assentamentos rurais da Reforma Agrária. Entrevistamos Gilmar Felipe Vicente, uma das lideranças do MST no estado e que atualmente está ligado ao setor de Educação do Movimento; ele esteve por alguns anos coordenando o trabalho de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES/INCRA, desenvolvido pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária do Estado da Paraíba – COOPTERA. Seguem a Foto 2 e a Foto 3, que ilustram o momento da entrevista com Gilmar, realizada no Assentamento 1º de Março, Zona Rural de Pitimbu-PB.

**Foto 2** - Apresentação por Gilmar de sua área produtiva no Assentamento 1º de Março, Pitimbu-PB



Fonte: Acervo da autora, ago. 2019.

**Foto 3** - Momento da entrevista com Gilmar no Assentamento 1º de Março, Pitimbu-PB



Fonte: Acervo da autora (ago. 2019).

De acordo com Gilmar, o MST na Paraíba<sup>101</sup> começou a se organizar após o retorno da delegação que participou do I Congresso Nacional do MST, ocorrido em Curitiba-PR, em 1985. A primeira ocupação de terras pelo MST na Paraíba foi em 1989, na Fazenda Sapucaia, região do Brejo paraibano; e ao longo da década de 1990, a luta se expandiu na região da Zona da Mata, do Brejo, do Cariri e do Sertão da Paraíba. Um marco histórico do Movimento no estado foi a marcha que saiu de Cajazeiras-PB, em 1998, em direção ao Litoral com o intuito de fazer trabalho de base e organizar as ocupações de terras.

Gilmar diz que a história da sua vida está totalmente ligada ao Movimento. Ele é assentado da Reforma Agrária do Assentamento 1º de Março, no município de Pitimbu-PB, e todas as suas conquistas pessoais foram decorrentes da luta pela terra. Desde a década de 1970, os posseiros resistiam para não serem expulsos das terras da antiga

---

<sup>101</sup> O MST na Paraíba está territorializado em oito brigadas, que são: Brigada Reginaldo Claudino de Sales, que abrange o Litoral Sul; Brigada João Pedro Teixeira, que abrange a região de Sapé; Brigada Caités, que abrange o Curimataú; Brigada Quebra Quilos, que abrange a região da Borborema; Brigada Zé Marcolino, que abrange o Cariri; Brigada Patativa do Assaré, que abrange o entorno de Patos no Médio Sertão; Brigada Juazeiro, que abrange o Vale do Piancó; e a Brigada Pedrina, que abrange a região das Várzeas de Sousa.

Fazenda Abiaí, local que possuía um grande engenho para beneficiar a cana-de-açúcar da região. Em 1º de março de 1993, mais de 200 famílias ocuparam as terras com a ajuda do MST e, em outubro de 1994, houve a desapropriação da fazenda e o início da divisão dos lotes de três assentamentos rurais, dentre eles, o 1º de Março. Gilmar nos conta que, até os seus 10 anos de idade, não tinha local certo de viver com a família, pois dependia de onde tinha trabalho disponível no corte de cana e alguma terra para se plantar um roçado, que geralmente era nos sítios da própria Fazenda Abiaí ou nas terras de um dos primeiros assentamentos do INCRA na região, o assentamento Mucatú,<sup>102</sup> também localizado em Pitimbu-PB. Disse ele: “Eu era muito pequeno quando eu comecei a trabalhar, tinha 7 anos. Então a gente cortava cana, quando acabava o corte da cana, a gente não tinha nada, o que sobrava *pra* gente era o trabalho no mangue”. Até os 10 anos de idade Gilmar era analfabeto e foi através da escola do Assentamento que ele se alfabetizou e continuou os estudos como aluno da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Aos 15 anos, entrou para o Movimento através do grupo de jovens e se formou em Ciências Agrárias, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.<sup>103</sup> Atualmente está cursando uma especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

De acordo com o entrevistado, o MST nos estados segue as orientações políticas nacionais e ressalta a importância dada ao processo organizativo dos assentamentos (cooperativas) e à educação, tanto à formal quanto à consciência crítica cidadã. Desta forma, para o MST:

O processo de educação serve *pra* libertar o ser humano, entende? Porque a luta pela terra, ela tem essa dimensão **pedagógica**. *Pra* gente conseguir se libertar e libertar as pessoas *pra* que consigam construir uma vida melhor (...) *tá* na nossa pedagogia, que é o amor à terra, o amor à vida. Então *tá* lá, nas nossas matrizes pedagógicas, a gente desenvolver isso nos seres humanos, que a gente vai educando com o tempo. (entrevista com Gilmar, 2019, grifo nosso).

Gilmar diz que os assentamentos rurais são uma mudança concreta na organização da sociedade e que, por isso, há a tentativa da elite brasileira em criminalizar a luta pela terra e marginalizar a vida nos assentamentos rurais. Nesta perspectiva, os assentamentos

<sup>102</sup> A luta pela desapropriação das terras de Alagamar, Mucatú e Camucim foi uma das primeiras lutas pela terra no Estado e foi muito conflituosa, aconteceu na década de 1970 e contou com o apoio da Arquidiocese da Paraíba (MOREIRA, 1997).

<sup>103</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária e foi criado em 1998 a partir da pauta e organização do setor de Educação do MST. Com a reestruturação do INCRA pelo governo Bolsonaro, de que tratamos brevemente no capítulo 2, a Coordenação responsável pela Educação do Campo foi extinta e o PRONERA foi suspenso como as demais políticas direcionadas ao campesinato.

são territorialidades que representam valores opostos aos da sociedade capitalista. É através da terra, no caso dos assentamentos rurais, que a territorialidade camponesa se manifesta, seja através da reprodução material do campesinato ou da continuidade da sua cultura, estratégia particularmente importante para assegurar a reprodução camponesa, ameaçada constantemente com as migrações forçadas. Na entrevista, Gilmar nos informou que, “da década de 80 *pra* cá, quando a gente começa a conquistar os assentamentos de reforma agrária, a vida desse povo mudou, entende? Hoje esse povo tem um lugar *pra* viver, *pra* morar, produzir, *né?* (...) é um povo que tem sua identidade, sua raiz cultural muito forte”.

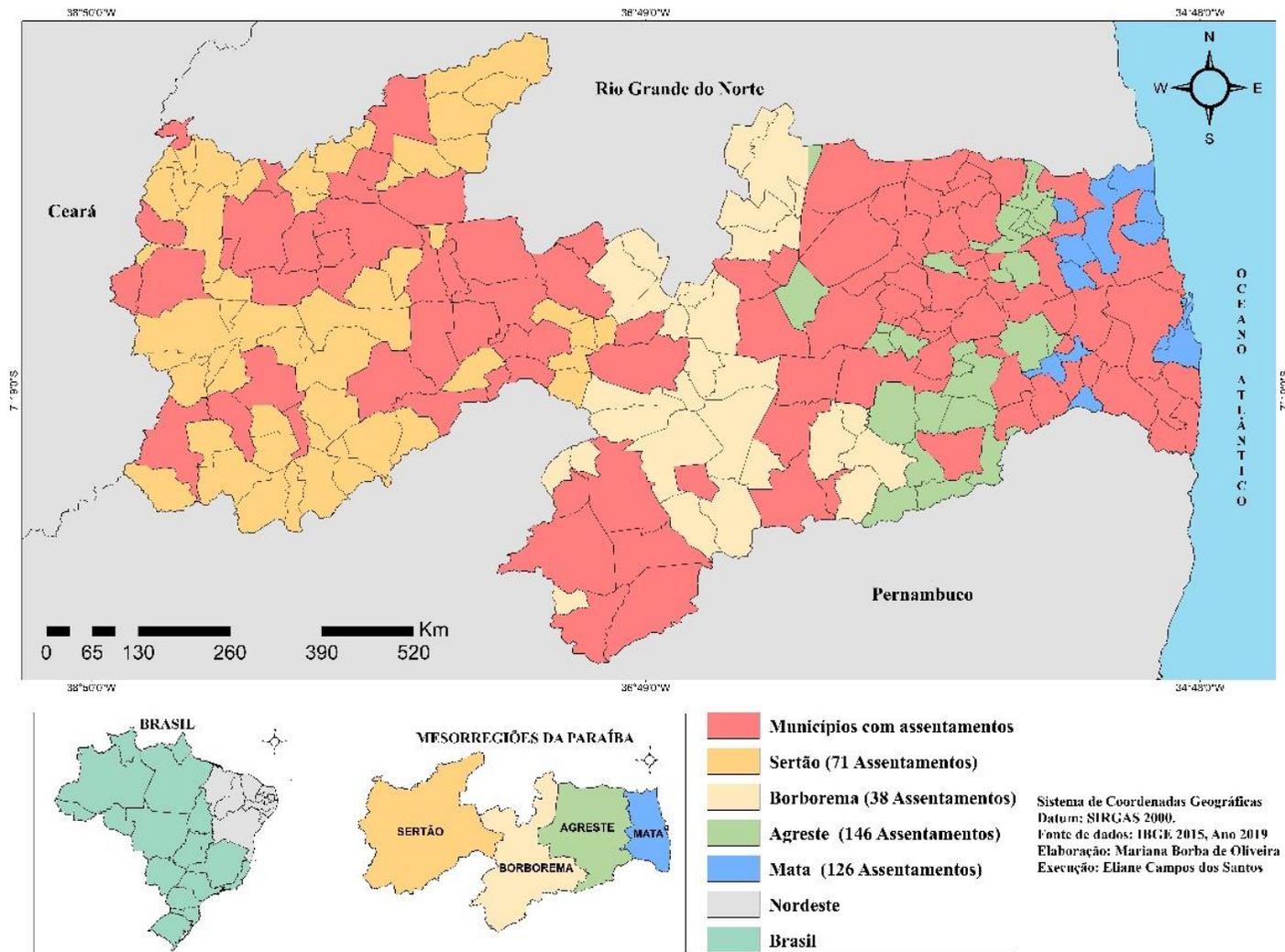
O entrevistado afirmou que a Reforma Agrária sempre foi conflituosa no Brasil, seja num governo de direita ou de esquerda, pois o maior inimigo do Movimento e dos camponeses é o capital, materializado no agronegócio. Contudo, esclareceu que as políticas públicas nos governos Lula e Dilma para a agricultura familiar, principalmente as ligadas ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, que garantiu recursos para a execução dos contratos dos serviços da Assessoria Técnica, Ambiental e Social – ATE/INCRA, e aquelas destinadas às compras institucionais dos produtos da agricultura familiar (PAA e PNAE), foram muito importantes e trouxeram melhorias significativas para a qualidade de vida dentro dos assentamentos. Desde 2016, não há assessoria nos assentamentos rurais, o que dificulta o acesso ao crédito do PRONAF, a elaboração de projetos para o PAA (estadual) e para o PNAE dos municípios e a orientação técnica para a produção. Atualmente a comercialização da produção é o maior problema enfrentado nos assentamentos do MST, pois quase toda a produção voltou a ser vendida ao atravessador, o que até 2017 era comercializada via programas institucionais. Gilmar afirmou que o valor pago pelo atravessador desmotiva a produção nos assentamentos.

Dessa forma, a pobreza rural tem aumentado nos últimos anos, inclusive nas áreas de assentamentos, decorrente do retrocesso político, parecido apenas com a situação vivenciada pelo campesinato no período da ditadura militar. Portanto, a luta camponesa por terra na Paraíba é atual e cada vez mais necessária. Gilmar concluiu que “ainda há muitas terras, terras griladas, terras com muitos impostos devendo ao Estado. Então a gente precisa desses territórios, nós estamos hoje com muitas famílias acampadas construindo a luta, construindo a resistência e vamos continuar a luta”.

A criação dos primeiros assentamentos rurais na Paraíba se deve principalmente à falência de usinas de cana-de-açúcar na Zona da Mata e no Brejo, sendo a venda das

propriedades para fins de Reforma Agrária ao Governo Federal e Estadual uma oportunidade de levantar recursos financeiros por parte dos usineiros. Até 1997, o INCRA e o Instituto de Terras da Paraíba – INTERPA haviam criado 67 projetos de assentamentos na Paraíba, sendo as primeiras áreas desapropriadas, localizadas nos municípios de Pitimbu, Caaporã, Cruz do Espírito Santo e Sapé na Zona da Mata; e em Alagoa Nova, Pilões, Alagoa Grande e Areia no Brejo paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997; MARIANO NETO, 2006; VARELA, 2006). De acordo com dados obtidos em consulta ao site do INCRA, realizada em outubro de 2019, os últimos assentamentos rurais criados na Paraíba datam de dezembro de 2017. Temos hoje no estado um total de 314 assentamentos federais que abrigam 14.645 famílias e ocupam uma área de 294.672,09 hectares, o que representa apenas 9% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários no estado (IBGE, 2017). O **Mapa 1** apresenta, com a cor vermelha, os municípios que possuem assentamentos rurais, distribuídos por todas as mesorregiões do estado.

**Mapa 1 - Municípios que possuem assentamentos rurais no estado da Paraíba**



Fonte: Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) – INCRA.

A partir de um convênio estabelecido entre o INCRA, a CPT e a UFPB, foi realizada a pesquisa intitulada *Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba*, publicada em 1998 e que teve o objetivo de conhecer a realidade de doze áreas de assentamentos acompanhadas pela CPT. A pesquisa apontou que 80% das famílias já se dedicavam ao trabalho rural e 47% no mesmo imóvel em que foram assentadas, o que representa que a luta pela terra é, muitas vezes, a luta para permanecer na terra que já ocupa e na qual trabalha. O uso de agrotóxico, sem nenhum tipo de orientação ou proteção, e de adubos químicos pela maior parte dos assentados (64%) também foi constatado pela pesquisa. As principais dificuldades apontadas pelos assentados foram: o acesso precário a créditos para investir na produção, o endividamento, a dimensão reduzida dos lotes, a falta de assistência técnica e a comercialização por meio de atravessadores. O associativismo e o trabalho coletivo se mostraram como instrumentos para a superação de alguns problemas e como potencialidade para o desenvolvimento das áreas de assentamentos rurais (DE MARCOS, 1998).

Em pesquisa mais recente, Amarante *et al.* (2019), fundamentados em dados secundários do IBGE e do INCRA, afirmam que a política de Reforma Agrária foi insuficiente para provocar uma mudança significativa na estrutura fundiária do estado da Paraíba, que continua concentrada (índice de Gini<sup>104</sup> acima de 0,8). Contudo, os pesquisadores coletaram informações em 674 lotes de diversos assentamentos do estado e constataram que os assentamentos ocupam e empregam pessoas que estavam inseridas precariamente no mercado de trabalho ou se encontravam sem nenhuma ocupação. A renda das famílias pesquisadas é proveniente, em 86,9%, da agropecuária, o que tem assegurado uma melhoria na alimentação dos camponeses e uma melhoria na renda das famílias, com a ampliação da oferta de alimentos ao setor de abastecimento alimentar.

Portanto, reafirmamos a viabilidade econômica dos assentamentos rurais ao reduzirem os níveis de pobreza no campo e contribuírem com a oferta de alimentos aos mercados. Reforçamos o argumento de que a Reforma Agrária é o primeiro passo para transformar a terra em território e realizar a transição agroecológica dessas áreas. Somente com a diversidade de práticas agroecológicas e com a organização política do campesinato se consegue uma recuperação das áreas degradadas pelo agronegócio, uma produção limpa de agrotóxicos, uma autonomia em relação aos insumos agrícolas e a comercialização sem depender de atravessadores. A agroecologia concretiza o propósito

---

<sup>104</sup> O índice varia de zero a um, quanto mais próximo de 1 mais concentrada está a posse da terra.

da Reforma Agrária em garantir a segurança e a soberania alimentar do campo e da cidade.

### **3.2 A agroecologia faz da terra território: Movimento Agroecológico e reprodução camponesa**

Como vimos no Capítulo 1, o projeto político da agroecologia está fundamentado na soberania alimentar e na sustentabilidade, e só se concretiza com a retomada do poder do território pelo campesinato, frente à hegemonia do capitalismo no campo. Nesta perspectiva, a agroecologia na Paraíba é oriunda da conquista da terra e está relacionada aos processos de resistência e organização dos camponeses. As práticas da Revolução Verde já estavam instaladas nos territórios durante a formação dos primeiros assentamentos rurais, havendo, portanto, a necessidade de os movimentos e organizações sociais conduzirem uma reflexão política sobre a importância de uma produção diversificada, de modo a garantir a segurança e a soberania alimentar da família e em conformidade com as condições ambientais do lugar, de modo “limpo”, sem o uso de agrotóxico e fertilizantes químicos. Nesse sentido, no Litoral e na região da Várzea, é a CPT que conduz um trabalho pioneiro em relação à transição agroecológica com os camponeses assentados. Outras regionais da CPT passaram também a assumir a necessidade de uma transição agroecológica, com destaque para o trabalho realizado no Alto Sertão do estado. Sobre o processo de transição agroecológica, Tânia nos diz que:

O surgimento da agroecologia se deu como uma consequência **da conquista da terra**. A CPT fazia muitos seminários de formação e, em quase todos, se levantava o debate da questão da monocultura no plantio e dos usos dos agroquímicos, as consequências disso *pra* saúde, e aquilo foi avançando principalmente ali no final dos anos 90, que foi um momento, na minha leitura, que o movimento camponês estava mais mobilizado, e quando o povo *tá* mobilizado, o Estado reage, *né?* (Entrevista com Tânia – CPT, 2019, grifo nosso).

De acordo com Tânia, nas primeiras discussões sobre a produção agroecológica no estado, utilizava-se a expressão **produtos limpos**. O termo **agroecologia** foi sendo adotado pelos camponeses a partir dos intercâmbios realizados em outros países e estados brasileiros e também da aproximação com universidades e institutos de pesquisa. A partir de então, foi sendo assimilada pela CPT e pelos camponeses a possibilidade de unir os interesses dos camponeses com a expectativa de consumir produtos saudáveis dos

consumidores da cidade. A produção limpa dos assentamentos passou a ser chamada de **agroecológica**.

A comercialização dos produtos também esteve no centro das primeiras discussões, que problematizavam a dependência da figura do atravessador para a venda da produção. As reuniões da CPT com as lideranças das áreas de assentamentos se iniciaram em meados de 1997 e acontecem até hoje, mensalmente, na Arquidiocese, tendo como pautas permanentes a qualidade e a diversificação dos produtos e a comercialização da produção. Dessa forma, as primeiras reuniões aconteceram na tentativa de construir uma solução eficaz que melhorasse a produção e a comercialização, com o intuito de descartar a figura do atravessador. Além dos camponeses dos assentamentos da região do Litoral e da Várzea, participavam alguns secretários de agricultura e prefeitos dos municípios próximos, representantes da Cáritas Arquidiocesana, da CPT, do INCRA e do Gabinete do então deputado estadual Frei Anastácio.

De acordo com Tânia, o processo de planejamento sobre o quê e como plantar foi muito difícil e contou com o apoio técnico de Luiz Sena, contratado pela CPT e pela Cáritas<sup>105</sup> para acompanhar o grupo de produção agroecológica que estava começando a se formar. Luiz Damásio de Lima, camponês assentado do Padre Gino, Sapé-PB, e liderança política da região, relata que a maior dificuldade estava relacionada a produzir de forma diversificada, visto que a maioria deles vinha da experiência do trabalho com o corte da cana-de-açúcar e foi assentada numa área também de plantio de cana-de-açúcar, por isso, muito desgastada. Luizinho relata que:

(...) a gente vem de uma cultura da cana-de-açúcar, não tem aquela ideologia de planejamento de produção, *né?! De administração (...)* ou seja, a gente vivia trabalhando lá como diário, e aí chegava de manhã, e o patrão dizia: “Você vai fazer aquilo, aquilo e aquilo”, e final de semana recebia o dinheiro. Então o que tinha por trás daquilo, a gente não sabia, *né?* Então ninguém foi formado nesse meio. E o processo era agrotóxico, era desmatamento, era queimada, tudo isso era o que a gente fazia. Plantar monocultura, ou seja, uma coisa só. Quando a gente, através da luta pela terra, consegue a terra, a gente não tinha outra coisa na cabeça... Era plantar uma coisa só. (Luiz Damásio de Lima, Assentamento Padre Gino, 2005).<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> Luiz Sena foi o primeiro técnico em Agropecuária que assessorou o grupo de camponeses que vinham sendo acompanhados por Romildo e Rosa, que representavam a Cáritas em João Pessoa. Essas pessoas desenvolveram um trabalho determinante para a criação das primeiras Feiras Agroecológicas do estado. Informação retirada da entrevista realizada com Tânia Maria de Souza em setembro de 2019.

<sup>106</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2005, pelo grupo do projeto *Feira Agroecológica do Campus I da UFPB: Certificação Social e Revitalização*.

Diante da necessidade de mais informações sobre as práticas agroecológicas, ocorreu o primeiro intercâmbio do técnico Luiz Sena e de alguns camponeses a uma área de produção e comercialização agroecológica em Santa Maria-RS, que já possuía vasta experiência em agroecologia. Assim, no retorno, foram realizadas inúmeras visitas às áreas para levantamento da produção e se investiu em oficinas de práticas e manejos agroecológicos, sobretudo de produção de hortaliças. Iniciaram-se também, nesse período, a elaboração dos critérios de produção, a construção do regimento interno a ser adotado pelo grupo e a formalização das primeiras associações de agricultores agroecológicos do estado: a **Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana - Ecovárzea** e a **Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano – ECOSUL**.

O trabalho da CPT na Paraíba junto aos camponeses atualmente é feito em duas frentes: na assessoria às áreas de conflito por terra, que conta com o apoio jurídico e a formação política de lideranças; e na assessoria à transição agroecológica nas áreas de assentamentos acompanhados pela entidade. Tânia relata que o apoio da CPT às áreas de assentamentos envolve não só a parte técnica para a transição agroecológica, mas também a comercialização direta por meio das feiras e a organização política e social necessária para implantar, de fato, os fundamentos da agroecologia na dinâmica dos assentamentos.

Os camponeses que fizeram a opção pela transição agroecológica na Zona da Mata e no Litoral construíram, ao longo dos anos, junto com a CPT e os parceiros, uma rede de troca de experiências denominada pelo grupo de **Rede Agroecológica**. Mensalmente existe um encontro com as lideranças dos assentamentos ligados à Rede Agroecológica na sede da Pastoral, que fica na Arquidiocese, localizada na Praça Dom Adauto, no Centro de João Pessoa. Nessas reuniões, são discutidos e encaminhados pontos que dizem respeito ao desenvolvimento dos assentamentos. Alane,<sup>107</sup> durante a reunião, fez uma fala que sintetizou o percurso e o desafio que move a Rede Agroecológica:

Nós temos todas essas organizações e experiências geridas por camponeses que não tiveram formação acadêmica nenhuma, mas que demonstram ter um processo organizativo consolidado. Essa organização vem da luta pela terra. Eram agricultores explorados, escravizados, expropriados da sua história de vida e da sua cultura e hoje ajudam a organizar a resistência em diferentes frentes: associações, feiras, discutindo políticas públicas, etc. O grande desafio hoje é inserir os jovens para continuar a luta de vocês.

---

<sup>107</sup> Alane Maria Silva de Lima é filha de Luiz Damásio de Lima e seguiu o caminho de liderança política do pai.

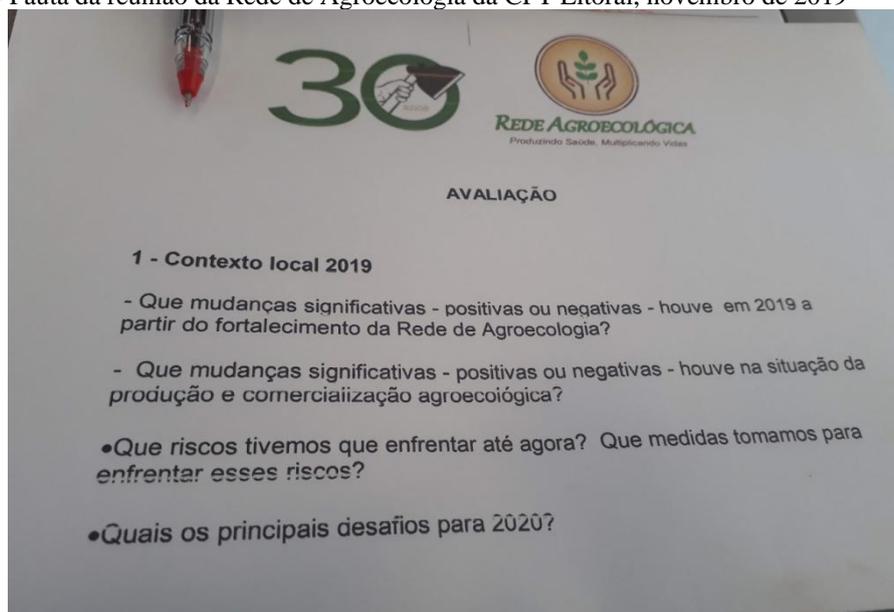
A seguir, encontram-se a **Foto 4 - Reunião da Rede Agroecológica do Litoral vinculada à CPT** e a **Figura 9 - Pauta da reunião da Rede de Agroecologia da CPT Litoral de novembro de 2019**:

**Foto 4** - Reunião da Rede Agroecológica do Litoral vinculada à CPT. João Pessoa, novembro de 2019



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 9** - Pauta da reunião da Rede de Agroecologia da CPT Litoral, novembro de 2019



Fonte: Acervo da autora.

Em síntese, os desafios elencados pelos camponeses estiveram relacionados ao desmonte das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar em nível federal e a preocupação em relação à decisão por parte da prefeitura de João Pessoa, que não renovou a concessão de uso de espaço público da Feira Agroecológica do Ponto dos Cem Réis, no Centro da cidade, que já funcionava havia 3 anos. Registramos os seguintes encaminhamentos da Rede para o ano de 2020: a necessidade de pautar o governo do estado da Paraíba para fortalecer o PAA estadual; dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido com os jovens da região pelo Memorial das Ligas e das Lutas Camponesas; expandir os cadastros de produtores orgânicos da Rede Agroecológica junto ao MAPA; e continuar a realizar a Feira Agroecológica do Ponto de Cem Réis na semana seguinte, como forma de resistência para abrir um canal de negociação com a prefeitura.

Outra Rede organizada pela CPT, que foi e continua sendo de suma importância para a dinamização da Agroecologia no estado, é a **Rede de Cultivos Agroecológicos**, que reúne experiências do Alto Sertão paraibano. A Rede surgiu da necessidade de organizar os camponeses em torno das ações da Articulação do Semiárido na Paraíba – ASA/PB. No início da atuação da ASA junto aos camponeses dos assentamentos acompanhados pela CPT, foram criadas duas redes temáticas: a comissão de sementes e a comissão de água, para discutir e implantar as ações de convivência com o semiárido, sobretudo relacionadas ao armazenamento e à estocagem de sementes e água. Com o desenvolvimento das ações da ASA e com o aumento da produção agroecológica nos assentamentos, percebeu-se a necessidade de ampliar as ações e a organização dos camponeses, e assim surgiu a Rede de Cultivos Agroecológicos em 2004. As experiências encontradas no Alto Sertão da Paraíba, protagonizadas pelos camponeses com apoio da CPT e das organizações da ASA, têm possibilitado a reprodução e a permanência dos camponeses em suas áreas semiáridas. Os bancos de sementes da paixão, os viveiros de mudas, os cultivos agroecológicos, os intercâmbios, as feiras agroecológicas, as farmácias vivas e a construção de tecnologias de captação, armazenamento e reúso de água, entre outras estratégias, são mantidas num processo de autogestão e cooperação, a partir de um elo muito forte com a natureza.

A Rede atualmente reúne diversas associações de agricultores dos assentamentos rurais do Alto Sertão<sup>108</sup> e entidades de assessoria, como a Comissão Pastoral da Terra – a

---

<sup>108</sup> Associação dos Apicultores do município de Marizópolis-PB; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras-PB; Associação dos Agricultores do Assentamento Acauã; Associação dos Agricultores do Assentamento Santo Antônio; Associação dos Agricultores do Assentamento Frei Damião I; Associação

CPT/Sertão; o Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social – IFBDS; a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano – CAAASP; o Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – NAESP/IFPB; e o Programa de Ação Social e Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras-PB – PASPP.

Em 2017, diante da necessidade de organizar a produção e a comercialização agroecológica dos assentamentos, que fazem as Feiras Agroecológicas de Cajazeiras-PB, Aparecida-PB e Santa Helena-PB e que estão inseridos na Rede de Cultivos Agroecológicos, foi criada a **Associação Sertão Agroecológico**. De acordo com o diagnóstico participativo feito pelos camponeses e que foi disponibilizado pelo IFBDS para nossa pesquisa, a Associação Sertão Agroecológico tem a missão de organizar a produção e a comercialização dos assentamentos das referidas feiras, tendo algumas tarefas urgentes, como: realizar o cadastro da associação junto ao MAPA e de seus camponeses no Cadastro Nacional da Produção Orgânica; tabelar o preço dos produtos vendidos nas feiras; e fazer avançar a produção agroecológica nos assentamentos que fazem parte das feiras.

A dinâmica agroecológica da Borborema foi construída com o apoio do Polo da Borborema<sup>109</sup> e da ASPTA, e hoje é uma experiência singular de gestão do desenvolvimento local, conduzida pelas organizações camponesas do território e fundamentada na soberania e na sustentabilidade em resistência ao uso de agrotóxicos e ao cultivo de transgênicos na região. A experiência se iniciou em 1993 com a articulação de três sindicatos rurais dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca com a ASPTA, com o objetivo de buscar estratégias:

Capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática da agricultura familiar da região. Tratava-se, para esses sindicatos, de reverter uma conjuntura de descenso do movimento sindical e de conectar suas pautas de luta, até então muito genéricas, à realidade e às motivações concretas da numerosa e diversificada agricultura familiar do agreste. (SILVEIRA *et al.*, 2007, p. 10).

---

dos Agricultores do Assentamento Angélica; Associação dos Agricultores do Assentamento Juazeiro; Associação dos Agricultores do Assentamento Jacu; Associação dos Agricultores do Assentamento Padre Domingos Cleides; Associação dos Agricultores do Assentamento Frei Dimas; Associação dos Agricultores do Assentamento Morada Nova; Associação dos Agricultores do Assentamento Santa Cecília; Associação dos Agricultores do Assentamento Floresta.

<sup>109</sup> O Polo é formado por uma rede de 16 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais (STRs) e aproximadamente 150 associações comunitárias, distribuídos em de 14 municípios do Agreste e da Borborema da Paraíba (SILVEIRA *et al.*, 2007).

Em 2001, foi estabelecida, durante I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema, a estratégia de um programa de desenvolvimento estruturado em dois eixos: um processo de formação tendo como objeto os temas relacionados à inovação agroecológica; e um processo de formação com foco nas políticas públicas, inclusive formulando e defendendo propostas de políticas voltadas à expansão da agroecologia no território. Na ocasião, foi definido que o Polo Sindical da Borborema, que passou a se denominar Polo da Borborema, pela amplitude de sua atuação, não mais ligada apenas à ação sindical, seria o espaço político-organizativo do conjunto das organizações da agricultura familiar, e a ASPTA atuaria com uma ampla assessoria no projeto de desenvolvimento local e da promoção da agroecologia. A partir de então, a ASPTA passou a realizar sucessivos diagnósticos, rápidos e participativos, incontáveis processos coletivos de intercâmbios, experimentação de inovações técnicas e político-organizativas com vistas à promoção do desenvolvimento local e, dessa forma, adquiriram um ritmo acelerado de territorialização da organização política e práticas agroecológicas pelo território (PETERSEN; SILVEIRA, 2007; SILVEIRA et al., 2007).

A seguir, apresentamos o **Quadro 1 - Diagnósticos realizados pela ASPTA entre 1993 e 2008 no Território do Polo da Borborema**, que traz a linha do tempo dos diagnósticos realizados pela ASPTA e abrange o estudo de diversos temas que subsidiam as ações do Polo da Borborema até hoje.

**Quadro 1** - Diagnósticos realizados pela ASPTA entre 1993 e 2008 no Território do Polo da Borborema

ANO	DIAGNÓSTICO E TEMAS
1993	Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema – DRPA nos municípios de Solânea e Remígio
1994	Diagnóstico Ambiental
1995	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Criação Animal
1996	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP da Diversidade de Feijões
	Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema – DRPA no município de Lagoa Seca
1997	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP da Gestão da Fertilidade
1998	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Plantas Nativas
1999	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP dos Circuitos Comerciais da Batata
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Recursos Hídricos
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Plantas Nativas
2002	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Frutas Nativas
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP do Uso de Agrotóxicos em Lagoa Seca
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP sobre o Empoderamento dos mais Pobres
2003	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Criação de Aves
2004	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Mercados e Feiras Livres
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP Ambiental do Polo da Borborema
	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP sobre Políticas Públicas
2005	Diagnóstico Rápido Participativo – DRP Ambiental do Polo da Borborema
2007	Estudos de Monitoramento Econômico
2008	Estudo sobre a Desigualdade de Gênero

Fonte: Silveira *et al.*, 2010.

Como desdobramentos dos processos em curso, em 2005, foi criada a **Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema – ECOBORBOREMA**, que atualmente representa uma rede de 12 Feiras Agroecológicas do Polo da Borborema e 5 Quitandas Agroecológicas, possuindo aproximadamente 200 sócios, distribuídos em 16 municípios do Agreste e da Borborema (CPO/PB, 2018).<sup>110</sup> Segue a **Foto 5 - Assembleia de criação da ECOBORBOREMA no município de Alagoa Nova**:

**Foto 5** - Assembleia de criação da ECOBORBOREMA no município de Alagoa Nova



Fonte: SILVEIRA *et al.* (2007).

Uma importante iniciativa política protagonizada pela ação articulada do Polo Sindical da Borborema, da ASPTA e demais parceiros do Movimento Agroecológico na região da Borborema é a **Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia**, que acontece desde 2010. De acordo com Silva (2015, p. 105), “a Marcha das Mulheres aborda a relevância da mulher na unidade camponesa e amplia o debate da agroecologia, além de lutar contra o preconceito e a violência sofridos pelas mulheres”. Desde 2010, já

---

<sup>110</sup> Informação obtida no III Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba, que aconteceu em dezembro de 2018, em Campina Grande, realizado pela Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB.

aconteceram onze Marchas e sempre com o aumento no número de participantes.<sup>111</sup> A carta política lançada pela Marcha, em 2013, apresentou a seguinte pauta de reivindicações:

- 1 - Pelo reconhecimento e pela valorização do papel histórico das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à promoção da agricultura;
- 2 - Pelo reconhecimento e fortalecimento das formas de auto-organização das mulheres, como os fundos rotativos solidários, os grupos de beneficiamento e comercialização;
- 3 - Pela garantia da participação das mulheres no debate sobre as políticas públicas para agricultura, saúde e educação;
- 4 - Pela criação de fóruns para debate sobre as políticas públicas voltadas para a mulher, a exemplo do PRONAF Mulher, e pela implementação de propostas de aprimoramento para sua efetiva execução e o empoderamento das mulheres;
- 5 - Pela criação de instituições e espaços de defesa e de atendimentos à mulher em situação de violência para a efetivação da aplicação da Lei Maria da Penha nos municípios e no Território da Borborema;
- 6 - Pela capacitação permanente dos agentes dos serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência, garantindo atendimento humano e qualificado;
- 7 - Cobramos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema a realização de um encontro com os diferentes gestores públicos do território, momento no qual possamos apresentar nosso trabalho e luta e, ao mesmo tempo, fazer um balanço crítico sobre a equidade com que as políticas das diversas esferas e pastas são implementadas na região. (SILVA, 2015, p. 106).

Dessa forma, a ação articulada entre o Polo e a ASPTA cria condições políticas e metodológicas para o avanço da proposta de desenvolvimento local fundamentado na agroecologia, sobretudo criando estratégias de resistência em relação ao avanço no uso de agrotóxico e sementes transgênicas no território. Dentre essas estratégias, destacam-se os Bancos Comunitários de Sementes Crioulas, que são considerados referência para a proteção do patrimônio genético das comunidades camponesas e a venda direta da produção em feiras agroecológicas e pontos fixos de comercialização, ambas analisadas no Capítulo 4 deste trabalho.

A incorporação da abordagem agroecológica como referência para o desenvolvimento dos assentamentos do MST se deu apenas na década de 2000. O modelo de produção adotado pelo Movimento até então trazia forte influência do marxismo agrário, utilizando a base tecnológica da Revolução Verde, e a comercialização geralmente era feita em larga escala pelas cooperativas do Movimento que vendia a

---

<sup>111</sup> Os municípios que aconteceram as Marchas, o número de participantes e os parceiros do evento podem ser encontrados em: <http://aspta.org.br/?s=X+Marcha+pela+vida+das+mulheres>.

produção a atravessadores. Ao adotar a agroecologia como meio de alcançar o propósito do projeto da Reforma Agrária, o Movimento iniciou o distanciamento do modelo anterior e se aproximou das experiências de transição agroecológica já em curso em todo o Brasil.

A mudança de paradigma ocorre após o MST se aproximar de outros movimentos sociais da América Latina ligados à Via Campesina. As abordagens ecossocialistas (neonarodnista e ecologismo popular) passam a ser incorporadas pelo MST, que se posiciona melhor em relação à atual crise social e ecológica enfrentada pelos países latino-americanos. A partir de então, o Movimento passa a formular novas estratégias de desenvolvimento das áreas de assentamentos, que se contrapõem de fato ao agronegócio enquanto modelo hegemônico e destrutivo de desenvolvimento rural (BORSATTO; CARMO, 2014; MARTÍNEZ ALIER, 2018; SEVILLA GÚZMAN, 2011).

Foi a partir do V Congresso Nacional, em 2007, que o MST assumiu de forma explícita a agroecologia como a base na qual deveria se realizar a Reforma Agrária no Brasil, transformando o conceito da agroecologia em bandeira política na luta histórica defendida pelo MST. No entanto, consideramos como marco de transição o Programa de Reforma Agrária Popular, apresentado no VI Congresso Nacional do Movimento em 2014, que traz os fundamentos nos quais a agroecologia se configura enquanto direcionamento político e matriz produtiva para os assentamentos rurais (BORSATTO; CARMO, 2014; MST, 2013). De acordo com o MST (2013, p. 51):

(...) as raízes da Reforma Agrária Popular não estão somente no esgotamento objetivo da Reforma Agrária clássica. Mais que isso: as raízes da Reforma Agrária Popular brotam e crescem de um único lugar – o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital. Que agora se agrava com sua crise civilizatória e se apropria, violentamente, de todos os bens da natureza, da saúde e da cultura popular para transformar tudo em mercadoria, em lucro! Nosso programa não se destina apenas aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra ou aos povos que vivem no campo. A Reforma Agrária é Popular porque abrange todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda a classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo.

Entre os objetivos do programa construído pelo MST que usam diretamente o termo agroecologia, agroecológicas ou orgânica estão:

- Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas;

- Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza;
- Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país;
- Exigir do Estado a organização, o fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses. Instalar unidades de transformação de resíduos orgânicos das cidades em adubação orgânica e distribuí-los gratuitamente a todos os camponeses;
- Exigir do Estado o uso de todos os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem – para incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis;
- Exigir do Estado a reorganização e a reestruturação da pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa;
- Exigir do Estado a organização de instituições para facilitar a certificação dos produtos orgânicos da agricultura camponesa;
- Reivindicar do Estado atuação para ampliar o maior número possível de cursos técnicos e superiores de agroecologia em todas as regiões do país;
- Implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, a cursos de educação profissional e superior e a centros de formação existentes nos assentamentos;
- Promover programas de bolsas de estudo para jovens camponeses realizarem intercâmbio internacional em outros países com experiência de produção camponesa e agroecológica. (MST, 2013).

De acordo com Gilmar – MST/PB, de fato, a preocupação inicial do Movimento era aumentar a produção agrícola dos assentamentos para comercializar em larga escala e assim provar a eficiência da Reforma Agrária. Ao assumir a necessidade de uma transição agroecológica, o Movimento passou a se preocupar primeiramente com a garantia da segurança e soberania das famílias e com a autonomia do campesinato perante o capital agrícola. Ao tratar da realidade das áreas de assentamentos da Paraíba, Gilmar afirma que a maioria eram áreas de plantação de cana-de-açúcar e que receberam muitos produtos químicos, o que dificultava e ainda dificulta a transição agroecológica. Nesse sentido nos disse que “os assentados tinham medo de passar fome se não usassem o

veneno”, ou seja, “quase tudo o que a gente plantasse aqui morria, amarelava... O pé de mamão ou pé de feijão já nascia amarelo, o solo ficou alcalino (...) A gente aqui tem 20 anos plantando feijão, mamão, macaxeira, deixando o mato crescer e arrochando esterco no solo, e ainda é difícil”. A liderança afirma que a produção agroecológica nas áreas de assentamento do MST no estado ainda é muito pequena, e sem os contratos de assessoria técnica ficou ainda mais difícil. A produção agroecológica é feita praticamente de modo experimental, assim como a participação dos camponeses em feiras livres, contudo, afirma que é perceptível a mudança na qualidade de vida e na renda daqueles camponeses que optaram pela transição agroecológica.

Em maio de 2018, houve um evento no Instituto Nacional do Semiárido – INSA, localizado em Campina Grande-PB, para preparação do IV Encontro Nacional de Agroecologia, que aconteceu em Belo Horizonte-MG. Nessa ocasião, reuniram-se aproximadamente 150 pessoas, entre camponeses, quilombolas, indígenas, mulheres, representantes de assessoria técnica e núcleos de agroecologia de várias regiões do estado para debater o projeto político da agroecologia da Paraíba e compor a delegação que representaria o estado no IV ENA. Como encaminhamento, houve a criação da **Articulação Paraibana de Agroecologia**, uma articulação permanente cujo objetivo “é fazer com que as redes e movimentos se conheçam, se aproximem e possam construir alianças, parcerias, em torno do fortalecimento do projeto político da agroecologia” (SILVEIRA, 2018).<sup>112</sup> Fazem parte da Articulação todos os segmentos que, de alguma maneira, fomentam a agroecologia no estado.<sup>113</sup>

Concluimos que a agroecologia se territorializa no espaço agrário paraibano enquanto práxis camponesa e metodologia de desenvolvimento local. Remete à necessidade de as famílias camponesas garantirem a sua segurança e a soberania alimentar após conseguirem a terra de trabalho e reprodução social. A seguir, analisaremos o papel das políticas públicas, em sua maioria construídas a partir do diálogo com a classe camponesa na territorialização e no fortalecimento da agroecologia enquanto projeto de desenvolvimento local.

---

<sup>112</sup> Depoimento disponível em: <https://aspta.org.br/2018/05/11/criada-articulacao-paraibana-de-agroecologia-durante-o-encontro-preparatorio-ao-iv-ena/>

<sup>113</sup> Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos Quilombola e Indígena da Paraíba, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Rede Paraibana de Núcleos de Agroecologia; Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (Resab) e Mãos Dadas, entre outros movimentos e organizações. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2018/05/04/encontro-reunira-movimentos-e-redes-estaduais-que-promovem-a-agroecologia-na-paraiba/>.

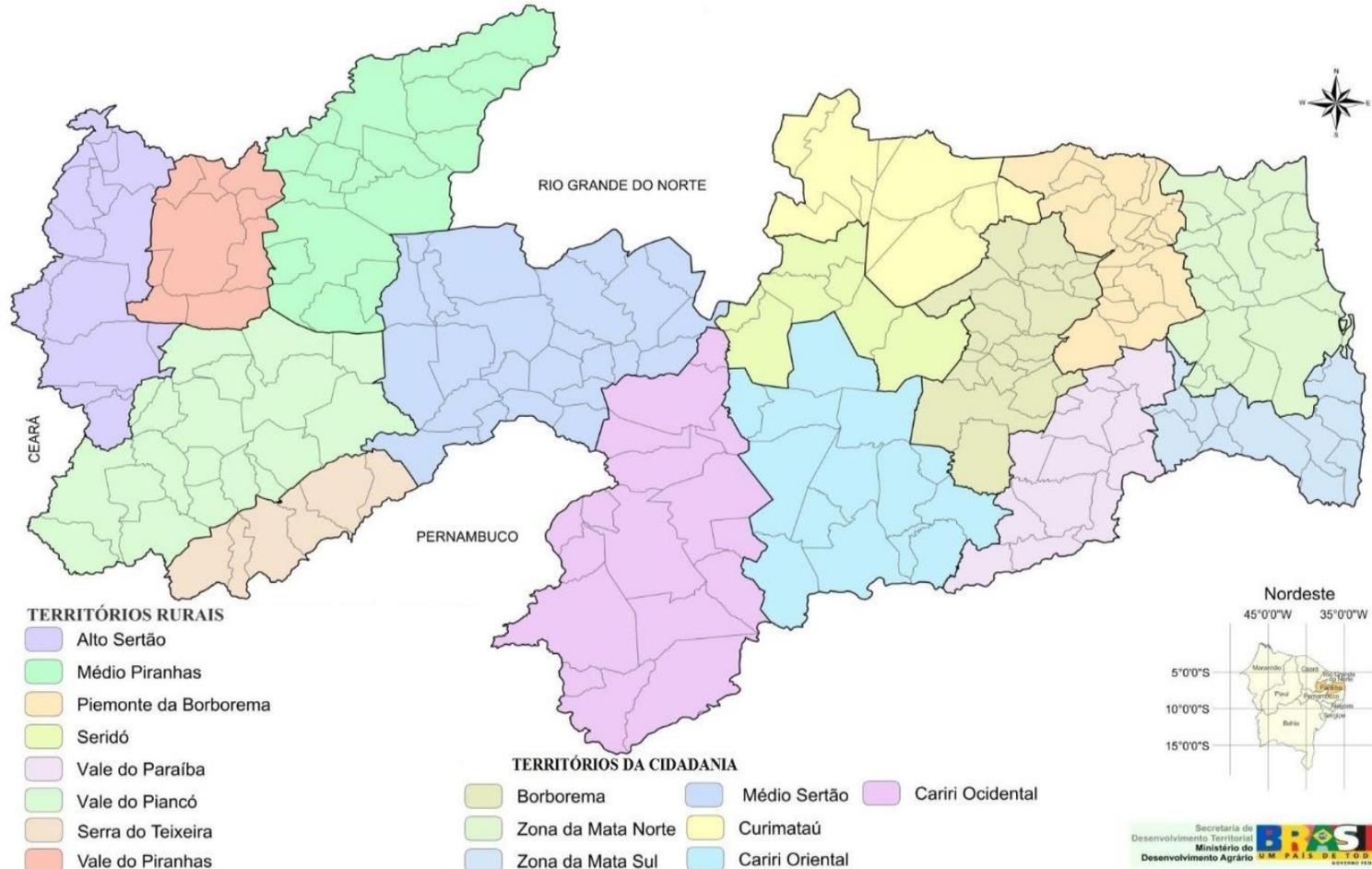
### **3.3 Panorama das políticas públicas de apoio à agroecologia na Paraíba**

Como visto, as primeiras experiências na Paraíba que se denominaram como sendo agroecológicas foram aquelas que receberam o apoio da CPT, do Polo da Borborema e das instituições que compõem a ASA Paraíba, como a ASPTA. Tanto o debate quanto as experiências agroecológicas foram fortalecidos com a implantação da Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, a partir de 2003, e com a criação da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB, em 2007, vinculada ao SISorg/MAPA.

Os colegiados territoriais reuniam os principais agentes de dinamização da agroecologia, entre órgãos do governo e entidades da sociedade civil, para debater e encaminhar políticas públicas relacionadas a infraestrutura produtiva e de comercialização; assessoria técnica e extensão rural; ensino, pesquisa e extensão; cultura, inclusão de jovens, mulheres, indígenas e remanescentes de quilombos nas políticas públicas em suas pautas específicas; e, de modo geral, fortaleceram e fomentaram experiências em agroecologia no estado.

Inicialmente foram formados, na Paraíba, quatro Territórios Rurais, denominados Zona da Mata, Borborema, Cariri e Médio Sertão. Após alguns debates realizados pelos colegiados destes Territórios, foi acordada uma subdivisão entre eles, ficando configurados em: Zona da Mata Sul e Zona da Mata Norte; Cariri Ocidental e Cariri Oriental; mais o Médio Sertão; e a Borborema, que não sofreram divisão. Posteriormente, a partir da organização do arranjo territorial, sobretudo pela sociedade civil, foi criado o Território do Curimataú. Os últimos territórios criados na Paraíba foram: o Piemonte da Borborema; o Vale do Paraíba; o Seridó; o Serra do Teixeira; o Médio Piranhas; o Vale do Piranhas; o Alto Sertão; e o Vale do Piancó. Desta forma, a Paraíba ficou dividida em 15 unidades, sendo 8 Territórios Rurais e 7 Territórios da Cidadania. A seguir, encontra-se o **Mapa 2 - Territórios Rurais e da Cidadania da Paraíba:**

Mapa 2 - Territórios Rurais e da Cidadania da Paraíba



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Zona da Mata Norte, 2010.

De acordo com dados divulgados pelo MDA, em 2008, os recursos destinados aos Territórios da Cidadania da Paraíba somavam R\$ 758 milhões; e em 2009, esse número saltou para R\$ 1,2 bilhão. Segue o **Quadro 2 - Orçamento dos Territórios da Cidadania da Paraíba**, que traz os valores por Território:

**Quadro 2 - Orçamento dos Territórios da Cidadania da Paraíba**

Territórios	2008	2009
Borborema	R\$ 290.100.000,00	R\$ 345.439.987,44
Cariri Ocidental		R\$ 79.189.667,18
Curimataú		R\$ 53.967.238,09
Médio Sertão		R\$ 136.285.335,37
Zona da Mata Norte	R\$ 54.100.000,00	R\$ 197.846.766,02
Zona da Mata Sul	R\$ 313.800.000,00	R\$ 479.789.819,83
TOTAL	R\$ 758.000.000,00	R\$1.292.518, 813,93

Fonte: Brasil, 2008, 2009.

O balanço do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, referente aos recursos executados do Programa dos Territórios da Cidadania na Paraíba, afirma que foram investidos R\$ 2.661,40 bilhões entre 2007 e 2010 (BRASIL, 2010).

As políticas públicas integradas no Programa Territórios da Cidadania – PTC se configuram em ações e projetos através da elaboração, implementação e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS,<sup>114</sup> elaborado pelos colegiados territoriais a partir da realidade de cada território. Os projetos e ações realizados nos territórios da Paraíba fortaleceram diretamente as experiências em agroecologia do estado. A partir da análise dos 7 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, os PTDRS, elaborados com participação direta das instituições que fomentam a agroecologia no estado, percebemos que, em todos eles, estiveram presentes diretrizes para as ações que envolviam a dimensão agroecológica.

Segue o **Quadro 3 - Diretrizes para as Ações e Projetos nos Territórios da Cidadania da Paraíba**, que sintetiza as informações por território:

<sup>114</sup> O objetivo do PTDRS era subsidiar o colegiado territorial no planejamento, execução e monitoramento dos projetos e ações prioritizadas para o desenvolvimento. Expressa a síntese das decisões tomadas pelo conjunto dos atores e atrizes sociais nas conferências e plenárias. É um documento base em que, ao longo do processo de instalação da política, que é dinâmica, os sujeitos pudessem se referenciar e também retroalimentar a partir das dimensões: produtiva, sociocultural, ambiental e político/institucional do desenvolvimento, formulando estratégias e ações integradas em prol do desenvolvimento rural sustentável.

**Quadro 3 - Diretrizes para as Ações e Projetos nos Territórios da Cidadania da Paraíba**

Território	Diretrizes para as Ações e Projetos
Zona da Mata Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a infraestrutura de produção e comercialização das feiras agroecológicas do território;</li> <li>- Ampliar o número de feiras agroecológicas a partir da organização de novos grupos de agricultores;</li> <li>- Capacitar o agricultor familiar para a transição agroecológica e para atender a demanda do mercado de orgânicos;</li> <li>- Ampliar os espaços de comercialização para os agricultores do território para diminuir a venda aos atravessadores, e que tenham prioridade em participar do projeto os produtores agroecológicos.</li> </ul>
Zona da Mata Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar uma Central de Comercialização da Agricultura Familiar em João Pessoa que possa servir de espaço para comercializar e agregar valor aos produtos dos agricultores da região;</li> <li>- Capacitar o agricultor familiar para a transição agroecológica e para atender a demanda do mercado de orgânicos;</li> <li>- Fortalecer a ATES nas áreas de assentamentos, mas também capacitar seus técnicos na matriz agroecológica de produção;</li> <li>- Desenvolver os ensinamentos da agroecologia nas escolas do campo num contexto de uma educação contextualizada.</li> </ul>
Borborema	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a aquisição dos produtos agroecológicos da agricultura familiar para merenda escolar, creches, hospitais e outros (PAA e PNAE);</li> <li>- Capacitar o agricultor familiar para atender a demanda de produtos agroecológicos;</li> <li>- Melhorar a infraestrutura de produção e comercialização das feiras agroecológicas do território (crédito para produção, pequenos tratores e ensiladeiras para as associações e cooperativas, barracas e transporte para as feiras);</li> <li>- Construir o banco mãe de sementes crioulas;</li> <li>- Fortalecer a rede do conhecimento agroecológico através de investimento na extensão rural com a matriz agroecológica e em chamadas públicas para as universidades;</li> <li>- Investir na implantação de tecnologias sociais.</li> </ul>
Curimataú	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistematizar as informações sobre as experiências em agroecologia que existem no território;</li> <li>- Investir em assistência técnica para auxiliar a transição agroecológica dos agricultores.</li> </ul>
Cariri Oriental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilizar recursos humanos, técnicos e financeiros para realizar intercâmbios e seminários técnicos para fortalecer os cultivos agroecológicos do território;</li> <li>- Implantar bancos de sementes nas comunidades do território;</li> <li>- Investir na construção de quintais produtivos agroecológicos, nas comunidades e assentamentos rurais consorciando com espécies florísticas, nativas e frutíferas.</li> </ul>
Cariri Ocidental	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar nas comunidades o Projeto dos Quintais Produtivos Agroecológicos, desenvolvido pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC);</li> <li>- Melhorar a infraestrutura de produção e comercialização das feiras agroecológicas;</li> <li>- Sistematizar e mapear as informações sobre as feiras agroecológicas (agricultores e produção comercializada) existentes no Território;</li> <li>- Realizar intercâmbios para o aprimoramento das práticas agroecológicas.</li> </ul>
Médio Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir na implantação de tecnologias sociais nas comunidades, sobretudo para captação e manejo da água da chuva (cisternas, tanques em pedra, barragens subterrâneas);</li> <li>- Melhorar a assistência técnica para transição agroecológica a partir da perspectiva de convivência com o semiárido, principalmente nas áreas de assentamentos;</li> <li>- Priorizar a inserção de mulheres nos espaços de comercialização do artesanato e do campo agroecológico;</li> <li>- Articular as universidades locais para formação de educadores populares, agrônomos, veterinários, engenheiros florestais e biólogos no campo agroecológico;</li> <li>- Identificar as famílias agricultoras que conservam sementes crioulas e mapear a diversidade de sementes tradicionais no Território, para formar novos bancos comunitários de sementes;</li> <li>- Realizar campanhas educativas entre os agricultores consumidores acerca das consequências do uso de agrotóxicos e transgênicos.</li> </ul>

Fonte: PTDRSs dos territórios elaborados em 2010. Organizado por Mariana Borba de Oliveira.

Como resultados dessas diretrizes, podemos citar ações e projetos realizados principalmente em duas frentes: i) produção e comercialização dos produtos agroecológicos, através de crédito (PRONAF), aumento de recursos para o PAA, investimento em infraestrutura de barracas e transporte da produção das feiras agroecológicas já existentes e criação de novas feiras no estado, construção dos Centros Integrados de Agricultura Familiar – CIAFs e da Central de Comercialização da Agricultura Familiar – CECAF, que funcionam para escoar a produção da agricultura familiar, tendo prioridade os produtos agroecológicos, construção do Banco Mãe de Sementes em Lagoa Seca e expansão progressiva da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES nas áreas de assentamentos rurais; e ii) investimento na construção do conhecimento e da transição agroecológica, com chamadas públicas direcionadas para ensino, pesquisa e extensão com enfoque agroecológico, com destaque para os serviços de Assistência Técnica Econômica e Social – ATES e de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e a criação dos Núcleos de Estudos em Agroecologia - NEAs e dos Núcleos de Extensão Rural Agroecológica – NERAs.

Não é nosso objetivo descrever e analisar cada umas dessas ações e projetos, contudo, é importante destacar a expressão delas no apoio à agroecologia no estado, mesmo diante da interrupção de algumas ações e das disputas políticas e contradições existentes no decorrer de suas execuções.

Os serviços de Assistência Técnica Econômica e Social – ATES são executados pelo INCRA na Paraíba, desde 2003, e ganharam força a partir de 2010 com o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, chegando a abranger todos os territórios do estado. Os serviços chegaram a contemplar 90% dos assentamentos da Paraíba, que foram divididos em 11 núcleos territoriais, assessorando 12.233 famílias em 254 projetos de assentamentos. De acordo com levantamento realizado nas chamadas públicas<sup>115</sup> a que tivemos acesso, entre 2011 e 2016, foram investidos aproximadamente R\$82.000.000,000 (oitenta e dois milhões de reais) nos serviços da ATES na Paraíba, executados por cooperativas ligadas a movimentos sociais e por organizações não governamentais – ONGs. No **Quadro 4 - Lotes de ATES do estado da Paraíba**, estão as informações sobre os lotes de ATES

---

<sup>115</sup> Chamada pública INCRA-SR/18 n° 01/2011; Chamada pública INCRA-SR/18 n° 02/2011; Chamada pública SAF/ATER n°07/2013; Chamada Pública INCRA-SR/18 n° 01/2014; Chamada Pública INCRA-SR/18 n° 01/2015.

existentes no estado, os municípios, o número de assentamentos rurais e as famílias beneficiadas:

**Quadro 4 - Lotes de ATES do estado da Paraíba**

<b>Lote de ATES</b>	<b>Municípios</b>	<b>Assentamentos (nº)</b>	<b>Famílias (nº)</b>
Mata Sul	Pitimbu, Conde, São M. de Taipu, Pedras de Fogo, Caaporã, Alhandra, Itabaiana, Pilar (08)	18	1.149
Mata Norte	Capim, Cruz Espírito Santo, Curral de Cima, Jacaraú, Lucena, Sapé (06)	19	1.236
Entorno de Mari	Araçagi, Cruz Espírito Santo, Riacho do Poço, Mari (04)	09	1.077
Entorno de Alagoa Grande	Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Juarez Távora (04)	17	755
Entorno de Bananeiras	Araruna, Bananeiras, Campo de Santana, Dona Inês, Pilõezinhos, Riachão, Solânea (07)	16	648
Médio Piranhas	Jericó, Lagoa, Paulista, Catolé do Rocha, Pombal, São Domingos de Pombal (06)	12	437
Alto Sertão	Aparecida, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Lastro, Marizópolis, Poços Dantas, Santa Helena, São José da Lagoa Tapada, Sousa (09)	21	666
Vale do Paraíba	Conde, Itabaiana, Juarez Távora, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pitimbu, Salgado de S. Félix, Santa Rita, São Miguel do Taipu, Sapé, Sobrado (11)	21	1.046
Borborema	Areia, Areial, Aroeiras, Barra de São Miguel, Boa Vista, Coxixola, Cabaceiras, Campina Grande, Cubati, Massaranduba, Matinhas, Pedra Lavrada, Pocinhos, R. de Santo Antônio, Seridó (15)	31	1.207
Curimataú	Algodão de Jandaíra, Araruna, Areia, Barra de Santa Rosa, Cabinda de Dentro, Casserengue, Cuité, Damião, Esperança, Monteiro, Pilões, Prata, Remígio, Serraria, Solânea, Soledade, Sossego (17)	44	2.152
Médio Sertão	Aparecida, Camalaú, Catingueira, Conceição, Condado, Diamante, Imaculada, Itaporanga, Malta, Matureia, Monteiro, Olho D'água, Patos, Pombal, Salgadinho, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São Mamede, São Sebastião de Umbuzeiro, Sumé, Taperoá, Teixeira, Várzea (24)	46	1.860
<b>TOTAL</b>		<b>254</b>	<b>12.233</b>

Fonte: Chamada Pública INCRA-SR/18 nº 01/2015. Organizado por Mariana Borba de Oliveira.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, que são aqueles exercidos em benefício dos agricultores familiares que não são assentados da Reforma Agrária, são executados pela Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e

Regularização Fundiária – EMPAER<sup>116</sup> (antiga EMATER). Através de contratos<sup>117</sup> com o MDA, a receita anual da EMPAER cresceu oito vezes e meia entre 2010 e 2014, executando, neste período, quase R\$21 milhões de reais em serviços de ATER oriundos do PRONATER.

Em relação à transição agroecológica, a EMPAER promove um trabalho de: sensibilização e apoio técnico aos agricultores quanto à importância do manejo sustentável e da produção de alimentos agroecológicos; à implementação de projetos de criação animal em sistemas sustentáveis e adaptados às condições do semiárido; à construção de estruturas de captação e armazenamento de água; ao apoio e organização de feiras agroecológicas; à elaboração de projetos para acesso ao crédito do PRONAF (com destaque para linha do PRONAF Agroecologia); à elaboração de projetos de PAA e PNAE; e ao auxílio no cadastro de produtores orgânicos no MAPA<sup>118</sup> (EMATER, 2012).

De acordo com dados do Banco Central, de 2015 a 2020, foram registrados 1.389 financiamentos pelo PRONAF Agroecologia na Paraíba. Em 2020, 92% das propostas enviadas foram aprovadas, sendo a Paraíba o estado que mais financiou projetos nessa linha, sendo responsável por cerca de 57% de todos os projetos realizados no Brasil.<sup>119</sup>

Segundo Geovanni Medeiros, assessor técnico da Secretaria de Estado Agricultura Familiar e engenheiro agrônomo da EMPAER Paraíba, o crescimento no número de projetos do PRONAF Agroecologia na Paraíba se deve ao investimento na construção de um Sistema de Informações Georreferenciadas e de um banco de dados contextualizado com a realidade da agricultura familiar da Paraíba, aliados a uma ação articulada entre a EMPAER, a Secretaria de Agricultura do Estado e o Banco do Nordeste,

---

<sup>116</sup> O Governo do Estado da Paraíba, através da Medida Provisória nº 277/2019, unificou os serviços prestados pela EMATER, EMEPA e Interpa, criando a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária – EMPAER.

<sup>117</sup> Através dos contratos: 74/2010 TC Cariri Ocidental; 82/2010 TC Borborema; 39/2012 PBSM Borborema; 43/2012 PBSM Mata Norte; 178/2013 Cadeia do Leite; 108/2014 Agroecologia Médio Sertão. Informações retiradas da apresentação disponibilizada por membros da CPO/PB, de Geovanni Medeiros, assessor técnico da Secretaria de Estado Agricultura Familiar e engenheiro agrônomo da EMPAER, que usou como base o Relatório de Gestão 2011-2014 – EMATER Paraíba.

<sup>118</sup> A informação sobre a orientação prestada aos agricultores em relação ao Cadastro de Produtores Orgânicos foi obtida nas reuniões da CPO. Registramos que o cadastro da Comunidade Bonfim e da Associação de Serraria foi organizado pela EMATER.

<sup>119</sup> Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-agricultura-familiar-e-desenvolvimento-do-semiarido/noticias/paraiba-e-destaque-nacional-na-producao-de-base-agroecologica-atraves-de-projetos-do-pronaf>.

com diálogo permanente para aprimorar os instrumentos e as planilhas de financiamento do PRONAF.<sup>120</sup>

As universidades e institutos federais assumem um papel fundamental na construção do conhecimento agroecológico no estado e atuam em parceria com as organizações não governamentais, movimentos sociais e sindicatos de agricultores. As estratégias de construção do conhecimento agroecológico demandam um aporte metodológico que enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, nascem os núcleos de estudo, pesquisa e extensão em agroecologia denominados de Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs e Núcleo de Extensão Rural Agroecológica – NERAs. Desde 2010, o Governo Federal investiu nos Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica vinculados principalmente a institutos e universidades federais para apoiar as experiências de construção e socialização do conhecimento agroecológico. A partir de 2012, os NEAs foram incorporados como iniciativa do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Tendo como base as chamadas públicas de apoio aos núcleos de agroecologia disponíveis no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, identificamos quais instituições foram contempladas na Paraíba. Seguem o **Quadro 5 - Instituições contempladas pelas chamadas públicas de apoio aos NEAs e NERAs na Paraíba** e o **Mapa 3 - Núcleos de Agroecologia na Paraíba**, que localizam os respectivos núcleos:

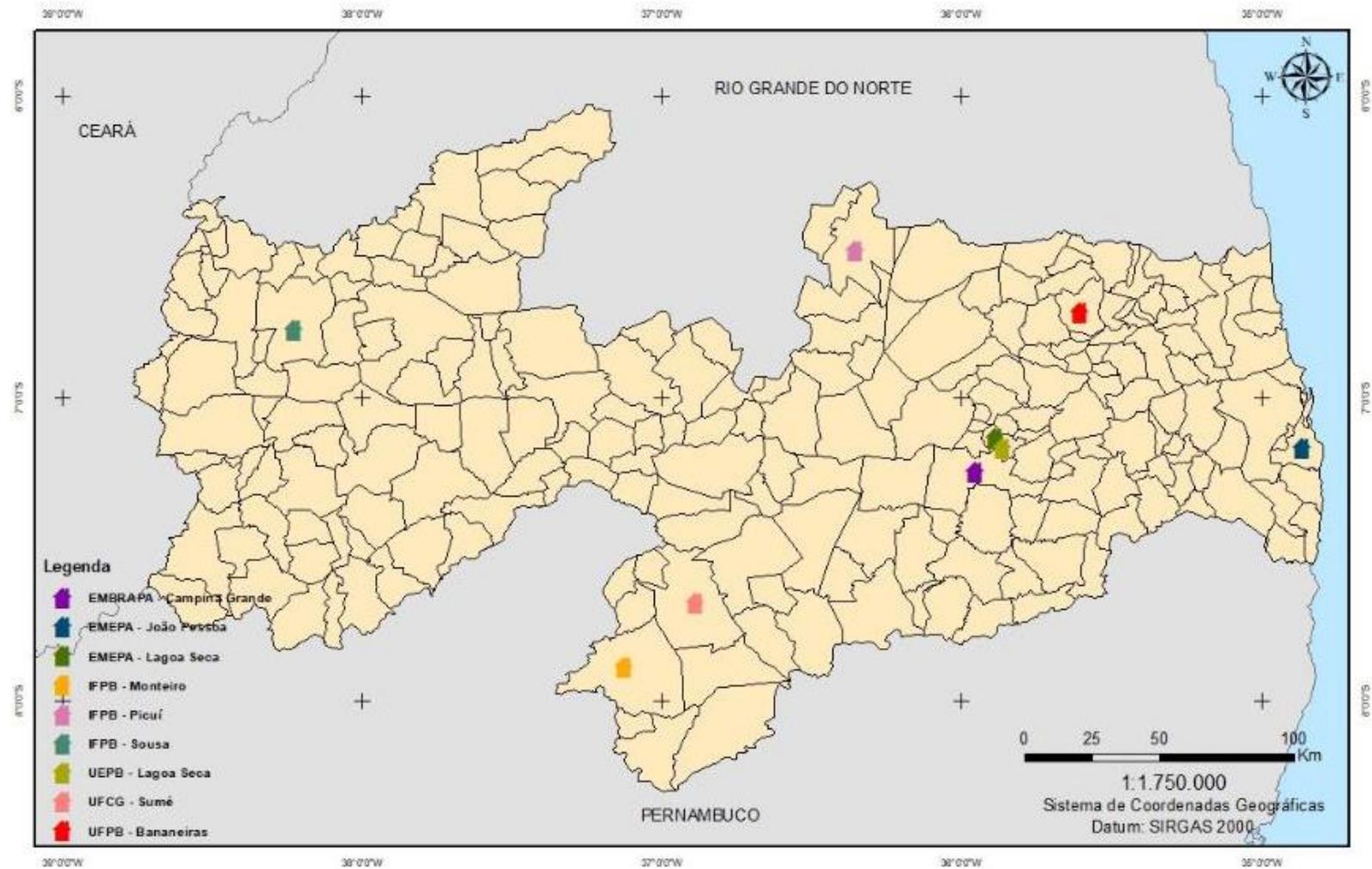
**Quadro 5** - Instituições contempladas pelas Chamadas Públicas de apoio aos NEAs e NERAs na Paraíba

<b>Chamada Pública</b>	<b>Instituição/Projeto Contemplado</b>
Nº 58/2010 - MDA/SAF/CNPq	1) UFPB - Campus III/Bananeiras 2) UFCG - Campus Sumé
Nº 46 /2012 – MAPA/MEC/MCT/CNPq	3) IFPB - Campus Sousa 4) IFPB - Campus Picuí
Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq	1) UEPB - Campus Lagoa Seca 2) UFPB - Campus III/Bananeiras 3) IFPB - Campus Picuí
Nº 38 e 39/2014 - MDA/SAF/CNPq	1) EMEPA - João Pessoa e Lagoa Seca 2) EMBRAPA - Campina Grande
Nº 02/2016 MCTI/MAPA/CNPQ	1) UFPB - Campus III/Bananeiras 2) IFPB - Campus Monteiro

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Organização: Mariana Borba de Oliveira.

<sup>120</sup> Informações retiradas da apresentação disponibilizada por membros da CPO/PB, de Geovanni Medeiros, assessor técnico da Secretaria de Estado Agricultura Familiar e engenheiro agrônomo da EMPAER.

**Mapa 3 - Núcleos de Agroecologia na Paraíba**



Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Organizado por Mariana Borba de Oliveira.

Os núcleos da Paraíba estão em sintonia com outras atividades que acontecem nos territórios e estão diretamente relacionados aos cursos de bacharelado e mestrado em Agroecologia, Ciências Agrárias e tecnólogo em Agroecologia. De acordo com a participação em trabalhos de campo providos por alguns desses núcleos e com os resultados compartilhados junto à Comissão dos Orgânicos da Paraíba – CPO/PB, as principais ações dos núcleos estiveram ligadas a: pesquisa e extensão participativa com a participação de alunos, professores, técnicos e camponeses, com manejo e produção orgânica, incluindo solo, sementes, controle biológico e físico; estruturação e revitalização de feiras agroecológicas; pesquisa e implantação de tecnologias sociais nas áreas de produção; apoio às estratégias de conservação da agrobiodiversidade, principalmente das sementes de milho e feijão; dinamização econômica das mulheres camponesas; capacitação técnica em cursos para agricultores e técnicos de ATES, inclusive promovendo uma especialização em Agroecologia para os técnicos que atuavam nas áreas de assentamentos rurais; e realização de eventos científicos. Dos núcleos financiados pelos respectivos editais, alguns tiveram a sua natureza concluída, mas a maioria continua desenvolvendo atividades diversas ligadas à agroecologia, contudo de forma precária, utilizando os recursos das respectivas instituições, com participação voluntária de pesquisadores e estudantes e em parcerias com movimentos sociais, sindicatos e ONGs.

A execução de projetos na Paraíba vinculados ao Programa Ecoforte também contribuiu com a dinamização da agroecologia no estado nos últimos anos. O programa, também criado no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), tem o objetivo de fortalecer as Redes de Agroecologia no Brasil. Os editais lançados (2014 e 2017) tiveram recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e da Fundação Banco do Brasil – FBB, para financiar projetos que possibilitaram o apoio à Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica. As ações foram executadas diretamente pelas organizações da sociedade civil, que se articulam em redes e potencializam os efeitos das políticas públicas que incidem nesses territórios. No total dos dois editais, 56 projetos foram financiados no Brasil (LONDRES; MONTEIRO, 2020; SCHMITT; CORTINES, 2020; FBB, 2017).<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Disponível em:

[https://www.fbb.org.br/images/Editais/ECOFORTE/resultado\\_final\\_edital\\_e\\_regulamento\\_2.pdf](https://www.fbb.org.br/images/Editais/ECOFORTE/resultado_final_edital_e_regulamento_2.pdf).

Identificamos, na Paraíba, a execução de três projetos financiados pelo Programa Ecoforte: dois pelo edital de 2014, sendo um conduzido pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA para fortalecer as experiências da Rede Agroecológica do Território da Borborema; e um outro conduzido pelo Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social – IFBDS, que envolveu a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano. No edital de 2017, apenas o Território da Borborema foi novamente contemplado e implantou, através do Ecoforte, as Quitandas Agroecológicas de que tratamos no Capítulo 4 deste trabalho.

No período em que estive como professora substituta do Centro de Formação de Professores/UFCG, em Cajazeiras-PB, pude acompanhar e contribuir com as ações do projeto Ecoforte, desenvolvido pelo IFBDS com a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano. A Rede estava num período de inatividade e foi rearticulada através das ações do projeto. Com vigência de 3 anos (2014 a 2017) e um recurso financeiro de R\$ 914.689,55 (novecentos e catorze mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), o projeto contou com a contribuição da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano – CAAASP, do Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano do Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – NAESP/IFPB, do curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – UNAGEO/CFP/UFCG, do Instituto Nacional do Semiárido – INSA e do Programa de Ação Social e Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras – PASPP.

O objetivo do projeto foi apoiar a Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano no seu desenvolvimento através de ações de formação e implementação de experiências agroecológicas para a melhoria da geração de renda, segurança alimentar e convivência com o semiárido. O **Quadro 6 - Atividades do Projeto Ecoforte/IFBDS** descreve as atividades previstas no projeto executado pelo IFBDS:

**Quadro 6 - Atividades do Projeto Ecoforte/IFBDS**

Quantidade	Descrição das Atividades
10	Encontros comunitários para realização dos diagnósticos
20	Visitas de acompanhamento complementares ao diagnóstico
01	Encontro territorial para socialização do diagnóstico e discussão das ações do projeto
01	Visita de intercâmbio estadual com representantes de 26 famílias para conhecer experiências de quintais produtivos bem-sucedidos
26	Oficinas sobre implantação de quintais produtivos utilizando água
26	Oficinas sobre canteiros econômicos em cada assentamento
06	Oficinas sobre produção de frutas no quintal
06	Oficinas sobre produção de defensivos naturais
20	Visitas de acompanhamento das experiências dos quintais
01	Visita de intercâmbio estadual com representantes de 15 famílias para conhecer experiências de manejo de caatinga

10	Oficinas sobre implantação de sistemas agrossilvopastoris
30	Visitas de acompanhamento das experiências agrossilvopastoris
01	Visita de intercâmbio regional com representantes das 25 famílias para conhecer experiências exitosas de apicultura.
15	Visitas de acompanhamento para captação de enxames e escolha do local dos apiários
03	Oficinas sobre implantação de apiários nos assentamentos
01	Visita de intercâmbio para conhecer experiência de cozinha de beneficiamento de frutas
03	Oficinas de capacitação em boas práticas de beneficiamento de frutas
10	Encontros comunitários sobre questão de gênero com mulheres em cada assentamento
01	Visita de intercâmbio estadual para conhecer experiência bem-sucedida de viveiro de mudas com 30 adolescentes e jovens
4	Oficinas sobre produção de mudas nativas e exóticas, compreendendo as espécies de mudas frutíferas, forrageiras e medicinais
12	Visitas de acompanhamento das ações dos viveiros
01	Visita de intercâmbio estadual para conhecer experiência exitosa de feira agroecológica com 20 representantes das feiras do Alto Sertão/PB
01	Encontro de formação sobre acesso ao mercado e comercialização de produtos agroecológicos
40	Visitas de acompanhamento a produção e comercialização na feira agroecológica
12	Encontros de formação temáticos da rede de cultivos agroecológicos do Alto Sertão Paraibano

Fonte: Resumo do Projeto Redes Ecoforte do IFBDS (Anexo I) para o Edital de Seleção Pública nº 2014/005.

Um dos objetivos específicos do projeto Ecoforte foi rearticular o funcionamento das feiras agroecológicas dos municípios de Aparecida e Cajazeiras, cujos camponeses participantes fazem parte da Rede de Cultivos Agroecológicos. As Feiras Agroecológicas do Alto Sertão foram criadas com o apoio da CPT, da CAASP, da Cáritas e das respectivas prefeituras municipais, tendo sido a do município de Cajazeiras criada em 2003 e a de Aparecida em 2004. Assim como no Litoral, a CPT assessorou os camponeses recém-assentados a produzirem de forma saudável e para garantir a alimentação das famílias. A produção agroecológica dos assentamentos aumentou depois que as tecnologias sociais de captação de água foram implantadas pela ASA. Dessa forma, o excedente da produção começou a ser comercializado nas feiras. Contudo, devido a uma estiagem prolongada, que acarretou a diminuição da produção, as feiras foram desativadas entre 2014 e 2015.

Dessa forma, o projeto do IFBDS investiu em diversas oficinas de defensivos e fertilizantes naturais, visitas de intercâmbio, assessoria técnica às áreas de produção, uso de tecnologias sociais de armazenamento e reaproveitamento da água, bem como incentivou o plantio nas várzeas em torno do açude, o que gerou resultados. E, em 2017, as feiras foram rearticuladas.

Participei como professora da UFCG em uma das oficinas de rearticulação da Feira de Aparecida, que aconteceu na sede do Assentamento Veneza-PB, e tive a oportunidade de contribuir com um diagnóstico que tinha o objetivo de mapear a produção dos

assentamentos para a rearticulação da Feira Agroecológica de Aparecida. Também participei de uma ação conjunta que envolveu camponeses de onze áreas de assentamentos, no Assentamento Angélicas II, Aparecida-PB, que resultou na construção de uma **Barragem Base Zero**. A Barragem Base Zero é uma barragem subterrânea, que armazena a água debaixo da terra, praticamente livre da salinização e da evaporação e se enquadra na metodologia das tecnologias sociais, que são ações de pequeno porte com grandes resultados, de baixo custo e que envolvem mão de obra da própria comunidade.

As fotos a seguir ilustram algumas atividades que tivemos a oportunidade de acompanhar. A **Foto 6 - Reunião da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano** foi registrada durante uma reunião na sede do IFBDS em Cajazeiras e reúne as lideranças dos assentamentos que fazem parte da Rede de Cultivos e que estavam participando do projeto, como também alguns representantes de instituições parceiras.

**Foto 6** - Reunião da Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano. Cajazeiras, 16/02/2016



Fonte: Acervo da autora.

A **Foto 7 - Oficina de Rearticulação da Feira Agroecológica do município de Aparecida-PB** registra minha participação na oficina para rearticulação da Feira Agroecológica do município de Aparecida-PB. Durante a participação, tive a oportunidade de contribuir com o planejamento estratégico e a sistematização das soluções para o retorno da feira, propostas pelos camponeses e representantes de algumas instituições que estavam presentes. Entre as soluções e encaminhamentos apontados estavam: a construção do estatuto da Associação e do regimento interno para a realização

da feira; a melhoria das boas práticas de higiene e apresentação dos produtos nas bancas; o investimento no beneficiamento dos produtos para agregação de valor; a realização de cursos e intercâmbios para melhorar a transição agroecológica das áreas produtivas; e o investimento em tecnologias sociais que pudessem garantir a continuidade da produção no período de estiagem. No final da oficina, a coordenação do projeto informou que a maioria das soluções elencadas seria realizada no decorrer do Projeto Ecoforte com o apoio do IFBDS, do IFPB, da UFCG, da Emater e do INSA.

**Foto 7** - Oficina de Rearticulação da Feira Agroecológica do município de Aparecida-PB. Aparecida, 25/05/2016



Fonte: Acervo da autora.

A **Foto 8 - Mutirão para construção da Barragem Base Zero** ilustra uma das ações do Projeto Ecoforte que foi a construção da Barragem Base Zero no Assentamento Angélicas II, localizado no município de Aparecida-PB, que contou com o apoio técnico do INSA e do IFPB, e com o trabalho dos camponeses de onze assentamentos da região: Santa Cecília, Floresta, Acauã, Angélicas, Angélicas II, Morada Nova, Santo Antônio, Jatobá, Zequinha, Nova Vida I e Padre Cleides.

A barragem tem o formato de arco, que é construído com pedras do próprio local, sem argamassa, arrumadas de modo inteligente, e os barramentos viabilizam a acumulação de água no subsolo e a construção do sistema gravitacional de condução, armazenamento e distribuição de água subterrânea. O princípio básico é organizar um aproveitamento máximo do conjunto das águas das chuvas, associadas a todos os demais fenômenos físicos, químicos e biológicos que elas desencadeiam ao se precipitarem,

escoarem e evapotranspirem.<sup>122</sup> A construção da barragem subterrânea possibilita que a água fique armazenada debaixo do chão, praticamente livre da salinização e da evaporação.

**Foto 8** - Mutirão para construção da Barragem Base Zero. Assentamento Angélicas II, Aparecida-PB. 30/10/2015.



Fonte: Acervo da autora.

### 3.3.1 A atuação da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB

O debate sobre regulamentação da produção orgânica no estado, iniciado em 2007, com a criação CPO na Paraíba, fortalece as dinâmicas territoriais, sobretudo a atuação política das redes de experiências agroecológicas. Veremos que, mesmo a CPO estando inserida no Ministério da Agricultura, que tem como objeto de atuação o agronegócio, adquire uma dinâmica voltada para o apoio às experiências agroecológicas, por reunir importantes organizações do Movimento Agroecológico da Paraíba. Utilizamos as informações do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os subsídios fornecidos pela Comissão de Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB, que se tornou um importante instrumento metodológico de pesquisa para caracterizar os agentes de

---

<sup>122</sup> Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/conceito-base-zero-cbz-modo-geral-de-organizar-producao-renovavel-sustentavel>.

dinamização da produção orgânica e agroecológica do estado, utilizando como recorte o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISOrg.

De acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA,<sup>123</sup> a Paraíba possui duas empresas que atuam na certificação de produtos orgânicos, que são a Ecocert e o Instituto Biodinâmico. Além das certificadoras, existem dois Sistemas Participativos de Garantia, que envolvem 168 unidades certificadas e 25 associações isentas de certificação, as quais reúnem 509 agricultores autorizados a comercializarem seus produtos agroecológicos diretamente com o consumidor.

O **Quadro 7 - Certificações por auditoria no estado da Paraíba** traz algumas informações sobre as áreas certificadas por empresas de auditoria no estado da Paraíba.

**Quadro 7 - Certificações por auditoria no estado da Paraíba**

Certificadora	Municípios	Associação/Empresa	Unidades certificadas n°
	Juarez Távora	Assentamento Margarida Maria Alves	23
	Salgado de São Félix	Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Campos (Assentamento Campos)	15
	Alagoa Nova	Hortaliças Sempre Verde	-
	Cabedelo	São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos	*processamento
	Riacho dos Cavalos	(produtor individual)	2
	Serra da Raiz	Engenho Imaculada Conceição LTDA	1
	São Domingos do Pombal	Fazenda Aliança Industria de Aguardente LTDA - ME	1
	Catolé do Rocha	(produtor individual)	6
	São Bento	(produtor individual)	1
	Triunfo	(produtor individual)	1
	Patos	Mocó Agropecuária LTDA (Fazenda Tamanduá)	-
	Sousa	Mocó Agropecuária LTDA (filial) Fazenda Águas da Tamanduá.	-
	Santa Teresinha	Mocó Agropecuária LTDA (Fazenda Tamanduá)	-

Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, MAPA. Acesso em: 30jan. 21.

A Fazenda Tamanduá e a Hortaliças Sempre Verde são as empresas que atuam no setor de produtos orgânicos do estado, sobretudo de hortaliças e frutas. Já as áreas dos assentamentos rurais certificadas pelo Ecocert são fornecedoras de algodão para a Indústria do Vestuário e da Confecção – AIVEST, que tem como maior representante na

<sup>123</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 30 jan. 21.

Paraíba a Natural Cotton Color, principal compradora do algodão orgânico do estado. Todas essas três empresas têm como fornecedores pequenos produtores e assentados da Reforma Agrária. Dessa forma, as empresas financiam a certificação por auditoria dos agricultores, compram sua produção por um valor baixo, pois descontam os custos com a certificação, e colocam esses produtos no mercado de orgânicos com um grande valor agregado. Muitos dos camponeses que conhecemos nas feiras agroecológicas da região da Borborema e Sertão afirmam que vendem seus produtos à Fazenda Tamanduá ou à Hortaliças Sempre Verde, pois o volume comprado é alto e a venda é garantida.

A Fazenda Tamanduá, de propriedade de Pierre Landolt, que está situada no município de Santa Terezinha, sertão do estado, é um exemplo de como o mercado de orgânicos, assim como todos os setores do agronegócio, se beneficia não só do trabalho do camponês, como também dos investimentos em infraestrutura promovidos pelo Estado. Boa parte da área da Mocó Agropecuária Ltda é da Fazenda Águas da Tamanduá, situada no Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa – PIVAS, do governo estadual, que implantou um modelo agrícola pautado no agronegócio, com irrigação proveniente do reservatório de Coremas para a produção de grãos e fruticultura irrigada. A outra parte da produção vem de pequenos produtores do próprio PIVAS e da região. A produção orgânica da Fazenda Tamanduá, os queijos nobres (a partir do leite de vaca e de cabra), o mel biodinâmico, o arroz orgânico e as frutas são certificados pelo IBD e voltados principalmente para a exportação. É importante destacar que o PIVAS enfrenta, há algum tempo, conflitos relacionados à grande quantidade de agrotóxicos, utilizados sobretudo pelo Grupo Santana, que prejudica todos os outros produtores, principalmente as áreas de assentamentos rurais, tendo sido denunciado várias vezes pelo uso abusivo de agrotóxicos e contaminação das águas das Várzeas de Sousa (LIMA *et al.*, 2014; ANDRADE, 2013).

No **Quadro 8 - Certificações por SPG no estado da Paraíba**, trazemos algumas informações sobre as certificações por Sistemas Participativos de Garantia na Paraíba:

**Quadro 8 - Certificações por SPG no estado da Paraíba**

Organismo Participativo de Garantia – OPAC/SPG	Ano de registro no MAPA	Municípios	Unidades certificadas n°
Rede Borborema de Agroecologia	2016	Remígio	42
		Gurinhém	3
		Barra de Santa Rosa	6
		Areia	3
		Casserengue	3
		Algodão de Jandaíra	1
Associação Agroecológica de Certificação Participativa do Cariri Paraibano - ACEPAC	2019	Pocinhos	1
		Prata	15
		Sumé	9
		Monteiro	26
		Taperoá	13
		Congo	6
		São João do Tigre	7
		Amparo	17
Livramento	9		
Serra Branca	6		
São Sebastião do Umbuzeiro	1		
<b>TOTAL</b>			<b>168</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, MAPA. Acesso em: 30 jan. 21.

A grande vantagem da certificação por SPG para a produção agroecológica da Paraíba foi a eliminação da certificação do algodão agroecológico por empresas que atuavam como uma espécie de atravessador da certificação de orgânicos. Através de um processo que exigiu muita organização, os grupos certificados provenientes de assentamentos rurais conseguiram a certificação participativa e hoje vendem a produção com todo o valor agregado inerente ao algodão orgânico, que chega a ser um valor 200% maior do que o recebido quando eram certificados pelo IBD. Outra vantagem do SPG é que o sistema certifica todos os produtos da unidade produtiva, diferentemente da certificação por auditoria, desta forma, o agricultor pode comercializar também seus outros produtos como orgânicos e não só o algodão.

De acordo com Marques (2019), a Rede Borborema de Agroecologia, primeira OPAC do estado, contou com a parceria da ONG Arribaça, da EMBRAPA Algodão e da Prefeitura Municipal de Remígio, para cumprir com os critérios da legislação do SISorg. De acordo com seu estatuto social, a Rede Borborema de Agroecologia tem os objetivos de:

- I) Promover a agroecologia;
- II) Constituir o Sistema Participativo da Avaliação da Conformidade Orgânica;
- III) Assumir a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelo Sistema Participativo de Garantia da Associação de Produtores Agroecológicos, conforme legislação vigente;

- IV) Realizar atividades educativas, ambientais, socioculturais e de cidadania;
- V) Realizar atividades de conservação, preservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente;
- VI) Realizar atividades de acompanhamento técnico e extensão rural;
- VII) Promover a igualdade de oportunidade e direitos entre homens e mulheres;
- VIII) Promover o desenvolvimento sustentável e solidário (ESTATUTO SOCIAL, 2013).

Os agricultores receberam seus certificados em dezembro de 2016 em clima de comemoração. Segue a **Foto 9 - Entrega do certificado à Rede Borborema de Agroecologia**, que ilustra o momento da entrega do certificado por técnicos do MAPA e da ONG Arribaça aos camponeses da Rede Borborema de Agroecologia.

**Foto 9** - Entrega do certificado à Rede Borborema de Agroecologia. Dezembro de 2016



Fonte: Acervo da autora.

Antes da certificação participativa, os agricultores que hoje fazem parte da Rede Borborema de Agroecologia chegaram a comercializar o quilo da rama (produto *in natura*) por R\$1,25 e da pluma (produto processado) por menos de R\$ 7,00. Na safra de 2017, após a certificação participativa, os agricultores comercializaram<sup>124</sup> a pluma de algodão a R\$11,60; na safra de 2018, a R\$12,00; e na safra de 2019, a R\$ 12,57 (MARQUES, 2019). No dia 12 de junho de 2019, tive a oportunidade de visitar junto com membros da CPO/PB a área produtiva de uma família camponesa assentada no

<sup>124</sup> A produção foi toda vendida a VEJA Fair Trade, empresa francesa, com filial no Brasil, denominada de Vert Shoes (MARQUES, 2019).

município da Prata-PB e que é vinculada ao mais recente SPG da Paraíba, que é a Associação Agroecológica de Certificação Participativa do Cariri Paraibano – ACEPAC. A Associação faz parte do **Projeto Algodão Agroecológico em consórcios agroalimentares**, que é coordenado pela Diaconia e conta com a parceria técnica da Embrapa Algodão e o apoio financeiro do Instituto C&A. O projeto tem ações em seis estados do Semiárido brasileiro e tem o objetivo de fortalecer a Rede do Algodão Agroecológico do Semiárido. A visita aconteceu na propriedade de Amanda e tivemos a oportunidade de conhecer o cultivo de algodão orgânico do tipo arbóreo, em consórcio com diversos cultivos como amendoim e feijão. Foi apresentada a unidade de processamento do algodão que garante que o produto seja comercializado com valor agregado e que os agricultores fiquem com o caroço, que é utilizado para ração animal. Após a visita, houve um momento de explicação da metodologia do projeto, conduzido por Marenilson Batista (Embrapa Algodão da Paraíba) e Amália Marques (agrônoma e articuladora contratada pela Diaconia). A **Figura 10 - Dia de campo do Projeto Algodão Agroecológico em consórcios agroalimentares** traz uma montagem com três fotos, sendo a primeira do equipamento que separa o caroço do algodão, a segunda da camponesa Amanda já segurando a pluma do algodão processado e a terceira foto é da área produtiva.

**Figura 10** - Dia de campo do projeto Algodão Agroecológico em consórcios agroalimentares. Prata-PB, jun. 2019



Fonte: Acervo da autora.

Vimos, no Capítulo 2, que a isenção de certificação para a produção orgânica é exclusiva para aqueles grupos que comercializam por venda direta. É de responsabilidade das associações dos agricultores, denominadas pela legislação de Organismo de Controle Social – OCS, a garantia da qualidade orgânica dos produtos comercializados. Desta forma, ao se cadastrar no MAPA, a associação apresenta formalmente como faz o controle da produção, o qual geralmente é atestado por um regimento interno, que descreve as práticas e tecnologias adotadas, estipula visitas sistemáticas entre os agricultores com o objetivo de verificar as práticas agroecológicas (e o não uso de agrotóxicos) e também prevê a visita de consumidores e técnicos às áreas produtivas sem aviso prévio. As associações também são obrigadas a atualizar o cadastro no MAPA anualmente e os produtos comercializados ficam sujeitos a análises laboratoriais para detectar resíduos de agrotóxico, podendo ser coletados aleatoriamente nas feiras e pontos fixos de comercialização pelos técnicos do MAPA.

Geralmente a comercialização direta é feita pelos grupos através das Feiras Agroecológicas, mas têm crescido também no estado os pontos fixos que são geridos pela própria associação cadastrada. A partir do cadastro como OCS, a organização está apta a se beneficiar da vantagem do acréscimo dos 30% ao valor pago na aquisição dos produtos orgânicos pelos canais de comercialização institucionais (PAA/PNAE).

Na Paraíba, até o momento da nossa pesquisa, estavam cadastradas 25 associações isentas de certificação, que reúnem 509 agricultores autorizados à comercializarem seus produtos agroecológicos diretamente com o consumidor. Segue o **Quadro 9 - Organismos de Controle Social (OCS) do estado da Paraíba**, com algumas informações sobre a comercialização por venda direta:

**Quadro 9 - Organismos de Controle Social (OCS) do estado da Paraíba**

Organismo de Controle Social – OCS (Associação responsável pela venda direta isenta de certificação)	Ano de registro no MAPA	Cidade polo	Situação	Nº de produtores cadastrados
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema (ECOBORBOREMA)	2010	Lagoa Seca	Ativa	114
Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro (APAM)	2011	Monteiro	Ativa	30
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano (ECOSUL)	2011	Pitimbu	Ativa	13

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho do Algodão e Santa Rita	2011	Congo	Ativa	12
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA)	2011	Cruz do Espírito Santo	Ativa	14
Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Pitimbu	2011	Pitimbu	Ativa	12
Associação dos Produtores Agroecológicos de João Pessoa (PROHORT)	2011	João Pessoa	Cadastro Suspenso <sup>125</sup>	-
Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis	2011	Jacaraú	Ativa	17
Associação dos Assentados do Assentamento Mandacaru (ASSEMA)	2011	Sumé	Ativa	6
Associação dos Assentados do Assentamento dos Dez	2011	Monteiro	Ativa	9
Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Sítios Paus Brancos e Giral de Capim	2011	Livramento	Ativa	8
Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Mão Beijada, Ipueira do Riacho e Malhada de Aroeira	2012	São Sebastião do Umbuzeiro	Ativa	14
Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e do Agreste Paraibano	2012	Pedras De Fogo	Ativa	18
Associação dos Produtores Orgânicos de Origem Animal e Vegetal do Assentamento Novo Taipu (APOAVANTE)	2016	Pitimbu, São Miguel de Taipu	Ativa	10
Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim	2017	Areia	Ativa	49
Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar	2017	Soledade	Ativa	40
Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro (AAFAM)	2017	Monteiro	Ativa	53
Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria	2017	Serraria	Ativa	Não especificado no cadastro
Associação Comunitária dos Moradores e Agricultores de Angiquinho	2018	Monteiro	Ativa	8
Associação dos Agricultores Familiares e Pequenos produtores Rurais Agropecuária, Agroecológica e Orgânica de Sumé e Região	2018	Sumé	Ativa	24

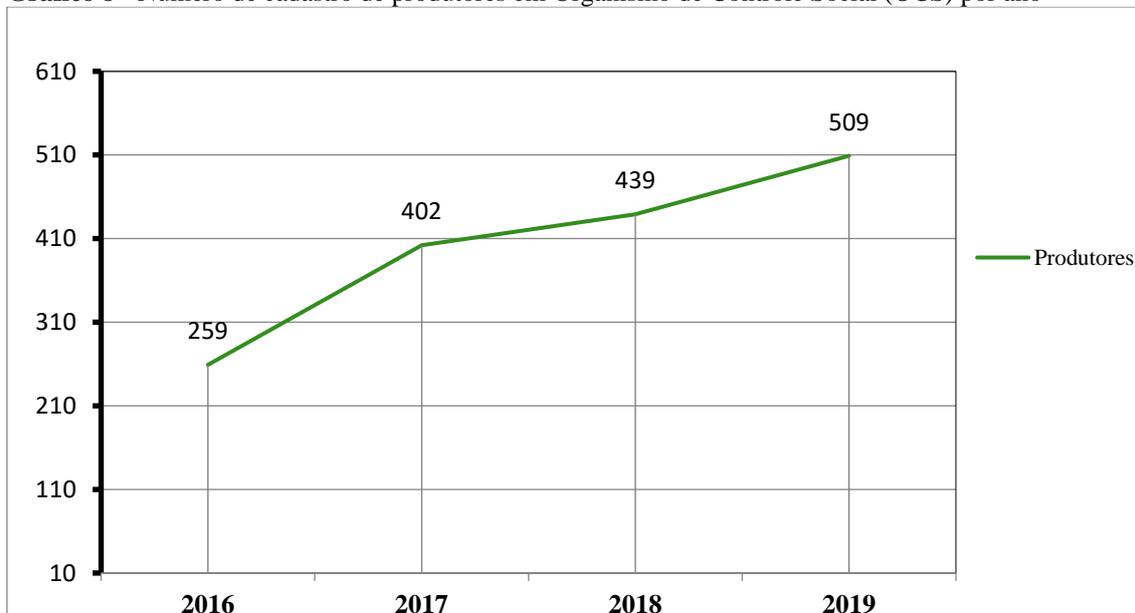
<sup>125</sup> De acordo com informações da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba (CPOrg – PB), o cadastro foi suspenso por irregularidades na produção em discordância com a Lei nº 10.831, de 24 dezembro de 2003, e do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, constatadas em auditoria do MAPA.

Associação Conde Orgânico	2018	Conde	Ativa	4
Associação de Produtores Rurais Maria Braga dos Anjos	2019	Nazarezinho	Ativa	21
Associação Comunitária Vicente de Assis Ferreira de Avicultura Alternativa do Cariri Ocidental Paraibano (AVAL)	2019	Monteiro	Ativa	12
Associação Comunitária Unidos Somos Mais Fortes	2020	Nazarezinho	Ativa	21
<b>Total 25</b>				<b>509</b>

Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, MAPA. Acesso em: 30 jan. 21.

O **Gráfico 8 - Número de cadastro de produtores em Organismo de Controle Social (OCS) por ano** demonstra o crescimento no número de produtores cadastrados em Organismo de Controle Social de 2016 a 2019:

**Gráfico 8 - Número de cadastro de produtores em Organismo de Controle Social (OCS) por ano**



Fonte: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, MAPA. Elaboração: Mariana Borba de Oliveira.

Participo das reuniões e ações da CPO desde 2010 e pude acompanhar a mudança metodológica e a melhoria qualitativa nas discussões e ações da Comissão. Essa mudança foi possível principalmente pela definição que consta no artigo 9º da Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015,<sup>126</sup> do MAPA, que determina que a coordenação da Comissão, e sua suplência, seja realizada por uma organização da sociedade civil eleita democraticamente, o que influencia, entre outras coisas, o aumento no número de cadastros de agricultores orgânicos, como verificado no gráfico.

<sup>126</sup> Substitui a Instrução Normativa nº 54, de 22 de outubro de 2008.

Até então, a CPO era coordenada por servidores do Ministério da Agricultura e as reuniões eram realizadas principalmente na Superintendência Federal da Agricultura – SFA/PB em João Pessoa-PB, tendo alguns poucos eventos realizados também na cidade de Campina Grande-PB. A atuação da CPO, nos primeiros anos, era direcionada à realização da Semana dos Orgânicos no estado e de eventos e formações para técnicos e organizações de agricultores, com auxílio de uma rede de apoio composta, sobretudo, por organizações governamentais, em relação à legislação da produção orgânica e seus mecanismos de certificação. A partir de 2010, a maioria das reuniões da CPO teve o objetivo de receber os processos das organizações para compor o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e de entregar os respectivos certificados aos agricultores. A partir do ingresso dessas organizações, iniciou-se lentamente a introdução da abordagem agroecológica no setor de orgânicos do MAPA, que considerava, até então, a agroecologia como a produção orgânica da agricultura familiar, adjetivada em várias reuniões pelo antigo coordenador como um “agronegocinho”. Apenas em 2016, quando a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA assumiu a coordenação, junto com o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – PATAC na suplência, é que as pautas da agricultura camponesa de base agroecológica começaram a ser consideradas de fato nas discussões e ações da CPO/PB. Atualmente as discussões e ações priorizam o fortalecimento dos grupos de produção que são isentos de certificação, os denominados Organismos de Controle Social – OCS e os Sistemas Participativos de Garantia – SPGs, sendo os fundamentos políticos da agroecologia que orientam as ações da Comissão, o que anteriormente não havia oportunidade de acontecer.

A CPO se tornou o único fórum do estado que consegue reunir as organizações que fazem parte do movimento agroecológico, sendo uma das mais atuantes da federação. A CPO atualmente é composta por onze membros do governo e onze membros da sociedade civil,<sup>127</sup> sendo coordenada atualmente por representantes da ONG Arribação e do Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar.

---

<sup>127</sup> Os órgãos e entidades que compõem a CPO/PB são: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba – SFA/PB; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Instituto Federal da Paraíba – IFPB; Instituto Nacional do Semiárido – INSA; Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Município de João Pessoa – SEDURB; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba – EMEPA/PB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER/PB; Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA; Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – ECOVÁRZEA; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema – POAB; Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema –

As atribuições das CPOs estão definidas no artigo 17 da Instrução Normativa nº 13, de 28 de maio de 2015, do MAPA, e podem ser resumidas em: coordenar ações e projetos de fomento à produção orgânica; sugerir adequação das normas de produção e controle da qualidade orgânica; auxiliar na fiscalização da produção orgânica pelo controle social; propor políticas públicas para o desenvolvimento da produção orgânica; e realizar ações que visem a divulgação, expansão e fortalecimento da produção orgânica no estado.

A CPO/PB atualmente prevê a realização de cinco a seis reuniões ordinárias no ano para deliberar sobre as ações permanentes que foram definidas coletivamente, bem como tratar de assuntos colocados em pauta a cada reunião pelos membros da Comissão, além de divulgar os eventos estaduais. As três estratégias permanentes de atuação são: as visitas de controle social, que são feitas por meio da realização de dias de campo nas áreas de produção, com participação de membros da Comissão; a realização da Semana da Produção Orgânica; e a realização dos Encontros Estaduais de Organismos de Controle Social – OCSs e Sistemas Participativos de Garantia – SPGs da Paraíba.

As reuniões passaram a ser itinerantes,<sup>128</sup> ou seja, a cada reunião um novo município é escolhido e uma organização local ou regional fica responsável pela acolhida dos participantes e organização da reunião. Dependendo da distância e da pauta, o encontro pode durar dois dias, utilizando um dos turnos para a apresentação de alguma experiência local ao grupo, que pode ser uma feira agroecológica, um ponto fixo de comercialização ou uma área produtiva.

As visitas de controle social são feitas pelos membros da Comissão à sede da associação ou entidade de apoio e nas áreas de produção dos agricultores cadastrados no MAPA. Durante essas visitas, que são feitas por três ou quatro pessoas (do governo e da sociedade civil), são socializados os mecanismos de controle social do grupo, aqueles exigidos pela legislação de orgânicos, como regimento interno, caderno de campo, calendário de visita entre os agricultores, consumidores etc.; e também é realizada visita em algumas áreas produtivas para que sejam apresentadas as boas práticas e as tecnologias sociais da produção local. Os objetivos das visitas são: conhecer as

---

ECOBORBOREMA; Associação de Lideranças, Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano – CASACO; Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar; Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas – PATAC; Centro de Ação Cultural – CENTRAC; Rede Borborema de Agroecologia – RBA; Associação de Apoio a Políticas e Melhorias de Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar – Arribação.

<sup>128</sup> Encaminhamento realizado na reunião do dia 20/10/2015 na sede da ASPTA, município de Esperança-PB e que consta em Ata.

experiências que estão sendo realizadas no estado; qualificar a produção agroecológica e a construção do conhecimento com a troca de experiências entre os grupos; animar os grupos produtivos com as visitas; e trocar experiências.

A Semana dos Orgânicos é uma ação prevista nos planos de trabalho de todas as CPOs do país e acontece sempre no mês de maio. Essa atividade também foi qualificada na Paraíba, a partir de 2016, e passou a acontecer em todo o estado envolvendo as experiências locais, principalmente as feiras agroecológicas. Os custos dos eventos são pagos pelo MAPA, mediante orçamento prévio, e têm aumentado junto com a demanda dos grupos na realização de atividades diversas, como eventos culturais, feiras regionais, distribuição de cestas de alimentos, campanha contra o uso de agrotóxicos, dia de campo com os consumidores, elaboração de material de divulgação, etc.

O Encontro Estadual de Organismos de Controle Social – OCSs e Sistemas Participativos de Garantia – SPGs da Paraíba acontece uma vez ao ano, e já foram realizados quatro eventos nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, que também são custeados pelo MAPA. Os objetivos principais nos Encontros são: reunir os camponeses que fazem parte da Rede de Produtores Orgânicos cadastrada no MAPA para trocar experiências, sementes e mudas; e debater sobre os sistemas de produção orgânica e agroecológica e seus processos de organização e comercialização. A seguir, encontram-se a **Foto 10 - I Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba**, a **Foto 11 - II Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba**, a **Foto 12 - III Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba** e a **Foto 13 - IV Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba**, que registraram as respectivas reuniões anuais:

**Foto 10 - I Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande, PB. 08/11/2016**



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 11 - II Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande-PB. 29/11/2017**



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 12** - III Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Campina Grande-PB. 21/11/2018



Fonte: Acervo da autora

**Foto 13** - IV Encontro Estadual de OCSs e SPGs da Paraíba. Conde-PB. 26/11/2019



Fonte: Acervo da autora.

Nos eventos e ações da CPO/PB, são priorizados a demanda que envolve a produção camponesa de base agroecológica e o fortalecimento dos grupos de produção que compõem o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, principalmente aqueles que são isentos de certificação. Além das ações e discussões que já pontuamos, vale destacar que a CPO participa e apoia a **Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela**

**Vida**<sup>129</sup> e, desde abril de 2019,<sup>130</sup> há um espaço durante as reuniões da CPO para participação de integrantes dessa campanha. No período em que acompanhamos as atividades da CPO, observamos que as organizações da sociedade civil mais atuantes na CPO/PB são: a Comissão Pastoral da Terra – CPT, com representação apenas do escritório de João Pessoa; as organizações ligadas à Articulação do Semiárido – ASA, como a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA, que apoia as organizações vinculadas ao Polo Sindical da Borborema; o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriadas às Comunidades – PATAC; o Centro de Ação Cultural – CENTRAC; o Coletivo Cariri Oriental – CASACO; e a ONG Arribação.

Ficou evidente, a partir do trabalho de campo e das vivências junto aos espaços políticos, que a transição agroecológica se inicia com uma decisão política do campesinato que almeja transformar e ser transformado por relações não capitalistas. Não se trata apenas de uma mudança de matriz produtiva, trata-se de uma decisão que se relaciona com a resistência do campesinato contra o agronegócio. A consciência de classe e do lugar que ocupam no mundo se dá quando eles percebem de onde vem a dificuldade de reprodução social na terra e a quem interessa a sujeição do seu trabalho. O processo organizativo do campesinato e a atuação do Movimento Agroecológico foram determinantes para a construção das políticas públicas que se apresentam em consonância com as necessidades da agricultura camponesa de base agroecológica. O governo do Partido dos Trabalhadores possibilitou uma representatividade da classe camponesa nos espaços de formulação e implantação de políticas públicas e utilizou-se da potência inerente à agricultura camponesa para erradicar a fome no Brasil.

No Capítulo 4, abordaremos algumas experiências agroecológicas que se articulam em rede na Paraíba e fomentam a autonomia do campesinato, formando uma teia de troca de saberes, experiências e insumos.

---

<sup>129</sup> Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/>.

<sup>130</sup> Durante a reunião ordinária do dia 09/04/2019, foi solicitado pela professora Shirleyde (UEPB) que fosse garantido um tempo durante as reuniões da CPO para tratar das discussões da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, com o intuito de otimizar e aproximar ainda mais as discussões e os eventos coletivos. A proposta foi aprovada por todos e consta em ata.

## CAPÍTULO 4

### PARAÍBA AGROECOLÓGICA: CAMINHOS PARA A AUTONOMIA, A SOBERANIA ALIMENTAR E A SUSTENTABILIDADE

“O camponês pensa a terra como espaço de produção para alimentar a família e para ter autonomia. As pessoas pobres da cidade são mais vulneráveis, mas nós temos autonomia para produzir. Podem nos tirar tudo o que quiser, mas a gente, na terra, temos a liberdade de produzir, e por isso a gente resiste e existe.”

(Roselita Vítor, camponesa do Assentamento Queimadas, Remígio-PB e liderança do Polo da Borborema).<sup>131</sup>

“Quando meu pai conquistou a terra que moramos hoje, que era da usina, não tinha um pé de árvore e o solo estava totalmente compactado. Foi preciso muito trabalho, mutirão, parcerias e formação para ter o que temos hoje. Uma enorme variedade de cultivos e mais da metade da parcela reflorestada.”

(Alane Maria Silva de Lima, pedagoga, assentada da reforma agrária e liderança camponesa).<sup>132</sup>

A agroecologia enquanto movimento socioterritorial constrói condições favoráveis para a reprodução da classe camponesa, que passa a ter instrumentos para disputar territórios com o agronegócio, o qual tende a monopolizar não só a terra, a água, as sementes (meios de produção da classe camponesa), como também as relações sociais e os regimes alimentares. As Redes de Agroecologia constituem uma aliança entre o campesinato e setores da sociedade que apoiam e fomentam a construção do conhecimento agroecológico, a partir de diversas experiências de agricultores experimentadores, de conservação e trocas de sementes, de comercialização, entre outras, tão necessárias para a autonomia e a reprodução social do campesinato, mas também para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade do planeta, pois utilizam-se de uma racionalidade ambiental para realizar um manejo produtivo da biodiversidade (SCHMITT *et al.*, 2020; LEFF, 2001, 2009). No Brasil, as Redes de Agroecologia têm organizado arranjos territoriais para que a agroecologia seja adotada como referência teórico-metodológica para reorganização dos regimes e sistemas agroalimentares, atualmente dominados pelas multinacionais do agronegócio (MCMICHAEL, 2016; SCHMITT *et al.*, 2020).

<sup>131</sup> Palestra proferida por Roselita durante o lançamento do Informe DHANA 2019: Autoritarismo, Negação de Direitos e Fome, que aconteceu no dia 20/11/2019 no campus I da UFPB, e foi gravada pela autora.

<sup>132</sup> Entrevista concedida pela camponesa em 02 de novembro de 2020 por telefone.

Desta forma, a práxis agroecológica na Paraíba constrói as condições materiais para um desenvolvimento local por fomentar a autonomia camponesa em consonância com a sustentabilidade e a soberania alimentar, sem deixar de provocar e cobrar ao Estado brasileiro soluções para as demandas estruturais, através de políticas públicas num movimento contrário à reprodução ampliada do capital.

Neste capítulo, iremos analisar algumas Redes Agroecológicas que garantem a autonomia e soberania alimentar da família camponesa, através da estratégia de comercialização por venda direta e da proteção das sementes crioulas, através dos Bancos Comunitários de Sementes Crioulas – BCSs.

#### **4.1 Notas sobre autonomia, tecnologias sociais e gênero nas experiências agroecológicas da Paraíba**

Vimos, no Capítulo 1, que o campesinato gestado na agroecologia almeja ser autônomo em relação ao seu trabalho e aos seus meios de produção, ou seja, ter pleno acesso aos recursos naturais, para assim se desenvolver numa perspectiva de liberdade, sustentabilidade e bem viver. Contudo, vimos também que isso não significa que essa autonomia seja uma total independência em relação ao mercado ou às instituições. Significa, sim, que os camponeses têm se organizado, sobretudo a partir do final do século XX, para que o agronegócio não se aproprie do seu modo de vida.

O que pudemos observar, nos trabalhos de campo e nos eventos de que participamos, foi a tendência do campesinato em se organizar e cooperar para sobreviver, além de que o camponês é portador do orgulho de trabalhar a terra para o sustento da família, com autonomia e condições dignas de vida, trazendo consigo um sentimento de liberdade por não depender do modelo de trabalho capitalista. Shanin (1980), Chayanov (1981) e outros autores já destacaram que é através do apoio e da ajuda mútua que os camponeses vêm se reproduzindo ao longo dos séculos; e é exatamente através dessas estratégias que o campesinato se recria na Paraíba, por meio da luta pela terra e das experiências agroecológicas, que primam pela cooperação.

Verificamos que o lema da liberdade acompanha o campesinato ao longo do tempo. Assim como destaca Woortmann (1990, p. 44), a liberdade está relacionada à autonomia no sentido do controle do tempo e de ter as condições de se trabalhar na terra. “A condição de liberto é realizada plenamente pelo sitiante ou pelo agricultor, na medida em que este, enquanto par, tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo”. Para Lukács

(apud ORGANISTA, 2006, p. 141), a liberdade “é um ato que consiste em tomar decisões entre alternativas” e que “(...) a liberdade gestada no e pelo trabalho se desdobra para além dele e se expressa na práxis social, num movimento de elevação da consciência”.

A partir da análise das experiências produtivas que visitamos, podemos indicar alguns elementos da práxis agroecológica, que são o trabalho familiar, os intercâmbios, o uso de tecnologias sociais, o associativismo, a ajuda mútua, geralmente feita sob forma de mutirão, e o protagonismo feminino. O associativismo fortalece a presença do campesinato na economia, possibilitando a comercialização dos seus produtos agroecológicos por venda direta ou através dos programas institucionais.

O intercâmbio, que tem o objetivo de trocar experiências entre os camponeses, é a metodologia para a construção do conhecimento agroecológico. Na Paraíba, os intercâmbios entre os territórios, entre outros estados do Brasil e até internacionais foram e continuam sendo de grande importância para a construção da autonomia e reprodução do campesinato. Santos (2010, p. 138) diz que:

Trata-se de um mecanismo primordial para a espacialização de informações referentes à agroecologia na Paraíba e sua eficácia é demonstrada pela própria existência das feiras agroecológicas e das demais práticas agrícolas voltadas para a agroecologia: as visitas de intercâmbio se configuram como o ponto de partida, a “semente” da própria agroecologia.

O uso de tecnologias sociais, sobretudo as que estão ligadas a captação e armazenamento de água, e os bancos de sementes possibilitam ter produção para comercializar. De acordo com o PL 111, de 2011, que está sendo analisado no Senado Federal, as tecnologias sociais unem saber popular e organização social a conhecimentos científicos e tecnológicos, buscando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida para gerar efetiva transformação social. Essas atividades devem atender requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e reprodução e impacto social comprovado. Podem ser relativas a planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de técnicas, procedimentos e metodologias; produtos, dispositivos, equipamentos e processos; serviços; inovações sociais e organizacionais; inovações sociais de gestão.

Visitamos<sup>133</sup> em torno de 35 unidades produtivas de 9 Associações<sup>134</sup> registradas no MAPA como sendo de produtores orgânicos na Paraíba e 2 unidades produtivas vinculadas à Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano. Registramos diversas tecnologias sociais que foram implantadas em parceria com as organizações vinculadas à ASA Paraíba<sup>135</sup> e com os projetos de ATES do INCRA, mas também com os NEAs e NERAs das universidades e dos institutos federais. As tecnologias que conseguimos identificar nas visitas foram:

- Estufa geodésica: estrutura geométrica arquetônica utilizada para diversos fins: viveiro de mudas, estufa, sala de aula, de construção rápida, simples e barata, utilizando diversos materiais, desde o bambu ao cano em PVC;
- Painel solar manufaturado localmente: utilizado para converter a energia da luz do sol em energia elétrica para utilização no processo produtivo e uso para manutenção da família;
- Dessalinizador solar: fornece água potável às comunidades rurais com escassez de água. O processo de dessalinização consiste na construção de placas de concreto cobertas com vidros transparentes, semelhante à forma de um telhado, para a passagem da radiação solar. No interior do dessalinizador, coloca-se água sobre uma lona encerada e, com o aumento da temperatura, ocorre a evaporação dessa água, que por sua vez entra em contato com a superfície (vidro), que está com a temperatura mais baixa, havendo a condensação e voltando ao seu estado líquido, mas agora sem sais e sem microrganismos patogênicos, causadores de doenças.
- Defumador: construído com materiais reciclados do próprio espaço (madeira, resto de construção, etc.), o defumador tem a função de defumar qualquer carne para a alimentação da família;

---

<sup>133</sup> Alguns dos trabalhos de campo estiveram vinculados às visitas técnicas de controle social da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO-PB, em que tive a oportunidade de participar como colaboradora, o que me propiciou vivências enriquecedoras. Outras análises foram feitas a partir do trabalho de campo do projeto *A produção agroecológica certificada como indutora da sustentabilidade e do desenvolvimento da agricultura familiar no estado da Paraíba* e dos projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Programa de Estudos e Ações para o Semiárido – PEASA/UFPG, já citados na introdução deste trabalho.

<sup>134</sup> Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro (APAM); Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano (ECOSUL); Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA); Associação dos produtores orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis; Associação dos Assentados do Assentamento Mandacarú (ASSEMA); Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim; Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar; Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro (AAFAM); Associação Conde Orgânico.

<sup>135</sup> Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba possui mais de 300 organizações que se articulam em torno da convivência com o semiárido e da promoção da agroecologia no estado. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo\\_id=10284](http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10284).

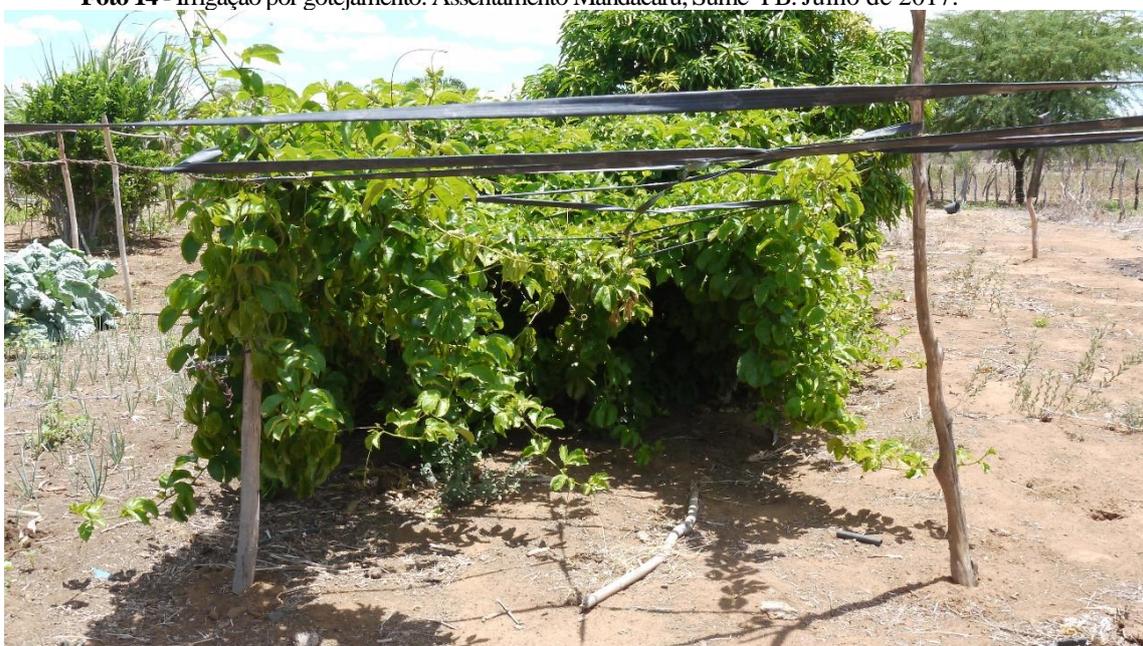
- Minhocário: estrutura física adequada ao manejo das minhocas e produção de húmus, que geralmente é utilizado como adubo de horta e fruteiras;
- Cisternas de ferro e cimento: têm a função de captar e armazenar água para produção e uso doméstico;
- Banco de Sementes Crioulas: é um espaço considerado como tecnologia social, que promove o armazenamento e o intercâmbio de sementes nativas da região e assim a preservação e multiplicação dessas sementes, que garantem a independência do agricultor em relação à produção principalmente de milho e feijão;
- Barragem Base Zero: com formato de arco, é construído com pedras do próprio local, sem argamassa, arrumadas de modo inteligente; e os barramentos viabilizam a acumulação de água no subsolo e a construção do sistema gravitacional de condução, armazenamento e distribuição de água subterrânea. A construção da barragem subterrânea possibilita que a água fique armazenada debaixo do chão, praticamente livre da salinização e da evaporação;
- Kit Irrigação: irrigação por microaspersão e gotejamento com uso de garrafas PET e cotonetes para gotejamento;
- Lagoas de piscicultura e biofertilização integrada: integra-se a outros sistemas produtivos, com aproveitamento das matérias orgânicas;
- Carneiro hidráulico: dispositivo prático e barato, utilizado para bombear água, que funciona por golpe de aríete, convertendo a energia hidráulica em mecânica e bombeando água para utilização produtiva ou doméstica;
- Evapotranspirador: geladeira em barro que funciona como diferencial de temperatura para conservação de alimentos;
- Desidratador de frutas: tecnologia de baixo custo que objetiva desidratar produtos alimentícios, principalmente frutas ou ervas medicinais. Evita o desperdício de alimento quando há excedentes e também permite que a família usufrua de alimentos naturais fora da época da colheita, gerando rentabilidade para a unidade familiar;
- Cavalete produtivo: horta suspensa confeccionada com garrafa PET reciclada e com sistema de irrigação por gotejamento;

- Silagem: a construção de silos garante o armazenamento de forragem para alimentação dos animais no período de estiagem. Essa técnica é muito importante, sobretudo na região do semiárido.

A seguir, apresentamos uma amostra das tecnologias sociais que podem ser encontradas na Paraíba.

A **Foto 14 - Irrigação por gotejamento** foi tirada na propriedade de sr. Amaro, camponês morador com a família no Assentamento Mandacaru, localizado em Sumé-PB. A imagem mostra a irrigação por gotejamento do cultivo de maracujá e também na irrigação da horta. A água que passa pela mangueira é proveniente de um minipoço artesiano perfurado com recurso próprio do assentado.

**Foto 14** - Irrigação por gotejamento. Assentamento Mandacaru, Sumé -PB. Julho de 2017.



Fonte: Acervo da autora.

A **Foto 15 - Cisterna Calçadão** foi tirada no Sítio Pitombeira, de propriedade de Maria José e José Ferreira, também localizado em Sumé-PB. A Cisterna Calçadão capta e armazena água da chuva, que é utilizada principalmente para produção e criação de animais. As cisternas Calçadão, assim como as cisternas de 16 mil litros do Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), foram amplamente construídas no semiárido paraibano pela Articulação do Seminário – ASA a partir de convênios com o Governo Federal.

**Foto 15** - Cisterna Calçadão. Sítio Pitombeira, Sumé – PB. Julho de 2017



Fonte: Acervo da autora.

A **Foto 16 - Minhocário** retrata a tecnologia social construída na área do camponês Marcos Trajano, que mora com a família no Assentamento Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo-PB e é associado à ECOVÁRZEA. Através da produção de húmus de minhoca, o camponês tem acesso a um rico fertilizante para sua produção e também comercializa o composto nas feiras agroecológicas.

**Foto 16** - Minhocário. Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB. Agosto de 2017



Fonte: Acervo da autora.

A parcela de Marcos é um Sistema Agroflorestal – SAF e tem aproximadamente 70% da área total reflorestada. O Sistema Agroflorestal é a combinação de árvores nativas ou arbustos, de maneira intencional e planejada, com os cultivos agrícolas e/ou animais em uma mesma área, ao mesmo tempo (associação simultânea) ou em uma sequência de tempo (associação temporal).<sup>136</sup> A área onde Marcos trabalha e vive com a família também é referência para realização de intercâmbios, é uma verdadeira sala de aula, e o camponês nos disse que já perdeu as contas de quantos grupos de agricultores e estudantes já recebeu. Durante uma entrevista, ele afirma que foi através dos intercâmbios que conseguiu todo o conhecimento adquirido até hoje, e é por isso que ele abre a sua propriedade sempre que solicitado para receber quem quer aprender. Ao tratar dos ganhos proporcionados pelos intercâmbios, Marcos disse que “lidar com a terra, trabalhar a curva de nível, trabalhar a questão da diversidade, a rotação de cultura, a cobertura morta, usar os defensivos naturais produzidos na própria parcela, inclusive a minhocultura que produz o húmus para o consumo da minha parcela, e também vendo o excedente para a cidade. Tudo isso foi aprendido nos intercâmbios”.<sup>137</sup>

A **Foto 17 - Visita de intercâmbio na parcela de Marcos Trajano** é referente à visita realizada pelos alunos dos cursos de Agronomia, Ciências Agrárias e Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará – UFC, e pelos integrantes do Grupo de Pesquisa Gestar: Território, Trabalho e Cidadania, vinculado ao Departamento de Geografia da UFPB.

---

<sup>136</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>

<sup>137</sup> Entrevista realizada durante a visita de intercâmbio à parcela de Marcos Trajano. A visita aconteceu em junho de 2011 e foi articulada pelo Grupo de Pesquisa Gestar: Território, Trabalho e Cidadania.

**Foto 17** - Visita de Intercâmbio na parcela de Marcos Trajano. Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB



Fonte: Acervo do Gestar. Junho de 2011.

A **Foto 18 - Dessalinizador solar de água** e a **Foto 19 - Sal retirado da água pelo dessalinizador** são referentes à tecnologia social encontrada no Sítio Luíz Gomes, localizado em Caraúbas-PB e de propriedade do seu Reginaldo e dona Rosinete. A visita à área foi articulada pela Associação de Lideranças, Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano – CASACO, durante as ações de Controle Social realizadas pela Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO/PB, nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2019. A tecnologia,<sup>138</sup> que retira o sal da água e fornece água potável às comunidades rurais, foi desenvolvida pelo Núcleo de Extensão Rural Agroecológica (NERA) de Lagoa Seca, coordenado pelo professor Francisco José Loureiro Marinho, do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O projeto dos dessalinizadores foi submetido pela CASACO ao edital do Programa Ecomudança de 2016<sup>139</sup> e conseguiu financiamento para construção da tecnologia em diversas comunidades da região do Cariri paraibano.

<sup>138</sup> A tecnologia social foi vencedora da 9ª edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, na categoria Água e/ou Meio Ambiente, em 2017. Disponível em: <https://www.uepb.edu.br/projeto-desenvolvido-no-campus-de-lagoa-seca-vence-premio-fundacao-banco-do-brasil-de-tecnologia-social/>.

<sup>139</sup> Disponível em: <https://akatu.org.br/programa-ecomudanca-2016-seleciona-10-projetos/>.

**Foto 18** - Dessalinizador solar de água. Sítio Luíz Gomes, Caraúbas-PB. Outubro de 2019.



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 19** - Sal retirado da água pelo dessalinizador. Sítio Luíz Gomes, Caraúbas-PB. Outubro de 2019.



Fonte: Acervo da autora.

Sr. Reginaldo nos conta, em entrevista, que nunca usou veneno na produção, mas que isso não basta para ser um agricultor agroecológico, é preciso se integrar à natureza e integrar à natureza às suas necessidades. Ele afirma que “os intercâmbios foram fundamentais para a realização da minha transição agroecológica, do manejo da produção a entender a importância do resgate das raças nativas e também para reciclar minhas ideias”.<sup>140</sup> A participação nos intercâmbios teve início com a sua participação no **II Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores**, que aconteceu em abril de 2011, em Pesqueira-PE e foi articulado pela ASA Brasil e ASA/PE. O trabalho colaborativo, por meio dos mutirões com vizinhos e familiares, também é enfatizado como sendo de suma importância para alguns trabalhos na propriedade, como a construção dos cercados, as tecnologias sociais e para a colheita.

A **Foto 20 - Estufa geodésica** foi tirada no quintal produtivo dos camponeses Antônio de Pádua e Silvinha, que moram no Assentamento Novo Salvador, localizado na zona rural do município de Jacaraú-PB. A estufa geodésica foi construída com ajuda da ATES e do INCRA e é utilizada para o cultivo de uma pequena horta e de plantas medicinais. A estrutura é feita de canos PVC e coberta com sombrite, protegendo as plantas do calor excessivo e da luz direta do sol.

**Foto 20** - Estufa geodésica. Assentamento Novo Salvador, Jacaraú-PB. Abril de 2017.



Fonte: Acervo da autora.

---

<sup>140</sup> Entrevista gravada com Reginaldo durante a visita realizada em sua propriedade, no dia 7 de outubro de 2019.

A **Foto 21 - Banco de Sementes** foi tirada no Sítio Bento, localizado em Boqueirão-PB e de propriedade de dona Maria do Socorro e seu João Batista. As sementes que compõem o Banco de Sementes dos guardiões foram adquiridas por intermédio da CASACO e nas trocas de sementes proporcionadas pelos eventos e intercâmbios de que participaram. Atualmente a maioria das sementes da produção é oriunda do próprio banco ou dos Bancos Comunitários da região, raramente são compradas no mercado convencional algumas sementes de hortaliças.

**Foto 21** - Banco de Sementes. Sítio Bento, Boqueirão-PB. Outubro de 2019.



Fonte: Acervo da autora.

No Sítio Bento, encontramos inúmeras tecnologias de captação, armazenamento e reutilização de água, e também um silo que tem ajudado a manter o rebanho de caprino durante a estiagem. Segue a **Foto 22 - Silo na propriedade Sítio Bento**:

**Foto 22** - Silo na propriedade Sítio Bento. Boqueirão-PB. Outubro de 2019.



Fonte: Acervo da autora.

Dessa forma, existe um conjunto de experiências que solucionam os reais problemas dessas comunidades, que se multiplicam a partir de intercâmbios e trocas de experiências e apresentam um caráter pedagógico para a construção do conhecimento agroecológico.

#### 4.1.1 Sem feminismo, não há agroecologia: apontamentos sobre o protagonismo das mulheres a partir do trabalho de campo

A partir do trabalho de campo, junto às áreas produtivas e aos espaços de comercialização e de discussão política, percebemos que, na maioria das vezes, são as mulheres que assumem o protagonismo das experiências agroecológicas. Mesmo inseridas num contexto socioespacial em que o peso da cultura machista, sexista e patriarcal é ainda maior, as mulheres que conhecemos se dedicam à agroecologia com o mesmo compromisso com que se dedicam a suas casas e famílias.

Alane afirmou, em entrevista, que a mulher se integra facilmente às experiências agroecológicas porque os propósitos defendidos pela agroecologia são próximos aos praticados pelas mulheres na agricultura camponesa desde sempre. A mulher camponesa

possui uma íntima relação com a natureza e é responsável pelos cuidados com a alimentação e a saúde da família. A preocupação em diversificar a produção nos quintais das casas, sem utilização de insumos químicos; a criação de pequenos animais, como galinhas, para garantir o consumo de ovos e carne; a seleção e o cuidado em guardar as sementes; o armazenamento de água; o cultivo de ervas e plantas medicinais, todas essas práticas que foram resgatadas pela agroecologia são tradicionalmente realizadas pela mulher camponesa. Contudo, Alane ressaltou também que não é fácil para as mulheres camponesas assumirem o protagonismo e a liderança das ações; é necessário um diálogo (negociação) constante com a família e, às vezes, até o rompimento com o companheiro ou com o pai.

Siliprandi (2015) afirma que as mulheres que conduzem experiências agroecológicas são movidas por uma **ética do cuidado**, por uma preocupação com a vida, a saúde e o bem-estar coletivo. São movidas por uma necessidade de mudar o modelo em sua totalidade, inclusive o lugar que ocupam numa sociedade que não valoriza o seu trabalho e as relações de reciprocidade. As lideranças femininas, em um meio tradicionalmente masculino, “têm consciência, por sua história nos movimentos sociais, que os pontos de vista das mulheres não são automaticamente considerados e lutam por esse reconhecimento” (SILIPRANDI, 2015, p. 292).

Alane nos relatou que os espaços coletivos construídos pelo Movimento Agroecológico, dos eventos aos espaços de comercialização, como as feiras, favorecem a formação de lideranças políticas e o empoderamento feminino. Nesses espaços, as mulheres começaram a falar das suas necessidades e a construir alternativas. A agroecologia abriu um universo de possibilidades para as mulheres, inclusive de geração de renda a partir do seu trabalho, o que representa uma forte mudança na vida das mulheres em relação à autonomia financeira. O acesso ao ensino superior também é apontado como possibilidade de melhoria da qualidade de vida e empoderamento feminino.

Dona Josefa Mota, que é camponesa moradora do Assentamento Padre Gino e liderança política vinculada à ECOVÁRZEA, nos contou em entrevista<sup>141</sup> que o protagonismo da mulher sem terra começa na luta pela terra, pois é a única alternativa para garantir o sustento dos filhos. Dona Josefa, que é separada e mãe de cinco filhos, nos disse que:

---

<sup>141</sup> Entrevista realizada com dona Josefa e sua filha Joelma na Feira da ECOVÁRZEA, no dia 10/08/2018.

Foi a necessidade que me encorajou a estar onde estou hoje. Fui aprendendo com a luta, só da mulher entender que ela é livre *pra* falar o que sente, poder dizer sim ou não, é gratificante. Mas o trabalho braçal é difícil, a mulher só continua na luta de trabalhar duro no campo, acordar cedo *pra* realizar as atividades extras e o que tinha pensado na noite anterior se tiver muita coragem. Hoje minha parcela é o meu paraíso, é o resultado da luta, fartura e garantia da saúde da família.

Ao perguntarmos o que a agroecologia representa para ela, Dona Josefa nos responde:

Agroecologia é o respeito à natureza e a tudo o que ela nos oferece. É uma mudança na produção, na qualidade de vida, no humor, na alimentação, na saúde, na relação com o trabalho e a natureza, na escolaridade, na participação política. A mudança começa com a consciência do cuidado para com o meio ambiente, a importância da coletividade para a produção e para o crescimento pessoal e cidadão de nós, camponeses. A agroecologia é uma escolha, um projeto de vida e os resultados, às vezes, demoram, mas eles vêm.

Ao perguntarmos se ela considera que exista equidade de gênero (homens e mulheres tratados da mesma forma) nas experiências em que teve oportunidade de participar, ela diz que “não, infelizmente a teoria ainda não condiz com a prática, a luta para esse propósito é permanente. Mas a realidade tem melhorado. Antes as mulheres não pegavam em dinheiro e, com o processo agroecológico, os quintais produtivos e a criação de animais, elas conquistaram sua independência financeira”. Dona Josefa reforça a informação declarada por Alane sobre a importância dos espaços coletivos para o empoderamento das mulheres camponesas, “o fato delas sentirem-se parte de um grupo, participarem de reuniões, palestras, oficinas e até mesmo o contato direto com os clientes é um ato político, uma formação social”.

Dona Josefa trabalha na propriedade com as filhas e os netos e comercializa os produtos nas três feiras agroecológicas promovidas pela ECOVÁRZEA. A camponesa nos disse que, desde que foi assentada, já reflorestou mais da metade da área, inclusive “plantando água” ao se referir à recuperação de uma nascente, onde foi construído um barreiro que é responsável por irrigar toda a produção. A seguir, encontram-se a **Foto 23 - Momento da entrevista com dona Josefa**, que registra o momento da nossa conversa na Feira Agroecológica da UFPB, a **Foto 24 - Horta de dona Josefa** e a **Foto 25 - Barreiro na propriedade de dona Josefa**, que ilustram o trabalho de campo para conhecer a dinâmica agroecológica construída pela camponesa com a ajuda da família.

**Foto 23** - Momento da entrevista com dona Josefa. João Pessoa-PB.10/08/2018.



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 24** - Horta de dona Josefa. Assentamento Padre Gino, Sapé-PB. Junho 2017.



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 25** - Barreiro na propriedade de dona Josefa. Assentamento Padre Gino, Sapé-PB. Junho 2017.



Fonte: Acervo da autora.

Os principais problemas enfrentados pelas mulheres camponesas, de acordo com as entrevistadas, são: a precariedade no acesso à saúde de especialidade feminina, o pouco apoio das famílias (principalmente dos companheiros) para participarem dos eventos e das atividades coletivas, a sobrecarga de trabalho, a invisibilidade do trabalho (precisa de uma referência masculina para ser reconhecida), o preconceito que sofrem por trabalharem diretamente com a agricultura e a dificuldade em realizar os trabalhos mais pesados.

As dificuldades elencadas por elas são claramente questões vinculadas ao campo do feminismo. Discutir as dificuldades vivenciadas pelas mulheres é o primeiro passo para construir alternativas de superação e avançar no projeto de equidade de gênero defendido pela agroecologia.

#### **4.2 Circuitos curtos da economia camponesa: feiras agroecológicas e pontos fixos de comercialização**

A comercialização por circuitos curtos é aquela cuja distância da área de produção até o lugar de comercialização é pequena. Para o campesinato, as feiras agroecológicas e os pontos de vendas têm se consolidado como uma boa estratégia de comercialização, pois possibilitam a venda dos alimentos sem depender dos atravessadores, o que se traduz num maior retorno econômico para a família camponesa. A prática se torna vantajosa

também para o consumidor, que tem disponíveis produtos mais frescos, pois o tempo entre o momento da colheita dos alimentos e a disponibilidade para o consumidor final é reduzido, o que diminui os riscos de contaminação, evita o desperdício e dispensa o uso de conservantes. Portanto, esse tipo de comercialização também é mais sustentável, porque reduz o consumo de energia necessária ao transporte de mercadorias e de embalagens, e em geral é realizado de forma direta entre produtor e consumidor, sem o atravessamento da produção (DAROLT, 2016; CARVALHO; 2012).

As feiras agroecológicas, assim como os pontos fixos de comercialização, são experiências que possuem forte organização política e um processo de autogestão. A comercialização é feita diretamente com o consumidor, não havendo intermediários, o que favorece a apropriação máxima da renda da terra pelos camponeses, que é convertida em bem-estar e na diminuição da penosidade do trabalho camponês (CHAYANOV, 1974, 1981; PAULINO; ALMEIDA, 2006).

Dessa forma, apresentamos, nas subseções a seguir, como estão organizadas essas experiências na Paraíba e qual a sua importância para a reprodução camponesa e autonomia do campesinato

#### 4.2.1 Colhendo os frutos da luta pela terra: as feiras agroecológicas da Paraíba

A Paraíba possui um projeto consolidado de territorialização de feiras agroecológicas, com experiências que se estendem do Litoral ao Sertão, sendo sua maioria fruto da Reforma Agrária e da organização dos camponeses, com o apoio dos movimentos sociais e das organizações não governamentais. Para além das experiências das feiras, têm crescido, nos últimos anos, as estratégias dos pontos fixos de comercialização, como **budega, bodega, quitandas e tendas agroecológicas**, administradas pelos camponeses e suas organizações. A marca “**produtos do roçado**” também é uma inovação que agrega valor aos produtos agroecológicos. A marca foi criada em 2016 pelo Polo da Borborema e pela ECOBORBOREMA, com apoio da AS-PTA e, desde então, ensaca e beneficia produtos para serem comercializados nas feiras e nos pontos fixos de comercialização, tornando-se uma experiência de referência para a comercialização camponesa na Paraíba. Os principais produtos vendidos são grãos (feijão, fava e milho), cuscuz, amendoim, diversos tipos de doces e mel.

Na Paraíba, as feiras agroecológicas surgem como consequência daqueles primeiros diálogos e formações realizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, com

os camponeses da Zona da Mata e do Litoral Sul, a respeito da soberania e segurança alimentar e comercialização direta. A Feira Agroecológica da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – ECOVÁRZEA foi a primeira experiência de comercialização agroecológica do estado e teve forte apoio da CPT, da Cáritas Brasileira, do Gabinete do então deputado Frei Anastácio e da Universidade Federal da Paraíba. O primeiro resultado da organização do grupo foi a realização de seis feiras no bairro de Mangabeira, em novembro de 2001, e depois disso não houve continuidade, por falta de produção dos camponeses, que ainda estavam aprendendo a produzir de forma diversificada e agroecológica. Em 2002, com um planejamento da produção mais consolidado, retornou a comercialização de seus produtos, dessa vez, no campus I da UFPB, em João Pessoa. A ECOVÁRZEA, atualmente, representa aproximadamente 40 famílias provenientes de 4 assentamentos rurais<sup>142</sup> e um acampamento rural,<sup>143</sup> e é uma das organizações mais consolidadas no estado. A associação conta com o apoio de diversos parceiros e realiza três feiras semanais, sendo duas em João Pessoa e uma em Sapé.

O seu processo organizativo serviu como referência para muitas outras experiências no estado. A Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – ECOVÁRZEA surgiu em 2001, junto com a feira, e foi formalizada em 2005. De acordo com o Estatuto, tem os seguintes objetivos:

- I. Unir os agricultores(as) agroecológicos(as) dos assentamentos envolvidos;
- II. Garantir a produção orgânica e agroecológica dos(as) agricultores(as) associados(as);
- III. Fortalecer a autogestão dos(as) associados(as) pela organização, administração e escoamento de seus produtos;
- IV. Criar novos canais para escoar a produção orgânica e agroecológica dos agricultores e agricultoras associados(as);
- V. Intermediar o escoamento dos produtos orgânicos e ecológicos exclusivamente dos(as) seus (suas) sócios(as);
- VI. Favorecer a elaboração de projetos para beneficiar esta associação;
- VII. Promover a formação e capacitação de temáticas afins desta associação;

<sup>142</sup> Assentamento Dona Helena em Cruz do Espírito Santo-PB; Assentamentos Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, em Sapé-PB; e Assentamento Dona Antônia, no Conde-PB.

<sup>143</sup> O Acampamento Ponta de Gramame está localizado no bairro do Valentina, em João Pessoa-PB. Aproximadamente 35 famílias reivindicam, há mais de 25 anos, as terras da fazenda até então improdutiva. Estas famílias, que estão na condição de posseira e acampadas das terras em litígio, têm uma produção diversificada que alimenta as famílias e fornece produtos para três feiras agroecológicas de João Pessoa. Contudo, enfrentam sucessões de despejos e reintegrações de posse violentas, solicitadas pela família proprietária Gouveia Falcone, que, por sua vez, atua no ramo de empreendimentos imobiliários. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pb-agricultores-de-joao-pessoa-lutam-para-permanecer-em-fazenda-na-ponta-de-gramame/>.

VIII. Solicitar assessorias necessárias para as ações eminentes desta associação, através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou de remuneração com recursos próprios;

IX. Garantir os serviços técnicos especializados em produção orgânica e agroecologia, para o acompanhamento dos(as) agricultores(as)-sócios(as), através de parcerias, convênios com organismos governamentais ou não governamentais ou com recursos próprios;

X. Promover eventos de confraternização entre os(as) sócios(as) e seus (suas) convidados(as).

XI. Administrar os bens da associação.

A estrutura administrativa da Feira é composta pela coordenação executiva, que conta com o coordenador, o vice-coordenador, o secretário e o tesoureiro. Também é formada pelo conselho fiscal e pelo conselho de ética, sendo regida por um estatuto, um regimento interno e um regimento de transporte. Os representantes são eleitos pelo grupo em eleições diretas para mandato de dois anos. Todas as decisões que dizem respeito à Feira Agroecológica são tomadas conjuntamente em reuniões, que acontecem semanalmente após a Feira ou em assembleia geral, que ocorre mensalmente. Todos os sócios, desde que estejam em dia com suas obrigações, têm direito de voz e voto (ESTATUTO DA ECOVÁRZEA, 2005).

Nas reuniões pós-feira, são discutidas as questões emergenciais e divulgados os informes semanais (cursos, eventos, problemas do dia, etc.). Na assembleia geral, acontecem as discussões mais complexas e as prestações de contas, seguindo uma pauta previamente elaborada. As reuniões anuais são para avaliação dos resultados do grupo, dos parceiros e de algum projeto que esteja em andamento, sendo também, neste momento, feito o planejamento das ações a serem desenvolvidas no ano seguinte. As discussões e os encaminhamentos são registrados em ata pela secretaria da associação.

O conselho de ética exerce um importante papel em relação ao controle acerca da procedência e qualidade agroecológica dos produtos que são comercializados nas feiras da Ecovárzea. De acordo com o Artigo 17º do estatuto da ECOVÁRZEA, compete ao conselho de ética:

I. Zelar pelos princípios da produção orgânica, agroecologia e pelo respeito interpessoal e outros;

II. Informar a Coordenação Executiva sobre questões ocorridas e constatadas para que sejam aplicadas as medidas devidas de acordo com o regimento interno;

III. Zelar pelo cumprimento do regimento interno.

A Feira conta com um fundo de feira, que é uma contribuição dos camponeses estipulada em 5% da renda obtida com a comercialização dos produtos na semana. Inicialmente tinha o objetivo de pagar o empréstimo fornecido pela Cáritas.<sup>144</sup> Atualmente é destinado às despesas coletivas, como manutenção dos veículos, transporte para eventos, alimentação, sacolas, eventuais gastos com a manutenção das barracas e pequenos empréstimos oferecidos pela ECOVÁRZEA, destinados aos sócios. Os empréstimos são autorizados, ou não, pelos sócios em assembleia geral. Não há cobrança de juros nos empréstimos e a forma de pagamento varia de acordo com o quantitativo emprestado e a condição do solicitante.

Ainda em 2002, foi inaugurada a Feira Agroecológica da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano – ECOSUL, funcionando no bairro do Bessa, em João Pessoa. A produção é proveniente principalmente do Assentamento APASA, localizado em Pitimbu, Conde-PB. Os camponeses que fazem a Feira do Bessa pertencem ao primeiro grupo que recebeu formação e apoio da CPT para a transição agroecológica. O processo organizativo da ECOSUL é semelhante ao da ECOVÁRZEA, e todos os documentos que fundamentam o funcionamento das associações foram construídos com apoio da CPT, por isso obedecem ao mesmo modelo de gestão.

A experiência da Feira Agroecológica de Lagoa Seca-PB também é considerada pioneira no estado e aconteceu pela primeira vez em 2001 como iniciativa do “Natal sem Veneno”, promovido pelo Polo da Borborema e pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA. A iniciativa de Lagoa Seca logo se espalhou pelo Território da Borborema, que hoje conta com aproximadamente doze feiras agroecológicas.

No Cariri e Sertão do estado, as feiras agroecológicas surgem a partir da articulação dos movimentos sociais e das organizações vinculadas à ASA/PB com destaque para a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – PATAC e a Associação de Lideranças, Organizações, Agricultores e Agricultoras Familiares do Cariri Paraibano – CASACO.

As feiras agroecológicas, em todos os territórios, foram fortalecidas por meio das políticas públicas de desenvolvimento territorial e dos projetos de ATER, com destaque

---

<sup>144</sup> Para iniciar a primeira feira em 2001, a Cáritas emprestou R\$ 5.000,00 à ECOVÁRZEA para compra das barracas e dos primeiros materiais necessários à comercialização.

para atuação da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara,<sup>145</sup> no Cariri paraibano, e da atuação da ATES nas áreas de assentamentos rurais, cujos planos de trabalho previam criação e revitalização de feiras agroecológicas. Estimamos que atualmente existam 42 feiras agroecológicas no estado, sendo a maioria delas realizada por grupos cadastrados no MAPA como OCS, e tendo apenas algumas, sobretudo, as do Alto Sertão, que ainda não estão cadastradas, mas com um processo organizativo bem consolidado. Segue o **Quadro 10 - Feiras Agroecológicas da Paraíba**, com as feiras agroecológicas que conseguimos identificar e as organizações que as representam:

**Quadro 10 - Feiras Agroecológicas da Paraíba**

ASSOCIAÇÃO/GRUPO/REDE	MUNICÍPIOS E DIAS DE COMERCIALIZAÇÃO
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema (ECOBORBOREMA)	Alagoa Nova (aos sábados)
	Arara (às sextas)
	Areial (às sextas)
	Campina Grande (Museu do Algodão/Estação Velha, às quartas) Campina Grande (Catolé, às sextas).
	Casserengue (às quintas)
	Esperança (às sextas)
	Lagoa Seca (aos sábado)
	Massaranduba (às sextas)
	Queimadas (às sextas)
	Remígio (às sextas)
	Solânea (às sextas)
Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé (APFAS)	Sumé (às segundas)
	Serra Branca (aos sábados)
Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar	Tenório (às sextas)
	Soledade (às sextas)
	Cubati (às sextas)
	Juazeirinho (às sextas)
	Olivedos (às sextas)
São João do Cariri (às segundas)	
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Sul Paraibano (ECOSUL)	João Pessoa (Bessa, aos sábados)
Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA)	João Pessoa (UFPB, às sextas) João Pessoa (IFPB, às quartas) Sapé (às sextas)

<sup>145</sup> Em geral, o Projeto Dom Helder auxiliou a transição e comercialização agroecológica a partir do programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que tem como principais parceiros a Fundação Banco do Brasil e o Sebrae (LIMA, 2017).

Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis	Jacaraú (às quartas)
Associação Conde Orgânico	Jacumã (Centro da Cidade, aos sábados)
Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Pitimbu	Pitimbu (Centro)
ECOAP	Caaporã (Centro)
Associação Comunidade Negra Senhor do Bonfim	João Pessoa (Restaurante Flamboiam)
Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e Agreste Paraibano	João Pessoa (Shopping Sebrae, às quartas)
Acampamento Ponta de Gramame, Acampamento Marinas, Prohort e outros	João Pessoa (Bancários, Equilíbrio do Ser, quinzenal às quartas)
Associação de Jacaraú/ECOAP/ECOSUL/CASACO/Marinas	João Pessoa (ponto Cem Réis, mensal, primeira terça-feira de cada mês)
Acampamento Ponta de Gramame, Acampamento Marinas, Prohort	João Pessoa (Valentina, quinzenal, às quartas)
ECOBORBOREMA/Prohort/CASACO	João Pessoa (CECAF-José Américo, às quintas)
Associação da Feira da Agricultura Familiar de Serraria	Serraria (às terças)
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho do Algodão e Santa Rita	Congo (aos sábados)
Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro (APAM)	Monteiro (às quartas)
Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Monteiro (AAFAM)	Monteiro (aos sábados)
Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Sertão Paraibano – CANAÃ	Sousa (aos domingos)
Rede de Cultivos Agroecológicos do Alto Sertão Paraibano/Sertão Agroecológico	Cajazeiras (às sextas) Aparecida (aos sábados) Santa Helena (às sextas)

Fonte: Documentos como atas e cadastros da Comissão da Produção Orgânica da Paraíba – CPO e trabalho de campo. Organização: Mariana Borba de Oliveira.

Foram visitadas, no decorrer da pesquisa, 35 unidades produtivas e 9 feiras agroecológicas (em João Pessoa, Jacaraú, Campina Grande, Remígio, Monteiro, Sousa e Cajazeiras). Os produtos encontrados foram variados, como itens de horticultura, frutas, tubérculos, raízes, produtos de origem animal, alimentos processados, como bolos e doces, remédios caseiros e artesanato.

Ao perguntar aos camponeses sobre as vantagens em comercializar nas feiras, as respostas estiveram ligadas a dois pontos: a melhoria na renda da família e a socialização. A feira garante a segurança alimentar das famílias por incentivar a diversificação da produção. Para a maioria dos camponeses, o faturamento das feiras é a principal fonte de renda da família. Os camponeses afirmam que a renda semanal da feira garante a aquisição de outros gêneros alimentícios e os itens mais imediatos de que a família

necessite. Já a comercialização por PAA e PNAE<sup>146</sup> possibilita o recebimento de um volume maior de dinheiro, que geralmente é utilizado para alguma melhoria na propriedade ou para quitar empréstimos. Encontramos camponeses que ainda comercializam com atravessadores, principalmente no período da safra de alguns produtos, quando o volume da produção é maior. Outra informação que obtivemos nas visitas às feiras e às áreas de produção é que todos os camponeses entrevistados, de alguma forma, foram beneficiados pelas políticas públicas de que tratamos nos capítulos anteriores.

Daniel Lopes Rodrigues é camponês, morador do Assentamento Dona Antônia, Conde-PB e vinculado a duas entidades que representam seus interesses as quais são: a Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul – Coasp e a Associação de Agricultores(as) Agroecológicos da Várzea paraibana – ECOVÁRZEA. Ele nos disse, em entrevista,<sup>147</sup> que toda a comercialização da sua produção acontece devido à sua vinculação a essas duas entidades. Daniel comercializa semanalmente na Feira Agroecológica da UFPB, promovida pela ECOVÁRZEA, e todo ano vende para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Daniel afirma que praticamente todo o consumo alimentar da família é retirado da sua produção ou adquirido na Feira da UFPB. Em pesquisa realizada em 2012, Daniel declarou que a sua renda bruta mensal, proveniente da Feira, era em torno de R\$ 3.000,00 e que a renda vinha crescendo. Afirmou ainda que: “Eu trabalho o suficiente para minha sobrevivência, tenho liberdade de fazer o que quero na hora que quero, sem ter o rabo preso com ninguém” (OLIVEIRA, 2012, p. 115).

De acordo com Araújo *et al.* (2014), a renda *per capita* dos camponeses que participam das treze feiras agroecológicas pesquisadas na Paraíba se situa em patamares bem superiores à renda média *per capita* dos seus municípios, com exceção de João Pessoa e Queimadas. Quase todas as famílias (94,7%) não estariam, conforme os critérios do Bolsa Família, em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Em pesquisa mais recente, Lima (2017) realizou uma análise robusta sobre diferentes realidades das feiras agroecológicas da Paraíba e destaca como ponto fundamental, na realização e existência das feiras, a luta pela terra e o trabalho articulado

---

<sup>146</sup> Até o final da pesquisa, a única prefeitura da Paraíba que havia feito o acréscimo dos 30% no valor do produto agroecológico em chamada pública do PNAE, como especifica a lei, foi a da cidade do Conde na chamada pública de 2019/2020.

<sup>147</sup> Entrevista realizada na área produtiva de Daniel no Assentamento Dona Antônia, Conde-PB, em maio de 2012, com o objetivo de contribuir com a minha pesquisa de mestrado. Cf.: Oliveira (2012).

entre os camponeses e as entidades que os apoiaram e ainda apoiam. Em seu estudo, a pesquisadora concluiu que “as feiras agroecológicas estiveram inseridas num processo mais amplo, que buscava a construção de uma sociedade mais justa, em que a vida em comunidade e o fazer coletivo possibilitaram uma ação transformadora das realidades vividas” (LIMA 2017, p. 397).

Em João Pessoa, visitamos as feiras agroecológicas da ECOVÁRZEA (UFPB), da ECOSUL (Bessa) e a do Ponto de Cem Réis, que reúnem diversas associações de agricultores agroecológicos. Todas essas feiras são acompanhadas pela CPT e são bem consolidadas na cidade. Seguem a **Foto 26 - Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA**, a **Foto 27 - Feira Agroecológica da ECOSUL** e a **Foto 28 - Feira Agroecológica do Ponto de Cem Réis**, que ilustram as respectivas feiras:

**Foto 26 - Feira Agroecológica da ECOVÁRZEA. João Pessoa, dezembro de 2019**



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 27** - Feira Agroecológica da ECOSUL. João Pessoa, março de 2018



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 28** - Feira Agroecológica do Ponto de Cem Réis. João Pessoa, agosto de 2019



Fonte: Acervo da autora.

Na Zona da Mata Norte, conhecemos a Feira Agroecológica de Jacaraú, que existe desde 2007 e recebe apoio da prefeitura da cidade e da CPT. A seguir, está a **Foto 29 - Feira Agroecológica de Jacaraú**, que mostra a estrutura da feira, a qual acontece ao lado da Igreja Matriz da cidade.

**Foto 29** - Feira Agroecológica de Jacaraú. Jacaraú, abril de 2017



Fonte: Acervo da autora.

A Rede de Feiras Agroecológicas do Território da Borborema possui doze feiras realizadas pela ECOBORBOREMA. Visitamos a edição da Feira Agroecológica Regional de Campina Grande-PB em comemoração à Semana dos Orgânicos, na Praça da Bandeira; e também a Feira Agroecológica de Remígio-PB. A seguir, estão a **Foto 30 - Feira Regional na Praça da Bandeira** e a **Foto 31 - Feira Agroecológica de Remígio**:

**Foto 30** - Feira Regional na Praça da Bandeira. Campina Grande, maio de 2018



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 31** - Feira Agroecológica de Remígio. Remígio, dezembro de 2017



Fonte: Acervo da autora.

No Cariri, tivemos a oportunidade de visitar apenas a Feira Agroecológica de Monteiro, durante a reunião da Comissão da Produção Orgânica, que aconteceu na cidade. Segue a **Foto 32 - Feira Agroecológica de Monteiro**:

**Foto 32** - Feira Agroecológica de Monteiro. Monteiro, junho de 2019



Fonte: Acervo da autora.

No Alto Sertão paraibano, visitamos as feiras agroecológicas dos municípios de Cajazeiras e Sousa. A Feira Agroecológica de Cajazeiras foi criada em 2002, passou um período desativada e voltou a acontecer em 2017, e os camponeses são acompanhados pelo IFBDS e pela CPT. A Feira Agroecológica de Sousa foi criada em 2016 e recebe apoio do Sebrae e da Prefeitura. Seguem a **Foto 33 - Feira Agroecológica de Cajazeiras** e a **Foto 34 - Feira Agroecológica de Sousa**, que ilustram as respectivas feiras visitadas:

**Foto 33** - Feira Agroecológica de Cajazeiras. Cajazeiras, abril de 2017



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 34** - Feira Agroecológica de Sousa. Sousa, julho de 2016



Fonte: Acervo da autora.

É importante destacar que os camponeses que fazem parte da Rede de Feiras também vivenciam muitas problemáticas. Quando indagados quais são os principais problemas enfrentados, as respostas que obtivemos foram: dificuldades para o trabalho voluntário dos camponeses na autogestão das feiras; dificuldade no engajamento das ações coletivas; infraestrutura muitas vezes precária para a realização das feiras, como barracas, transportes da produção, balanças, etc.; falta de assessoria técnica para a produção agroecológica; ausência de autonomia hídrica para a produção. Esses problemas, sobretudo a dificuldade de acesso a água para o cultivo, têm acarretado interrupções na realização de algumas feiras por falta de produção, mas não significam que o grupo tenha desistido ou esteja desarticulado do processo.

Por fim, ressaltamos que a Rede de Feiras Agroecológicas da Paraíba é um dos resultados concretos que asseguram a viabilidade da Reforma Agrária e a proposta da agroecologia, pautada na segurança e soberania alimentar e na sustentabilidade, mas também apresentam entraves e limitações inerentes à relação do campesinato com o modo de produção capitalista. Assim, como afirma o camponês Luiz Damásio de Lima, o desenvolvimento das experiências agroecológicas “é um processo lento”. Porém como afirma Marcos Trajano, é “libertador, hoje me sinto liberto, sinto uma liberdade porque tudo o que eu produzo é nesse pedaço de chão *pra* eu e minha família comer e vender”.

#### 4.2.2 As experiências dos pontos fixos de comercialização agroecológica

Como estratégias de comercialização direta camponesa, para além das feiras agroecológicas, vêm crescendo na Paraíba as experiências dos pontos fixos de comercialização agroecológica. Identificamos quatro dessas iniciativas no estado, as quais são: a Bodega Agroecológica, organizada pelo PATAC; a Tenda Agroecológica do Cariri, organizada pela Associação do Coletivo Cariri Oriental – CASACO; a Bodega Agroecológica, organizada pela Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis – AOJAPRE; e as Quitandas Agroecológicas, organizadas pela ECOBORBOREMA e pela ASPTA.

A **Bodega Agroecológica** funciona em Soledade-PB desde dezembro de 2008 e foi criada pelo Coletivo Regional de Educação Solidária do Cariri, Seridó e Curimataú, com o intuito aumentar os canais de comercialização da produção agroecológica da região, o que, até então, só era feito através das feiras. A Bodega Agroecológica faz parte da Rede Brasileira de Comercialização Solidária – Rede COMSO, fruto de um convênio

estabelecido entre a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).<sup>148</sup> Em 2018, a Bodega foi integrada ao Projeto Casa da Economia Solidária do Governo do Estado da Paraíba<sup>149</sup> e atualmente funciona na Casa da Economia Solidária Bodega Agroecológica, às margens da BR- 230, de segunda a sábado, das 8h às 17h.

A estrutura organizacional da Bodega Agroecológica é composta por uma coordenação de seis pessoas do Coletivo Regional, as quais se dividem nas atividades das áreas de finanças e administrativa, planejando e organizando as atividades coletivas. Também é formada por grupos de trabalhos, que são: o GT de Mercado, o GT de Produção e Comercialização e o GT de Articulação Política e Comercial, os quais se encarregam das demandas específicas de cada setor.

Aproximadamente 60 famílias de camponeses do território comercializam seus produtos agroecológicos através da Bodega, entre os quais estão: gêneros alimentícios beneficiados, como doces, geleias, compotas, polpas, bolos, cocadas, leite, queijo, licores, manteiga, além de ovos de galinha de capoeira. Além destes, são comercializados produtos *in natura*, como hortaliças, raízes, carne de caprino, e também artesanato. O empreendimento dispõe de freezers, que garantem a qualidade dos produtos. A Bodega tem o apoio do PATAC e do Coletivo Regional de Educação Solidária do Cariri, Seridó e Curimataú, entidades vinculadas à ASA Paraíba, que articulam a produção dos assentamentos e demais comunidades e dão assessoria técnica aos camponeses. E também conta com a parceria com o Governo do Estado, que mantém a sua infraestrutura de funcionamento. Seguem a **Foto 35 - Fachada da Bodega Agroecológica**, a **Foto 36 - Interior da Bodega Agroecológica** e a **Foto 37 - Carne de caprino comercializada na Bodega Agroecológica**:

---

<sup>148</sup> Disponível em: <https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2018/02/Plano-de-Vida-Bodega-Agroecol%C3%B3gica-de-Soledade-PB.pdf>.

<sup>149</sup> A Secretaria Executiva de Economia Solidária – SESOL fomenta a Política Pública de Economia Solidária no Estado e implantou cinco Casas de Economia Solidária no estado (João Pessoa, Sapé, Soledade, Sumé e Pombal). As estruturas criadas são mantidas pela parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/programas/secretaria-executiva-de-economia-solidaria-sesol>.

**Foto 35** - Fachada da Bodega Agroecológica. Soledade, PB



Fonte: Acervo da autora.<sup>150</sup>

**Foto 36** - Interior da Bodega Agroecológica. Soledade-PB



Fonte: Acervo da autora.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> Imagem de domínio público. Disponível em: <https://www.facebook.com/Bodega-Agroecol%C3%B3gica-e-Casa-da-Economia-Sol%C3%ADd%C3%A1ria-1697727173617480/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

<sup>151</sup> Imagem de domínio público. Disponível em: <https://www.facebook.com/Bodega-Agroecol%C3%B3gica-e-Casa-da-Economia-Sol%C3%ADd%C3%A1ria-1697727173617480/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

**Foto 37** - Carne de caprino comercializada na Bodega Agroecológica



Fonte: Acervo da autora.<sup>152</sup>

A **Tenda Agroecológica** de Boqueirão foi instalada em 2013, a partir da articulação de um grupo pequeno de camponeses com o Coletivo (Associação) ASA Cariri Oriental – CASACO, vinculado à Articulação do Semiárido na Paraíba – ASA Paraíba, com o objetivo de divulgar e comercializar os produtos agroecológicos da região. A Tenda também é ligada à Rede Brasileira de Comercialização Solidária – Rede COMSOL e conta com uma parceria importante com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE, desenvolvido pelo Governo do Estado.

A Tenda funciona no prédio da sede da associação (CASACO), de terça a sábado, e sua estrutura organizativa é composta de camponeses e técnicos que assumem a responsabilidade junto à Coordenação, o GT de Articulação Institucional e Comercial, o GT de Comercialização, o GT de Comunicação e Divulgação e o GT de Gestão Financeira. Os principais produtos comercializados são queijos de cabra e de vaca, carnes de caprinos, ovinos e galinhas de capoeiras, ovos de galinhas de capoeira, buchada de caprinos e ovinos, mas também são ofertados vários tipos de doces, frutas da estação,

---

<sup>152</sup> Imagem de domínio público. Disponível em: <https://www.facebook.com/Bodega-Agroecol%C3%B3gica-e-Casa-da-Economia-Sol%C3%ADd%C3%A1ria-1697727173617480/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

polpa de frutas e hortaliças, leguminosas e tubérculos. A Tenda Agroecológica começou com 5 fornecedores e atualmente possui em torno de 20, o que demonstra o sucesso da venda direta. A experiência também tem uma parceria com a ECOBORBOREMA e comercializa os produtos da marca Do Roçado, que abordaremos mais adiante. A seguir, estão a **Foto 38 - Fachada da Sede do CASACO** e a **Foto 39 - Interior da Tenda Agroecológica**:

**Foto 38** - Fachada da Sede do CASACO e da Tenda Agroecológica. Boqueirão, outubro de 2019



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 39** - Interior da Tenda Agroecológica. Boqueirão, outubro de 2019



Fonte: Acervo da autora.

A **Bodega Agroecológica**, que foi inaugurada em setembro de 2019, é organizada pela Associação dos Produtores Orgânicos de Jacaraú e Pedro Régis – AOJAPRE e tem a Prefeitura de Jacaraú e a CPT como principais parceiros. A Bodega funciona de terça a domingo num espaço cedido pela Prefeitura, o prédio da antiga Biblioteca Municipal em Jacaraú, e também oferta alimentos *in natura* e processados, oriundos dos assentamentos rurais de três municípios, Jacaraú, Pedro Régis e Curral de Cima, que fazem parte da Associação e também fornecem para a Feira Agroecológica.

Não existe um regimento exclusivo para o empreendimento, e os camponeses se organizam de acordo com o regimento da Feira, obedecendo aos mesmos critérios para o controle social da produção agroecológica. Os sócios se organizam e se revezam a cada semana para a logística de abastecimento da Bodega em veículos próprios e para a comercialização. Seguem a **Foto 40 - Bodega Agroecológica** e a **Foto 41 - Produtos processados e comercializados na Bodega Agroecológica**, as quais ilustram o funcionamento da Bodega e alguns produtos comercializados:

**Foto 40** - Bodega Agroecológica. Jacaraú, setembro de 2019



Fonte: Rogério Oliveira.

**Foto 41** - Produtos processados e comercializados na Bodega Agroecológica. Jacaraú, setembro de 2019



Fonte: Rogério Oliveira.

As **Quitandas Agroecológicas** constituem mais uma rede estruturada pela ECOBORBOREMA, pelo Polo da Borborema e pela ASPTA no Território da Borborema. A iniciativa de criar pontos fixos de comercialização teve o intuito de ampliar as alternativas de venda direta para não haver mais a necessidade de negociar com o atravessador. Tendo em vista que houve um aumento da produção nos últimos anos, as feiras não estavam sendo suficientes para escoar a produção dos camponeses. A iniciativa foi gestada nos próprios espaços das feiras e nas reuniões de avaliação e planejamento do Polo da Borborema. A equipe da ASPTA utilizou-se mais uma vez do instrumento do intercâmbio para apresentar ao grupo a experiência da Tenda Agroecológica do Cariri, organizada pelo Coletivo Cariri Oriental – CASACO e localizada na cidade de Boqueirão. Dessa forma, inspirados na experiência da Tenda, alguns camponeses, com o apoio da ASPTA, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município e da Igreja Católica, que disponibilizou o espaço, abriram em março de 2019 a primeira Quitanda Agroecológica do Território da Borborema no município de Arara.

Meses depois, em novembro e dezembro de 2019, a ASPTA, através do projeto financiado pela chamada pública de 2017 do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica – Ecoforte, implantou cinco Quitandas Agroecológicas no Território da Borborema, nos municípios de

Queimadas, Remígio, Solânea, Esperança e Arara. Além de ampliar os circuitos de comercialização direta, as Quitandas possibilitaram o desenvolvimento da marca Do Roçado, lançada em 2016 pela ECOBORBOREMA, uma iniciativa que embala, beneficia e padroniza alguns produtos, principalmente grãos e doces, para comercialização. A variedade dos produtos é grande, entre os quais podem ser encontrados diversos tipos de feijão e fava, milho, cuscuz, amendoim, sementes, goma, mel e diversos tipos de doces. Os produtos Do Roçado que já podiam ser encontrados em diversas feiras agroecológicas do estado, nos pontos fixos de comercialização mais antigos e também nos eventos de Agroecologia do estado, passam a abastecer também as Quitandas Agroecológicas.

Anilda Batista Pereira dos Santos, camponesa do Assentamento Oziel Pereira, localizado em Remígio-PB, é coordenadora da ECOBORBOREMA e nos informou que a gestão dos empreendimentos é feita pela ECOBORBOREMA e conta com o apoio de jovens bolsistas do Projeto Ecoforte para o atendimento ao público. Outros custos são pagos pela contribuição de 20% das vendas dos produtos pelos camponeses. A liderança destaca também a importância das Quitandas para a comercialização agroecológica durante o atual contexto de pandemia da Covid-19. Alguns municípios decretaram o fechamento das feiras livres por até três meses, e as Quitandas se tornaram o principal canal para escoar os produtos. Anilda afirmou ainda que, após a pandemia, as vendas aumentaram bastante e que não diminuíram com a reabertura das feiras.<sup>153</sup> A seguir, estão a **Foto 42**, a **Foto 43**, a **Foto 44** e a **Foto 45** das Quitandas da Borborema e dos produtos Do Roçado:

---

<sup>153</sup> Informações retiradas da participação de Anilda Batista Pereira dos Santos no debate “Comercialização agroecológica em tempos de pandemia”, que ocorreu no dia 28 de julho promovido pelo grupo de pesquisa Gestar: Território, Trabalho e cidadania no âmbito do Projeto de Extensão **Café Geográfico: Olhares Interdisciplinares**.

Foto 42 - Quitanda da Borborema de Arara



Fonte: Acervo da autora.<sup>154</sup>

Foto 43 - Quitanda da Borborema de Solânea



Fonte: Acervo da autora.<sup>155</sup>

<sup>154</sup> Imagem de domínio público. Disponível em: <https://www.instagram.com/quitandasdaborborema/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

<sup>155</sup> Imagem de domínio público. Disponível em: <http://www.instagram.com/quitandasdaborborema/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

**Foto 44** - Produtos Do Roçado à venda no Encontro de Guardiões e Guardiãs de Sementes da Paixão do Polo da Borborema, realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, em Arara-PB



Fonte: Acervo da autora.

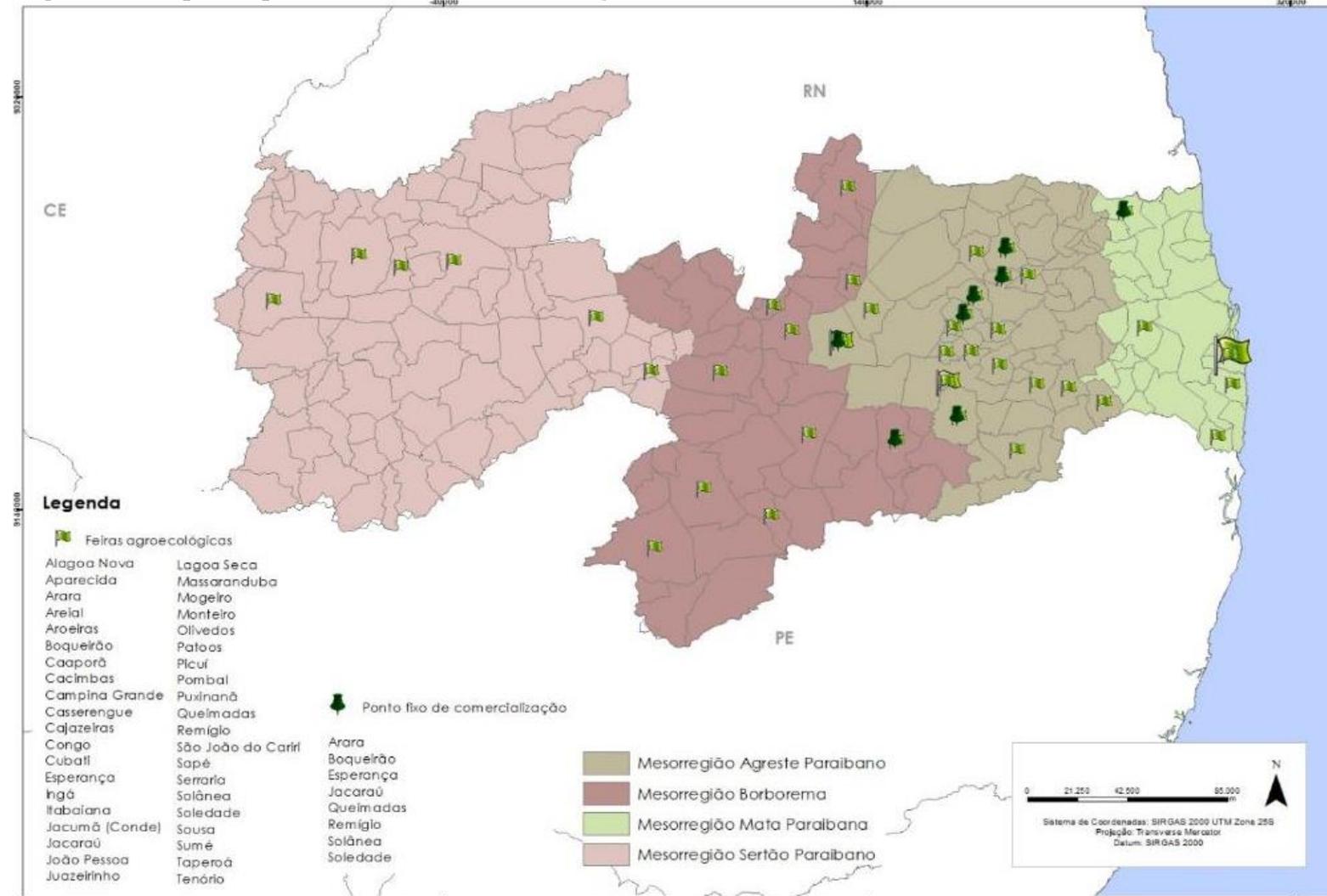
**Foto 45** - Produtos Do Roçado à venda no Encontro de Guardiões e Guardiãs de Sementes da Paixão do Polo da Borborema, realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, em Arara-PB



Fonte: Acervo da autora.

A seguir, apresentamos o **Mapa 4 - Feiras Agroecológicas e Pontos Fixos de Comercialização Agroecológica na Paraíba**, que espacializa as respectivas experiências no estado:

**Mapa 4 - Feiras Agroecológicas e Pontos Fixos de Comercialização na Paraíba**



Fonte: Trabalho de Campo e Cadastro Nacional da Produção Orgânica.

A Rede de Feiras Agroecológicas e os Pontos Fixos de comercialização, bem como as vendas por aplicativos e a entrega de cestas de produtos, vêm crescendo no estado, o que pressupõe a diminuição da comercialização com o atravessador e a melhoria da renda das famílias. A pesquisa demonstra que isso acontece devido ao aumento da produção agroecológica, que, por sua vez, decorre da implantação de tecnologias sociais, sobretudo de captação e armazenamento de água, e de uma extensão rural diversa, que vem apostando na construção do conhecimento agroecológico a partir da troca de saberes e experiências presentes na cultura camponesa. Dessa forma, o processo organizativo da resistência camponesa vem se traduzindo em dinâmicas inovadoras e em proposições de políticas públicas alinhadas com as necessidades da produção camponesa de base agroecológica.

#### **4.3 Os camponeses enquanto guardiões da agrobiodiversidade: resistência ao uso de agrotóxicos e transgênicos na Paraíba**

O uso de agrotóxicos na Paraíba segue a tendência de crescimento nacional e a quantidade aplicada por área cultivada (kg/ha) tem aumentado nos últimos anos, pois passou de 0,4 kg/ha em 2001 para 2,2 kg/ha em 2016, concentrando-se principalmente nas áreas de plantação de cana-de-açúcar e depois de feijão, abacaxi e hortaliças (IPEA, 2019). Infelizmente a agricultura familiar está inserida nessa realidade, pois também foi atingida pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Em pesquisa anterior, em que investigamos a dinâmica produtiva e de comercialização no Assentamento Padre Gino, Sapé-PB, e entrevistamos 46 agricultores, ou seja, 75% dos assentados, mais de 30% afirmaram que faziam uso de agrotóxicos (OLIVEIRA, 2006). Uma pesquisa realizada nos municípios de Solânea e Bananeiras, que envolveu 40 agricultores familiares do município de Solânea e 40 do município de Bananeiras, apontou que 58,9% dos agricultores de Solânea e 83,33% dos agricultores de Bananeiras utilizavam agrotóxicos na produção (SILVA, 2012). Brito (2014) também alertou para o uso de agrotóxico pela agricultura familiar e a perda da biodiversidade das sementes no município de Queimadas-PB.

Portanto, são inúmeras as pesquisas sobre a temática na Paraíba, documentários e notícias de jornais que tratam e denunciam os casos ligados a intoxicação, doenças e morte de trabalhadores rurais, contaminação de água, solo e sementes, uso sem respeito

às normas técnicas, presença de resíduos em alimentos acima do permitido e conflitos agrários que envolvem o uso de agrotóxico.<sup>156</sup>

Em 2019, dados do Ministério da Saúde – MS obtidos em investigação conjunta pelo Repórter Brasil, pela Agência Pública e pela organização suíça Public Eye evidenciaram que uma em cada quatro cidades no Brasil, entre 2014 e 2017, estava com seu sistema de abastecimento contaminado com a presença de agrotóxicos. As informações fazem parte do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua, que reúne os resultados de testes feitos pelas empresas de abastecimento. Foram encontrados 27 pesticidas, dos quais 16 são classificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas, como câncer, má formação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas. Na Paraíba, 89 municípios continham resíduos de agrotóxicos em seu sistema de abastecimento, inclusive de água, que passou por estação de tratamento, sendo 12 tipos diferentes de agrotóxicos, dos quais 6 foram classificados como crônicos pela ANVISA.<sup>157</sup> A contaminação ambiental por agrotóxico é invisível, mas acarreta graves consequências à saúde e ao meio ambiente.

Os casos notificados de intoxicação na Paraíba podem ser conhecidos através do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX, vinculado ao Ministério da Saúde e à Fundação FIOCRUZ. Mesmo havendo subnotificação, como alertado pela própria instituição, é um parâmetro para tratar da gravidade do problema. A seguir, está o **Quadro 11 - Número de casos de intoxicação por agrotóxico na Paraíba**, que demonstra o aumento no número de casos de intoxicação por agrotóxico na Paraíba nos anos de 1999, 2009 e 2016.

**Quadro 11** - Número de casos de intoxicação por agrotóxico na Paraíba

Ano	Número de casos registrados de intoxicação na Paraíba
1999	1.581
2009	4.233
2016	3.384

Fonte: Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX/Ministério da Saúde.  
Elaboração: Mariana Borba Oliveira, 2020.

<sup>156</sup> Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6712/1/arquivo6802\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6712/1/arquivo6802_1.pdf); <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/ras/article/viewFile/2747/pdf%203.3>; [https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt13\\_1506903777\\_arquivo\\_resumo\\_expandido\\_raisa\\_emilia.pdf](https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt13_1506903777_arquivo_resumo_expandido_raisa_emilia.pdf); <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/643/1/JCS04082014.pdf>; <http://aspta.org.br/2011/06/11/agrotoxico-uma-agricultura-da-morte/>

<sup>157</sup> Disponível em: <https://tratamentodeagua.com.br/agua-contaminada-agrotoxicos/>; <https://portalcorreio.com.br/ms-lista-91-cidades-da-pb-que-tem-agua-com-agrotoxicos-cagepa-contesta/>

A contaminação das sementes crioulas por transgênicos no estado da Paraíba também é preocupante e é pauta central das discussões do Movimento Agroecológico, sobretudo entre as organizações que fazem parte da ASA Paraíba. Atualmente a Resolução nº 04/2007, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, obriga todos aqueles que plantam milho transgênico a respeitarem a distância mínima em relação à lavoura de milho não geneticamente modificado ou crioulo. De acordo com o Art. 2º:

Para permitir a coexistência, a distância entre uma lavoura comercial de milho geneticamente modificado e outra de milho não geneticamente modificado, localizada em área vizinha, deve ser igual ou superior a 100 (cem) metros ou, alternativamente, 20 (vinte) metros, desde que acrescida de bordadura com, no mínimo, 10 (dez) fileiras de plantas de milho convencional de porte e ciclo vegetativo similar ao milho geneticamente modificado.

Contudo, parece-nos que essas medidas são insuficientes ou não estão sendo cumpridas e, por isso, o direito dos camponeses sobre suas sementes é constantemente violado na Paraíba.

Desde 2015, com o início do **Programa Sementes do Semiárido**,<sup>158</sup> executado por instituições ligadas à ASA e com o objetivo de reforçar o estoque das sementes crioulas, constatou-se o aumento da contaminação dessas sementes pelo milho transgênico. Duas pesquisas realizadas pela ASPTA na Paraíba comprovam esta afirmativa. Entre os anos de 2016 e 2018, durante as ações da campanha *Não Planto Transgênicos para Não Apagar a Minha História*, que envolveu todo o Território Borborema, foram testadas 190 amostras de milhos a partir do método das tiras imunocromatográficas,<sup>159</sup> destas, 70 amostras (37%) obtiveram resultado positivo para contaminação com transgênicos. Das 120 amostras que receberam resultado negativo, 88 (73%) foram oriundas dos Bancos de Sementes Comunitários – BSCs. A pesquisa indica que a origem do milho contaminado é proveniente principalmente do Programa Venda de

<sup>158</sup> O Programa Sementes do Semiárido constitui um marco dentro da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, ampliando as estratégias das famílias e comunidades no estoque das sementes, inclusive através do acesso a mecanismo de compra e doação simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Cf: <http://asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>.

<sup>159</sup> Consiste num teste rápido, em que o resultado é obtido em poucos minutos. As **tiras imunocromatográficas** possuem anticorpos capazes de reconhecer a proteína transgênica, e isso é verificado visualmente. A tira possui duas zonas de captura. A presença de apenas uma linha na tira indica um resultado negativo, enquanto o aparecimento de duas linhas, mesmo que claras, indica que o resultado é positivo. As fitas imunocromatográficas têm capacidade de identificar até 09 tipos diferentes de proteínas transgênicas (Cry1A, CP4EPPSPS, Cry3Bb, Cry1F, PAT/pat, Cry34, mCry3A, Cry2A, Vip3A).

Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB,<sup>160</sup> que distribuiu as sementes com os agricultores que estavam sem estoque devido à estiagem (SILVA *et al.*, 2018).

Na pesquisa realizada em 2018, o resultado foi ainda mais alarmante. Foram submetidas a testes pela ASPTA 141 amostras de origem nos BSCs e nas famílias guardiãs de 14 municípios do Território da Borborema. Do total, 67 amostras (47%) obtiveram resultado positivo, apontando um elevado índice de contaminação (ALBUQUERQUE *et al.*, 2020).

Durante o III Encontro Estadual dos Organismos de Conformidade Social – OCSs e Sistemas Participativos de Garantia – SPGs da Paraíba, promovido pela Comissão da Produção Orgânica – CPO/PB, instância ligada à política de certificação do MAPA, que aconteceu nos dias 20 e 21 de novembro de 2018, em Campina Grande-PB, houve uma demonstração do uso do teste de transgênicos. Para demonstrar a metodologia do teste rápido, foram usadas amostras de sementes levadas pelos camponeses de diferentes territórios do estado, cadastrados como produtores orgânicos junto ao MAPA. Das três amostras testadas, uma apresentou resultado positivo para presença de proteínas transgênicas. Ana Eliza Oliveira Silva, assessora técnica da ASPTA e responsável pela demonstração do teste, afirmou que as contaminações vêm aumentando na Paraíba e acontecem devido à polinização, cujos cruzamentos entre plantas podem facilmente ocorrer, com a ajuda do vento. Seguem a **Foto 46 - Momento da demonstração do teste de transgenia do milho** e a **Foto 47 - Resultado do teste das tiras imunocromatográficas**, que aponta contaminação da amostra analisada.

---

<sup>160</sup> A CONAB, através de carta à ASA Paraíba, informa que quase a totalidade do milho entregue pelo Programa é adquirido no Estado do Mato Grosso, onde o percentual de cultivo de milho geneticamente modificado é de 92,4%, de acordo com a safra 2014/15 (SILVA *et al.*, 2018).

**Foto 46** - Momento da demonstração do teste de transgenia do milho. Campina Grande- PB, novembro de 2018



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 47** - Resultado do teste das tiras imunocromatográficas. Campina Grande-PB, novembro de 2018



Fonte: Acervo da autora.

De acordo com Ana Eliza, os resultados dos testes feitos pela ASPTA nas pesquisas que citamos foram entregues diretamente aos agricultores nas reuniões das comunidades ou nas reuniões da Comissão de Sementes do Polo da Borborema. No caso de teste positivo para presença da proteína transgênica, os camponeses são orientados a não plantarem mais as sementes, utilizando-as geralmente para ração animal. Para repor os estoques dos camponeses prejudicados, é feita a doação de sementes por famílias guardiãs da própria comunidade, que já tenham tido suas sementes testadas com resultado negativo; ou é feita doação pelo Banco Mãe de Sementes,<sup>161</sup> localizado em Lagoa Seca, que pode conter estoque do próprio camponês antes de o milho ter sido contaminado.

Na Paraíba, as sementes crioulas são chamadas de sementes da paixão.<sup>162</sup> Essas sementes são guardadas pelos agricultores por várias gerações, desenvolvendo um vasto e complexo conhecimento e garantindo assim sua reprodução social e a preservação do patrimônio genético, principalmente, do Semiárido. O trabalho de identificar, resgatar e ampliar a conservação da agrobiodiversidade manejada pelos camponeses teve início na década de 1970, com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que começaram a organizar os primeiros Bancos de Sementes Comunitários – BSCs. Essas ações se qualificaram nas décadas de 1980 e 1990, através do trabalho das ONGs ligadas à ASA, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e das associações de agricultores que passaram a articular as experiências locais e criar diversas redes regionais, estaduais e nacionais (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002). A Rede Estadual de Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba (Rede Sementes), vinculada à ASA-PB, foi criada em 1999 e teve um papel fundamental na construção dos aproximadamente 155 Bancos Comunitários de Sementes do estado.

A seguir, está o **Quadro 12 - Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba** com os quantitativos de BSCs por Território/Região da Paraíba em 2014, com destaque para o número apresentado na região de atuação do Polo da Borborema:

---

<sup>161</sup> O Banco Mãe de Sementes foi inaugurado em Lagoa Seca-PB, em 2017, a partir da luta e organização dos guardiões e guardiãs de sementes do Território da Borborema, e contou com financiamento do Governo Federal por meio da política de desenvolvimento territorial com contrapartida do Governo do Estado da Paraíba.

<sup>162</sup> O nome veio por causa da declaração de amor feita por um agricultor no 1º Encontro Estadual de Sementes Crioulas, promovido pela ASA Paraíba, em 2000. O agricultor se chamava Dodô e garantia que as sementes guardam histórias, conservam as memórias daqueles que já se foram e as nossas melhores lembranças daqueles que passaram por nossas vidas e compartilharam suas sementes conosco. Cf: <http://portalsemiar.org.br/boaspraticas/banco-de-sementes-comunitario/>.

**Quadro 12 - Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba**

REGIÃO	Nº DE BSCs	Nº DE BANCOS MÃE	Nº DE BANCOS REGIONAIS	NÚMERO TOTAL DE BANCOS	Nº TOTAL DE FAMÍLIAS ENVOLVIDAS	NÚMERO DE VARIEDADES CONSERVADAS
Alto Sertão	29			29	641	25
Médio Sertão	25			25	545	12
Coletivo Regional do Cariri e Seridó Paraibano	30		1	31	440	30
Coletivo do Curimataú	7			7	216	14
<b>Polo da Borborema</b>	<b>62</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>67</b>	<b>999</b>	<b>36</b>
Coletivo do Folia	1			1	30	4
CASACO - Coletivo Asa Cariri Oriental	4			4	68	16
Brejo	3			3	57	6
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>161</b>	<b>2.996</b>	<b>36</b>

Fonte: ASPTA (*apud* LONDRES, 2014, p. 28).

Tive a oportunidade de participar como pesquisadora da **7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão**, cujo tema foi “Fortalecendo a resistência e celebrando a vida no Semiárido” e aconteceu nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2017, na cidade de Boqueirão-PB. A Festa Estadual das Sementes da Paixão acontece desde 2003 e reúne guardiões e guardiãs das sementes crioulas do estado da Paraíba e parceiros para refletir sobre a importância dos Bancos de Sementes Comunitários na produção de alimentos e no enfrentamento dos períodos de estiagem, promovendo intercâmbios de experiências agroecológicas e troca de sementes, bem como a construção de mecanismos e políticas públicas que beneficiem a reprodução camponesa no Semiárido paraibano. Segue a **Foto 48 - 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão**:

**Foto 48** - 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão. 07/10/2017. Boqueirão-PB

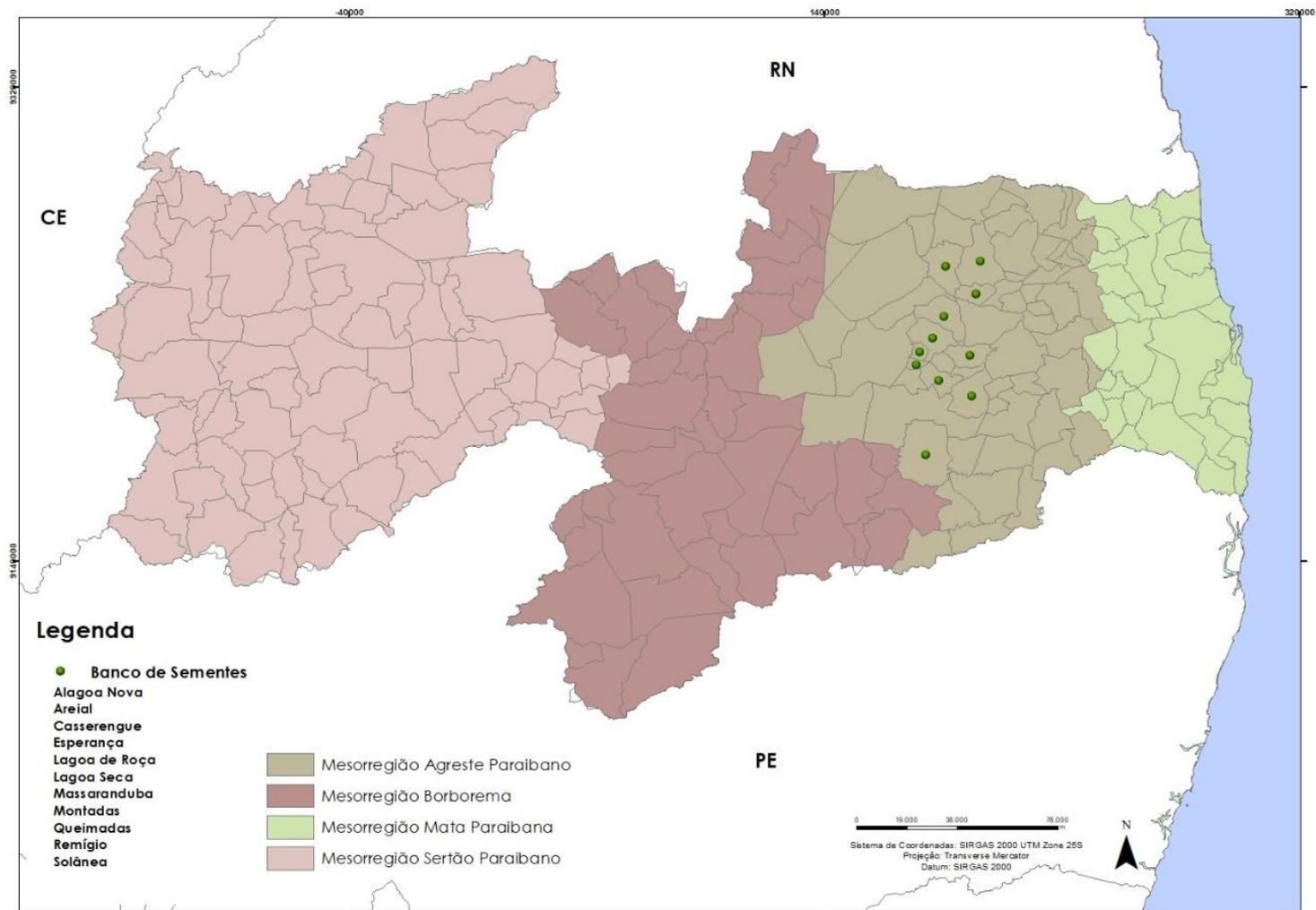


Fonte: Acervo da autora.

A participação no **Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão**, promovido pelo Polo da Borborema e realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, em Arara-PB, foi de suma importância para conhecer a dinâmica dos Bancos de Sementes Crioulas – BSCs do Território da Borborema e a sua importância para a garantia da reprodução camponesa e a conservação da biodiversidade da região.

A Rede de Bancos Comunitários de Sementes no Território da Borborema – Paraíba possui o objetivo de preservar e multiplicar as sementes nativas, principalmente de milho e feijão no território da Borborema. O Território da Borborema possui aproximadamente 62 bancos de sementes, que se constituem numa rede de interação das famílias, de articulação, manejo e resgate de sementes crioulas, carregadas de identidades da agrobiodiversidade local. Segue o **Mapa 5 - BSCs no Território da Borborema**, que localiza os municípios que possuem Bancos de Sementes Comunitários nesse Território.

**Mapa 5 - BSCs no Território da Borborema**



Fonte: Pesquisa realizada durante o Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão promovido realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019 em Arara-PB.

O Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão do Território da Borborema é um evento fechado para camponeses, técnicos e pesquisadores, e promovido pelo Polo da Borborema e ASPTA para a socialização das pesquisas promovidas no Território e para a troca de experiência e sementes pelos camponeses. O evento reuniu cerca de 80 representantes de 61 Bancos de Sementes Comunitários, distribuídos pelos 13 municípios de atuação do Polo da Borborema.

Durante o evento, foram socializados os resultados de duas importantes pesquisas que envolviam os BSC do Território da Borborema. A pesquisa realizada pela professora Christine Werba Saldanha, do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em João Pessoa, em parceria com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA, monitorou os estoques e as variedades de sementes presentes em 60 bancos da Rede.

O levantamento apresentado, referente ao ano de 2018, mostrou um estoque de 27 toneladas de sementes armazenadas nos BSC do Polo da Borborema, e 150 variedades diferentes, sendo a maioria dessas cultivares de milho, feijão e fava. A pesquisadora adverte que alguns bancos apresentam estoque de baixo a crítico, o que requer uma atenção da assessoria técnica para tentar repor os estoques. A professora responsável pela pesquisa ressalta que a quantidade e a variedade de sementes no território é muito maior, pois a pesquisa engloba apenas os bancos comunitários e, na região, existem dezenas de bancos familiares que guardam verdadeiras riquezas em material genético de sementes do semiárido.

A seguir, encontra-se a **Figura 11 - Movimentação de Sementes nos BSCs**, que explicita como se dá a formação do estoque dos bancos a partir da dinâmica da Rede e do Território:

**Figura 11** - Movimentação de Sementes nos BSCs



Fonte: Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, Arara-PB.

A segunda pesquisa apresentada é intitulada *Raças de Milho das Terras Baixas da América do Sul* e foi realizada no Brasil e no Uruguai pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Agrobiodiversidade – InterABio, associado à Universidade de São Paulo – USP. A pesquisa envolveu diversas regiões desses dois países, que tinham um trabalho de conservação de sementes, e abrangeu: os Pampas Uruguaios: Norte, Leste e Sul; o Pampa/Mata Atlântica do Rio Grande do Sul; o Cerrado/Pantanal do Mato Grosso do Sul; a Amazônia, no Acre; a Mata Atlântica de Minas Gerais; e a Caatinga, na Paraíba. Na Paraíba, a pesquisa coletou amostras de milho em sete municípios, Alagoa Nova, Arara, Esperança, Montadas, Queimadas, Remígio e Solânea. De acordo com a pesquisa, a região possuía 68 das 359 variedades de milho crioulo encontradas no Brasil, e das 15 raças encontradas no país, pelo menos 4 só são encontradas no Território da Borborema, entre elas os milhos jabatão, gabão e pontinha.

O resultado da pesquisa apontou que a conservação da agrobiodiversidade do Território é oriunda do trabalho feito pela Rede de Sementes da ASA e pelo Polo da Borborema, que estimula o plantio para multiplicação pela rede de agricultores experimentadores, promove as trocas realizadas pelos camponeses e monitora os estoques dos bancos. O Território da Borborema foi considerado pelo estudo uma **Zona de Conservação de Biodiversidade no Brasil**. Dessa forma, a pesquisa confirmou o que Carvalho (2013, p. 1) e outros pesquisadores defendem:

Pela sua práxis produtiva altamente integrada com a natureza, os camponeses têm sido - assim como os povos originários (indígenas), os extrativistas, os pescadores artesanais ao mesmo tempo agricultores e extrativistas, os quilombolas, entre outros - os guardiões da agrobiodiversidade num contexto histórico em que as classes dominantes e a privatização dos saberes impõem a artificialização da agricultura.

A seguir, apresentamos a **Foto 49 - Apresentação da pesquisa *Raças de Milho das Terras Baixas da América do Sul***, a **Foto 50 - Feira de Sementes da Paixão** e a **Foto 51 - Feira de Sementes da Paixão**, as quais ilustram um pouco do evento:

**Foto 49** - Apresentação da pesquisa Raças de Milho das Terras Baixas da América do Sul. Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, Arara-PB



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 50** - Feira de Sementes da Paixão. Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, Arara-PB



Fonte: Acervo da autora.

**Foto 51** - Feira de Sementes da Paixão. Encontro de Guardiões das Sementes da Paixão realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2019, Arara-PB



Fonte: Acervo da autora.

Durante as atividades da Comissão da Produção Orgânica – CPO/PB, pudemos observar que o problema da contaminação das sementes crioulas é amplamente debatido na Paraíba, sobretudo pelas instituições ligadas à ASA Paraíba, que exercem papel fundamental no apoio aos BSCs no estado. A principal reivindicação dessas organizações nos últimos anos junto à CPO é o reforço na articulação junto ao Governo do Estado para a formação de um estoque e a distribuição das sementes crioulas pelo PAA e pelo CONAB. Outra alternativa debatida para diminuir a contaminação do milho crioulo é aumentar as áreas de produção orgânica e agroecológica, bem como as barreiras naturais, sendo necessário fortalecer as redes já existentes e ampliar as experiências por meio do apoio de universidades e institutos de pesquisa, campanhas de conscientização da população e ampliação das políticas públicas.

Os prejuízos relacionados à contaminação das sementes para a agricultura camponesa são incalculáveis e estão relacionados à identidade cultural da sua tradição, a autonomia do campesinato e a preservação da biodiversidade da caatinga e seu patrimônio genético. As sementes representam um forte componente simbólico do campesinato, visto que os camponeses guardiões protegem as sementes por gerações e, como vimos, por isso as denominam de sementes da paixão. A contaminação das sementes afeta também a autonomia e soberania alimentar das famílias que, ao cultivarem milhos geneticamente modificados, criam

dependência com o mercado, precisando comprar (ou receber das empresas estatais que compram das grandes indústrias) semente a cada safra, pois há perda significativa da produtividade nos plantios. A economia familiar também é prejudicada, pois, além de aumentar o custo da produção, impossibilita a comercialização das sementes via Programa PAA – Sementes. Compromete também o patrimônio genético, principalmente do milho, mas também do feijão, em que muitas cultivares já desapareceram.

Por fim, podemos afirmar que foi a práxis da ajuda mútua, do associativismo e da conservação da biodiversidade, indissociáveis da reprodução camponesa, que possibilitou a construção das redes estudadas e que “(...) a organização destas redes é uma clara demonstração de que o coletivo não só faz parte da lógica da recriação camponesa, quanto de que ele é o caminho mais curto para a construção de um território camponês de liberdade, autonomia e solidariedade” (DE MARCOS, 2007, p. 193).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroecologia é parte determinante de um projeto revolucionário para emancipação do campesinato frente ao controle do modo de produção capitalista na agricultura. Debatida por muitos teóricos, a autonomia do campesinato se encontra com a necessidade de preservação ambiental, preocupação crescente do século XXI. Desta forma, percebemos vários elementos do *ecossocialismo*, debatido por Michael Lowy, entre outros, nas experiências estudadas, que buscam contribuir a partir da sua realidade com a convergência entre o socialismo e a ecologia. Juan Martínez Alier, em *Ecologismo dos Pobres*, discute uma problemática que também nos pareceu cara na realidade estudada, que é a dependência e o acesso direto do camponês ao meio natural e, por isso, a necessidade de preservar a natureza como condição primeira para a sua reprodução social. A busca pela transformação na práxis produtiva, fundamentada numa racionalidade ambiental e defendida por Enrique Leff, parece encontrar materialidade nas experiências agroecológicas da Paraíba que são baseadas numa produtividade ecológica, que relaciona a natureza como fonte de vida e de produção e entende a sustentabilidade não só como a preservação da natureza, mas também como uma reapropriação social (não capitalista) da natureza.

Desta forma, a práxis agroecológica precisa estar mediada por um processo educacional emancipatório, que promova a reprodução social do campesinato a partir de uma consciência crítica e de uma racionalidade ambiental. O Movimento Agroecológico na Paraíba, enquanto movimento socioterritorial, fomenta esse processo educacional e constrói condições favoráveis para a reprodução da classe camponesa, que a partir da luta pela terra, disputa espaços e territórios de produção e comercialização com o agronegócio. O capitalismo no campo monopoliza não só a terra, a água, e as sementes, como também as relações sociais e os regimes alimentares, portanto, o campesinato recriado a partir da Reforma Agrária, estabelece uma luta constante para manter a autonomia dos meios de produção e para construir uma comercialização alternativa, fundamentada nos circuitos curtos e na economia solidária. A pesquisa nos mostrou que a construção de alternativas de resistência é coletiva e constante, pois os desafios mudam rapidamente, o que não muda é o protagonismo das mulheres em todas as frentes do movimento e da práxis agroecológica.

Constatamos que a territorialidade camponesa estabelece relações de trabalho emancipadoras, e o modo de vida camponês (cooperação, solidariedade, preservação da

natureza) se torna um instrumento de resistência. Nesta perspectiva, concordamos com a noção de desenvolvimento colocada por Sen (2010, p. 29), o qual diz que:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades [de] que desfrutamos. Expandir as liberdades, que temos razão para valorizar, não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas vocações, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Paulino e Almeida (2010, p. 54) afirmam que “a terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como sendo portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar no seu pedaço de chão”. Desta forma, a utopia da liberdade vinculada à territorialidade camponesa é o que move a práxis agroecológica.

Assim, a bandeira de justiça social levantada pelos movimentos sociais do campo se fortalece com a agroecologia e contempla, além da democratização fundiária, a soberania alimentar e a preservação da natureza. Entendemos que o ideal de justiça social precisa criar condições reais para o enfrentamento do paradigma do capitalismo agrário, e isso passa pela construção de uma práxis agroecológica cujo ponto de partida é a tomada de consciência política pelas camadas subalternas em valorizar uma cultura emancipatória, contrária ao individualismo do capital (GRAMSCI, *apud* SIMIONATTO, 1997). A manutenção da tradição camponesa é a possibilidade da agricultura não depender dos conglomerados transnacionais, responsáveis pela produção de insumos químicos, máquinas e sementes transgênicas; nem do circuito comercial de alimentos, que domina a cadeia de processamento e de comercialização.

É notório que existe uma lógica dominante no incentivo à agricultura industrial no Brasil por meio das políticas públicas, constatada facilmente ao se comparar os planos de investimento para o agronegócio em detrimento dos planos safras para a agricultura familiar. Contudo houve, no Brasil, experiências importantes de políticas públicas de apoio à produção camponesa e agroecológica nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, as quais Caporal e Petersen (2012) definem como “nichos de inovação política”. Tais políticas reconhecem a agroecologia como uma alternativa de reprodução da classe camponesa, implantada pelas organizações de base e pelos movimentos sociais e defendida e articulada principalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, capaz de acabar com a fome no Brasil.

Desta forma, a realidade das políticas públicas voltadas à agroecologia não difere da realidade histórica enfrentada pelo campesinato, e essas políticas para serem implantadas dependem da correlação de forças estabelecida pela luta de classes. Aliás, as políticas públicas construídas a partir das demandas do Movimento Agroecológico sofrem dupla pressão do capital, pois em nada se aliam aos seus interesses e possuem um claro projeto político de resistência e de emancipação da agricultura camponesa. A Reforma Agrária e as políticas públicas da agroecologia são implantadas de maneira lenta e insuficiente para uma transformação territorial em nível nacional, o que só aumenta a dívida histórica para com as populações do campo. Apoiar e promover a produção agroecológica no Brasil, tendo como pressuposto garantir investimentos nesse setor, é também compactuar com um projeto revolucionário de soberania alimentar e territorial.

Na Paraíba, a agroecologia tem demonstrado ser capaz de dar suporte à transição do modelo de produção convencional para uma agricultura sustentável, gerando assim benefícios sociais e a regeneração e preservação da natureza. Verificamos que os principais elementos de sustentação da práxis agroecológica na Paraíba são: a valorização do saber do campesinato e o estímulo à construção do conhecimento agroecológico a partir dos intercâmbios e da implantação de tecnologias sociais; o protagonismo das mulheres; a autogestão dos empreendimentos e o associativismo; a comercialização direta com o consumidor, por meio das feiras e dos pontos fixos de comercialização; e a preservação da biodiversidade, com destaque para as sementes crioulas. Pudemos perceber que o campesinato da Paraíba procura depender cada vez menos do mercado capitalista e está consciente do lugar social que ocupa, de produtor de alimentos com qualidade e de protetor do território frente às incessantes investidas do setor agrícola industrial.

Dessa forma, na contramão das práticas individualistas que enfraquecem a capacidade de auto-organização comunitária, estão sendo conduzidas no estado experiências inovadoras, todas fundadas nas tradicionais relações de reciprocidade e no princípio da solidariedade camponesa. As transformações socioterritoriais promovidas pela agroecologia se constroem a partir das práticas sociais dos camponeses, que são apoiadas por diversas organizações e instituições da sociedade civil e do governo.

Acreditamos que, a partir da quebra de elos da cadeia produtiva do agronegócio pela produção camponesa e pela práxis agroecológica, está em construção um outro modo de produção, fundamentado em valores humanos e ecológicos. A concentração de terras no Brasil e a política de incentivo ao uso agrotóxico e transgênicos são os maiores entraves para o projeto

de soberania alimentar fomentado nos territórios pelos camponeses, pelas comunidades tradicionais e pelos movimentos sociais. Reverter essa lógica hegemônica de dominação da natureza e sujeição social implica, para nós, numa revolução processual, pautada em elementos do nosso cotidiano que perpassa várias dimensões da sociedade, institucionais ou não, universidades, escolas, família, organizações sociais, sendo mediada por ações políticas.

Nesta tese, a produção e o consumo dos alimentos assumem um papel revolucionário, capaz de combater a lógica instalada pelos regimes alimentares que transformaram o alimento em mercadoria ao longo da história. É importante que seja exercitada uma noção de complexidade humana a fim de perceber que a reprodução social não é só uma reprodução biológica/econômica. Devem ser considerados os aspectos de uma vida saudável, da criatividade humana, da satisfação das emoções, dos valores e crenças, e isso perpassa a harmonia entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza (SILVA, 2004). Assim, a grande transformação depende de mudanças sociais urgentes para que possamos habitar o planeta de forma social e ecologicamente justa. O que está em questão nesse contexto de dramáticos impasses é a maneira de se viver daqui em diante (BOFF, 2014; GUATARRI, 1990).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Tatiana Schiavon; SILVA, Emanuel Dias da; ANTUNES, Irajá Ferreira. Monitoramento do Avanço da Contaminação dos Transgênicos no Território da Borborema estado da Paraíba. Cadernos de Agroecologia. In: 1º CONGRESSO ON-LINE INTERNACIONAL DE SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE, Dourados, Mato Grosso do Sul. *Anais [...]*. v. 15, n. 4, 2020.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção*. São Paulo: Unesp, 2006.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*. Presidente Prudente, Ano 13, n. 16, 2010.
- ALVES FILHO, José Prado. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- AMARANTE, José Carlos Araújo; MOREIRA, Ivan Targino; AMARANTE, Patrícia Araújo. Efeitos das políticas agrárias na Paraíba Existe viabilidade econômica? *Revista de Política Agrícola*. Ano XXVIII, n. 1, jan./fev./mar. 2019.
- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. III ENA: CUIDAR DA TERRA, ALIMENTAR A SAÚDE E CULTIVAR O FUTURO. Rio de Janeiro: ANA, 2015. *Anais [...]*. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/anais-do-iii-encontro-nacional-de-agroecologia-ena.pdf>.
- ANDRADE, Adriana Salviano de. *Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa-PB (PIVAS): Transformando o mesmo ou mudando o novo?* Monografia (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores - CFP, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, 2013.
- ANDRADE, Manoel Correia. *A terra e o homem do Nordeste*. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manoel Correia. *A questão do território do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de; MACAMBIRA, Júnior; ROCHA, Odilson Paes de Carvalho. *Relatório de Pesquisa: ocupação e renda em feiras agroecológicas na Paraíba*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco; Banco do Nordeste do Brasil, 2014.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A., 1982.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, maio/ago. 2013, p. 89-117.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF: Editora IABS, Brasil, 2013. Disponível em: [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17909](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar_bib.php?COD_ARQUIVO=17909).

BARBAN, Vilma. Rede Ecovida de Agroecologia. In: MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (orgs.). *Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras*. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

BARBOSA, Humberto Júnior Neves; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio. O que os dados do Censo Agropecuário IBGE (2006) revelam sobre o espaço agrário paraibano? In: SILVA, Anieres Barbosa; GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; GALVÃO, Josias de Castro (orgs.). *Paraíba 2: Pluralidades e representações geográficas*. Campina Grande: EDUFCG, 2017.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES, César. *Camponeses em marcha*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base: primeiros passos*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BIANCHINI, Valter. *Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://atividaderural.com.br/artigos/568ba26e514e2.pdf>.

BOFF, Leonardo. *A Grande Transformação: na economia, na política e na ecologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOMBARDI, Larissa. *Atlas Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. 2017.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *RESR*, Piracicaba, SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, out./dez. 2013. Impresso em fev. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032013000400002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002).

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. *Balanço 4 anos (2007 a 2010)*: Paraíba, 2010.

BUARQUE, Sérgio José Cavalcanti. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.

CAMARA, Maria Clara Coelho; NODARI, Rubens Onofre; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues. Regulamentação sobre Bio(In)Segurança no Brasil: a questão dos alimentos transgênicos. *Revista INTERthesis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 261-286, jan./jul. 2013.

CAN. Comunidad Andina. *Agricultura Familiar Agroecológica Campesina en la Comunidad Andina: una opción para mejorar la seguridad alimentaria y conservar la biodiversidad*. Peru, 2011.

CANIELLO, Márcio. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez. 2016, p. 300-334.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (coord.). *Conflitos no Campo*. CPT Nacional. Brasil, 2017.

CANUTO, João Carlos. *Agricultura Ecológica en Brasil*. Perspectivas socioecológicas. Tese (Doutorado em Engenharia Agrônômica) - Programa Agroecologia, Campesinato e História. ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. ETSIAM – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes Universidad de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e sustentabilidade: base conceptual para uma Nova Extensão Rural. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL*. Botucatu, SP. *Anais [...]*. UNESP/FCA/DGTA/Instituto Giramundo Mutuando, 2001.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (orgs.). Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. *Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil*. *Agroecología* 6: 63-74, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRIC, Karen; BÚRIGO, André Campos. *Dossiê Abrasco um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Editora Vozes, 2005. Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato como modo de produção e como classe social*. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/rtf/Os-limites-da-resistencia-social-camponesa.rtf>, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O camponês, guardião da agrobiodiversidade*. Disponível em: [https://www.biodiversidadla.org/Documentos/O\\_campones\\_guardiao\\_da\\_agrobiodiversidade](https://www.biodiversidadla.org/Documentos/O_campones_guardiao_da_agrobiodiversidade). 2013.

CASTRO, Josué de. *A geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10. ed. *Revista Antares*, 1984.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. PIB do agronegócio 2019. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.aspx>.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Série Histórica do PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLKE, Verena (orgs). *A questão agrária*. Tradução Edgard Afonso Malagodi. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.). *Convivência com o Semiárido: autonomia e protagonismo social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS; REDEgenteSAN; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF: Editora IABS, 2013. Disponível em: [http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar\\_bib.php?COD\\_ARQUIVO=17909](http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/mostrar_bib.php?COD_ARQUIVO=17909).

COUTINHO, Mauricio C. Do Capital Financeiro de Hilferding. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 35, p. 5-26, jun. 2013.

DE MARCOS, Valéria. Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In: BAMAT, Thomas; IENO NETO, Genaro (orgs.). *Qualidade de vida e Reforma Agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.

DE MARCOS, Valéria. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 84. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIAS, Marcelo Miná. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Exensão Rural do Estado da Paraíba. *Relatório de Atividades 2011*. Cabedelo, PB: EMATER-PB, 2012.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e Alemanha. In: SILVA, José Graziano da e STOLCKE, Verena. (orgs.). *A Questão Agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky e Chayanov*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAO. IFAD. WFP. *The State of Food Insecurity in the World 2014*. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/card/en/c/56efd1a2-0f6e-4185-8005-62170e9b27bb/>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. *Revista Nera*, ano 8, n. 6, jan./jun. 2005. ISSN 1806-6755.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; BARBOSA, Shirlei C. A.; COLNAGO, Nathalia F.; SILVA, Gisele R. R. da. *Agricultura orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. Niterói: Programa Rio Rural, 2009. (Caderno de Formação 1).

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; SOUZA, Claudia de; SILVA, Gisele Ribeiro Rocha da; COLNAGO, Nathalia Fendeler; BARBOSA, Shirlene Consuelo Alves. *Agricultura orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil*. PESAGRO, Niterói, RJ, 2009.

FORTINI, Rosimere Miranda. *Um novo retrato da agricultura familiar do semiárido nordestino brasileiro: a partir dos dados do censo agropecuário 2017*. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2020.

FOSTER, John Bellamy. *Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19 n. 35, p. 80-97, jul./dez. 2015.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica: ontem e hoje*. 3. ed, São Paulo: Brasiliense, 1990.

FRESU, Gianni. *Lênin leitor de Marx: dialética e determinismo na história do movimento operário*. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 26. ed.. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis – PPGICH*. Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004. ISSN 1807-1384.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos Territórios. *Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis – PPGICH*. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jan./jul. 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola*. Polis, n. 41, 2015.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

GUATARRI, F. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário*. La Paz, Bolivia: AGRUCO/Plural Editores/CDE/NCCR, 2011.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedex*, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na visão de seus conselheiros*. Relatório de Pesquisa Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Ipea, 2012.

Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120719\\_relatorio\\_desenvol\\_rural.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120719_relatorio_desenvol_rural.pdf).

JORDÃO, Luciana Ramos; SILVA, Thiago Henrique Costa; CARVALHO, Lívia Sales Carneiro. PRONAF para quê e para quem? análise crítica dos cenários brasileiro e goiano. *Vertentes do Direito*. v. 6, n. 1, 2019. ISSN nº 2359-0106

KAUTSKY. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

KAYSER, Bernard. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 84. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006.

LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o trabalho de Campo. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 84. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB, 2006.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Editora RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, Francisco Valdenir; MEDEIROS, Aline Carla de; BORGES, Maria da Glória Borba; SILVA, Sidran Castro Alves da; ANDRADE, Anderson Bruno Anacleto de. *O sertão paraibano na pauta do discurso: da desesperança a formação de um lócus produtivo*. INTESA (Pombal-PB-Brasil) v. 8, n. 1, p. 12-23, jan./dez. 2014.

LIMA, Aline Barboza de. *Camponeses e Feiras Agroecológicas na Paraíba*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2017.

LONDRES, Flavia; MONTEIRO, Denis. Por que e para que sistematizar os aprendizados do Programa Ecoforte? *In: SCHMITT, Claudia Job et al. Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte* 1. ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2020.

LÖWY, Michel. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LÖWY, Michel. *O que é Ecosocialismo?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHÍN SOSA, Braulio; JAIME, Adilén María Roque; LOZANO, Dana Rocío Ávila; ROSSET, Peter Michael. *Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MAMANI, Fernando. *Buen Vivir/Vivir Bien: filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas*. Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI. Lima, 2010.

MARIANO NETO, Berlamino. *Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPB/UFCG. Campina Grande, PB, 2006.

MARQUES, Maria Amália da Silva. *Autonomia ou Submissão? Uma Análise sobre os Mecanismos de Certificação Orgânica Adotados pelos Agricultores Familiares do Estado da Paraíba*. Dissertação (Mestrado em xxx) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2019.

MARTIN, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Socioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, SP, n. 19/20, p. 26-41, nov. 1997.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradutor Maurício Waldman. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1977.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução Luís Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e Introdução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MÉNDEZ, V. Ernesto; CASWELL, Martha; GLIESSMAN Stephen R.; COHEN Roseann. Integrating Agroecology and Participatory Action Research (PAR): Lessons from Central America. *Sustainability* 2017, 9, 705; DOI:10.3390/su9050705. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/9/5/705>.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. *A Ação Territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flavia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina H. Rosa *et al.* (orgs). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

MOREIRA, Emília. *Por um pedaço de chão*. v. I e II, João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOURA, Iracema Ferreira. Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, Regina H. Rosa *et al.* (orgs). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

MST. *Cartilha Programa Agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional*. Diagramação: Secretaria Nacional do MST. 1. ed., abr. 2013. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>.

NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. *Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba*. Relatório Final. João Pessoa: A União, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. *Revista AGB*, n. 58, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. 1. ed. São Paulo: Labur, FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Humberto; WATANABE, Celia; MACEDO, Severine; GUARANÁ, Elisa; OLIVEIRA, Jefferson. *Política territorial e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: sem democracia não há desenvolvimento sustentável, nem esperança para os territórios rurais do Brasil*, 2016. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/artigo-29-politica->

[territorial-e-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-sem-democracia-nao-ha-desenvolvimento-sustentavel-nem-esperanca-para-os-territorios-rurais-do-brasil/](#).

OLIVEIRA, Mariana Borba de. Certificação Participativa e Agroecologia: Processos de Organização e Resistência Camponesa na Mata Paraibana. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2012. Disponível em:  
[http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/mariana\\_borba.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/mariana_borba.pdf).

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. *In*: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PADILLA, Mamen Cuéllar. *Hacia un sistema participativo de garantía para la producción ecológica en Andalucía*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade de Córdoba, Córdoba, Espanha. 2008.

PÁDUA, Elisabete Mattalo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa*. Abordagem Teórico-Prática. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; BERNARDINO, Ítalo de Macedo; OLIVEIRA, Maria Mônica de; SANTOS, Eduarda Emanuela Silva dos. Insegurança alimentar e nutricional de famílias usuárias da Estratégia Saúde da Família em dois municípios paraibanos, Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020000501607&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501607&tlng=pt).

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano. Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Polo Sindical da Borborema. *In*: PETERSEN, Paulo. *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. Rio de Janeiro, ANA, 2007.

PLANO Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDR do Território da Borborema. Resumo Executivo. Paraíba, 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano*, Tradução Claudia Freire. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PRIMAVESI, Ana Maria. O combate à pobreza é básico e depende da recuperação ambiental e da agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 4, Porto Alegre, RS, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

RIGOTTO, Raquel. O uso seguro de agrotóxicos é possível? In: LONDRES, Flavia. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. *Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPB, 2018.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. “Do campus ao campo”: olhares sobre políticas públicas dirigidas à pobreza rural no estado da Paraíba, Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira; MUNIZ, Iranine. G. Função Social da Terra e Agroecologia: democracia, cidadania e direitos humanos. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira (org.). *Da terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; ÁVILA, Mário Lúcio de; MOURA, Iracema Ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos. Avaliação da Execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2013-2015. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (orgs.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; MOURA, Iracema Ferreira de; SILVA, Ana Paula Moreira. Análise da Concepção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (orgs.). *A Política Nacional de Agroecologia e*

*Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

SANTOS, Ailton Francisco dos; BARBOSA, Gustavo José. *Extensão Rural: experiências, pesquisas e sindicalismo*. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 79, São Paulo, nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Thiago Araújo. *Agroecologia como prática social: Feiras Agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. Território, Territorialidades e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHMITT, Claudia Job; CORTINES, Anna Cecília. O Programa Ecoforte no fortalecimento das redes de agroecologia e produção orgânica: interações, processos e resultados. In: SCHMITT, Claudia Job et al. *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte* 1. ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2020.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap, n. 26, p. 43-79, 1980.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Emanuel Dias; FERNANDES, Gabriel Bianconi; OLIVEIRA, Jarcira; SILVA, Ana Eliza Oliveira; FERREIRA, Daniel. Detecção de transgenes em variedades crioulas e comerciais de milho no Território da Borborema, Paraíba. *Cadernos de Agroecologia – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF* – v. 13, n. 1, jul. 2018. ISSN 2236-7934.

SILVA, Lenyra Rique da. *Do senso comum à Geografia Científica*. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. Pela vida das mulheres e da agroecologia: as ações do Polo da Borborema e seus parceiros no Agreste Paraibano. In: REZENDE, Karla Hora Marcela; MACEDO, Gustavo (orgs.). *Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero: Prêmio Margarida Alves*. 4. ed. Mulheres e Agroecologia. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade de desenvolvimento*. n. 12. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série BNB Teses e Dissertações)

SILVA, Sandro P. *Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SILVEIRA, Luciano; FREIRE, Adriana; DINIZ, Paulo César. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. *Agriculturas*, v. 7, n. 1, mar. 2010.

SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no Agreste da Paraíba. *Agriculturas*, v. 4, n. 2, jul. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci, 1997. In: SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci e o Brasil*. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 01 out. 2020.

SOBREIRA, Antônio Elísio Garcia; ADISSI, Paulo José. Agrotóxicos: falsas premissas e debates. *Ciência & Saúde Coletiva* **ICR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 985-990, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

SOUZA, Natália Almeida; FERREIRA, Thomas; CARDOSO, Irene Maria; OLIVEIRA, Ericka C. L. de; AMÂNCIO, Cristhiane; DORNELAS, Rafaela Silva. Os núcleos de agroecologia: caminhos e desafios na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (orgs.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>.

THOMÁZ JÚNIOR, Antônio. *Trabalho, Reforma Agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil*. *Revista Pegada*, v.7, n. 2. nov. 2006.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira; BIANCHINI, Valter; SOUZA, Cláudia de; MEDAETS, Jean Pierre; RUANO, Onaur. A construção da política nacional de agroecologia e produção orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (orgs.). *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA, 2017.

VARELA, Francisco. *A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba*. 4. ed. João Pessoa: Idéia, 2006.

VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Rev. Nutrição*. Campinas, 21(Suplemento):111s-122s, jul./ago. 2008.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. *A problemática do semiárido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: SEI, 2003. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311532340.F\\_VIDAL3.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311532340.F_VIDAL3.pdf). (Série Estudos e Pesquisas, 63)

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. *Anais [...]*. 1996.

WEID, Jean Marc V. D. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 3, n. 1, abr. 2006.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; GRISA, Catia; BUCHWEITZ, Vítor Duarte. O desempenho do PRONAF no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas. In: SOBER, Goiania, 2014. *Anais [...]*. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3500.pdf>.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, n. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

## Legislação

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003*.

BRASIL. *Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004*. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de setembro de 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. *Resolução Normativa nº 4, de 16 de agosto de 2007*. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a PNATER e o PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 de agosto de 2012.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO*. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.735, de 3 de maio de 2016. Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO: 2016- 2019*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

### **Filmes e Documentários**

CABRA Marcado para Morrer. Direção Eduardo Coutinho, 1984.

GUARDIÕES da Terra. Agroecologia em Evolução. Direção Antonio Bento Mancio e Fabricio Menicucci. Brasil Vallente Filmes, 2020 (60min)

---

## APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
- CPT

PESQUISADORA: MARIANA BORBA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

### 1. Identificação do Entrevistado

- 1.1 Nome:
- 1.2 Naturalidade:
- 1.2 Morada:
- 1.3 Grau de escolaridade:
- 1.4 Histórico de vida e de vivência na CPT:

### 2. CPT na Paraíba

- 2.1 História da CPT na Paraíba (como chegou no estado, primeiras lutas e primeiros assentamentos, como se organizam no estado, é por região? Como são as coordenações?)
- 2.2 Qual a relação da fé/religião com a luta pela terra?
- 2.3 Qual o cenário da luta pela terra hoje na Paraíba? Existem áreas ocupadas, ou em processo de desapropriação?
- 2.4 Qual o universo de assentamentos rurais da CPT hoje na Paraíba?
- 2.5 Quais são as principais frentes de trabalho da CPT hoje na Paraíba (educação do campo, luta pela terra, assistência técnica, formação política?)
- 2.6 Atualmente a CPT conta com algum projeto de assessoria técnica?
- 2.7 Como você avalia o período em que o movimento esteve atuando como assessoria técnica via ATEs/INCRA?
- 2.8 Como a produção oriunda dos assentamentos rurais da CPT é comercializada?

### 3. CPT e Agroecologia

- 3.1 Como a CPT entende a Agroecologia? Como a CPT elabora/incorpora suas primeiras definições e propostas para trabalhar a Agroecologia no Brasil e em particular na Paraíba?
- 3.2 Na sua opinião o assentado de Reforma Agrária pode ser/ou é considerado um camponês? Por que? Se não, o que seria preciso para aproximá-lo dessa dimensão mais comprometida com o meio ambiente, com a autonomia da família e com as gerações futuras?
- 3.3 Como a CPT contribui para diminuir os malefícios causados pelos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde, principalmente o uso de agrotóxico?
- 3.4. Você conhece a metodologia da certificação orgânica (para venda direta e participativa)? O que acha disso?
- 3.5 Quais são os principais parceiros da CPT hoje na Paraíba? Está atualmente com algum projeto junto a grupos de pesquisa/extensão das universidades ou outras entidades que trabalham com agroecologia?
- 3.6 Há mais alguma informação importante que gostaria de registrar?

## APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO MOVIMENTO SEM TERRA - MST  
PESQUISADORA: MARIANA BORBA DE OLIVEIRA  
ORIENTADOR: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

### 1. Identificação do Entrevistado

- 1.1 Nome:
- 1.2 Naturalidade:
- 1.2 Morada:
- 1.3 Grau de escolaridade:
- 1.4 Histórico de vida e de vivência no MST:

### 2. MST na Paraíba

- 2.1 História do MST na Paraíba (como chegou no estado, primeiras lutas e primeiros assentamentos, como se organizam no estado, é por região? Como são as coordenações?)
- 2.2 Qual o cenário da luta pela terra hoje na Paraíba? Existem áreas ocupadas, ou em processo de desapropriação?
- 2.3 Qual o universo de assentamentos rurais do MST hoje na Paraíba?
- 2.4 Quais são as principais frentes de trabalho do MST hoje na Paraíba?
- 2.5 Atualmente o MST da PB conta com algum projeto de assessoria técnica?
- 2.6 Como você avalia o período em que o movimento esteve atuando como assessoria técnica via ATEs/INCRA?
- 2.7 Como a produção oriunda dos assentamentos rurais do MST é comercializada?

### 3. MST e Agroecologia

- 3.1 Como o MST entende a Agroecologia? Como o MST elabora suas primeiras definições e propostas para trabalhar a Agroecologia no Brasil e em particular na Paraíba?
- 3.2 Na sua opinião o assentado de Reforma Agrária pode ser/ou é considerado um camponês? Pq? Se não, o que seria preciso para aproxima-lo dessa dimensão mais comprometida com o meio ambiente, com a autonomia da família e com as gerações futuras?
- 3.3 Como o MST poderia contribuir por exemplo para diminuir os malefícios causados pelos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde, principalmente no uso de agrotóxico?
- 3.4 O MST no sul e sudeste tem investido muito na certificação orgânica dos produtos e na inserção no mercado via economia solidária (feiras e alguns comércios fixos). Existe algum projeto semelhante na Paraíba?
- 3.5 Você conhece a isenção de certificação orgânica (para venda direta) a partir de uma metodologia participativa dos grupos produtivos? O que acha disso?
- 3.6 Quais são os principais parceiros do MST hoje na Paraíba? Está atualmente com algum projeto junto a grupos de pesquisa/extensão de agroecologia?
- 3.7 Há mais alguma informação importante que gostaria de registrar?

## APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

PESQUISADORA: MARIANA BORBA DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

### 1. Identificação do Entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Naturalidade:

1.3 Grau de escolaridade:

1.4 Setor em que trabalha no MAPA

1.5 Histórico da função que atua

### 2. MAPA e a Agroecologia

2.1 Como você avalia o crescimento na produção e comercialização de orgânicos no Brasil? Qual o papel do MAPA neste processo?

2.2 Como nasceu o projeto de certificação participativa para os produtos orgânicos da agricultura familiar desenvolvido pelo MAPA? Em que medida o Ministério considera as contribuições dos Movimentos Sociais para a construção desse processo?

2.3 Como você avalia a certificação de produtos orgânicos na Paraíba? Ao analisar os dados vimos que tanto a isenção de certificação (OCS) como a certificação participativa tem crescido, você relaciona isso ao que?

2.4 Vimos também que o sertão do estado não possui nenhum tipo de certificação apesar de ter bastante feiras tidas como agroecológica, existe alguma justificativa para isso?

2.5 Em sua opinião, o Cadastro (como OCS) no Ministério da Agricultura é suficiente para garantir a procedência agroecológica dos produtos das Feiras? Qual o mecanismo de fiscalização que está sendo utilizado pelo MAPA para garantir a procedência dos produtos de um OCS?

2.6 Em sua opinião qual o ponto fraco do sistema de controle da produção agroecológica das Feiras?

2.7 Em sua opinião qual o ponto forte do sistema de controle da produção agroecológica das Feiras?

2.8 Gostaria de acrescentar alguma informação que não foi perguntada?

## APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O TRABALHO DE PESQUISA DE DOUTORADO DE  
MARIANA BORBA DE OLIVEIRA/PPGG-UFPB.  
ORIENTADOR: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

Unidade Produtiva Associada ao Grupo:		
Unidade Produtiva da Família:		
<b>IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA FAMÍLIA</b>		
Nome:	Nasc:	Contato:
Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP:		
RG:		CPF:
Localidade (sítio/assentamento):		
Cidade	Estado:	Coordenadas:
<b>DADOS SOCIAIS</b>		
Quantas pessoas compõem a família?		Homens(    ) Mulheres (    )
Quantas pessoas trabalham com a agricultura?		Homens(    ) Mulheres (    )
Nome	Idade	Trabalha na propriedade: Sim(    ) Não (    )
<b>IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO</b>		
Área total da propriedade:		
Área de produção Agroecológica:		
Outras áreas:		
Quanto tempo reside no Sítio/Assentamento?		
Quanto tempo produz de forma agroecológica?		
Como são produzidos os insumos naturais aplicados na produção agroecológica?		
Quais as dificuldades encontradas pela família na unidade de produção?		

De onde vem as sementes?	
De onde vem a alimentação dos animais?	
O que falta para melhorar a produção agroecológica na propriedade?	
O que precisa melhorar para a comercialização da produção agroecológica?	
<b>RELAÇÃO DE PARCERIA APOIO</b>	
Recebe assistência Técnica?	Qual?
Está vinculada a alguma entidade de apoio?	Qual?
Já recebeu algum tipo de apoio financeiro/técnico? (prona; neas etc)	Qual?
Infraestrutura Hídrica:	
Observação:	
<b>DADOS SOBRE OS CULTIVOS E GERAÇÃO DE RENDA.</b>	
Qual a principal atividade geradora de renda da família?	
Onde comercializam a produção?	
A produção é destinada para algum programa do Governo? Qual?	
Como é feito o transporte da produção?	
Quais as principais técnicas e auxílios aplicados na produção?	
<b>GARANTIA DA PRODUÇÃO ORGÂNICA/AGROECOLÓGICA</b>	
De que forma você garante que seus produtos são orgânicos/agroecológicos?	
Possui Cadastro no MAPA? Quem auxiliou o cadastro?	
Conhece o papel da Comissão dos Orgânicos da PB? Já foi para alguma reunião?	
Conhece as normas para implantação de OCS? O que destacaria?	
Costuma anotar/registrar os procedimentos de manejo da produção?	
Conhece o Caderno de Manejo Orgânico do MAPA?	

## APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O TRABALHO DE PESQUISA DE DOUTORADO  
DE MARIANA BORBA DE OLIVEIRA/PPGG-UFPB.  
ORIENTADOR: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

### 1. Identificação da Entrevistada

- 1.1 Nome:
- 1.2 Naturalidade:
- 1.3 Morada:
- 1.4 Grau de escolaridade:

### 2. Reforma Agrária e trabalho na terra

- 2.1 Como você foi inserida na luta/acampamento? Qual o contexto social e familiar? Você pode me falar mais sobre o papel da mulher nesse processo?
- 2.2 O que um pedaço de terra significa para você e sua família?
- 2.3 De que forma sua família está envolvida na produção e comercialização?
- 2.4 Quando e em que situação é necessário contratar trabalhador?
- 2.5 O título da terra está no seu nome?
- 2.6 Você já acessou políticas públicas exclusiva para mulheres (Pronaf e PAA mulher etc.)? O que você tem a falar sobre essas políticas?
- 2.7 Existe área de proteção ambiental (reserva legal) em sua propriedade? Já existia antes de você e sua família chegarem na parcela?

### 3. Qual sua história com Agroecologia?

- 3.1 Você se lembra a primeira vez que escutou esse nome? Em que situação isso aconteceu?
- 3.2 O que é Agroecologia para você? E o que considera mais importante do que foi relatado?
- 3.3 Relate as mudanças na sua vida com a Agroecologia: mudança na produção, na qualidade de vida, na alimentação, na relação com o trabalho e a natureza, na escolaridade, na participação política, nos grupos, etc
- 3.4 Você já participou de eventos, encontros, marchas de Agroecologia? Quais? Já esteve na organização desses eventos?
- 3.5 Na sua opinião qual a diferença no assentado que produz de forma agroecológica daquele que produz de forma convencional?

### 4. Mulheres na Agroecologia

- 4.1 Você já participou ou participa de algum grupo de mulheres no assentamento ou em outro espaço? Se sim, a que se dedicava esse grupo?
- 4.2 Você considera que o trabalho da mulher camponesa é valorizado/reconhecido pelo grupo que ela está inserida? E pela família?

- 4.3 A agroecologia se fundamenta na diversificação dos papéis exercido entre homens, mulheres e jovens na unidade camponesa (produção, comercialização, fabricação de insumos, processos organizativos e políticos), e também propõe uma renda justa para todos. Esses fundamentos favorecem de fato a equidade dos gêneros (direitos e valorização iguais para homens e mulheres)?
- 4.4 Você acha que o ambiente da Agroecologia melhorou os ganhos econômicos das mulheres?
- 4.5 Você acha que o ambiente da Agroecologia favorece a participação política das mulheres?
- 4.6 Você se sente acolhida nos ambientes de discussão política e organizativa do seu grupo? Já sofreu algum preconceito nesses espaços? Se sim, como reagiu?
- 4.7 Na sua opinião, as mulheres que já nasceram ou cresceram com a terra assegurada e num processo agroecológico têm mais oportunidades do que as mulheres das gerações passadas?
- 4.8 Em que medida a Agroecologia pode proporcionar uma consciência política e empoderamento da camponesa e do camponês?
- 4.9 As discussões e as vivências em Agroecologia mudou algo em você? Te fez perceber algo diferente por exemplo?
4. 10 Na sua opinião qual o maior desafio da mulher camponesa?
- 4.11 Existe algo relacionado ao tema que gostaria de registrar?